

# Reflexões sobre Ética na Gestão da Informação

Organizadores

José Cláudio Matos  
Daniella Câmara Pizarro  
Ana Carolina de Melo dos Santos  
Cristaine Zurilda Silveira  
Luhilda Riberiro Silveira  
Ricardo de Lima Chagas

 EDITORA  
**UDESC**

Reflexões  
sobre Ética na  
Gestão da  
Informação

**UNIVERSIDADE DO ESTADO  
DE SANTA CATARINA – UDESC**

Marcus Tomasi

**Reitor**

Leandro Zvirtes

**Vice-Reitor**

Matheus Azevedo Ferreira Fidelis

**Pró-Reitor de Administração**

Leonardo Secchi

**Pró-Reitor de Planejamento**

Soraia Cristina Tonon da Luz

**Pró-Reitor de Ensino**

Fabio Napoleão

**Pró-Reitor de Extensão, Cultura e Comunidade**

Antonio Carlos Vargas Sant'Anna

**Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação**

**EDITORA UDESC**

Marcia Silveira Kroeff

**Coordenadora**

**CONSELHO EDITORIAL**

Marcia Silveira Kroeff – Presidente

Nílson Ribeiro Modro – CEPLAN

Alexandre Magno de Paula Dias – CESFI

Janine Kniess – CCT

Roselaine Ripa – CEAD

Edelecio Mostaço – CEART

Rafael Tezza – ESAG

Sílvia Maria Fávero Arend – FAED

Rosana Amora Ascari – CEO

Renan Thiago Campestrini – CEAVI

Renata Rogowski Pozzo – CERES

Veraldo Liesenberg – CAV

# Reflexões sobre Ética na Gestão da Informação

## ORGANIZADORES

José Cláudio Matos

Daniella Câmara Pizarro

Ana Carolina de Melo dos Santos

Crislaine Zurilda Silveira

Luhilda Ribeiro Silveira

Ricardo de Lima Chagas

## **PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO DA INFORMAÇÃO**

Mestrado Profissional em Gestão de Unidades de Informação

### **REVISOR**

José Cláudio Matos

### **PRODUÇÃO EDITORIAL**

Editora Udesc

### **PROJETO GRÁFICO**

Bruna Costa

### **CONSULTORIA E EDITORAÇÃO ELETRÔNICA**

Bruna Costa

### **CAPA**

Matheus Bandeira

### **EDITORA UDESC**

Fone: (48) 3664-8100

E-mail: [editora@udesc.br](mailto:editora@udesc.br)

<http://www.udesc.br/editorauniversitaria>

---

R332 Reflexões sobre Ética na Gestão da Informação / José Cláudio Matos et al.  
(Orgs.) - Florianópolis: UDESC, 2018.  
183 p. : il. 29cm

Inclui referências.

ISBN Impresso: 978-85-8302-166-7

ISBN e-book: 978-85-8302-191-9

1. Gestão da informação - Administração. 2. Ética. 3. Bibliotecários.
4. Competência em informação. I. Matos, José Cláudio. II. Pizarro, Daniella Camara. III. Santos, Ana Carolina de Melo dos. IV. Silveira, Crislaine Zurilda. V. Luhilde Ribeiro Silveira. VI. Chagas, Ricardo de Lima

CDD: 658.4038 - 20. ed.

---

Ficha catalográfica elaborada pela Bibliotecária Alice de A. B. Vazquez CRB 14/865  
Biblioteca central da UDESC

# Sumário

**Autores** | 7

**Apresentação** | 13

**Prefácio** | 21

**Primeira Parte** | TEORIAS | 23

**Capítulo 1** | Os princípios éticos identificáveis nas cinco leis da biblioteconomia formuladas por ranganathan | 25

Ana Carolina de Melo dos Santos  
Elisa Cristina Delfini Corrêa

**Capítulo 2** | Informação, código moral e a conquista da felicidade: uma reflexão ética acerca da profissão de bibliotecário | 61

Eli Regina da Silva Amorim  
Noeli Viapiana  
José Claudio Matos

**Capítulo 3** | Sociedade da (des)informação: do discurso dominante à concepção ética do profissional bibliotecário | 83

Ricardo de Lima Chagas

**Capítulo 4** | Ética na ciência da informação: abordagem da temática no ensino dos programas de pós-graduação brasileiros | 101

Daniella Camara Pizarro  
Mariângela Poleza  
Maura Paula Miranda Lopes

**Capítulo 5** | Fundamentos éticos da pesquisa envolvendo seres humanos nas ciências humanas e sociais e paradigmas científicos: olhares sobre a biblioteconomia e a ciência da informação | 135

Luhilda Ribeiro Silveira  
Suzinara da Rosa Feijó

**Segunda Parte** | PRÁTICA PROFISSIONAL | 163

**Capítulo 6** | O bibliotecário escolar e o letramento informacional: uso ético da informação | 165

Fernanda Cláudia Lückmann da Silva  
Lourival José Martins Filho

**Capítulo 7** | A atuação do bibliotecário na inovação tecnológica: uma análise sob a ótica da ética da responsabilidade | 195

Crislaine Zurilda Silveira  
Jordan Paulesky Juliani

**Capítulo 8** | O bibliotecário enquanto personagem na contribuição para a ética em periódicos científicos | 213

Juliana Aparecida Gulka  
Elaine Rosangela de Oliveira Lucas

**Capítulo 9** | Balanço social: um instrumento de informação ética | 235

Leandro Augusto Sampaio  
Suélen dos Passos

**Posfácio** | 261

# Autores

## **José Cláudio Matos (Org.)**

Doutor em Filosofia pela Universidade de São Paulo. Mestre em Filosofia pela Universidade Federal de Santa Catarina. Graduado em Filosofia pela Universidade Federal de Santa Catarina. Professor adjunto da Universidade do Estado de Santa Catarina, na cadeira de Filosofia da Educação e professor do Programa de Pós-Graduação em Gestão da Informação (PPGInfo) da Universidade do Estado de Santa Catarina.

## **Daniela Câmara Pizarro (Org.)**

Doutora em Ciência da Informação no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal de Santa Catarina. Mestre em Ciência da Informação pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal de Santa Catarina. Graduada em Biblioteconomia pela Universidade do Estado de Santa Catarina. Professora efetiva da Universidade do Estado de Santa Catarina na graduação em Biblioteconomia e no Programa de Pós-Graduação em Gestão da Informação (PPGInfo) da Universidade do Estado de Santa Catarina.

### **Ana Carolina de Melo dos Santos (Org.)**

Mestra em Gestão de Unidades de Informação no Programa de Pós-Graduação em Gestão da Informação (PPGInfo) da Universidade do Estado de Santa Catarina. Especialista em Gestão Estratégica de Pessoas pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial - SC. Graduada em Biblioteconomia pela Universidade do Estado de Santa Catarina. Graduada em Letras pela Universidade Federal de Santa Catarina.

### **Crislaine Zurilda Silveira (Org.)**

Mestra em Gestão de Unidades de Informação no Programa de Pós-Graduação em Gestão da Informação (PPGInfo) da Universidade do Estado de Santa Catarina. Especialista em Gestão Pública pela Fundação UNISUL. Graduada em Biblioteconomia pela Universidade do Estado de Santa Catarina. Bibliotecária da Universidade Federal de Santa Catarina.

### **Elaine Rosangela de Oliveira Lucas**

Doutora pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da USP com estágio sanduíche na Universidad Carlos III de Madrid (UC3M). Mestra em Engenharia de Produção pela Universidade Federal de Santa Catarina. Graduada em Biblioteconomia pela Universidade Federal de Santa Catarina. Professora Adjunta da Universidade do Estado de Santa Catarina no Programa de Pós-Graduação em Gestão da Informação e no Departamento de Biblioteconomia.

### **Elisa Cristina Delfini Corrêa**

Doutora em Sociologia Política pela Universidade Federal de Santa Catarina. Mestra em Sociologia Política pela Universidade Federal de Santa Catarina. Graduada em Biblioteconomia pela Universidade do Estado de Santa Catarina. Professora efetiva da Universidade do Estado

de Santa Catarina na graduação em Biblioteconomia e no Programa de Pós-Graduação em Gestão da Informação (PPGInfo) da Universidade do Estado de Santa Catarina.

### **Eli Regina da Silva Amorim**

Mestra em Gestão de Unidades de Informação no Programa de Pós-Graduação em Gestão da Informação (PPGInfo) da Universidade do Estado de Santa Catarina. Especialista em Organização e Administração de Arquivos pela Universidade Federal de Santa Catarina. Graduada em Biblioteconomia pela Universidade do Estado de Santa Catarina. Bibliotecária da Universidade do Estado de Santa Catarina.

### **Fernanda Claudia Luckmann da Silva**

Mestra em Gestão de Unidades de Informação no Programa de Pós-Graduação em Gestão da Informação (PPGInfo) da Universidade do Estado de Santa Catarina. Especialista em Estratégias e Qualidade em Sistemas de Informação pela Universidade do Estado Santa Catarina. Graduada em Biblioteconomia pela Universidade Federal de Santa Catarina. Bibliotecária da Secretaria Municipal de Educação da Prefeitura Municipal de Florianópolis.

### **Jordan Paulesky Juliani**

Doutor em Engenharia e Gestão do Conhecimento pela Universidade Federal de Santa Catarina. Mestre em Engenharia de Produção pela Universidade Federal de Santa Catarina. Graduado em Ciência da Computação pela Universidade do Vale do Itajaí. Graduado em Administração pela Universidade Federal de Santa Catarina. Professor efetivo da Universidade Estadual de Santa Catarina na graduação

em Biblioteconomia e no Programa de Pós-Graduação em Gestão da Informação (PPGInfo) da Universidade do Estado de Santa Catarina.

### **Juliana Aparecida Gulka**

Mestra em Gestão de Unidades de Informação no Programa de Pós-Graduação em Gestão da Informação (PPGInfo) da Universidade do Estado de Santa Catarina. Graduada em Biblioteconomia pela Universidade Federal de Santa Catarina. Bibliotecária da Universidade Federal de Santa Catarina.

### **Leandro Augusto Sampaio**

Mestre em Gestão de Unidades de Informação no Programa de Pós-Graduação em Gestão da Informação (PPGInfo) da Universidade do Estado de Santa Catarina. Especialista em Auditoria Pública pela Universidade Federal de Santa Catarina. Graduado em Ciências Contábeis pela Universidade do Oeste de Santa Catarina. Contador da Universidade do Estado de Santa Catarina.

### **Lourival José Martins Filho**

Doutor em Teologia na área de concentração Educação e Religião na Escola Superior de Teologia de São Leopoldo no Rio Grande do Sul. Mestre em Educação e Cultura pela Universidade do Estado de Santa Catarina. Graduado em Pedagogia pela Universidade do Estado de Santa Catarina. Professor Associado, no Departamento de Pedagogia e no Programa de Pós-Graduação em Gestão da Informação (PPGInfo) da Universidade do Estado de Santa Catarina.

### **Luhilda Ribeiro Silveira (Org.)**

Mestra em Gestão de Unidades de Informação no Programa de Pós-

Graduação em Gestão da Informação (PPGInfo) da Universidade do Estado de Santa Catarina. Especialista em Formação de Leitores pelas Faculdades Integradas de Jacarepaguá - RJ. Graduada em Biblioteconomia pela Universidade Federal do Maranhão. Graduada em Psicologia pela Universidade Federal do Maranhão. Bibliotecária da Universidade Federal do Maranhão.

### **Mariângela Poleza**

Mestra em Gestão de Unidades de Informação no Programa de Pós-Graduação em Gestão da Informação (PPGInfo) da Universidade do Estado de Santa Catarina. Graduada em Gestão da Tecnologia da Informação pela Faculdade SENAC. Integrante do projeto de pesquisa Centro de Apoio às Práticas com Tecnologias Educacionais.

### **Maura Paula Miranda Lopes**

Mestranda em Gestão de Unidades de Informação no Programa de Pós-Graduação em Gestão da Informação (PPGInfo) da Universidade do Estado de Santa Catarina. Graduada em Biblioteconomia e Ciências Contábeis pela Universidade Federal de Santa Catarina. Graduada em Farmácia pela Universidade Federal de Juiz de Fora. Membro do Instituto de Pesquisa Biblion. Técnica em Administração com ênfase na formação gerencial pelo SENAI/FIEMG. Servidora Técnico-Administrativa em Educação da Universidade Federal de Santa Catarina.

### **Noeli Viapiana**

Mestra em Gestão de Unidades de Informação no Programa de Pós-Graduação em Gestão da Informação (PPGInfo) da Universidade do Estado de Santa Catarina. Especialista em Formação de Leitores pelas Faculdades Integradas de Jacarepaguá – RJ. Pós-Graduada em Didática

do Ensino Superior pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial – SC. Graduada em Biblioteconomia pela Universidade Federal de Santa Catarina.

### **Ricardo de Lima Chagas (Org.)**

Mestre em Gestão de Unidades de Informação no Programa de Pós-Graduação em Gestão da Informação (PPGInfo) da Universidade do Estado de Santa Catarina. Graduado em Biblioteconomia pela Universidade Federal do Espírito Santo. Formação em Psicanálise Clínica pela Associação Brasileira de Psicanálise Clínica. Membro do Laboratório de Tecnologia e Inovação na Educação, Pesquisa e Extensão em Atenção Psicossocial e Drogas (APIS/UFSC). Graduando de Filosofia pela Universidade Federal de Santa Catarina. Bibliotecário da Universidade Federal de Santa Catarina.

### **Suelen dos Passos**

Mestranda em Gestão de Unidades de Informação no Programa de Pós-Graduação em Gestão da Informação (PPGInfo) da Universidade do Estado de Santa Catarina. Graduada em Biblioteconomia pela Universidade Federal de Santa Catarina. Bibliotecária do Instituto Federal de Santa Catarina.

### **Suzinara da Rosa Feijó**

Mestra em Gestão de Unidades de Informação no Programa de Pós-Graduação em Gestão da Informação (PPGInfo) da Universidade do Estado de Santa Catarina. Especialista em Bibliotecas Escolares e Acessibilidade pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Graduada em Biblioteconomia pela Universidade Federal do Rio Grande. Bibliotecária no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul.

# Apresentação

Esta obra deve sua origem a estudos e pesquisas realizados na disciplina de Ética na Gestão da Informação, do Programa de Pós-Graduação em Gestão da Informação (PPGInfo) da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). Com as sucessivas revisões e aprofundamentos que se seguiram à elaboração de artigos finais, os autores e autoras fortaleceram a expectativa de ver suas produções lançadas a público. Em princípio, a submissão em separado aos periódicos qualificados da área parecia ser o caminho natural de tais artigos. Contudo, a proposta de uma publicação em formato de livro tinha a dupla vantagem de:

- i) reunir os trabalhos em uma obra unificada que representasse o atual momento da discussão especializada sobre Ética em sua relação com a Gestão da Informação, e
- ii) representar um testemunho dos estudos desenvolvidos no PPGInfo sobre temas relativos à Ética, em especial neste caso, com a colaboração de professores e dos (então) alunos.

O que poderia parecer à primeira vista uma publicação endógena, até proselitista, sem o caráter aberto da discussão acadêmica qualificada, na verdade revela um conjunto bastante amplo de abordagens, assentado

em bases bibliográficas amplamente reconhecidas. Assim, espera-se que este livro seja uma efetiva contribuição ao debate, uma fonte confiável de conhecimento e informação e um representante modesto, mas legítimo, da discussão pública do tema da Ética na Gestão da Informação.

A ética é tratada neste livro, num cenário em que profissionais da informação devem gerir a grande quantidade de informação disponível, além de refletir sobre sua postura diante da sociedade e suas instituições. A obra busca apresentar os olhares dos autores acerca da ética na gestão da informação, a partir de reflexões teóricas e da análise da prática profissional.

Este livro é dirigido a todos os profissionais da informação que buscam nortear suas ações para a obtenção de um bem comum a partir da sua atuação. A obra está estruturada sob a forma de coletânea e se propõe a incluir no cenário acadêmico e profissional discussões acerca da ética em variados contextos, que se estruturam ou são apoiados pela gestão da informação. Os capítulos foram escritos a partir das discussões que sustentam a construção de saberes no contexto das ciências da informação e suas áreas correlatas.

A culminância desta publicação constitui-se num importante ponto de convergência que agrega arcabouço do campo da Filosofia Moral e da Ciência da Informação, no processo de produção e disseminação do conhecimento. Destarte, a intenção da obra é contribuir para reflexões sobre o panorama contemporâneo da Gestão da Informação e sua relação direta e necessária com a Ética, abrindo caminhos e possibilidades para se pensar e construir ações nesse campo, erigidas nas demandas da contemporaneidade.

A organização da obra norteou-se pelo agrupamento de dois grandes conjuntos de temas. A primeira parte – “Teorias” – agrega 5 capítulos que abordam os aspectos teóricos e estruturais da ética, no campo da formação do profissional. Essa seção lidará com a gestão da informação, perpassando desde os princípios que ancoram o profissional na sua formação, às questões das implicações éticas nas atividades de pesquisa desenvolvidas no campo

da Biblioteconomia e da Ciência da Informação. Na segunda parte da obra – “Prática Profissional” – concentram-se capítulos cujas temáticas abordam aspectos diretamente relacionados ao fazer profissional no campo da Gestão da Informação, ancorados em princípios éticos. Ao todo são 4 capítulos desse segundo grupo que abordam a materialização das implicações éticas das ações profissionais no campo da Gestão da Informação. Além das reflexões éticas levantadas nesses capítulos, são apresentados também os aspectos normativos da prática profissional dos bibliotecários, que se relacionam, também, à gestão da informação nos balanços sociais dentro do campo empresarial.

No primeiro capítulo, “Os princípios éticos identificáveis nas cinco leis da Biblioteconomia formuladas por Ranganathan”, Ana Carolina de Melo dos Santos e Elisa Cristina Delfini Corrêa, tecem considerações sobre os aspectos éticos que permeiam as Leis de Ranganathan e, conseqüentemente, as práticas profissionais dos bibliotecários. As autoras apontam que inicialmente a Biblioteconomia tinha como principal objetivo a preservação e guarda do acervo, porém, com o passar do tempo, a disseminação do conhecimento e o incentivo à leitura passaram a ser os principais focos de sua atividade. Essa mudança de perspectiva é visivelmente perceptível na argumentação construída por Ranganathan para fundamentar a proposta das cinco leis da Biblioteconomia. Além de pontuarem que essa obra é um clássico de extrema relevância para se compreender essa mudança de paradigma e os aspectos éticos para a área da Biblioteconomia, as autoras abrem espaço para reflexões sobre os argumentos que deram origem às cinco leis de Ranganathan, enfatizando as implicações na prática profissional.

Em “Informação, código moral e a conquista da felicidade: uma reflexão ética acerca da profissão de bibliotecário”, Eli Regina da Silva Amorim, Noeli Viapiana e José Claudio Matos apresentam como ponto central a formação do profissional bibliotecário no que se refere em fazer o bem,

movido por escolhas e ciente das consequências. Esse diálogo é estabelecido a partir da maneira com a ética está presente na sociedade como um todo. Nesta perspectiva dialógica, deixam claro que, para que o profissional bibliotecário possa atuar e exercer sua profissão eticamente, é preciso que ele exercite o bem viver, o que estaria para além de qualquer código normativo.

No capítulo “Sociedade da (des)informação: do discurso dominante à concepção ética do profissional bibliotecário”, Ricardo de Lima Chagas levanta questões pertinentes ao campo da ética para se pensar a sociedade da informação. Para tanto, discute os fenômenos da globalização e as características da sociedade da informação, os novos imperativos econômicos e tecnológicos, bem como o Programa Sociedade da Informação no Brasil, alinhado aos interesses da economia mundial. Seu argumento desemboca numa discussão sobre a questão da “sociedade da desinformação” chamando a atenção para as necessidades das reflexões éticas, por parte dos profissionais bibliotecários, para a construção de uma sociedade mais equitativa no que se refere ao acesso e uso da informação.

Em “Ética na Ciência da Informação: abordagem do tema nos Programas de Pós-Graduação brasileiros”, Daniella Camara Pizarro, Mariângela Poleza e Maura Paula Miranda Lopes, partem de reflexões acerca das transformações sociais que estão ocorrendo em decorrência das inovações tecnológicas. É neste contexto que os profissionais da informação teriam, para as autoras, um significativo papel social para questionarem se, dentro desse campo profissional – os cientistas da informação têm oportunidade de estudar e refletir sobre ética no espaço da pós-graduação.

No último capítulo dessa primeira parte, “Fundamentos éticos da pesquisa envolvendo seres humanos nas Ciências Humanas e Sociais e paradigmas científicos: olhares sobre a Biblioteconomia e a Ciência da Informação”, Luhilda Ribeiro Silveira e Suzinara da Rosa Feijó, contextualizam os aspectos que envolvem as questões éticas em pesquisa, especialmente no

que se refere aos problemas da ética em pesquisa envolvendo seres humanos. O capítulo apresenta reflexões acerca da possível construção de um novo paradigma científico, que abre espaço para uma abordagem humanista na qual o ser humano torna-se o cerne das questões éticas. As autoras analisam a forma como esse assunto aparece no contexto da produção científica das publicações periódicas de maior destaque dentro dessas áreas do conhecimento.

No primeiro capítulo da segunda parte, “O bibliotecário escolar e o letramento informacional: uso ético da informação”, Fernanda Cláudia Lückmann da Silva e Lourival José Martins Filho situam a biblioteca escolar e o profissional bibliotecário como peças fundamentais no desenvolvimento de habilidades e recursos no processo de educação escolar. Os autores defendem que uma das missões dos bibliotecários escolares é o desenvolvimento de programas de letramento informacional nas escolas, que possam capacitar os estudantes a superarem desafios e, ao mesmo tempo, ajudando-os a se tornarem cidadãos bem-sucedidos na sociedade da informação e do conhecimento. Nesse sentido, defendem que é dever do bibliotecário exercer o compromisso ético com desenvolvimento de ações educativas, dirigindo suas práticas no sentido da construção de valores indispensáveis à vida em sociedade.

Com o título “A atuação do bibliotecário na era da inovação: princípios e valores norteadores”, Crislaine Zurilda Silveira e Jordan Paulesky Juliani analisam de que forma os princípios norteadores da ética da responsabilidade podem contribuir com o papel profissional do bibliotecário na sociedade marcada pelas inovações tecnológicas. O capítulo realiza a uma análise da contribuição da filosofia moral para o fazer profissional do bibliotecário, refletindo acerca da relação entre os aspectos éticos que envolvem a inovação tecnológica e a atuação do bibliotecário como um dos pontos centrais dessa discussão.

No capítulo “O bibliotecário enquanto personagem na contribuição para a ética em periódicos científicos”, Juliana Aparecida Gulka e Elaine Rosângela de Oliveira Lucas apontam que o bibliotecário é um dos profissionais encarregados de fornecer orientações que visem à qualidade das publicações científicas, pautadas em critérios de originalidade, normalização e aspectos metodológicos. Para as autoras, o bibliotecário desempenha um papel importante para que a pesquisas e as publicações sigam condutas adequadas em relação à integridade científica. Também abrem espaço para a discussão sobre o problema da ocorrência de plágios, falsificações e fabricações de dados no ambiente científico. O bibliotecário, nesse sentido, pode atuar em diversas frentes que buscam minimizar tais práticas consideradas antiéticas.

No último capítulo da obra, “Balanço social: um instrumento de informação ética”, Leandro Augusto Sampaio e Suélen dos Passos tratam do balanço social como um instrumento de avaliação das ações e projetos no campo socioambiental, pautado na ética empresarial e na responsabilidade social. Através de um minucioso estudo de caso e, a partir da análise do balanço social, que os autores avaliam a forma como a PETROBRAS investiu seus recursos em projetos e ações socioambientais, beneficiando seus empregados e a sociedade.

Sob diferentes perspectivas, os nove capítulos desta coletânea se colocam como pontos de partida para se pensar a questão da ética e da informação nos mais diversos contextos dentro do campo da Biblioteconomia e da Ciência da Informação. Essa coletânea de textos reafirma a necessidade de se estabelecer uma relação íntima do fazer profissional com a Ética, no campo da Gestão da Informação.

A abrangência e a diversidade do tratamento conferido às diferentes dimensões que envolvem direta ou indiretamente a questão da Ética na Gestão da Informação, podem proporcionar uma abertura reflexiva

dentro do campo teórico da pesquisa, assim como, também, possibilitar deliberações reais para a vida prática profissional. Essa concepção dialógica entre esses dois campos do saber pode fazer desta obra não apenas um guia para a formação e atuação dos profissionais da informação nos mais diversos contextos, mas pode torná-la uma referência para a formação do gestor da informação comprometido com a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

**Os organizadores.**



# Prefácio

No calor de uma profunda crise política por que passa o Brasil no ano de 2016, docentes e mestrandos de Ciência da Informação decidem compor, em nove capítulos, esta obra coletiva cujo objeto é a Ética.

Desde Aristóteles, o filósofo realista grego, tem-se como assentado que a compreensão mais profunda do significado da noção de Ética leva ao melhor exercício da Política. Embora nenhum político brasileiro no momento atual concorde que sua conduta pessoal e seu modo de atuar publicamente careçam de mais correção moral, a grande maioria tem transformado a política em algo abjeto, personalista, dirigido aos interesses próprios, desprezando que seu trabalho teria por diretriz a produção do melhor bem para todos os brasileiros.

Do que é possível observar-se a partir da ação cotidiana da chamada grande imprensa, vê-se também nesse segmento uma carga excessiva de conduta questionável. Há uma sistemática difusão de notícias incompletas e direcionadas ao atendimento do interesse dos grandes anunciantes, investidores financeiros, depredadores do meio ambiente, sucateadores da indústria brasileira, destruidores das instituições políticas, de cultura artística, de educação etc.

Pode-se tomar como suspeita válida que quando um bem, um valor, um desejo justo de boas práticas humanas e sociais está em escassez ou

ausente em dado contexto, as pessoas passam a dar-se conta dessa ausência e começam a clamar por ele, a buscá-lo desesperadamente. A mim parece que, neste momento ou de uns poucos anos para cá, tem-se falado e escrito cada vez mais intensivamente sobre o tema Ética no contexto brasileiro. Isso denotaria, por esse entendimento, que ou escassearam as boas práticas, a boa conduta em todos os setores ou a complexidade cada vez maior das relações interpessoais, com a mediação mais densa e a despersonalização e distanciamento provocados pela oferta e uso mais intensivo da comunicação online acentuaram certa falência da alteridade forte. Alteridade forte – compreendo – é aquela em que as pessoas envolvidas num processo de comunicação dialogam com a voz e com os gestos integralmente, uma circunstância possível pela presença simultânea dessas pessoas no mesmo espaço e tempo. Essa condição, a despeito dos meios hoje disponíveis de transmissão de som e imagens, e da presumida simultaneidade, não é inteiramente oferecida e uma forte razão é a própria distorção produzida pelo processo de captura e transmissão.

Também nas instâncias que operam os recursos de informação científica, tecnológica, empresarial etc., isto é, nas bibliotecas, arquivos, museus e lugares similares tem-se falado e escrito sobre a Ética. Não é muito ainda. Esta obra Ética e Gestão da Informação: teorias e prática profissional é, portanto, uma contribuição a mais para vitalizar e adensar o tratamento do tema neste segmento profissional e acadêmico. Nela, seus autores discorrem sobre teorias e práticas, ciência e arte, educação e propagação de conhecimento de e para bibliotecários, gestores de informação, editores científicos e demais interessados no conhecimento dos que pensam como tornar a gestão da informação um conjunto de possibilidades que pode oferecer à sociedade os meios mais apropriados de ter acesso a todo o conhecimento de forma justa e apropriada.

Recomendo sua leitura!

**Francisco das Chagas de Souza**

Primeira  
parte  
Teorias



# Capítulo 1

## **Os princípios éticos identificáveis nas cinco leis da biblioteconomia formuladas por ranganathan**

Ana Carolina de Melo dos Santos

Elisa Cristina Delfini Corrêa



## INTRODUÇÃO

Ao longo da história da humanidade, diversas são as transformações verificadas na vida cotidiana, especialmente no que se refere às formas de comunicação e de registro do conhecimento construído pela sociedade. Em decorrência disso, a Biblioteconomia também apresenta diversas transformações desde o seu surgimento na Antiguidade até os dias atuais. Em especial, destacam-se os esforços para voltar seu foco de atuação ao atendimento de demandas sociais em cada contexto histórico de sua longa existência, partindo das atividades de preservação e guarda do acervo até, mais recentemente, à atuação como facilitador e à disseminação do conhecimento e ao incentivo à leitura, utilizando-se de tecnologias de informação e comunicação.

Sob uma perspectiva diacrônica, é possível ver que nos primórdios da Biblioteconomia, o interesse maior concentrava-se na preservação dos acervos e, conseqüentemente, do conhecimento construído pela humanidade para permitir o legado à posteridade. Isso aconteceu porque naquela época os materiais disponíveis para o registro do conhecimento (tábuas de argila, rolos de papiro, pergaminhos, manuscritos, etc.) eram muito frágeis e de difícil conservação, o que demandava muito esforço e recursos para sua produção, aquisição, manutenção e disseminação (MARTINS, 2001).

Além disso, poucos eram os extratos da sociedade que tinham o acesso à escrita ou que sabiam ler. Paulatinamente, com a democratização da escrita e da leitura, bem como da tecnologia, verificam-se avanços significativos na área da informação, com destaque para a invenção da prensa de tipos móveis por Gutenberg (BURKE, 2003). Toda essa digressão histórica se faz necessária para justificar as razões pelas quais os primeiros bibliotecários se dedicavam à preservação e guarda desses materiais, um ponto chave para a discussão construída por Ranganathan, bibliotecário considerado o pai da Biblioteconomia na Índia, no início do século 20. Um de seus mais importantes legados para a área é o sempre atual livro intitulado *As cinco leis da Biblioteconomia*, publicado em 1931.

Ao se pensar numa lógica do dever (SOUZA, 2009), é possível compreender que inicialmente o dever do bibliotecário estava concentrado na preservação do acervo para a posteridade, uma lógica inquestionável diante dos argumentos apresentados. No entanto, com o passar do tempo e as mudanças próprias que ocorreram na sociedade, o dever maior da profissão passou da conservação para a disseminação do conhecimento, aspecto defendido por Ranganathan e que até hoje continua uma temática recorrente na bibliografia da área.

A partir das concepções trazidas por Ranganathan, é possível verificar que a Biblioteconomia de sua época já se preocupava com os interesses dos leitores e com o uso da informação por eles. Essa preocupação fica evidente na análise que o autor faz dos diversos exemplos ao redor do mundo trazidos por ele e na formulação das cinco leis da Biblioteconomia (RANGANATHAN, 2009), a saber:

- 1) Os livros são para usar.
- 2) Para cada pessoa o seu livro.
- 3) Para cada livro o seu leitor.

- 4) Poupe o tempo do leitor.
- 5) A Biblioteca é um organismo em crescimento.

Apesar das discussões produzidas na época e dos postulados propostos por Ranganathan se debruçarem sobre as demandas dos leitores, é perceptível atualmente que ainda existe, na maioria das vezes, a adoção de paradigmas<sup>1</sup> relacionados ao acervo pela área da Biblioteconomia, quando na verdade o foco maior deveria estar no público que frequenta a biblioteca e, conseqüentemente, nos seus interesses.

Entender a história da Biblioteconomia e os aspectos éticos envolvidos nas mudanças paradigmáticas é de suma importância para que se possa refletir sobre a prática profissional e o futuro da área. Daí a relevância da leitura de clássicos como este de Ranganathan e da reflexão sobre a discussão que o autor constrói a respeito do que era ser bibliotecário em sua época, sobre qual era o dever do profissional diante da realidade social em que se encontrava e dos desafios que se apresentavam para a construção de uma sociedade mais equilibrada e justa.

Sendo assim, a leitura que se pretende fazer aqui da obra de Ranganathan será sob a perspectiva de uma indagação ética, contemplando quais são os princípios defendidos pelo autor e qual sua percepção em relação ao exercício profissional e o papel social do bibliotecário.

Ao analisar as implicações éticas que essa temática suscita, a partir da perspectiva da ética prática<sup>2</sup>, pode-se levantar diversos questionamentos,

---

1 No presente texto será utilizada como definição de paradigma o conceito trazido por Thomas Kuhn (1998, p.67), para o qual a sua definição é resultado de que uma “[...] investigação histórica cuidadosa de uma determinada especialidade num determinado momento revela um conjunto de ilustrações recorrentes e quase padronizadas de diferentes teorias nas suas aplicações conceituais, instrumentais e na observação”. Em outras palavras, ao se fazer uma pesquisa aprofundada sobre uma determinada ciência, podemos verificar que existem determinados conceitos que são consensos entre diversos teóricos da comunidade da área pesquisada e, portanto, podem ser considerados paradigmas daquela ciência em questão.

2 Para a presente reflexão será adotada a concepção de Peter Singer (2006), para o qual agir

entre eles: Qual a finalidade de uma biblioteca? Qual a função de um bibliotecário? O seu compromisso é com o acervo ou com o público que faz uso da biblioteca? E os que não frequentam a biblioteca, devem ser esquecidos? Qual o motivo da existência dos livros, da leitura, enfim, se não for para atender à necessidade de um público?

Essas questões não passam despercebidas a Ranganathan que, na tentativa de respondê-las e pensando no fazer bibliotecário, formulou suas leis em uma linguagem simples e objetiva. Postulados estes ainda hoje absolutamente necessários, apesar de simples e aparentemente óbvios, como comenta Targino (2010, p.122), quando afirma:

[...] os mais desavisados podem, diante das leis de Ranganathan, “torcer o nariz” e disfarçar sorriso zombeteiro [...]. Ora, por detrás de aparente ingenuidade, os enunciados propagados por Ranganathan são, em sua essência, os precursores de quaisquer movimentos liderados por profissionais bibliotecários hoje ditos da linha de frente.

Dito isso, o presente capítulo busca refletir sobre os princípios éticos presentes nas cinco leis da Biblioteconomia formuladas por Ranganathan e suas implicações na prática profissional. Para tanto, foi realizada uma pesquisa bibliográfica com a finalidade de construir um referencial teórico que apresente e discuta as cinco leis e os argumentos que deram origem a elas sob o ponto de vista dos aspectos éticos nelas observáveis.

### **RANGANATHAN E A ORIGEM DAS CINCO LEIS DA BIBLIOTECONOMIA**

Segundo dados biográficos presentes na apresentação de seu livro (LEMOS, 2009), Shyyali Ramamrita Ranganathan (1892-1972) foi um

---

com ética, numa perspectiva da ética prática e tendo em vista o utilitarismo, pressupõe pensar sobre as consequências de cada escolha que fazemos e que de alguma forma afeta a outros (sejam pessoas, animais, ou ao meio ambiente, por exemplo). Essa perspectiva será discutida com maior profundidade na seção 3 do presente capítulo.

bibliotecário, matemático, físico e pensador indiano, natural da cidade Shiyali (no antigo estado de Madras, hoje Tamil Nadu). Conhecido como o pai da biblioteconomia indiana, devido a sua produção intelectual e sua trajetória profissional, publicou em 1931 aquele que seria um marco na área: As cinco leis da Biblioteconomia. Oitenta e cinco anos depois, este livro ainda continua sendo considerado um clássico, uma vez que, nas palavras de Lemos (2009, p. xiii) continua “trazendo lições sempre úteis, [...] porque no universo brasileiro, tão distante da Índia, tanto histórica quanto culturalmente, suas palavras encontram ressonância e parecem refletir a realidade de muitas de nossas bibliotecas e a visão de muitas de nossas autoridades”.

Ranganathan conheceu a Biblioteconomia a partir de um fato inusitado: foi nomeado em 1923 para o cargo de bibliotecário na University of Madras, onde até então atuava como professor de matemática. Diante do desafio de assumir uma nova função, resolveu se especializar no assunto cursando a School of Librarianship do University College, em Londres, onde teve a oportunidade de fazer uma viagem conhecendo mais de cem bibliotecas diferentes<sup>3</sup> ao longo de seis meses. O resultado das observações e entrevistas dessa viagem deram origem as experiências relatadas em seu livro.

No capítulo zero de seu livro, intitulado “Gênese”, Ranganathan relata um pouco de sua experiência e questiona: “Quais são os princípios normativos a que aludem as tendências que se observam nas práticas bibliotecárias e aludem às tendências futuras que atualmente ainda não são muito visíveis?” (RANGANATHAN, 2009, p.2). Aparentemente, foi

---

3 Como relata Ranganathan (2009, p.1), “as bibliotecas encontravam-se em diferentes estágios de desenvolvimento, o que facilitou um estudo comparado das práticas bibliotecárias”. Por meio dessas visitas, ele pode perceber que havia tendências mais progressistas, ao passo em que instituições adotavam um aspecto mais conservador. Pelo que o autor pode observar, “[...] as linhas de desenvolvimento nos diversos setores da prática biblioteconômica pareciam desconexas. [...] o que se via era somente um agregado de técnicas que não formavam um todo. [...] Tudo parecia ser uma questão de norma prática, rigorosamente empírica” (RANGANATHAN, 2009, p.2).

essa questão e suas conseqüentes reflexões, bem como o compilado de mais de três anos de estudos e observações (entre 1923-1925), que deram origem às cinco leis propostas por ele, que só foram publicadas em 1931.

Basicamente, as cinco leis podem ser consideradas como princípios que servem de base conceitual do papel e da prática diária dos profissionais nas bibliotecas (organização e funcionamento das bibliotecas e os serviços oferecidos por elas), além de falar sobre o comportamento desejável para as pessoas que atuam nesses ambientes. O ponto central de suas recomendações está na figura do leitor e na postura que deverá ser adotada pelos bibliotecários para atender os interesses de informação e conhecimento de seu público leitor.

#### **PRIMEIRA LEI: OS LIVROS SÃO PARA USAR**

No primeiro capítulo de seu livro, Ranganathan apresenta a primeira e mais fundamental lei estabelecida por ele: os livros são para usar. O capítulo está estruturado em 8 partes que versam sobre os diferentes aspectos que dão suporte ao cumprimento da primeira lei. Com esta lei, Ranganathan procura mostrar que os livros devem estar acessíveis ao público, que eles somente têm utilidade se forem lidos e, para isso, precisam chegar até o leitor. Portanto, os bibliotecários devem criar mecanismos para tornar a biblioteca mais acessível e atraente para os interagentes<sup>4</sup>. Na perspectiva do autor, o livro é um meio que impulsiona o conhecimento, não tendo um fim em si mesmo. Seu argumento apoia-se no pressuposto de que nada adianta manter bibliotecas repletas de livros senão se for para promover o acesso à informação.

Embora possa parecer um tanto óbvia a afirmativa de que os livros são para usar, o autor esclarece que muitas instituições acabavam por se preocupar mais com a preservação do acervo do que com sua utilização. De

---

4 No presente texto, adotou-se o termo interagente, pois entende-se que esse é o que atualmente melhor descreve os usuários ou clientes de uma biblioteca, conforme estudo de Corrêa (2014).

acordo com o autor, “essa tendência de entesourar livros teve origem numa época em que eles eram raros e de produção difícil. Antes da invenção da imprensa, levavam-se anos para copiar um livro” (RANGANATHAN, 2009, p.7). Essa lógica da preservação tinha sentido na antiguidade, porém perdeu razão de ser com a invenção da prensa de tipos móveis e a ampliação/disseminação da produção bibliográfica.

Outro aspecto mencionado pelo autor diz respeito à localização da biblioteca. Na perspectiva de Ranganathan (2009), a biblioteca deve ser percebida pelas autoridades como um espaço que precisa estar localizado em pontos de acesso fácil e de circulação do público, a fim de motivar o seu uso e de atender ao maior número de pessoas. É possível fazer uma analogia com o comércio, pensando nos leitores como ‘consumidores’ dos meios de acesso à cultura e ao conhecimento.

Ranganathan (2009) discute também a questão do horário das bibliotecas. De acordo com o autor, antigamente as bibliotecas eram pouco abertas, inclusive o acesso aos alunos de universidades, especialmente os ingressantes nos cursos, era bastante limitado e apenas para visualizar as lombadas. O acesso ao acervo era restrito aos professores, que administravam o espaço e só permitiam a utilização da biblioteca uma vez por semana, em sua presença.

Segundo Ranganathan (2009), após a criação da Primeira Lei, as bibliotecas passaram então a permanecer mais tempo abertas, mas ainda durante um horário restrito e muito limitado. Um fator que contribuiu para significativa mudança desse costume foi a popularização da iluminação elétrica, que possibilitou que as pessoas pudessem seguir com suas atividades mesmo depois de o sol de pôr. Diante disso, o autor defende que “em nenhum país onde a lei os livros são para usar houver deitado raízes na consciência pública será permitido que as bibliotecas encerrem seu expediente antes de a maior parte das pessoas ir dormir e, portanto, fiquem impedidas de usá-la” (RANGANATHAN, 2009, p.18).

Outra questão significativa diz respeito ao mobiliário da biblioteca, que a partir da mudança de paradigma do acervo para o usuário, deixou de se prestar ao acúmulo de materiais e passou a atender a demanda por um espaço confortável para leitura. De acordo com Ranganathan (2009), o que contava antes era acumular a maior quantidade de livros em menor espaço e, por isso, era costume que as bibliotecas utilizassem estantes que se estendiam desde o chão até o teto, com corredores estreitos e sem nenhum conforto aos leitores, quase como se buscasse mesmo afastá-los. A importância maior estava na preservação, não no uso. A formulação da Primeira Lei permitiu a reflexão sobre a acessibilidade direta do leitor aos livros e no seu conforto na sala para leitura. O mobiliário passou a se adequar para atender as necessidades dos leitores.

Para reafirmar esses princípios, o autor constrói uma pequena parábola em forma de diálogo, cujos personagens são: a Primeira Lei; a Regra do Menor Espaço, e; Regra do Menor Custo. Nesse trecho, Ranganathan (2009) faz um comparativo entre a antiga lógica (da preservação) com a nova lógica (do uso), demonstrando as diferenças de planejamento do espaço da biblioteca e dos serviços oferecidos por ela, priorizando o livre acesso dos leitores ao acervo. A partir de sua leitura é possível estabelecer uma analogia entre o posicionamento do bibliotecário (cumprindo o papel da primeira lei) e do gestor da instituição mantenedora (que muitas vezes cumpre os papéis do menor custo e do menor espaço).

No que se refere ao pessoal da biblioteca, Ranganathan afirma que “qualquer que seja a localização, o horário, o mobiliário e a forma como são guardados os livros, é o pessoal da biblioteca que, em última análise, constrói ou destrói a biblioteca” (RANGANATHAN, 2009, p.25)<sup>5</sup>. Esse

---

5 Em um trecho seguinte, o autor afirma com certo humor: “Enquanto a preservação dos livros era a principal preocupação de uma biblioteca, tudo o que ela almejava no que concerne ao pessoal era um competente guardião que combatesse os quatro inimigos dos livros: o fogo, a água, os animais daninhos e os seres humanos”. (RANGANATHAN, 2009, p.25).

trecho demonstra a importância que o autor concedia aos profissionais atuantes em biblioteca, defendendo a necessidade de qualificação específica em Biblioteconomia. A exemplo do que ocorre em algumas bibliotecas escolares no Brasil, o autor relata que

Não raro era criada uma sinecura na biblioteca para pessoas que não tinham condição de conseguir emprego em outros lugares. Não era incomum, por exemplo, os cargos nas bibliotecas serem preenchidos por surdos e aleijados, tartamudos e corcundas, apáticos ou irritadiços, por incompetentes de todo tipo (RANGANATHAN, 2009, p. 25).

O autor passa a relatar então o surgimento dos primeiros cargos de bibliotecário na Grã-Bretanha e nos Estados Unidos que, naquela época, não passava de um funcionário administrativo que acumulava outras funções. Com o passar do tempo foi sentida a necessidade de uma equipe qualificada, com bibliotecários e auxiliares com formação específica e de dedicação exclusiva à biblioteca, com conhecimento geral diversificado para atender as necessidades dos leitores.

Na perspectiva de Ranganathan (2009), os bibliotecários devem criar mecanismos para tornar a biblioteca de fácil acesso e atraente aos usuários e, portanto, precisam ter formação específica, atuar como educadores, ter uma postura compreensiva, possuir uma cultura ampla, demonstrar uma capacidade executiva, possuir grau universitário, serem receptivos, cordiais, proativos, versáteis, ter foco no leitor e, para tudo isso, ser bem remunerados.

Em sua última parte, o autor aconselha que não se espere por recompensa ou reconhecimento ao trabalho desempenhado, uma vez que a função do bibliotecário ainda não estava bem consolidada na época. Nas palavras

do autor: “A Primeira Lei diria: Plante sua alegria e sua perseverança nas minhas palavras, os livros são para usar. Seu dever é servir por intermédio dos livros. Servir é sua alçada, não as recompensas”. (RANGANATHAN, 2009, p. 49). Sendo assim, na perspectiva do autor, deve-se ter em mente que as atividades da biblioteca são um serviço e que seu objetivo é atender à necessidade do cliente para que este saia satisfeito com o serviço prestado.

Pode-se perceber, a partir de sua leitura, que “as mudanças causadas pela Primeira Lei em todas estas questões foram fundamentais. Se fosse para definir numa palavra o efeito final desta Primeira Lei, ela seria *revolução*. Uma vez radicalmente transformada a perspectiva, outras coisas vieram com o tempo” (RANGANATHAN, 2009, p.50). O objeto de trabalho do bibliotecário continuou a ser o livro, mas o foco de sua atuação, a perspectiva das atividades da biblioteca se voltaram para as necessidades do público e a constante busca por novas propostas de serviços e produtos.

## **SEGUNDA LEI: A CADA LEITOR O SEU LIVRO**

Nos capítulos dois, três e quatro<sup>6</sup>, Ranganathan apresenta a segunda lei, a cada leitor o seu livro<sup>7</sup>, bem como os efeitos que essa lei teve em diversos países ao redor do globo (nos cinco continentes), transcrevendo a legislação específica que foi criada na Grã-Bretanha e na Índia, além de trazer orientações para a aplicabilidade dessas leis e especificações sobre a organização de catálogos, tipos de obras, prazos de empréstimos, entre outros.

Tão importante quanto a Primeira Lei, a Segunda Lei propicia diversas

---

6 Em virtude do pouco espaço, do objetivo do presente trabalho e da falta de conhecimento necessário para discutir a legislação pertinente aos países citados, não serão abordados os conteúdos dos capítulos 3 e 4.

7 Existem variações da frase ao longo do texto. Em alguns trechos aparece grafado “Para cada leitor o seu livro” ou ainda “Os livros são para todos”.

mudanças na Biblioteconomia, na medida em que focaliza, assim como a primeira, as atividades da biblioteca nas necessidades do leitor. Ao comparar as duas leis, Ranganathan (2009, p. 50, grifo do autor) explica que

a Segunda dilata o conceito os livros são para os poucos eleitos. Se o grito revolucionário da Primeira era os livros são para usar, o da Segunda é os livros são para todos. Se a abordagem da Primeira se fazia pelo lado dos livros, a da Segunda se faz pelo lado dos usuários de livros. Se a primeira vivificava a biblioteca, a Segunda amplia-a para um problema nacional. Se a primeira escancarou as bibliotecas existentes, a Segunda cria novas bibliotecas e faz surgir a cultura de novas espécies de bibliotecas. Se havia relutância em proceder de acordo com a Primeira, encontra-se, em suas etapas iniciais, oposição categórica à Segunda. Assim, a revolução causada pela Segunda Lei é de natureza mais avançada e aproxima mais a humanidade de seu objetivo.

Isso se deve, principalmente, porque a natureza da mudança proposta pela Segunda Lei vai além das paredes da biblioteca, referindo-se muito mais a uma modificação político-social, uma vez que propõe a democratização do livro para públicos cujos interesses anteriormente eram desconsiderados. Nesse sentido, a Segunda Lei se faz ainda mais complexa do que a Primeira, porque demanda um esforço do bibliotecário enquanto um agente político, promotor da cultura e da disseminação do conhecimento, com um papel que transcende a sua prática tradicional. O autor reconhece o desafio proposto, refletindo

Para cada pessoa o seu livro! Que volume de ideias repousa em estado potencial nestas seis palavras de tão poucas sílabas! Quão árdua será a tarefa de concretizar estas ideias! Que variedade de interesses adquiridos se ergue contra qualquer tentativa de fazer valerem estas ideias! (RANGANATHAN, 2009, p.50, grifo do autor).

Na perspectiva do autor, as bibliotecas são coleções de livros formadas para atender a uma finalidade especial, isto é, o uso. Os livros fornecem informação, educam, podem oferecer alívio ou uma recreação inofensiva. Logo, se os livros são instrumentos de educação, então a lei para cada pessoa o seu livro pressupõe o conceito de educação para todos. Sendo assim, outra questão é levantada: Todos têm direito à educação?

O autor relata que na Grécia e na Roma antigas (apesar desta ter iniciado a criação das primeiras escolas públicas) a educação era um privilégio para poucos, uma vez que os escravos não tinham direito a educação e que, ainda na Idade Média, a educação era privilégio dos mais ricos. De acordo com Ranganathan (2009), essa situação perdeu até o século XVII e era inclusive estimulada pelos intelectuais da época, algo que o autor critica duramente

Que ordenamento caridoso! Que exibição de fatalidade nesse raciocínio do século XVIII! Com essas ideias à solta, é fácil imaginar a eficiência com que o conceito os livros são para poucos eleitos teria frustrado o surgimento do conceito antagônico os livros são para todos (RANGANATHAN, 2009, p.52, grifo do autor).

O autor continua relatando que essa perspectiva continuou mesmo no século XIX, em virtude da organização social em classes. Afirma Ranganathan (2009, p.52, grifo do autor) que “as classes abastadas e influentes – os homens livres do século XIX – resistiam acintosamente, por puro egoísmo, até mesmo à simples sugestão de que aos pobres fossem ministrados os rudimentos da educação”. O autor apresenta então vários exemplos de personalidades<sup>8</sup> inglesas da época, como o Marquês de

---

<sup>8</sup> O sentido da palavra personalidade aqui se refere a pessoas proeminentes no meio político-social da época e não ao conceito de personalidade política adotado pela Teoria do Direito.

Westminster e Francis Place (um alfaiate de Charing Cross), para ilustrar o seu relato, afirmando que mesmo no final do século XIX e no início do século XX, ainda existia muita resistência, por exemplo, a projetos de lei que versassem sobre a disseminação da educação na Inglaterra.

De acordo com o Ranganathan, foi nesse período que surgiu a primeira lei de bibliotecas públicas naquele país, que foi aprovada com bastante relutância, especialmente de políticos oriundos de famílias mais abastadas.

O receio geral das personalidades políticas da época era de que se os trabalhadores de funções mais elementares (especialmente de serviços e produção agrícola) recebessem algum grau de instrução, acabariam por se rebelar contra o ofício que exerciam e o país ficaria desprovido de mão de obra para o exercício dessas funções.

Outro exemplo trazido por Ranganathan (2009) é sobre a primeira biblioteca escolar fundada em Moscou, em 1913, que também gerou diversos questionamentos, pelo receio de que se fossem permitidos cursos de Biblioteconomia poderiam ser estimuladas futuras revoluções. Todos esses relatos históricos são apresentados para explicar que a segunda lei sofreu barreiras que iam além de um

hábito herdado, mas também uma oposição forte baseada em instintos políticos e econômicos. Por mais equivocados que estes instintos possam ter sido, não existe qualquer fundamento para duvidar de sua natureza bonafide. Na verdade, como se percebe facilmente, eram meras consequências de um instinto mais fundamental, ou seja, o instinto de autopreservação (RANGANATHAN, 2009, p.54).

Mas, assim como havia quem fosse contrário à instrução da grande população, havia também aqueles que eram favoráveis, ainda mais que, como relata Ranganathan, devido ao analfabetismo e à extrema miséria,

havia altos índices de criminalidade, transmissão de doenças, entre outros problemas que poderiam ser evitados com educação.

Dentre os exemplos, Ranganathan cita Adam Smith, que recomendou ao Estado impor à “população a obrigatoriedade de adquirir tais elementos mais essenciais da educação” (SMITH apud RANGANATHAN, 2009, p.54). Ranganathan salienta ainda que Adam Smith aproveitou a ocasião para propor que o Estado assumisse a responsabilidade pela educação dos mais pobres, instalando escolas em cada paróquia ou distrito, alegando que isso seria vantajoso à nação pois evitaria desordens. Na perspectiva dele,

um povo instruído e inteligente é sempre mais decente e ordeiro do que um povo ignorante e obtuso. As pessoas se sentem, cada qual individualmente, mais respeitáveis e com maior possibilidade de ser respeitadas pelos seus legítimos superiores e, conseqüentemente, mais propensas a respeitar seus superiores (SMITH apud RANGANATHAN, 2009, p.55).

No entanto, de acordo com Ranganathan, apesar do raciocínio de Adam Smith e outros políticos, intelectuais e organizações assistenciais da época (como a Society for the Diffusion of Useful Knowledge), levou ainda muito tempo até que a noção da necessidade de educar as grandes massas fosse reconhecida pelas classes mais abastadas e mesmo pelo Estado. Diversas foram as propostas de leis apresentadas e sumariamente rejeitadas naquele período, tanto na Inglaterra como em outros países da Europa e Ásia, o que inviabilizava a existência de bibliotecas abertas ao grande público e o acesso aos livros.

No entanto, de acordo com o relato do autor, com o tempo, vários países acabaram cedendo ao clamor da população e reconhecendo a necessidade de disponibilizar educação e acesso a bibliotecas. “A Índia, porém,

desafiadoramente, ainda se mantém inabalável! Quem é o responsável por esse estranho fenômeno? Quem estará ajudando a Índia a não arredar pé nessa batalha contra livros para todos, embora haja conquistado recordes mundiais de derrotas em outras esferas?” (RANGATHAN, 2009, p.58).

O autor então relata que na Índia daquela época apenas as classes mais abastadas, educadas em inglês e que tinham condições de estudar na Inglaterra, tiveram acesso à educação e chegavam, mesmo, a impedir que outras classes pudessem estudar, por uma questão de elitismo. Ranganathan critica severamente a situação da Índia e a sua não aceitação da Segunda Lei, afirmando

Se forem empresários inteligentes, os indianos ‘educados em inglês’ deverão recebê-la com um ramo de oliveira e oferecer seus préstimos na guerra santa que essa lei vem travando contra a ignorância persistente. Somente então conquistarão respeito aos olhos do mundo e somente então poderão sobreviver em meio às forças que serão libertadas no dia em que a Segunda Lei cravar sua bandeira em solo indiano e colocar os livros nas mãos de todos, da mesma forma que o fez em outras terras (RANGANATHAN, 2009, p.59).

Ranganathan expõe outra situação de exclusão, que não se referia às classes, mas ao gênero. Em suas palavras, “o gênero, por exemplo, foi outro fator que restringiu a aplicação da lei livros para todos. Em nosso próprio país, a Segunda Lei ainda não conseguiu completamente superar as limitações vividas pelo sexo feminino” (RANGANATHAN, 2009, p.59). Segundo o relato do autor, antes da dominação inglesa, as mulheres buscavam se instruir tanto quanto os homens, porém a partir da colonização inglesa, as mulheres passaram a constituir um grupo excluído socialmente, em que os índices de analfabetismo eram ainda maiores.

O bibliotecário indiano afirma que, “entretanto, se for uma fonte de consolo e estímulo, pode-se mencionar que os conceitos educação para

todos e livros para todos definitivamente superaram a barreira sexual somente nos últimos cinquenta anos, aproximadamente, na maioria dos países” (RANGANATHAN, 2009, p.60). A partir desse ponto o autor passa a relatar como a relação entre educação e mulheres foi se moldando ao longo da história, desde a antiguidade até o século XIX.

Ranganathan menciona como elas foram excluídas socialmente em diversos momentos na história, de como foram confinadas em suas casas, do menosprezo à capacidade feminina presente no discurso de vários intelectuais do passado, além da falta de incentivo ao estudo e da ridicularização a que eram expostas aquelas que estudavam, inclusive entre as próprias mulheres. Ranganathan passa então a fazer uma longa defesa do direito das mulheres à educação, criticando duramente aquela postura.

Na perspectiva do autor “A visão antediluviana, que confinava totalmente a mulher, tornando-a, na melhor das hipóteses, uma escrava toleravelmente inteligente e obediente, já está desaparecendo” (RANGANATHAN, 2009, p.63). O autor acreditava que se as mulheres tivessem a liberdade de estudar poderiam contribuir para que a sociedade avançasse cada vez mais na educação, pois levariam a educação para seus lares e, conseqüentemente, educariam seus filhos. De acordo com ele, o discurso geral que ganhava espaço na época era o da igualdade de direito para as mulheres, permitindo que esta pudesse ter

a absoluta igualdade de oportunidades na educação e na vida política, social e econômica, sustentando que a mulher não precisa, a menos que assim o deseje, cumprir com sua obrigação para com a sociedade, biologicamente falando, mais do que o homem, e que deveria ser dotada dos meios que lhe permitam ser igualmente livre para escolher uma carreira literária, científica ou empresarial (RANGANATHAN, 2009, p.64).

Ranganathan ainda afirma que, na segunda metade do século XIX, foi que se percebeu a necessidade de uma educação formal para as mulheres,

ainda que fosse para prepará-la também para as atividades domésticas, o que possibilitou que surgisse a noção para cada mulher o seu livro, o que influenciou a editoração de obras que abordavam conteúdos específicos para esse público.

O autor passa então a discorrer sobre a centralização da educação nas grandes cidades e, conseqüentemente, a marginalização da população rural, que igualmente era vítima de preconceito e não tinha acesso a elementos culturais. De acordo com autor

o direito dos moradores do campo aos livros só veio a ser respeitado na maioria dos países depois da Primeira Guerra Mundial. [...] foi somente mais ou menos na última década que um esforço sério foi envidado pela maioria das nações para suprir os habitantes de regiões rurais dispersas com os livros que eles queriam (RANGANATHAN, 2009, p.67).

No livro, passa então a relatar os casos de discriminação do próprio tratamento que a linguagem dava à população do campo e na forma como as populações urbanas se consideravam superiores. Segundo ele, inicialmente, o problema do analfabetismo no campo não gerava questionamentos e nem mesmo era considerado. “Embora as conseqüências da ignorância e da falta de livros sejam mais imediatas nas áreas urbanas, são latentes e tornam-se visíveis somente muito tardiamente nas áreas rurais” (RANGANATHAN, 2009, p.68).

O autor faz também a defesa da importância do trabalhador agrícola e da necessidade que ele tenha acesso também a educação, a fim de estar melhor preparado. O autor era da opinião de que “na situação atual de competição e luta internacional, verifica-se que a agricultura e outras indústrias rurais serão cada vez mais inúteis e menos valiosas, se forem praticadas com métodos de produção e comercialização antiquados” (RANGANATHAN, 2009, p.69).

Daí a necessidade de se manter os trabalhadores rurais instruídos e sempre atualizados com os progressos na mecanização e na tecnologia agrícola. Foi então que surgiram as primeiras bibliotecas itinerantes, bem como foram inauguradas bibliotecas públicas, que tinham como objetivo disponibilizar livros e revistas nas cidades do interior, ideia que se popularizou nos Estados Unidos e na Inglaterra.

Em sua obra, Ranganathan discute também a questão do êxodo rural. Na perspectiva dele, se fossem dadas melhores condições de vida aos camponeses, se existissem meios de acesso à educação, aos bens culturais e a atividades recreativas, isso reduziria o êxodo rural. Para Ranganathan (2009, p.74), “esse êxodo para as cidades aumenta desnecessariamente o adensamento populacional nas áreas urbanas, aumenta o custo de vida para os moradores e torna a manutenção da saúde pública mais difícil e mais cara”. Sendo assim, o autor propõe um serviço de bibliotecas rurais, a cargo de bibliotecários municipais, a fim de diminuir as discrepâncias culturais.

O autor considera que a primeira preocupação do profissional deverá ser conhecer a comunidade local, a fim de entender as necessidades de seu público. Posteriormente, ele deverá recrutar bibliotecários para atuar em cada distrito do município. Depois, ele deverá fazer ampla divulgação da biblioteca e dos serviços que ela disponibiliza, utilizando as mídias locais. Por último, ele aconselha que sejam disponibilizados uma variedade de livros de qualidade, bem escritos e bem ilustrados, tanto para leitura recreativa quanto informativa. O autor também aconselha que a biblioteca seja instalada em um lugar central, preferencialmente próximo ou no mesmo prédio da administração municipal.

Ranganathan também alerta para a possibilidade de o bibliotecário encontrar alguma resistência inicial e desconfiança para com a implantação da biblioteca municipal pela própria comunidade local. Porém, em sua perspectiva, “com paciência e compreensão das condições locais, esses

obstáculos não serão insuperáveis” (RANGANATHAN, 2009, p.79). O autor passa então a relatar casos de sucesso de implantação de bibliotecas em cidades rurais.

Em seguida o autor alude a condições que ele chama de excepcionais, como o caso de enfermos em hospitais, analfabetos, detentos e portadores de necessidades especiais, que na perspectiva do autor, também devem ser contemplados pela Segunda Lei. Ranganathan passa então a defender o direito de acesso ao livro por esse público, por meio de uma anedota e um poema, para quem a biblioteca deve ter meios de atender suas necessidades.

Outro público lembrado por ele são os trabalhadores do mar, que muitas vezes passavam muito tempo longe da cidade e por isso perdiam o acesso aos livros. De acordo com o autor, a Inglaterra foi o primeiro país a reconhecer a necessidade de disponibilizar livros também para esse público, fundando em 1919 o Seafarer’s Education Service, que tinha como objetivo fornecer livros para os navios, serviço que em 1928 atendia 1276 navios. Esse serviço foi estendido também a quase 300 faroleiros na Grã-Bretanha e na Irlanda (RANGANATHAN, 2009).

Por fim, passa a falar sobre a aplicabilidade da Segunda Lei também ao público infantil: “por muito tempo, todos acreditaram – e mesmo hoje alguns ainda acreditam – que a criança não tinha direito a livro algum, a não ser os didáticos, e que somente os ineptos ‘perderão tempo com leituras adicionais” (RANGANATHAN, 2009, p.90). Nessa época, o autor relata que muitos acreditavam que concluída a educação formal, não era mais necessário estudar ou continuar a ler e assume-se contrário a esse ponto de vista, defendendo a necessidade de uma educação continuada. Segundo ele,

“[...] mesmo que a pessoa possua tantos graus quanto um termômetro, mesmo que se tenha graduado com a mais alta distinção, ela será flagrantemente inculta, ou logo se tornará, se parar de ler e deixar que o cérebro se enferruje a partir do dia da formatura” (RANGANATHAN, 2009, p.91).

Sendo assim, Ranganathan propõe um serviço para ex-alunos poderem continuar a emprestar livros na universidade, tendo em vista que “seu interesse pela educação dos alunos não termina no dia em que ela lhes confere o diploma. Embora não tenha o direito de impingir-lhes mais educação formal, compete-lhe o dever de continuar educando seus ex-alunos por meio dos livros da sua biblioteca” (RANGANATHAN, 2009, p.91). A partir daí o autor volta a falar da necessidade de se estimular o hábito da leitura tanto entre as crianças quanto entre os estudantes das universidades, posto que é mais fácil fazer com que eles continuem a ler depois de concluído seus cursos, do que conquistar novos leitores que nunca tenham tido o gosto pela leitura.

Na perspectiva do autor, somente com o fortalecimento da biblioteca escolar e da biblioteca universitária que será possível manter o trabalho das bibliotecas no futuro. O autor conclui o capítulo afirmando que

a luta da Segunda Lei da biblioteconomia deveu-se grandemente à ilimitada democracia e a universalidade de seu apelo. Os caprichos da natureza podem militar contra a lei da democracia em muitas esferas da vida. Nenhum credo político ou ético pode uniformizar as diferenças físicas, de temperamento e inteligência mais do que as diferenças de altura e cor. Mas, a lei *livros para todos* mostrou ser mais do que um adversário à altura dos perversos caprichos da natureza. Ela pode cegar alguns, pode atar a língua de outros; pode lançar a sorte de outros destinando-os à solidão; pode sujeitar a maioria ao jugo da miséria. No entanto a Segunda Lei tratará a todos como iguais e oferecerá *a cada um o seu livro*. Obedecerá escrupulosamente ao princípio da igualdade de oportunidades em relação aos livros, ao ensino e ao entretenimento. Não terá descanso enquanto não houver reunido todos – ricos e pobres, homens e mulheres, quem mora em terra firme e quem navega os mares, jovens e idosos, surdos e mudos, alfabetizados e analfabetos – a todos, de todos os cantos da Terra, até que os tenha conduzido para o templo do saber e

até que lhes tenha garantido aquela salvação que emana do culto de Sarasvati, a deusa do saber<sup>9</sup> (RANGANATHAN, 2009, p.92, grifo do autor).

Sendo assim, é possível entender a partir da leitura do trecho supracitado que o acesso ao conhecimento proporcionado pela democratização do livro é considerado por Ranganathan como um agente de mudança, capaz de transformar a realidade e de proporcionar às pessoas a superação das dificuldades por meio da Educação. Cabe então, ao bibliotecário, o papel de socializador do livro, buscando atender as necessidades do maior número de pessoas possível.

### **TERCEIRA LEI: A CADA LIVRO O SEU LEITOR**

No quinto capítulo, Ranganathan postula a terceira lei, *a cada livro o seu leitor*<sup>10</sup>, defendendo que é necessário que a biblioteca disponibilize o máximo de livros possíveis por meio de um *Sistema de Livre Acesso*, considerando também o arranjo das estantes, as entradas dos catálogos, o serviço de referência, etc.

Ranganathan (2009, p.189) explica que “por ‘livre acesso’ entende-se a oportunidade de ver e examinar o acervo de livros com a mesma liberdade que temos na nossa própria biblioteca particular”, permitindo que o leitor circule entre as estantes e escolha os livros que quiser, permitindo que este descubra novos títulos que desconhecia que a biblioteca dispunha.

O autor faz então uma analogia com uma loja, mencionando que “a loja, interessada em que cada uma de suas mercadorias passe para as mãos dos clientes, permite livre acesso completo até mesmo aos artigos de menor

---

9 Uma curiosidade: ao longo do texto, o autor faz diversas referências aos deuses da mitologia hindu.

10 Existe variação da frase ao longo do texto. Em alguns trechos aparece grafado “Para cada livro o seu leitor”.

tamanho” (RANGANATHAN, 2009, p.190), considerando a todos como clientes potenciais. Isso porque o interesse maior da loja é encontrar um comprador para cada uma de suas mercadorias, assim como o interesse da biblioteca é encontrar um leitor para cada uma de suas obras. Na perspectiva de Ranganathan (2009) é evidente que haverá algumas perdas inevitáveis do acervo, mas isso é aceitável para aumentar as oportunidades de garantir *para cada livro o seu leitor*.

O autor também orienta para que as obras sejam reunidas por assunto, a fim de facilitar a sua localização pelo leitor. Além disso, recomenda a utilização de uma estante para expor as novas aquisições, de vitrines para exposição de acervos especiais, abordando inclusive a acessibilidade das estantes, no sentido de proporcionar o maior conforto possível ao leitor.

Em outro trecho, aborda especificidades da catalogação, novamente preocupado em auxiliar o leitor a encontrar os livros de que necessita, sugerindo a adoção de remissivas para que este possa encontrar, por exemplo, livros de uma mesma série ou continuações do mesmo romance.

Outro aspecto mencionado pelo autor diz respeito ao serviço de referência. Neste trecho o autor aborda o fato de que embora uma biblioteca possa estar bem organizada, jamais será dispensável o atendimento pessoal. Nesse sentido, o autor defende que a equipe de referência deve ser tão atenciosa quanto uma equipe de *agentes promotores do produto*.

Nas palavras de Ranganathan (2009, p.197), “o requisito da Terceira Lei desafia e transcende a máquina. Será sempre preciso contar com seres humanos que atuem como ‘agentes promotores do produto’ [...]. Sua ocupação deve ser falar dos livros para os leitores e conquistá-los”. Esse contato entre a equipe da biblioteca e os leitores permite conhecer as necessidades do público e buscar oferecer a este os melhores serviços e produtos que a biblioteca tenha para atender as suas expectativas.

Ranganathan aborda também a questão da busca por atrair leitores

potenciais e transformá-los em leitores reais. Uma sugestão do autor é disponibilizar salas de leitura dedicadas a periódicos (jornais e revistas) populares, uma vez que era um dos serviços mais requisitados na época, o que atrairia um número maior de pessoas com as quais a equipe da biblioteca poderia interagir e divulgar os livros que a biblioteca dispunha. Diante disso, sugere a utilização de meios de publicidade para a divulgação dos serviços e produtos da biblioteca, entre os quais cita a imprensa (jornais locais, noticiários, etc.), textos avulsos, boletim da biblioteca, vitrines, propaganda em rádio, cartazes, bem como conversas casuais com as pessoas em geral.

Além disso, aborda também os serviços de extensão, como leitura para analfabetos, traduções, círculos de leitura, oferecer o espaço para reuniões culturais, promover palestras, concertos musicais, exposições, hora do conto, festivais e feiras, etc. Tudo isso, em busca de uma maior proximidade com o público, tendo como finalidade o estímulo da leitura e a promoção da biblioteca como um espaço cultural não elitizado, no qual todas as pessoas se sintam reconhecidas e bem recebidas.

Por último, e tendo em vista o mesmo argumento, o autor fala da importância de se fazer uma seleção de materiais que contemple os interesses do público. De acordo com Ranganathan (2009, p.210) “pode-se ver facilmente que uma das formas de cumprir as exigências da Terceira Lei consiste em tratar com a maior importância as predileções e exigências da clientela da biblioteca no trabalho de seleção de livros”. Para tanto, a fim de descobrir quais os gostos e necessidades do público, o autor sugere que sejam consideradas no momento da seleção as sugestões apresentadas pelos próprios leitores, as necessidades percebidas pela equipe de referência, bem como obras que contemplem as principais ocupações do público, assuntos relacionados a eventos futuros (nacionais ou locais) e, ainda, as demandas percebidas em conversas com os principais membros da comunidade local.

#### QUARTA LEI: POUPE O TEMPO DO LEITOR

O sexto capítulo do livro de Ranganathan traz a lei *poupe o tempo do leitor*, que instrui que a biblioteca deve fazer tudo ao seu alcance para facilitar o acesso do leitor ao que ele busca e evitar que ele perca muito tempo em cada uma das etapas do empréstimo (atendimento no balcão, busca no catálogo, localização e empréstimo).

Desta forma, o autor sugere uma série de instruções que visam facilitar a busca no catálogo (através de catalogações eficazes e as respectivas remissivas), a localização nas estantes (com sinalizações adequadas e etiquetas bem posicionadas para facilitar o acesso) e o empréstimo (por meio de um atendimento rápido e eficiente com foco nas necessidades do leitor).

Para isso, o autor salienta a necessidade de ter uma equipe bem treinada e em quantidade suficiente para atender a demanda de forma ágil. Além disso, o autor recomenda que a equipe permaneça o menor tempo possível envolvida em atividades rotineiras (atividades internas), a fim de que a biblioteca possa contar com o maior número possível de profissionais no atendimento. Para tanto, ele faz algumas recomendações para agilizar os processos internos da biblioteca, a fim de liberar o mais brevemente possível o pessoal para o atendimento.

Outro aspecto mencionado pelo autor que propicia maior comodidade ao público diz respeito a localização da biblioteca. Para exemplificar, o autor fala a respeito das bibliotecas universitárias, recomendando que estas deverão ficar em um lugar centralizado que permita aos alunos acessá-las o mais rapidamente possível. Além disso, recomenda que, se possível, os grupos de pesquisa e os laboratórios sejam alocados no mesmo prédio, para evitar desperdício de tempo de deslocamento dos pesquisadores.

De acordo com o autor, o mesmo se aplica às bibliotecas públicas, embora neste caso seja impossível estreitar a distância para todos os bairros

e distritos de uma cidade. Como alternativa, Ranganathan sugere a criação de filiais e postos de atendimento, a fim de evitar que todos tenham a necessidade de se locomover até a biblioteca. No caso das áreas rurais, o autor sugere a implantação de bibliotecas itinerantes com uma boa seleção de materiais que possam atender as demandas do público.

### **QUINTA LEI: A BIBLIOTECA É UM ORGANISMO VIVO**

No sétimo capítulo de seu livro, Ranganathan apresenta a última das cinco leis postuladas por ele: *a biblioteca é um organismo em crescimento*. Segundo o autor, “enquanto as quatro primeiras tratam das funções da biblioteca, a Quinta nos fala das características essenciais e perenes da biblioteca como instituição e exige a necessidade de uma constante adaptação de nossa perspectiva ao lidarmos com ela” (RANGANATHAN, 2019, p.241).

Essa lei tem importância fundamental para o planejamento e organização das bibliotecas, uma vez que elas precisam estar em constante desenvolvimento e atualização. Ranganathan (2009, p.241) defende que a biblioteca pode ser considerada um organismo em crescimento em virtude de que “um organismo em crescimento absorve matéria nova, elimina matéria antiga, muda de tamanho e assume novas aparências e formas”, características aplicadas à biblioteca.

No que se refere ao crescimento, o autor relata que a biblioteca cresce em livros, leitores e pessoal, portanto, deve ser planejada e organizada tendo em vista a necessidade de novas estantes e de remanejamento do acervo, bem como a disponibilização de mais mobiliário para atender o crescimento de número de leitores e de funcionários para atendê-los. Além disso, a biblioteca sempre deve estar preparada para fazer mudanças na sua aparência e forma de organização a fim de atender as necessidades dos leitores.

Ranganathan finaliza a apresentação da Quinta Lei ressaltando que

o princípio fundamental da biblioteca – que prevaleceu ao longo de todas as etapas de sua evolução, é comum a todas as suas diferentes formas e perdurará como sua característica peculiar para todo o sempre – é ser um instrumento de educação universal que reúne e difunde livremente todos os recursos de ensino e dissemina o conhecimento com a ajuda delas (RANGANATHAN, 2009, p.263).

Desta forma, define que a principal razão de ser, a principal função da biblioteca é a educação e, por tanto, todas as suas atividades, serviços e produtos se destinam ao cumprimento deste objetivo, buscando democratizar o acesso ao livro a todas as pessoas.

No último capítulo, o autor aborda o método científico e a Biblioteconomia, bem como as lutas pelas quais a área passa para se consolidar como ciência e para defender a democratização das bibliotecas no cenário internacional<sup>11</sup>.

### **ASPECTOS ÉTICOS OBSERVÁVEIS NAS CINCO LEIS**

A partir da leitura da obra de Ranganathan (2009), com especial atenção aos capítulos que versam sobre as cinco leis da Biblioteconomia, é possível identificar alguns princípios éticos presentes na argumentação do autor e na formulação das próprias leis. Dentre as possibilidades de reflexão sobre esses princípios éticos, adotou-se como base a concepção de Peter Singer (2006), para o qual agir com ética pressupõe pensar sobre as consequências de cada escolha e que de alguma forma afeta aos outros.

Nessa perspectiva, a base do comportamento ético estaria na capacidade de entendimento, de se colocar na perspectiva do outro e de assumir a

---

<sup>11</sup> Tendo em vista o foco do presente trabalho e da falta de conhecimento necessário para discutir o conceito de ciência defendido pelo autor, este capítulo não será abordado. Fica, no entanto, a sugestão para estudos futuros em virtude da importância do tema.

responsabilidade em decisões que levem em consideração as consequências que acarretam aos outros, colocando em primeiro plano os interesses coletivos ao invés dos interesses pessoais, considerando que outro em seu lugar deveria ter a opção de escolher. Sendo assim, agir eticamente é agir de uma forma que outro poderia ter agido. Na perspectiva de Singer, “É verdade, como já vimos na abordagem do consequencialismo, que as acções que numa determinada situação são um bem devido às suas consequências benéficas podem: ser um mal noutra circunstância, devido às suas consequências negativas.” (SINGER, 2006, p.9). Tomar decisões é uma tarefa difícil, que não fica mais fácil se apenas for levado em consideração o que a sociedade em geral acredita ser o certo. As vezes se é obrigado a escolher opções que contrariam tudo o que se convencionou chamar de certo por um bem maior. A reflexão sobre a escolha pode ser subjetiva, mas não a escolha em si, uma vez que ela deve ser uma ação guiada pela razão, na perspectiva de decidir entre as opções aquela que traz menos consequências negativas e mais consequências positivas para os interesses da coletividade, em busca de se fazer o bem.

A partir dessa reflexão, percebe-se que o aspecto que mais se destaca nos postulados de Ranganathan é a atenção para com as necessidades dos leitores. Esse aspecto está presente em todas as leis, perpassando toda a argumentação de Ranganathan (2009) e pode ser associado ao princípio da igual consideração dos interesses dos envolvidos, uma vez que ao longo de seu texto o autor parece demonstrar a capacidade de entendimento, isto é, de se colocar na perspectiva do leitor, visualizando as necessidades dele.

É possível perceber que nos postulados das cinco leis, o autor leva em consideração as consequências que acarretam aos outros, colocando em primeiro plano os interesses coletivos ao invés dos interesses pessoais, considerando que outro em seu lugar deveria ter a opção de escolher. No seu entendimento, por exemplo, a noção de que *os livros são para serem*

*preservados* dá lugar a noção de *os livros são para serem utilizados*, porque desta forma atende ao interesse de mais pessoas (RANGANATHAN, 2009). Ao entender a importância de facilitar o acesso aos livros, o autor assume uma postura de empatia, colocando-se no lugar dos leitores a fim de identificar quais são as suas necessidades, de que forma ele pode contribuir para facilitar o acesso dos leitores aos livros.

Além disso, o autor busca proteger o interesse dos mais frágeis, especialmente na argumentação da Segunda Lei, *a cada leitor o seu livro*, em que o autor defende que os livros são para todos, devem ser disponibilizados para todos, sem distinções. Ao longo de sua argumentação, diversas vezes Ranganathan (2009) faz a defesa do direito ao livro e à educação de grupos sociais marginalizados culturalmente, como por exemplo, os mais pobres, as mulheres, os camponeses, os enfermos, os analfabetos, etc.

Desta forma, entende-se que a argumentação construída por Ranganathan (2009) atende ao critério da universalidade da ética, conceituada por Singer (2006), que diz respeito a um padrão universal mínimo necessário para que todos possam se entender e se respeitar, na medida em que os interesses de todos sejam contemplados. Para tal, Singer argumenta que se não houvesse universalidade da ética, posturas opostas seriam eticamente equivalentes e as decisões ficariam mais complexas, uma vez que não seria possível estabelecer que opção poderia ser considerada mais ética.

Na perspectiva de Singer (2006), o interesse pessoal é apresentado como algo que deve ser colocado em segundo plano, dando a mesma importância aos interesses alheios que concedemos aos nossos. “A ideia de nos pormos no lugar dos outros está associada à outra formulação cristã do mandamento, segundo a qual devemos fazer aos outros aquilo que gostaríamos que eles nos fizessem” (SINGER, 2006, p.13). Em outras palavras, agir com os outros como gostaríamos que agissem conosco, isto é, tendo em vista a reciprocidade como um conceito universal, levando em consideração a

capacidade de entendimento “do outro”, uma lógica aplicável a qualquer decisão ética.

Para isso, é necessário um posicionamento de observador neutro e imparcial, no qual o interesse de todos é importante, numa atitude de proteção aos mais fracos, aqueles que não dispõem de meios de se defender por si mesmos. De acordo com Singer (2006, p.13), “[...] não se pode justificar um princípio ético relativamente a qualquer grupo parcial ou local. A ética adota um ponto de vista universal”. Nem toda opção será aplicável a toda situação, pois cada situação envolve circunstâncias específicas, mas toda situação deve ser observada por esse princípio universal. Nas palavras de Singer (2006, p.13-14), isso quer dizer que

quando fazemos juízos éticos, vamos para além de preferências e aversões. De um ponto de vista ético, é irrelevante facto de ser eu o beneficiário de, digamos, uma distribuição mais equilibrada do rendimento e outra pessoa a prejudicada. A ética exige que nos abstraiamos do “eu” e do “tu” e que cheguemos à lei universal, ao juízo universalizável, ao ponto de vista do espectador imparcial ou do observador ideal, ou o que lhe quisermos chamar.

Nessa perspectiva, a melhor decisão é aquela que contempla o interesse de todos, que coloca acima de qualquer interesse pessoal o interesse da coletividade, que escolhe a opção que é mais útil e que traz mais benefícios aos afetados pela decisão. Sendo assim, quando Ranganathan (2009) opta por pensar nos interesses da coletividade, ao invés de se preocupar com os interesses apenas de um grupo, por exemplo, a elite intelectualizada, ele passa a agir dentro de uma lógica da ética universal.

Também é possível observar a Segunda Lei (RANGANATHAN, 2009), especialmente no trecho e que o autor constrói sua argumentação para defender o direito a educação formal e continuada pelas crianças e jovens,

sob a lógica do conceito do esclarecimento de Kant ([1784]), isto é, pensando a educação como uma forma de o jovem alcançar o esclarecimento, ou seja, a maioridade intelectual.

Para Kant, o esclarecimento consiste na “saída do homem de sua minoridade, pela qual ele próprio é responsável” ([1784?], p.1), isto é, a chegada do ser humano à maturidade e à capacidade de pensar por si mesmo e chegar a suas próprias conclusões sem a interferência de outros. Em outras palavras, a minoridade é entendida como “a incapacidade de se servir de seu próprio entendimento sem a tutela de um outro” (KANT, [1784?], p.1) e o esclarecimento seria a capacidade de refletir e chegar a decisões levando em consideração seus próprios princípios, aceitando a responsabilidade e as consequências pelas suas decisões.

Esse argumento é reforçado pela concepção de Kant de que cada pessoa deve perceber a sua minoridade, “uma vez que ela não resulta da falta de entendimento, mas da falta de resolução e de coragem necessárias para utilizar seu entendimento sem a tutela de outro” ([1784?], p.1). Portanto, o esclarecimento implicaria em ter coragem em assumir a responsabilidade por sua percepção de mundo e suas decisões, aceitando suas consequências, assumindo seus riscos, aprendendo com seus erros.

Sendo assim, o papel da biblioteca seria fornecer os meios de acesso aos livros, para que as pessoas pudessem alcançar o esclarecimento por si só, por meio da reflexão aprofundada e da leitura, tendo no conhecimento uma forma de libertação. Esse princípio que pode ser observado também na Terceira Lei, *a cada livro o seu leitor*. Na argumentação a essa lei, Ranganathan (2009) defende que o leitor deve ter liberdade de escolher o que ele quer ler, de circular pela biblioteca e fazer uso do acervo disponível para alcançar o conhecimento e que o papel dos profissionais é propiciar meios para que os leitores possam encontrar os livros de que necessitam.

Por fim, outro princípio observável na argumentação de Ranganathan

(2009) está no senso de dever defendido pelo autor. Em diversos momentos, é perceptível em sua argumentação a defesa de que não importando a opinião mais difundida (como na época em que se acreditava que os mais pobres não deveriam ser instruídos), não importando o não reconhecimento do público (como quando o autor aborda no final do primeiro capítulo), ou seja, mesmo em face de todos esses obstáculos, Ranganathan (2009) defende que o profissional bibliotecário deve ter em mente o seu dever expresso ao longo das cinco leis de democratização do acesso aos livros, o seu papel social como provedor de conhecimento.

Pensando por essa lógica, é possível estabelecer uma relação de sentido com os argumentos apresentados por Sócrates, para o qual o dever está acima da opinião da multidão, uma vez que acima de tudo deve-se seguir a consciência e fazer escolhas apoiadas por ela, buscando viver pela justiça, guiando-se pela razão, assumindo a consequência por suas decisões, tal como Ranganathan (2009) demonstra ao longo da argumentação que fundamenta os postulados de suas cinco leis.

### **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

No presente capítulo buscou-se realizar a leitura do livro *As cinco leis da Biblioteconomia*, de Ranganathan (2009) sob a perspectiva da ética prática, contemplando os princípios defendidos pelo autor em sua argumentação. Para tanto, foi realizada uma leitura investigativa com a finalidade de apresentar as cinco leis e os argumentos que deram origem a elas, bem como fundamentar a análise dos aspectos éticos observáveis em Ranganathan.

A partir da leitura de sua obra, foi possível verificar que o autor se preocupava prioritariamente com os interesses dos leitores e com as dimensões éticas da atuação dos bibliotecários, especialmente no que se refere à democratização do acesso ao livro e ao conhecimento. Esses aspectos estão evidenciados na própria formulação das cinco leis da biblioteconomia:

1) Os livros são para usar. 2) Para cada pessoa o seu livro. 3) Para cada livro o seu leitor. 4) Poupe o tempo do leitor. 5) A Biblioteca é um organismo em crescimento (RANGANATHAN, 2009).

Finalmente, deixa-se a sugestão de que a obra seja lida mais vezes, a partir de outras perspectivas. Seria interessante que se realizasse um estudo aprofundado da aplicabilidade das cinco leis na atualidade, haja vista que a noção de preservação do acervo está ainda muito presente na Biblioteconomia atual, especialmente no que se refere ao rigor aplicado ao tratamento técnico das obras. Outra sugestão de estudo que seria interessante abordar é a defesa que o autor faz da Biblioteconomia como ciência, assunto do último capítulo de seu livro, no qual poderia ser indagado qual a teoria de ciência utilizada pelo autor para fundamentar a sua argumentação. Uma terceira reflexão, não menos importante, poderia ser a respeito das referências a outras teorias ou autores estudados por Ranganathan e que influenciaram seu pensamento e, conseqüentemente, a formulação das cinco leis da Biblioteconomia, buscando investigar com que perspectivas científicas o autor teve contato durante o período em que cursou a *School of Librarianship* do *University College*, em Londres.

## REFERÊNCIAS

BURKE, P. **Uma história social do conhecimento I: de Gutenberg a Diderot**. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

CORRÊA, E. C. D. Usuário, não! Interagente: proposta de um novo termo para um novo tempo. **Encontros Bibli: revista eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, v. 19, n.41, p. 23-40, set./dez., 2014.

KANT, I. **Resposta à pergunta: o que é o esclarecimento**. [1783?]. Disponível em: [http://www.uesb.br/eventos/emkant/texto\\_II.pdf](http://www.uesb.br/eventos/emkant/texto_II.pdf) . Acesso em: 16 nov. 2015.

KUHN, T. S. **A estrutura das revoluções científicas**. 5.ed. São Paulo:

Perspectiva, 1998. Disponível em: <https://leandromarshall.files.wordpress.com/2012/05/kuhn-thomas-a-estrutura-das-revoluc3a7c3b5es-cientec3adfcas.pdf>. Acesso em: 31 jan. 2016.

LEMOS, A. A. B. de. Apresentação desta edição. In: RANGANATHAN, S. R. **As cinco leis da biblioteconomia**. Brasília, DF: Briquet de Lemos; Livros, 2009.

MARTINS, W. **A palavra escrita: história do livro, da imprensa e da biblioteca**. 3.ed. São Paulo: Ática, 2001.

CRITÃO (Crítón), ou o Dever. In: PLATÃO. **Diálogos**. Disponível em: [http://www.consciencia.org/platao\\_criton.shtml](http://www.consciencia.org/platao_criton.shtml). Acesso em: 01 fev. 2016.

RANGANATHAN, S. R. **As cinco leis da Biblioteconomia**. Brasília, DF: Briquet de Lemos; Livros, 2009.

SINGER, P. **Ética Prática**. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

SOUZA, F. das C. Dos deveres profissionais ou a deontologia. In: **A ética na sociedade, na área da informação e da atuação profissional: o olhar da Filosofia, da Sociologia, da Ciência da Informação e da formação e do exercício profissional do bibliotecário no Brasil**. / Henriette Ferreira Gomes, Aldinar Martins Bottentuit e Maria Odaisa Espinheiro de Oliveira (Orgs.). – Brasília, DF: Conselho Federal de Biblioteconomia, 2009. p.133 – 145.

TARGINO, M. das G.. Ranganathan continua em cena. **Ci. Inf.**, Brasília, DF, v. 39 n. 1, p.122-124, jan./abr., 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ci/v39n1/v39n1a08.pdf>. Acesso em: 01 fev. 2016.



# Capítulo 2

## **Informação, código moral e a conquista da felicidade: uma reflexão ética acerca da profissão de bibliotecário**

Eli Regina da Silva Amorim

Noeli Viapiana

José Claudio Matos



## INTRODUÇÃO

Este capítulo procura interpretar a condição do bibliotecário - e do profissional da informação em geral - do ponto de vista de sua conduta profissional, em relação com a busca do bem e da felicidade pessoal. O objetivo de tal reflexão é ultrapassar os pontos mais frequentados pelo debate sobre ética, focados nas regras e normas da profissão, em direção a uma concepção mais ampla da vida na qual esta profissão toma parte. Este percurso aponta na direção da dimensão ética do bibliotecário, norteando para que cada profissional se realize como ser humano atuante e capaz de fazer o bem - capaz de fazer boas escolhas na vivência da profissão - e que tais escolhas gerem consequências benéficas para a conquista da felicidade.

Considera-se inicialmente que os valores mantidos por cada ser humano são diferentes, e que dificilmente suas ações não afetariam os interesses coletivos. Isto implica em que a profissão, como uma parte da vida de alguém, se liga profundamente às atividades e desejos de outras pessoas em sociedade. É necessário ao profissional em qualquer campo manter-se alinhado a expectativas sociais, e a normas e valores de um campo de atividade. Por causa disso a regulamentação de diversas profissões envolve a regulamentação de normas de conduta, comumente denominadas de Códigos de Ética Profissional. Estes códigos costumam apresentar uma

versão oficial e publicamente reconhecida daquilo que se espera das escolhas e ações do profissional, no exercício de sua atividade especializada.

Nos estudos acerca da ética, especificamente a ética profissional, é frequente também o reconhecimento de que a existência de códigos de ética, e até mesmo a observação de seus artigos não é fundamento suficiente nem para a conduta bem sucedida e nem para a reflexão ética profunda e adequada. A hipótese de que este trabalho parte é a de que, para além do elemento normativo da ética, manifesto com propriedade nos códigos da profissão, há um elemento individual, subjetivo, que é necessário para a realização plena dos fins e metas de um profissional. Este elemento subjetivo se torna mais evidente quando pensamos na profissão de alguém como parte de um projeto mais amplo de vida, como parte de um horizonte mais amplo de possibilidades, escolhas e valores a serem considerados.

O resultado que se espera atingir com o discurso conduzido desta forma é uma compreensão mais refinada da relação do indivíduo com as normas e valores da profissão. Uma compreensão deste tipo envolve saber colocar as regras e normas em seu devido lugar, reconhecendo, tanto na ação como na reflexão, o seu justo limite. Afirma-se isso pois, para uma conduta pessoal e profissional bem sucedida do ponto de vista ético, meramente seguir e observar regras e normas não parece ser o bastante. A tradição filosófica acerca desta questão nos faz perceber que há um elemento ativo, criador e genuinamente individual em toda conduta ou ação que visa à satisfação de desejos e a busca do bem. Este elemento individual pode muito bem ser um componente da consideração do profissional da informação acerca de sua própria vida moral, e certamente não se resume a uma observância ou aceitação de regras e normas, como se estas esgotassem a dimensão ética presente em sua esfera de atuação.

## **ESTRATÉGIA DE ABORDAGEM: CONSIDERAÇÕES SOBRE O MÉTODO DE EXPOSIÇÃO**

Para caracterizar melhor este aspecto ativo e original da conduta ética, irreduzível à adequação a regras, é preciso recorrer a algum modelo teórico a partir do qual ele possa ser apresentado ao prezado leitor. Este modelo será elaborado com referência a autores da tradição filosófica no campo da ética, tais como Aristóteles e Bertrand Russel. A análise e interpretação crítica destes autores permitem mostrar ao leitor como se configura a ideia de que, além da expressão de normas e regras representadas, por exemplo, no chamado Código de Ética do Bibliotecário, persiste na sua conduta um elemento subjetivo, para além da formulação racional de deveres e direitos expressos publicamente.

Este capítulo, portanto, não representa exatamente o resultado de uma pesquisa científica, nos termos em que os manuais de metodologia disponíveis assim a qualificam. Mais que isso, ele é um esforço argumentativo a fim de compreender elementos da dimensão ética que dizem respeito à profissão do bibliotecário, e sua vida moral em geral, na forma de um ensaio filosófico. A palavra “ensaio”, mais do que o rótulo para um gênero textual, significa “tentativa”, “experimento”, ou seja, o exercício de uma reflexão guiada por um propósito ou intenção definida, mas cujos resultados e formas de construção estão abertos à diversidade de olhares. O professor Jayme Paviani (2009, p. 4) assim caracteriza o ensaio

- a) É um estudo, uma investigação, uma reflexão, etc. O ensaio parece conter em suas entranhas o caráter de provisoriabilidade, de proposta, de algo que não possui a pretensão de acabamento. A palavra ensaio parece indicar essa condição;
- b) É um estudo formalmente desenvolvido, dentro de padrões mais ou menos formais; mais flexível que um tratado, por exemplo. Mesmo que seu estilo se aproxime do literário, o

ensaio é elaborado, isto é, não é o espontâneo nem o caótico, mas formalmente apresentado a partir de determinados padrões.

O ensaio – assim entendido – faz sentido na medida em que convida à participação do leitor. Seu caráter aberto e variado propõe ideias ao invés de afirmá-las categoricamente, e provoca ao invés de estabelecer resultados prontos. É neste horizonte metodológico que o leitor se encontra, participando da construção do sentido deste capítulo, não como mero expectador, mas como ator no desenvolvimento do argumento.

Este estudo alinha os conceitos de ética e moral, focando na atuação do profissional e sua tendência ao bem. As escolhas e as consequências assumidas por um profissional resultam na forma com que a ética é apresentada na sociedade, por meio de sua conduta. Em linhas gerais, a argumentação que aqui se apresenta é uma reflexão voltada à ética para o bibliotecário, provocando a indagação sobre as condições em que este seja realizado como ser humano atuante e capaz de fazer o bem. Aludindo ao trabalho de pensadores clássicos da tradição e suas perspectivas originais, se espera oferecer uma imagem do profissional da informação como um sujeito livre, capaz de fazer escolhas na vivência da profissão, e que estas escolhas possam gerar consequências para sua felicidade pessoal e para a sociedade na qual está inserido.

### **A CODIFICAÇÃO DA ÉTICA NA PROFISSÃO E A ÉTICA PROFISSIONAL DO BIBLIOTECÁRIO**

Ao falar da vida ativa de um indivíduo é preciso ressaltar a importância das boas escolhas ou, digamos, das escolhas que gerem as melhores consequências, pois desta forma entenderemos a importância de ter claro que as escolhas são livres, e a escolha é o sintoma de inúmeras questões

éticas que estão além do alcance de um código profissional, e que exigem uma tomada livre de atitudes. Segundo Peter Singer (2003, p.12): “Somos responsáveis não só pelo que fazemos, mas também pelo que poderíamos ter impedido “[...] Deveríamos pensar nas consequências daquilo que fazemos e igualmente daquilo que decidimos não fazer”. O que cada indivíduo deve ter claro é que sempre que tiver decidido tomar alguma atitude perante um fato, esta escolha gerará consequências e estas, por sua vez, serão obrigatoriamente responsabilidade sua. Portanto, o resultado será este indivíduo ser cada vez mais livre, se a escolha foi bem feita ou o contrário, se a escolha foi feita equivocadamente ou erroneamente.

Ao decidir a profissão que irá seguir, muitas vezes o indivíduo não tem ocasião de pensar em tudo o que envolve esta escolha. E, a partir da escolha, acaba por assumir junto com o caminho profissional, tudo o mais que esta escolha acarreta. Uma vez tendo se resolvido por uma profissão especializada, isto implica em uma série de valores e de regras, algumas expressas pública e oficialmente, outras tacitamente. A ética profissional precisa ser estimulada, a fim de promover a excelência profissional, mas isso não garantirá como efeito a elevação da consideração ética dos profissionais enquanto pessoas.

Um profissional comprometido com a vida ética, a partir das suas escolhas irá manifestar a liberdade responsável, e desta forma acabará influenciando positivamente as pessoas e a sociedade que o cerca, transformando desta forma suas ações em molas propulsoras do bem viver e fazendo com que a humanização, como um processo recíproco, se propague às demais pessoas. É lógico que nem tudo acontece facilmente, é preciso ser perseverante e ter metas para manter o olhar no objetivo, que neste caso é promover o bem comum. A partir do momento em que o profissional alcançou o esclarecimento no que se refere às suas ações éticas, dentro do contexto moral daquela sociedade, acabará por disseminar o esclarecimento através deste contexto.

O perfil de bibliotecário que vem sendo formado pelas universidades, e que se completa no mundo do trabalho, apresenta inúmeras possibilidades de melhoria da profissão. Muitos estudos apontam para a atribuição de um significado diferente para o papel social do gestor de informação, bem como possibilidades para ressignificar sua identidade profissional. Persiste a demanda pela formação com um olhar voltado à abrangência social do bibliotecário, e que dá mais fundamento aos estudos voltados para as atitudes, para o assim chamado “saber ser”: Saber ser um indivíduo com bases verdadeiramente ligadas aos princípios éticos da profissão, dar mais ênfase às bases e a organizações que regimentam a profissão. Nesse contexto pródigo de acessos às tecnologias e seguindo as mudanças que ocorrem quase que instantaneamente com a globalização, com o acesso livre e aberto de inúmeros meios de comunicação e acesso à informação, cada profissional poderá continuar se aprimorando ética e profissionalmente.

A profissão é, portanto, uma atividade pessoal, desenvolvida de maneira estável e honrada, a serviço de outros e em benefício próprio, de conformidade com a própria vocação e em atenção à pessoa humana (NALINI, 1998, p.145). Qualquer que seja a área de atuação dos indivíduos, a ética faz parte da competência profissional, do domínio dos conhecimentos necessários para desempenhar seu papel na sociedade, articulado com o domínio das técnicas e das estratégias para a realização do seu trabalho. Na Biblioteconomia e na Gestão da Informação, assim como nas demais áreas, a falta de ética pode causar sérios problemas, seja com informações pessoais, privadas ou institucionais. Em vista disso, quase todas as profissões especializadas são regidas por códigos de ética, exceto raras exceções e profissões novas, que estão emergindo na atual sociedade.

O que chama a atenção na abordagem ética codificada oficialmente é sua atenção a uma noção de ordem moral que, inevitavelmente, se funda numa ideia de “bem” que pode resultar da ação. Mas o bibliotecário, ao

consultar estes códigos, talvez sinta falta de uma explícita consideração do “bem supremo”, como diria Aristóteles, daquele bem que, enquanto fim ou finalidade, deveria ser considerado o objetivo máximo de todas as coisas que se faz na vida ativa: este bem que o filósofo identifica com a Felicidade.

A busca da felicidade é um valor ético digno de ser perseguido. O respeito ao outro, a honestidade, a responsabilidade, a honra conferida à profissão e ao usuário do serviço, todas essas atitudes - somadas talvez à prática da racionalidade tolerante e da busca do conhecimento útil - são traços éticos que denotam virtude. São atitudes fortemente encorajadas pelos códigos amplamente reconhecidos sob os quais o bibliotecário enquanto agente moral deve se guiar nas suas escolhas. Mas uma vida feliz, plena e significativa transcende os limites da ética profissional. E sempre é preciso recordar ao indivíduo, não importa sua profissão, de que a virtude só é virtude em uma vida completa, e não apenas num segmento de atividade. Assim como é preciso recordar que a felicidade só é felicidade em uma vida completa, da qual a profissão é um aspecto importante, mas é apenas isto mesmo: um aspecto, no meio de alguns outros que com este precisam estar em harmonia.

As principais funções de um código de ética podem ser descritas como: dar estímulo para a reflexão sobre os princípios que norteiam as ações dos profissionais daquela área, regimentar a atuação profissional, proporcionar a melhoria da autoconsciência profissional e oferecer a transparência para os usuários e sociedade em geral. A função do Código de Ética do Bibliotecário é dar estímulo para a reflexão sobre os princípios nos quais os profissionais bibliotecários e outros profissionais da informação devem se basear para tomar suas decisões profissionais e para lidar com os dilemas da atuação diária e cotidiana da profissão. O código permite melhorar a própria consciência do seu agir profissional e oferecer alinhamento e transparência para toda a sociedade, para que os usuários dos serviços

de informação compreendam e se familiarizem com os valores da área de atuação do bibliotecário.

O código de ética alinha um grande grupo, uma classe profissional, portanto, a parte da grande sociedade que atua numa mesma área profissional. Na concepção de Linton (1989, p. 110), “a sociedade é todo grupo de pessoas que vivem e trabalham juntas durante um período de tempo suficientemente longo para se organizarem e para se considerarem como formando uma unidade social, com limites bem definidos”. Neste contexto, cada indivíduo apresenta seu conjunto de regras e valores com atitudes e objetivos distintos. Para facilitar a convivência nas relações interpessoais e profissionais, foi estabelecido um código de conduta profissional que regula a área de atuação de cada profissional, estabelecendo regras, com base na ética e na moral. O código de ética do bibliotecário pode ajudar os profissionais da Biblioteconomia a superar as dificuldades encontradas na convivência, e assim, contribuir para o fortalecimento dos profissionais.

Contudo, nenhum código de ética contempla todas as situações que surgem, e isso exige do profissional uma atitude pessoal, baseada em suas vivências. O professor Francisco das Chagas de Souza, em um trabalho intitulado “Ética profissional bibliotecária: a codificação das boas práticas” (SOUZA, 2014), discute o panorama ético da profissão de bibliotecário e reconhece a necessidade de se abordar criticamente os “códigos de ética que parecem mais cartas de compromisso e pactos de ação” (SOUZA, 2014, p. 6). Ele concorda com a elaboração oficial e com a atenção individual aos códigos de ética, mas conclui em favor da “sensibilização dos bibliotecários brasileiros para considerar como urgente a inserção da temática ética profissional em suas agendas políticas e profissionais” (SOUZA, 2014, p. 24). Na esteira dessa conclusão, o presente ensaio propõe ainda a elaboração de um pensamento mais substancial, de uma atitude pessoal mais criativa e afirmativa de valores, na postura ética do profissional da informação.

Usando de bom senso cada indivíduo deve fazer julgamentos sobre seu próprio comportamento ético, sempre com vistas ao viver bem e ao bem viver de todos que o cercam. Sem este norteador que é o código de ética, é plausível que os profissionais tivessem comportamento ético, porém as pessoas adotariam comportamentos éticos baseadas somente nas suas experiências, em seus interesses, baseados na sua cultura e nas suas vivências e decidiriam seguindo suas emoções e valores individuais, muitas vezes desestruturando uma ordem até então estabelecida. Como esses valores são diferentes para cada um dos indivíduos, dificilmente suas ações não afetariam os interesses coletivos de forma a manter-se organizado e alinhado às ações de atuação profissional.

### **CÓDIGO DE ÉTICA PROFISSIONAL DO BIBLIOTECÁRIO**

Para o exercício de uma profissão regulamentada, o trabalhador no Brasil necessita estar registrado num Conselho, o qual é dirigido por representantes colegas de ofício e tem poder delegado pela União para legislar dentro de sua área de atuação. Os Bibliotecários estão vinculados ao Conselho Federal de Biblioteconomia (CFB). O Código de Ética Profissional do Bibliotecário em vigor é estabelecido pela resolução nº 42 do Conselho Federal de Biblioteconomia e foi publicado no Diário Oficial da União em 11 de janeiro de 2002.

Segundo Camargo (1999, p. 31), “ética profissional é a aplicação da ética geral no campo das atividades profissionais”, sendo assim, o profissional absorve princípios e valores próprios, para aplicá-los em suas atividades profissionais. Mas o que é ser um profissional ético?

Ser ético, nada mais é do que agir direito, proceder bem, sem prejudicar os outros; ser ético é, também, agir de acordo com os valores morais de uma determinada sociedade.

Essas regras morais são resultado da própria cultura de uma comunidade. Elas variam de acordo com o tempo e sua localização no mapa. A regra ética é uma questão de atitude, de escolha (JACOMINO, 2000 p.28).

Falamos, portando, do bibliotecário, mas a “ciência do dever”, ou ética está presente em todas as classes profissionais, pois qualquer agente moral pode contribuir com o viver bem de outras pessoas que o cercam, dentro e fora da nossa classe profissional.

O Código de Ética Profissional do Bibliotecário, em seu art.1º tem por objetivo fixar normas de conduta para as pessoas físicas e jurídicas que atuam profissionalmente em Biblioteconomia. Ele permite regular a profissão, dirigindo suas relações com a classe e a sociedade. É um instrumento de conduta e orientação profissional, ou seja, delinea os valores morais que norteiam a conduta pessoal e profissional (CFB, 2002).

Este código divide-se em oito seções e vinte artigos que abrangem desde normas de conduta, sanções e orientações quanto à remuneração e disposições gerais sobre o próprio código. Este documento constitui-se de um código profissional, pois abrange o exercício das funções do bibliotecário baseado no respeito, na responsabilidade e na dignidade. Mas também se trata de um código de conduta, na medida em que restringe a certos limites específicos da ação profissional a esfera daquilo que está postulando. Recordemos o ponto central da presente discussão: A ética vai muito além do que pretende um código de conduta. É na vida profissional que o ser humano se realiza plenamente, sendo útil à comunidade, podendo progredir vencendo obstáculos, exercitando a inteligência, ou seja, usando todo o seu potencial. A ética profissional do bibliotecário está inserida no seu “código de ética”, visando orientar a atuação dos profissionais e assumir padrões morais.

É preciso reconhecer que numa sociedade complexa, onde as profissões são regulamentadas pelo controle de órgãos oficiais, o Código de Ética

do Bibliotecário torna-se imprescindível. Ele deve ser difundido desde a formação universitária e incorporado no dia a dia de cada profissional. Ele tem como diretriz regulamentar as práticas, levando o profissional a tomar atitudes éticas. Porém, muito além de ter um código de ética que aponte o caminho, para ser um bom bibliotecário antes de tudo é fundamental que o indivíduo exerça o bem viver e isso vai muito além de qualquer código. Para uma decisão baseada na ética, é necessária a liberdade para melhor escolher os meios para atingi-la.

### **A FELICIDADE COMO FINALIDADE DA AÇÃO**

A tradição predominante na história da civilização ocidental reconhece que o objetivo da ética é a busca e obtenção do Bem. Neste ponto é preciso concordar com teóricos da ética na Ciência da Informação, como Jonathas Carvalho da Silva (SILVA, 2010), quando reconhece em Aristóteles um importante fundamento conceitual do assunto. Aristóteles formulou muito claramente o objeto da ética ao argumentar em favor de que as diversas manifestações do “Ethos” (Bem) se organizam em uma hierarquia, sendo que no topo temos a Felicidade como o bem mais importante e valioso que a ação humana pode almejar atingir.

Mais ainda, Aristóteles afirma que “a felicidade é uma atividade da alma conforme a virtude perfeita” (ARISTÓTELES, 2002, p.48). Isto implica em que o bem agir, o agir eticamente tem um propósito visível, não apenas de fazer o bem a si e aos outros, mas de aproximar a vida ativa de um estado específico, formulado nos termos do significado que se pode dar à palavra “Felicidade”. Por isso Aristóteles diz que “o bem do homem nos aparece como uma atividade da alma em consonância com a virtude, e, se há mais de uma virtude, com a melhor e mais perfeita” (ARISTÓTELES, 2002, p.42). Tomemos esta formulação como guia e fundamento, a fim de conduzir o argumento adiante: a ética é a reflexão sobre o bem que resulta

das ações e escolhas. Este bem, entendido como virtude, é promovido pela ação dirigida pelo elemento racional da mente ou da alma humana – por isso envolve escolha livre e informada. De todos os diversos bens objetos da virtude ética, o maior, principal e mais importante é a Felicidade.

Então, as normas morais formuladas como regras e, no caso específico, os códigos redigidos e oficializados por comunidades e conselhos profissionais não são representativas do bem em si mesmo. Regras e códigos são meios para um fim situado mais além deles. O bem, ou finalidade de toda codificação ética, incluindo aqui a Resolução 042/2002 do CFB, é promover a virtude, no interesse da Felicidade, pelo menos se a tradição ética predominante for levada a sério. Então, a presente reflexão revela algo mais que uma via possível, ela é uma reflexão necessária para o comportamento ético do profissional da informação.

Princípios como a “liberdade de investigação científica” e a “dignidade da pessoa humana” (CFB, 2002) são representações públicas e amplamente reconhecidas da virtude. O mesmo se pode dizer de conceitos como aqueles expressos nos deveres éticos do bibliotecário, a saber: honestidade, cooperação, excelência e responsabilidade, todos contemplados no Código de Ética. Entretanto, a ética ultrapassa os limites destes valores. O que dá unidade, solidez e fundamento para a ação eticamente orientada é algo mais elementar. A razão do chamado de todos os indivíduos para a ética é a promoção do Bem, formulado em última instância em algo que atinge a totalidade da vida ativa: a Felicidade.

A profissão de alguém é parte de sua vida completa. É preciso haver integridade na conduta e nos resultados das escolhas de uma pessoa, a fim de que estas escolhas atinjam seu resultado ético mais importante, que é o Bem. Desta forma, entendido que cada escolha gera consequências, e que estas atingem a estrutura da sociedade na qual este indivíduo ou profissional está inserido, cada um deverá (ou deveria) fazer a sua parte para o bem de todos, transformando ou mantendo o bem comum em favor da felicidade,

ou seja, para estar feliz.

Comentadores como Costa (1993) inclinam a reflexão ética na mesma direção. Ele acrescenta a esta concepção o seguinte:

Aristóteles, fiel aos princípios de sua filosofia especulativa, e após ter feito uma análise e um estudo da psicologia humana, verifica que em todos os seus atos o homem se orienta necessariamente pela ideia de bem e de felicidade e que nenhum dos bens comumente procurados (a honra, a riqueza, o prazer) preenche esse ideal de felicidade. Daí a sua conclusão: primeiro, a felicidade humana deverá consistir numa atividade, pois o ato é superior a potência; segundo, deverá ser uma atividade relacionada com a faculdade humana mais perfeita que é a inteligência (COSTA, 1993, p.67).

Daí a razão de que, para sermos felizes, temos que inicialmente procurar ter afinidade com a profissão ou atividade (conforme referido acima) que escolhemos para nossa vida, para que as escolhas feitas no cotidiano da prática também contribuam para o nosso bem e para a nossa felicidade pessoal.

Além disso, é interessante observar a argumentação de autores mais recentes, cuja consideração acerca de uma vida virtuosa se desenvolve como uma crítica contra a circunscrição da ética a regras e padrões. Um destes autores é Bertrand Russel, cuja pequena obra de 1925, intitulada *No que acredito*, pode no mínimo servir aqui de provocação para algumas reflexões que implicam significativamente em uma concepção mais autônoma e criativa dos aspectos éticos das profissões da informação, como se espera mostrar adiante.

### **ASPECTO PESSOAL DA ÉTICA: ALÉM DE REGRAS E DE CÓDIGOS**

Russel é um declarado crítico dos códigos de regras morais, pois entende que, ao se prender a regras, as pessoas acabam esquecendo o real objetivo de

uma vida virtuosa. Sua proposta possivelmente é ingênua acerca de diversos problemas éticos importantes, sobretudo na complexa vida na sociedade contemporânea. Mas suas críticas podem funcionar como provocações à reflexão e a uma visão mais ampla do que está envolvido no agir moral dos profissionais e das pessoas em geral.

Na apresentação à edição de *No que acredito*, o especialista Alan Ryan comenta assim: “Regras são inflexíveis, e, se havia alguma coisa de que Russell tinha certeza, era que um pensamento inteligente sobre a conduta humana deve ter uma flexibilidade que corresponda à mutabilidade dos acontecimentos” (RYAN, 2007, p.23). Aqui está em andamento a mesma linha de argumentação que nos aproximou da tradição aristotélica: a ética completa, o real motivo de agir eticamente, não pode ser suficientemente contemplada por nenhum código. A ética incorpora em seu âmbito um elemento pessoal, ativo, que envolve uma mistura de razão e sentimento. Aristóteles formula isso em termos de Felicidade como bem maior. Russell irá formular em termos da harmonização dos desejos.

Russell oferece sua versão da vida ética, reconhecendo que não pode convencer a todos acerca do tipo de vida que deveriam levar. Pois cada indivíduo é livre para guiar suas escolhas e perseguir suas metas. Diz ele

Não posso, pois, provar que minha concepção de uma vida virtuosa esteja correta; posso apenas expô-la e esperar que com ela concordem tantos quantos for possível. Eis o que penso: A vida virtuosa é aquela inspirada pelo amor e guiada pelo conhecimento (RUSSELL, 2007, p. 44).

A combinação de amor e conhecimento – descritos ambos os conceitos em certo sentido – é a receita de Russell para a vida desejável e feliz. Russell espera mostrar ao leitor que se faz mais com menos, ou seja, que unindo o sentimento ou desejo do bem, com a busca pela informação ou

conhecimento, se podem guiar as escolhas éticas na direção do bem, sem a necessidade de estar preso a regras, normas e princípios abstratos.

A originalidade da visão de Russell é admitir um aspecto de instinto ou sentimento, como necessário para a ética. A razão, os valores e deveres morais podem guiar escolhas, mas a vontade, a força propulsora da ação não vem apenas da razão e sim do sentimento. É isso o que Russell espera mostrar quando afirma que

ainda que o amor e o conhecimento sejam ambos necessários, em certo sentido o amor é mais fundamental, na medida em que levará indivíduos inteligentes a buscar o conhecimento a fim de descobrir de que modo beneficiar aqueles a quem amam (RUSSELL, 2007, p. 45).

Esta máxima se aplica às profissões, e claro, às profissões da informação, entre elas a do bibliotecário. Talvez seja justamente esta profissão um belo exemplo do que Russell pretendia expressar: o bibliotecário eticamente consistente, coerente em suas escolhas, combina amor e conhecimento, ainda mais porque sua profissão é tal que por meio dela as pessoas buscam e adquirem o conhecimento pelo qual poderão beneficiar a si mesmas e aos outros.

Finalmente, por que não ver a ética como a possibilidade de o indivíduo fazer o que quiser? Segundo Fernando Savater, não se deve levar em consideração apenas o ganho individual ou consequência negativa das escolhas. Mas antes, é preciso ver a ética como o que se quer de sua própria vida com responsabilidade, e assim profissionalmente agir - baseado em um código de ética publicamente reconhecido - mas jamais esquecendo de que fazer o que se quer não significa dizer que a vida será melhor por causa disso. Segundo Savater (1996, p. 163):

Um princípio básico da vida boa, como já vimos, é tratar as pessoas como pessoas, ou seja, sermos capazes de nos colocar no lugar de nossos semelhantes e de relativizar nossos interesses para harmonizá-los com os deles. Se você preferir dizê-lo de outra maneira, trata-se de aprender a considerar os interesses do outro como se fossem os nossos e os nossos como se fossem do outro.

Muitas vezes, se fizéssemos nossos raciocínios morais segundo esta orientação, evitaríamos transtornos, pois sempre teríamos o bem comum como princípio. Chamamos de bem comum, neste momento, a ação que favorece aos nossos interesses e favorece o interesse do outro, evitando a geração de conflitos e promovendo a nossa felicidade e de quem nos cerca. Agora, voltando a Russell, percebemos que esta é a noção que ele mantém do amor. “O amor, em sua totalidade, é uma combinação indissolúvel de dois elementos, deleite e benquerer” (RUSSELL, 2007, p. 47). Vejamos que ele usa a palavra “amor” em um sentido ético, ao invés do sentido psicológico ou estético em que a palavra muitas vezes é empregada.

Destituído do sentido romântico, o amor pode ser entendido como aquele elemento criativo e subjetivo que pertence à ética, de que se falava no início desta discussão. Russell completa sua concepção do amor entendido eticamente ao afirmar: “O deleite desprovido de benquerer pode ser cruel; o benquerer desprovido de deleite tende facilmente a tornar-se um sentimento frio e um tanto arrogante” (RUSSELL, 2007, p. 48). Deleite pode ser entendido como a compensação individual pela ação virtuosa, ou seja, o bem que resulta da ação eticamente orientada, e benquerer como a responsabilidade que se assume pelas escolhas, a medida em que elas afetam aos outros à nossa volta; assim se poderia interpretar o que o autor está apresentando.

É interessante lembrar sempre que as pessoas não são objetos que se usam e se descartam quando não são mais necessários. Para as pessoas

viverem bem, precisam umas das outras, e desta forma se constitui a sociedade. Nesse contexto, entende-se porque cada indivíduo apresenta seu próprio comportamento ético, baseado nas suas experiências pessoais, e no que lhe foi repassado pelos seus pais ou sociedade onde este se desenvolveu e que apresenta seu particular conjunto de regras, valores e objetivos distintos. Estes ocasionam conflitos nas relações humanas e profissionais, muitas vezes envolvendo a comunidade na qual o indivíduo está inserido profissionalmente.

A ética faz parte da competência profissional do bibliotecário e se faz necessária para que o profissional desempenhe seu papel junto à sociedade. Articulado com suas técnicas, desempenhando um trabalho de qualidade, pressupõe-se a aplicação ética em sua prática profissional.

## **CONCLUSÃO**

Este horizonte de discussão culmina com um método para a formação ética, ou seja, uma forma de ‘educação moral’ para que as pessoas se orientem em sociedade de forma a garantir a maior felicidade geral:

Implica modificar os caracteres e desejos dos homens, a fim de minimizar situações de conflito, fazendo com que o sucesso dos desejos de um homem seja compatível, tanto quanto possível, com o sucesso dos desejos de outro (RUSSELL, 2007, p. 59).

Russell propõe uma vida ética que assume os desejos e sentimentos humanos como diversos e variados. Assume o amor como uma atitude ética, composta de deleite e benquerer, mais do que como um sentimento subjetivo. E conclui que o aumento da qualidade da vida social que a ética pode ocasionar envolve a acomodação e a coordenação dos desejos das pessoas. Essa coordenação não é possível sem a comunicação, sem o intercâmbio de informações e conhecimentos.

Claro está que, na sociedade contemporânea, a gestão da informação e da cultura desempenha, então, um grande papel na felicidade geral da sociedade. Quem escolhe a informação como profissão – como é o caso do bibliotecário – escolhe participar do processo social que tem como finalidade a promoção deste tipo de ambiente: a vida profissional do bibliotecário é o resultado de uma escolha ética muito mais fundamental do que o Código de Ética da profissão permite perceber. O bibliotecário, gestor da informação, se dedica a tratar de uma parte essencial das atividades produtivas, da vida acadêmica e científica, mas também a um componente essencial da vida plena e da conquista da felicidade coletiva. É preciso uma teoria ética mais substancial, para além da ética das normas e regras, a fim de mostrar este importante aspecto moral da profissão.

## REFERÊNCIAS

- ARISTÓTELES. **Ética a Nicômaco**. Bauru, SP: EDIPRO, 2002.
- CAMARGO, Marculino. **Fundamentos de ética geral e profissional**. 3. ed. São Paulo: Vozes, 1999.
- CONSELHO FEDERAL DE BIBLIOTECONOMIA (CFB). Resolução n. 42 de 11 de janeiro de 2002. Dispõe sobre Código do Ética do Conselho Federal de Biblioteconomia. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 14 jan. 2002. Seção 1, p. 64.
- COSTA, José S. **Tomás de Aquino: a razão a serviço da fé**. São Paulo: Moderna, 1993.
- JACOMINO, Dalen. *Você é um profissional ético?* **VOCÊ S.A**, Rio de Janeiro, n.25, p.28-37, jul. 2000.
- LINTON, Ralph. **O Homem**. 5. ed., São Paulo: Livraria Martins. Editora, 1989.
- PAVIANI, Jayme. O ensaio como gênero textual. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE ESTUDOS DE GÊNEROS TEXTUAIS: O

ENSINO EM FOCO, Caxias do Sul, RS. 2009. **Anais eletrônicos...** Caxias do Sul: [s.l.], 2009. Disponível em: [https://www.escrevendoofuturo.org.br/EscrevendoFuturo/arquivos/65/o\\_ensaio\\_como\\_genero\\_textual.pdf](https://www.escrevendoofuturo.org.br/EscrevendoFuturo/arquivos/65/o_ensaio_como_genero_textual.pdf). Acesso em: 10. out de 2016.

NALINI, J.R. *Ética geral e profissional*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1998. 281p.

RUSSELL, Bertrand. **No que acredito**. Porto Alegre, L&PM. 2007.

RYAN, Alan. Apresentação. In: RUSSELL, Bertrand. **No que acredito**. Porto Alegre, L&PM. 2007. pp. 23-24.

SÁ, Antonio Lopes de. **Ética profissional**. São Paulo: Atlas, 1998.

SAVATER, Fernando. **Ética Para Meu Filho**. Tradução de Mônica Stahel. 2.ed.São Paulo: Martins Fontes, 1996.

SILVA, Jonathas Luiz Carvalho. **A tríade identidade, ética e informação na Biblioteconomia brasileira: análise sobre o código de ética do bibliotecário**. *Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação*. São Paulo, v.7, n.2, jan./jun. 2010. Disponível em: <http://www.sbu.unicamp.br/seer/ojs/index.php/rbci/article/view/446/304>. Acesso em: 10 out. 2016.

SINGER, Peter. **Ética Prática**. Tradução de Jefferson Luiz Camargo. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

SOUZA, Francisco das Chagas de; SILVA, Ana Claudia Perpétuo de Oliveira da (Org.). **Práticas éticas em bibliotecas e serviços de informação: investigações brasileiras**. Rio de Janeiro: Interciência, 2014.



# Capítulo 3

## **Sociedade da (des)informação: do discurso dominante à concepção ética do profissional bibliotecário**

Ricardo de Lima Chagas



## INTRODUÇÃO

No ano de 2001, quando iniciei o curso em graduação em Biblioteconomia na Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), deparei-me com o artigo de Pedro Demo intitulado *Ambivalências da sociedade da informação*, que, a partir daquele momento, far-me-ia repensar o que seria de fato essa sociedade da qual o discurso tanto se fazia presente naquela época. Esse artigo, publicado na revista *Ciência da Informação* no ano de 2000, apresenta um trecho que, desde aquela época, modificaria os meus pensamentos e caminhos dentro da área da Biblioteconomia e, posteriormente, como profissional atuante na área. O fragmento do qual me refiro é: “a sociedade da informação informa bem menos do que se imagina, assim como a globalização engloba as pessoas e povos bem menos do que se pretende. Na sociedade da mercadoria, mercadoria vem antes” (DEMO, 2000, p 41).

Posso dizer que, esse pensamento foi o pontapé inicial para aguçar as minhas inquietações sobre a qual sociedade de fato eu, enquanto profissional da informação, deveria me ater. Portanto, com base nessas reflexões, este capítulo tem como pretensão, tratar da sociedade da informação, não do ponto de vista do discurso dominante de que vivemos em uma sociedade global, mas a partir da postura ética e reflexiva do bibliotecário frente aos novos desafios do cotidiano. Para uma compreensão mais didática desse

trabalho, optou-se pela seguinte divisão de abordagem: contextualizar a economia global e a globalização; apresentar os desafios da sociedade da informação; tratar do conceito de ética para contextualizar o foco do estudo; e por fim, abordar a concepção ética do profissional bibliotecário diante do mundo contemporâneo.

### **OS INTERESSES ECONÔMICOS E A GLOBALIZAÇÃO**

Ainda há um discurso muito forte de que a globalização é um fenômeno novo. No entanto, muitos teóricos desmistificam essa ideologia e apresentam argumentos que comprovam que a globalização é um fenômeno histórico, que faz parte dos interesses e dos avanços do capital. Para Vilas (1999) a globalização nada mais é do que uma dimensão do processo multissecular de expansão do capitalismo que desde as suas origens mercantis em algumas cidades da Europa nos séculos XIV e XV, lançavam-se em expedições em busca de interesses econômicos. Esse processo mercantilista explorava seres humanos e depredava a natureza pela busca da acumulação de riquezas. Logo, a globalização, desde os tempos mais remotos, torna-se um processo de desenvolvimento do capital, como um modo de produção de expansão com relação à apropriação de territórios, população, recursos naturais e de experiências culturais.

O pensamento marxista aponta que a sociedade nada mais é do que um reflexo da estrutura econômica que sua tecnologia faz surgir. Na economia feudal os escravos estavam atrelados à terra, diante de uma relação de lealdade entre os vassalos e os suseranos. Novas formas de produção surgem e transformam a sociedade, como a economia capitalista que requer força de trabalho capaz de atender as necessidades de mercado, rompendo o modelo feudal vigente até então. Depois desse rompimento, a produção e as relações de trabalho tiveram como base o direito de comprar e de vender a força de trabalho. Já em nossa sociedade dita global, os processos tornam-

se independentes com notáveis possibilidades de criar laços entre pessoas no planeta inteiro, como uma nova estrutura de processos de produção da expansão capitalista. Agora em escala mundial (SINGER, 2004).

Sobre essa escala da acumulação do capital mundial, há uma predominância do capitalismo neoliberal que, a partir dos países centrais opera financeiramente em grande parte do mundo. Há uma movimentação muito acentuada nas bolsas de valores com intensa velocidade, da qual, as transações são controladas por redes eletrônicas (MNEMOSYNE, et al, [2005?]). De certa maneira houve uma necessidade ou uma imposição ideológica de alinhamento econômico e social, imposta, principalmente, pelos Estados Unidos. Segundo Castells (1998 apud DEMO, 2000, p. 39),

todos precisam alinhar-se a eles, o que permite comandar confortavelmente tal processo de alinhamento. Em nada mudou o fenômeno da mais-valia, ainda que sua dinâmica esteja marcada por outro momento histórico, no qual a produção e o uso intensivo de conhecimento se tornaram a mola mestra.

Essa dinâmica de alinhamento econômico diante dos novos modos de produção atual, fez com que países emergentes criassem programas de desenvolvimento científico e tecnológicos para criar um terreno frente aos novos interesses dos países desenvolvidos. No próprio Programa Sociedade da Informação no Brasil, são evidentes os benefícios empresariais diante da promoção ao acesso tecnológico em larga escala. Pelos argumentos, fica evidente que este programa visa os interesses econômicos em detrimento dos propósitos de desenvolvimento humano e social.

Alavancar o desenvolvimento da Nova Economia em nosso País compreende acelerar a introdução dessas tecnologias no ambiente empresarial brasileiro, objetivo de

um dos mais ambiciosos [...], que resulta de trabalho iniciado em 1996 pelo Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia (TAKAHASHI, 2000, p. 5).

Esta proposição não deve ser compreendida a partir de uma visão pessimista da realidade ou, muito menos, de um ponto de vista radical, mas como uma afirmação que deve ser posta em suspensão para que se possa ter capacidade de reflexão de certos interesses camuflados do contexto social atual. “O capitalismo global apossou-se por completo dos destinos da tecnologia, libertando-a de amarras metafísicas e orientando-a única e exclusivamente para a criação de valor econômico” (DUPAS, 2001, p. 14).

Seguindo essa mesma linha de argumentação, Singer (2004) defende que na medida em que a tecnologia venceu a distância, a globalização econômica se estabeleceu. Para ele, a comunicação digital instantânea faz com que não só bens concretos se tornem mercadorias, mas que os serviços especializados se tornem também. O que difere nesta nova economia é o fato dessa mercadoria não ser apenas uma produção local, mas um processo de dimensão internacional.

Para que tenhamos uma compreensão clara sobre os interesses econômicos e o modo perverso da era global, há um discurso proliferação chamado ideologia da globalização que aponta 6 (seis) fatores ditos positivos e universais sobre o processo de globalização, conforme nos apresenta Vilas (1999, p. 21):

- 1) A globalização é um fenômeno novo;
- 2) Trata-se de um processo homogêneo;
- 3) É, do mesmo modo, um processo homogeneizador: graças à globalização, todos seremos, antes ou depois, iguais e, em particular, os latino-americanos serão iguais em desenvolvimento, cultura e bem-estar aos nossos vizinhos do Norte e da Europa;
- 4) A globalização conduz ao progresso e ao bem-estar universal;

- 5) A globalização da economia conduz à globalização da democracia;
- 6) A globalização conduz à desapareição progressiva do estado, ou ao menos uma perda de importância do mesmo.

Sobre a explanação dessas seis proposições, Vilas (1999) afirma que toda ideologia conservadora cria o mundo de acordo com uma dada configuração de poder, para consolidar e preservar os interesses econômicos específicos contingenciais da realidade do ponto de vista geopolítico. Aranalde (2005), afirma que o desenvolvimento e a implantação de inovações tecnológicas estão afetando profundamente a forma como as pessoas vivem. Em virtude dos impactos e das transformações sociais, políticas e culturais, que o termo sociedade da informação ganhou força para designar a emergência de uma nova estrutura social que emergiu a partir da segunda metade do século passado.

Conforme apresentado acima, sempre há interesses econômicos por trás da ideologia da globalização. A sociedade da informação, dita sociedade global, é regida por forças que muitas vezes não são tão visíveis como parecem. Por isso a importância de trazer à tona discussões sobre os desafios da sociedade da informação, sobre a relevância da ética como modo de reflexão e questionamento e, mais especificamente, sobre papel do profissional da informação dentro dessa nossa sociedade.

### **DESAFIOS DA SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO**

Da mesma maneira que o discurso dominante empregado para enaltecer o processo de globalização, o termo sociedade da informação ganhou o mesmo status de uma sociedade criada para os interesses coletivos. No entanto, por trás desse discurso de inclusão e de solidariedade se escondem interesses geopolíticos.

Mattelart (2002) aponta que essas ideologias de um futuro imaginário

dominado por um discurso tecnológico, não passa de uma fabricação do novo senso comum, pois não se sabe até onde essas ideologias de um mundo mais solidário, transparente, livre e igualitário, são para todos. O que fica evidente, de fato, são as “novas formas da hegemonia baseada no controle das redes” (MATTELART, 2002, p. 8). Seguindo essa mesma linha de raciocínio, Dupas (2001) afirma que o novo paradigma tecnológico constitui-se como a renovação estratégica de supremacia, da liderança e hierarquização que redefine as condições gerais de uma economia mundial. Para alguns pensadores,

a sociedade da informação produz mudanças em nível fundamental da sociedade, nas relações de trabalho e produção de bens e consumo. Podemos, portanto, entender por “sociedade da informação” a sociedade que está em constituição, na qual a utilização das tecnologias de armazenamento e transmissão de dados e informação são produzidas com baixo custo, para que possa atender às necessidades das pessoas, além de se preocupar com a questão da exclusão, agora não mais social, mas também digital (SANTOS; CARVALHO, 2009, p. 46).

As transformações em direção à sociedade da informação, já em estágio avançado nos países industrializados, constituem uma forte tendência de dominação perante aos países em desenvolvimento e definem um novo paradigma que tem como base a tecnologia da informação. Esse novo paradigma constitui a essência da presente transformação tecnológica em suas relações com a economia e a sociedade (WERTHEIN, 2000).

Castells (2000) nos aponta as características principais que norteiam a sociedade da informação: a informação é sua matéria-prima; as tecnologias se desenvolvem para permitir ao homem atuar sobre a informação propriamente dita; os efeitos das novas tecnologias têm alta

penetrabilidade porque a informação é parte integrante de toda atividade humana, individual ou coletiva; predomínio da lógica de redes. Esta lógica, característica de todo tipo de relação complexa, pode ser, graças às novas tecnologias; flexibilidade; tecnologia de processos reversíveis, permitindo a modificação por reorganização de componentes e tem alta capacidade de reconfiguração; e crescente convergência de tecnologias, principalmente a microeletrônica, telecomunicações, optoeletrônica, computadores, mas também, a biologia.

Diante da política mundial de alinhamento aos interesses do capital mundial, são perceptíveis, também, os interesses do Programa Sociedade da Informação no Brasil. Esse programa afirma que a sociedade da informação está sendo gerida em diversos países e que no Brasil, governo e sociedade devem andar juntos para assegurar que os benefícios efetivamente alcancem a todos os brasileiros. Acrescenta que a sociedade da informação é fundada em novas formas de organização e de produção em escala mundial, tendo como consequência, também, novas demandas dirigidas ao poder público no que se refere ao seu próprio funcionamento (TAKAHASHI, 2000).

Segundo Santos e Carvalho (2009), a experiência da sociedade da informação no Brasil, no que se refere ao uso da informação, deve estar atrelada à melhoria da qualidade educacional da população. Com o aumento da alfabetização e da utilização das tecnologias da comunicação e informação, o Brasil estará em uma sociedade da informação. No entanto, as autoras observam que mesmo com o acesso às tecnologias, a exclusão social é um fator crescente, pois só o acesso não garante ao cidadão o uso da informação.

Tais transformações estruturais foram responsáveis pelo surgimento de mecanismos de informação e comunicação que permitirão processos de produtividade e lucratividade. Essas tecnologias promoveram a possibilidade de maior conectividade e integração dos mercados ao diminuir

distâncias e eliminar barreiras. Para Mnemosyne ([2005?]), as operações em redes permitiram a interconexão e a interoperação simultânea de clientes e fornecedores, independente da localização geográfica, territorial ou organização política.

Sobre essa perspectiva, segue-se o pensamento de que “o pano de fundo capitalista revela que não se trata apenas da ‘sociedade’, mas principalmente da ‘economia’ da informação, que, ademais, facilita enormemente a volatilidade do capital, sem pátria, globalizado” (CASTELLS, 1997 apud DEMO, 2000, p. 38). Como visto nesta citação de Castells, a atenção por parte dos governantes está mais atrelada a uma política de cunho econômico do que por questões ou fatores sociais.

Os desafios da sociedade da informação são inúmeros. Há desafios de caráter técnico e de natureza econômica, política, cultural, filosófica e psicológica. Só a partir dessas concepções que se torna possível adentrar nas questões filosóficas e, mais especificamente, no campo da ética como forma de buscar reflexões para enfrentarmos as múltiplas perdas decorrentes desse discurso sobre o progresso tecnológico. Perda da qualidade associada à automação, ao desemprego, à perda das relações interpessoais atrelada às transformações das novas tecnologias; a perda da privacidade e da falta de sentido da identidade crescente por consequente da complexidade da vida e da tecnológica (WERTHEIN, 2003). A seguir será abordada a ética como fator relevante para se compreender a sociedade em que estamos inseridos.

### **CONCEPÇÕES ÉTICAS**

Para pensarmos sobre a sociedade da informação da qual apresentamos acima, entramos no campo da ética como forma de reflexão pessoal e profissional, ou seja, enquanto sujeito diante do mundo e no mundo. Portanto, iniciamos com a seguinte indagação: “Afiml o que é a ética?” Partindo dessa questão, e, antes de respondê-la, entendo que seja necessário,

para uma melhor compreensão, trazer, primeiramente, uma definição do termo ética.

Segundo Abbagnano (2012), a ética, de maneira geral, corresponde à ciência da conduta. No entanto, vale ressaltar que existem duas concepções fundamentais dessa ciência. A primeira concepção considera a ética como ciência do *fim* para o qual a conduta dos homens deve ser orientada e dos meios para atingir tal fim. A segunda concepção enxerga como a ciência do *móvel*, ou seja, a ação que dirige ou disciplina uma conduta humana. Aquela está direcionada para o ideal para o qual o homem se dirige por natureza. Enquanto esta trata dos motivos ou causas da conduta humana, isto é, das forças que a determinam.

Aranalde (2005, p. 346) pontua que “a ética pode ser entendida como uma avaliação crítica da conduta humana perante si mesmo e seus semelhantes”. Seguindo o pensamento desse mesmo autor, é importante levar em consideração alguns questionamentos necessários para que possamos refletir sobre a abordagem ética, que são: “Como devemos viver?”, “O que se deve fazer para viver bem?” e, principalmente, “Por que fazer tal coisa e não aquela outra?”. É perceptível que, para este autor, a ética diz respeito às escolhas tomadas pelos seres humanos com o intuito de atingir uma finalidade. No entanto, vale ressaltar que não é qualquer escolha, mas a melhor escolha que pode ser deliberada.

Na obra, *Ética a Nicômaco* de Aristóteles, a ética remete à noção de finalidade, isto é, o bem como fim último. Ele afirma que toda ação e toda escolha têm em mira um *bem* qualquer e o *bem* é aquilo a que todas as coisas tendem. Esse *bem* nada mais é do que a felicidade. Acrescenta que se existe uma finalidade para tudo que fazemos, essa será o *bem* realizável mediante a ação. Partindo desse conceito, ele afirma que “tanto o vulgo como o homens de cultura superior dizem ser esse fim a felicidade e identificam o bem viver e o bem agir como o ser feliz” (ARISTÓTELES, 1973, p. 251). Diante dessa

definição aristotélica sobre a ética, entende-se que há um movimento entre a ação e a escolha. Pois a ação exige que haja um posicionamento do agente e que ele faça a melhor escolha dentre várias outras que poderia fazer ou seguir.

Para Singer (1993), a noção de se viver de acordo com padrões éticos está relacionada com a defesa da forma como se vive, ou seja, de demonstrar através de argumentos uma justificativa que defenda tal ação no mundo. Essa justificativa não deve partir exclusivamente de interesses ou inclinações particulares, mas que abarque uma noção de universalidade que sobressaia a qualquer relativismo ou inclinação pessoal.

A ética deve se basear mais pela razão e menos pela tradição. No prefácio da *Fundamentação da metafísica dos costumes*, Kant afirma que as leis morais distinguem-se de qualquer coisa existente no mundo empírico e que essa filosofia moral assenta inteiramente na sua parte pura, servindo como lei para guiar os costumes e as práticas do homem na sociedade. Essa parte pura que pode ou deveria guiar nossas ações é denominada por Kant de imperativo categórico, ou seja, um imperativo que “sem se basear como condição em qualquer outra intenção a atingir por um certo comportamento, ordena imediatamente este comportamento” (KANT, 1997, p. 52).

Levando em consideração as definições apresentadas nessa seção sobre a ética, podemos refletir sobre a nossa atuação profissional dentro da sociedade. Quem somos e qual a sociedade a que devemos lutar para buscar um mundo mais justo? Cabe a nós, enquanto categoria, deliberarmos sobre as melhores escolhas e trazer à tona diálogos sobre o discurso dominante versus o discurso dos que estão à margem dessa sociedade: a sociedade da desinformação. Tema que será tratado a seguir.

### **SOCIEDADE DA (DES)INFORMAÇÃO: ÉTICA E ATUAÇÃO PROFISSIONAL**

Vale ressaltar que, se por um lado há uma sociedade da informação, por outro lado, há a sociedade da desinformação, a qual não podemos

desconsiderar. Quando refletimos sobre a formação profissional do bibliotecário, damos conta de que muitas das questões e reflexões sobre os fenômenos do contexto atual são negligenciados. Quando tratados, os são de maneira superficial.

Sobre essa questão, entende-se que os cursos de Biblioteconomia precisam se desapegar do tecnicismo que os prendem às amarras do passado. É necessário pensar e repensar a sociedade que atendemos e a qual precisamos atender. A formação, nos moldes tradicionais, está voltada a servir uma parcela favorecida da sociedade: gestores, instituições públicas e privadas, os meios acadêmicos etc. Por outro lado, não podemos esquecer daqueles que não têm acesso às tecnologias, à informação e ao conhecimento. Quando pensamos nesta outra sociedade, adentramos nas questões da sociedade da desinformação e, também, no plano reflexivo da ética.

A partir dessa elucidação, pode-se refletir sobre o contexto atual da sociedade da informação. Uma sociedade guiada pelos imperativos tecnológicos, com base na informação e no conhecimento. Essa noção ética de reflexão nos faz lembrar, também, a dimensão do acesso à informação para o esclarecimento da sociedade do qual ela necessita para se desenvolver.

Na obra *Resposta à pergunta: O que é o Esclarecimento?*, Immanuel Kant define o que seria esse esclarecimento. Para ele, “esclarecimento (Aufklärung) significa a saída do homem de sua minoridade, pela qual ele próprio é responsável. A minoridade é a incapacidade de se servir de seu próprio entendimento sem a tutela de um outro” (KANT, 1783). Ou seja, é a partir desse esclarecimento que o ser humano pode chegar a uma autonomia de pensar por si mesmo e ter consciência de si. Porém, essa autonomia só é possível quando o ser humano tem informação e conhecimento para poder fazer as melhores escolhas fazendo o bom uso da razão.

Diante desse esclarecimento, tendo como base o conhecimento produzido pela informação, o ser humano poderá fazer um bom uso da

razão. Para tanto, é necessário que o bibliotecário tenha em mente a clareza das consequências e os benefícios do acesso à informação de qualidade para a sociedade como um todo. Segundo González de Gómez (2010, p. 157),

uma ética da informação teria como tarefa indagar as possíveis distorções comunicativo-informacionais que afetam tanto a realização de metas de uma vida boa, como de justiça social, a partir de nossas comunidades e de sua inserção nas formas globais da cultura, a economia e a política.

É sobre essa distorção da informação que devemos ficar atentos, uma vez que ela representa um mecanismo de manipulação para atingir os interesses hegemônicos dentro da sociedade. Para Demo (2000, p. 39), “desinformar faz parte da informação, assim como a sombra faz parte da luz. Trata-se do mesmo fenômeno, apenas com sinais inversos”. Acrescenta ainda que, todo o processo informativo e de comunicação é manipulador, porque seleciona a informação disponível e a interpreta hermeneuticamente, direcionando interpretações orientadas pelo interesse. Werthein (2003) aponta que talvez a concepção ética e central dos novos paradigmas vigentes, seja uma reflexão no aprofundamento que diz respeito às desigualdades sociais sobre o eixo do acesso à informação.

González de Gómez (2010) nos aponta sobre uma abordagem ética no que se refere à informação. Ela afirma que, assim como os direitos humanos requerem uma legitimidade universal, o direito à informação deve seguir a mesma ideologia. Acrescenta ainda que,

nas sociedades contemporâneas, ao mesmo tempo em que as tecnologias digitais e nomádicas oferecem possibilidades inúmeras de desenvolvimento econômico e social, enquanto as inovações tecnológicas ficam sujeitas ao predomínio dos mecanismos de mercado e de formas de valorização capitalista, a produção, circulação e apropriação de informações ignoraria as metas do bem estar social e da

Quando se reflete sobre essas questões, não necessariamente, quer dizer que se esteja negando os avanços tecnológicos e científicos indo contra as ideologias do mundo capitalista em que vivemos, mas torna-se uma forma de compreender a realidade e pensar o mundo de um ponto de vista ético, mais justo e igualitário. É pensar em nossa prática profissional para além do discurso dominante de um mundo global, harmônico e igualitário. É necessário que tenhamos um posicionamento político e um entendimento social e cultural para não ficarmos fechados em nosso mundo da catalogação e das normas rígidas da área. Cabe a nós, no sentido existencial, buscarmos assumir a nossa missão enquanto profissionais engajados na luta a favor daqueles que estão marginalizados.

Seguindo essa mesma linha de raciocínio, Dupas (2001) acrescenta que, não se trata de ir contra o desenvolvimento tecnológico, adotando um posicionamento reacionário, mas que a tecnologia pode e deve se submeter a uma ética que seja libertadora que possa contemplar o bem-estar de toda a sociedade, presente e futura, ou seja, de um ponto de vista universal e não apenas colocar-se a serviço de minorias ou atender necessidades econômicas imediatas.

### **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Este capítulo apresentou reflexões sobre o fenômeno da globalização como um processo histórico e não como um fenômeno recente como muito foi pensado. Ela, a globalização, pode ser considerada como uma nova expansão do capitalismo na apropriação de territórios, recursos naturais e culturais. Seria uma dominação de mercado agora em escala mundial liderada pelos Estados Unidos. Diante dos processos regidos pelas novas formas do capital criou-se a dinâmica de alinhamento econômico

objetivando novos modos de produção, forçando os países emergentes a desenvolverem programas de desenvolvimento científico e tecnológicos.

Em território nacional, foi desenvolvido o Programa Sociedade da Informação no Brasil, para sanar as necessidades de inserção no mercado mundial. Surgiram com isso, reflexões sobre os rumos da sociedade da informação e dos novos imperativos tecnológicos vigentes até então. Foram apresentadas, também, características da sociedade da informação, assim como, as transformações estruturais de integração de mercados e a eliminação das barreiras geopolíticas, isto é, uma sociedade que tem como imperativo a economia como princípio fundamental e, em segundo plano, uma concepção social não tão igualitária como se tentam induzir.

Foram apresentadas algumas definições sobre o que seria a ética, mostrando a relevância dela para se pensar a sociedade da informação, assim como, também, a sociedade da desinformação. Foi abordada, também, a importância do acesso à informação como forma de esclarecimento para a sociedade, tendo como base a concepção ética kantiana. Logo, compreende-se que não basta apenas ter acesso às tecnologias nesta sociedade, é preciso que haja processo de inclusão e respeito igualitário. É preciso que a informação circule não apenas nos âmbitos de interesses de produção restrito a poucos, mas que ela seja um bem universal e esteja livre para todos.

Diante destas reflexões, fica evidente o nosso grau de responsabilidade, enquanto profissionais da informação, de nos atermos aos acontecimentos atuais para refletirmos sobre as nossas práticas de atuação nos mais diversos contextos. Afinal, em nosso fazer profissional devemos a todo o momento pensar a sociedade que atendemos e que vivemos, e mais ainda, repensarmos àquela que deveríamos atender para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

## REFERÊNCIAS

ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de filosofia**. 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2012.

ARANALDE, Michel M. A questão ética na atuação do profissional bibliotecário. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 11, n. 2, 2005. Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/index.php/EmQuestao/article/view/124>. Acesso em: 02 jan. 2016.

ARISTÓTELES. **Ética a Nicômaco**. São Paulo: Abril Cultural, 1973. (Os Pensadores).

CASTELLS, Manuel. **A Sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

DEMO, Pedro. Ambivalências da sociedade da informação. **Ci. Inf.**, Brasília, v. 29, n. 2, p. 37-42, maio/ago. 2000. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ci/v29n2/ao5v29n2.pdf>. Acesso em: 02 jan. 2016.

DUPAS, Gilberto. **Ética e poder na sociedade da informação: de como a autonomia das novas tecnologias obriga a rever o mito do progresso**. 2. ed. São Paulo: Ed. UNESP, 2001.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélide. **Perspectivas em ética da informação: acerca das premissas, das questões normativas e dos contextos da reflexão**. In: FREIRE, Gustavo Henrique de Araújo (Org.). **Ética da informação: conceitos, abordagens, aplicações**. João Pessoa: Ideia, 2010.

KANT, Immanuel. **Fundamentação da metafísica dos costumes**. Lisboa: Edições 70, 1997.

KANT, Immanuel. **Resposta à pergunta: O que é o Esclarecimento?**. 1783. Disponível em: [www.uesb.br/eventos/emkant/texto\\_II.pdf](http://www.uesb.br/eventos/emkant/texto_II.pdf). Acesso em: 02 jan. 2016.

MATTELART, Armand. **História da sociedade da informação**. 2. Ed. São Paulo: Loyola, 2002.

MNEMOSYNE, Tennessy et al. **Globalização e sociedade da informação: perspectivas ético-políticas**. [2005?]. Disponível em: [www.professores.uff](http://www.professores.uff).

br/screspo/PSI\_P2\_artigo3.pdf. Acesso em: 02 jan. 2016.

SANTOS, Plácida L. V. A. C.; CARVALHO, Angela M. G. Sociedade da informação: avanços e retrocessos no acesso e no uso da informação. **Inf. & Soc. :Est.**, João Pessoa, v.19, n.1, p. 45-55, jan./abr. 2009. Disponível em: <http://www.ies.ufpb.br/ojs/index.php/ies/article/viewFile/1782/2687>. Acesso em: 02 jan. 2016.

SINGER, Peter. **Ética prática**. Lisboa: Tipografia Lugo, 1993.

SINGER, Peter. **Um só mundo: a ética da globalização**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

TAKAHASHI, Tadao (Org.). **Sociedade da informação no Brasil**: livro verde. Brasília, DF: Ministério da Ciência e Tecnologia, 2000.

VILAS, Carlos M. **Seis ideias falsas sobre a Globalização**. Estudos de Sociologia, Ano 3, n.6, p. 21-61, 1999. Disponível em: <http://seer.fclar.unesp.br/estudos/article/view/749/614>. Acesso em: 02 jan. 2016.

WERTHEIN, Jorge. **A sociedade da informação e seus desafios**. Ci. Inf., Brasília, v. 29, n. 2, p. 71-77, maio/ago. 2000. Disponível em: <http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/889>. Acesso em: 02 jan. 2016.

WERTHEIN, Jorge. **Aspectos Éticos da Sociedade da Informação: a marca da UNESCO no debate global**. Brasília: [s.n.], 2003. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0015/001540/154056por.pdf>. Acesso em: 02 jan, 2016.

# Capítulo 4

## **Ética na ciência da informação: abordagem da temática no ensino dos programas de pós-graduação brasileiros**

Daniella Camara Pizarro  
Mariângela Poleza  
Maura Paula Miranda Lopes



## INTRODUÇÃO

Refletir e estudar sobre ética têm sido algo frequente em diversas áreas do conhecimento e não seria diferente com a Ciência da Informação (CI). A importância de pensar sobre os desafios e dilemas éticos inerentes da vida cotidiana, permite ao ser humano defender seus interesses, seus princípios, seus valores levando em conta as necessidades e interesses da coletividade a qual está inserido. Nesse sentido, é indispensável que o homem faça suas escolhas pensando no bem comum e nos seus deveres diante da sociedade em que vive. Isso é ser ético.

Diante da linha tênue entre o que fazer e o que não fazer, tem-se também a definição de moral, a qual é construída ao longo do tempo em consenso com os indivíduos de um mesmo grupo. Algo que era tido como uma atitude moral nos séculos passados, no momento atual pode ser considerado incoerente (VALLS, 1994), a exemplo, a escravidão. A moral está relacionada com aspectos comportamentais e de conduta, os quais podem ser considerados bons ou ruins na visão de determinado grupo. Conforme o desenvolvimento político, econômico, tecnológico e cultural de cada povo, seus acordos e códigos morais são construídos e as discussões éticas evoluem e devem ser sempre repensadas visando o bem comum.

Sabendo da importância das discussões acerca da ética, as mesmas

também são aplicadas no âmbito acadêmico e profissional e têm ganhado espaço para repensar novos fenômenos ou contextos sociais. A partir da segunda metade do século passado, com o crescimento incessante de novas tecnologias informacionais e de comunicação, observa-se implicações relacionadas à disponibilização e ao uso de informações, bem como ao sigilo e à privacidade das mesmas (VERGUEIRO, 1994), o que conseqüentemente, respalda na conduta moral e ética de profissões que têm nas informações sua matéria prima de trabalho.

Tem-se como premissa, que profissionais, quando egressos dos seus respectivos cursos de graduação, irão prestar auxílio, trabalhar junto com a comunidade e tomar decisões de forma ética, pois mais do que um profissional, estes têm papel social. Alguns desses egressos, motivados em aprimorar seus conhecimentos e especificidades de seus fazeres, continuam estudando e uma das possibilidades é cursar uma pós-graduação.

Dentre esses egressos, destaca-se os profissionais da informação e outros que, embora suas formações não contemplem diretamente a disponibilização e organização da informação, sentem a necessidade de se voltarem para esta temática. É nesse contexto então, que as diversas categorias profissionais procuram a Pós-Graduação em Ciência da Informação.

A Ciência da Informação por ser uma área interdisciplinar, é bastante procurada para a educação continuada. Esta área se relaciona com os mais diversificados aspectos informacionais da sociedade e por isso, incluir o estudo da ética voltado ao escopo desta ciência é pertinente. Porém, apesar da nítida relevância do tema, nem todos os Programas de Pós-Graduação em Ciência da Informação contemplam a ética em sua grade curricular.

Diante do exposto, uma inquietação nos provoca: os cursos de Pós-Graduação em Ciência da Informação do Brasil estão contemplando o ensino da ética em seu currículo e como ela vem sendo abordada dentro das matrizes curriculares? Foi a partir dessa indagação, que nos motivamos

para desenvolver este estudo, que apesar de breve e inicial, digamos assim, consiste em uma temática que não está sendo tratada com a atenção merecida. Ao realizarmos um levantamento bibliográfico nas bases de dados da área sobre o ensino brasileiro da ética na Pós-Graduação em CI não foram encontradas pesquisas até o presente momento.

Para responder a indagação proposta, realizamos uma pesquisa exploratória e documental, que consistiu na verificação dos currículos dos Programas de Pós-Graduação do Brasil que pertencem à área de avaliação em Ciências Sociais Aplicadas I e áreas básicas: Arquivologia, Biblioteconomia, Ciência da Informação e Museologia, de acordo com a Comissão de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), a fim de verificar como as instituições contemplam o estudo da ética em seu currículo. Após levantamento dos dados, foi possível analisar a linha de pensamento predominante.

Cabe aqui, informar ao leitor que, para a realização deste trabalho, optamos por inserir nesse estudo, junto à Ciência da Informação as áreas básicas referidas acima, pois entendemos que as mesmas têm em seus objetos a organização da informação, e têm uma relação inter e transdisciplinar na constituição da CI como área. Dessa forma, nas seções abaixo, versaremos um pouco mais sobre a CI, ética e ensino no intuito de favorecer o entendimento da proposta para este capítulo.

### **CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO**

A Ciência da Informação começa a ser pensada enquanto nova área a partir da metade do século. Para contextualizá-la, existem diversos argumentos, ora semelhantes, ora distintos e que trazem discussões entre diversos autores a respeito do tema na área de Biblioteconomia e Ciência da Informação.

Segundo Pinheiro (2005), muitas transformações, ao longo do tempo, marcam essa área. Nesse cenário, a tendência contemporânea da

Além de Bush, outros pensadores como Otlet e Mikhailov precederam e anunciaram o surgimento do campo em questão.

Embora para a sistematização das pesquisas teóricas sobre Ciência da Informação o marco tenha sido 1961/62, dois autores o antecedem e são muito significativos pela grandiosidade de seu papel na área: Paul Otlet (1934) e Mikhailov (1959). O primeiro, por sua obra *Traité de Documentation*, de 1934, com ideias inovadoras e precursoras da Ciência da Informação, a elaboração do Repertório Bibliográfico Universal-RBU e do Repertório Iconográfico Universal, a criação do Mundaneum e do Instituto Internacional de Bibliografia-IIB, a Classificação Decimal Universal-CDU [...]. O segundo, Mikahilov (1959), [...] publicou um artigo sobre as finalidade e problemas da informação científica, além de ter sido presidente do Comitê FID/RI - Pesquisas sobre as Bases Teóricas da Informação, e por sua liderança no que podemos considerar a corrente de pensamento soviética (PINHEIRO, 2005, p. 3).

Em 1968, Borko publicou um artigo intitulado “Information Science: What Is It?”, esclarecendo que esta área do conhecimento “está preocupada com o corpo de conhecimentos relacionados à origem, coleção, organização, armazenamento, recuperação, interpretação, transmissão, transformação, e utilização da informação” (BORKO, 1968, p.1). Saracevic (1996, p.47) em seus estudos destaca que a Ciência da Informação é um campo que se dedica “às questões científicas e à prática profissional voltadas para os problemas da efetiva comunicação do conhecimento e de seus registros entre os seres humanos, no contexto social, institucional ou individual do uso e das necessidades de informação”.

No tratamento destas questões, são consideradas de particular interesse as vantagens das modernas tecnologias informacionais, e sob este ponto de vista Le Coadic (1996, p.26) considera a CI

uma ciência social rigorosa que se apoia em uma tecnologia também rigorosa. Tem por objeto o estudo das propriedades gerais da informação (natureza, gênese, efeitos), ou seja, mais precisamente: a análise dos processos de construção, comunicação e uso da informação e a concepção dos produtos e sistemas que permitem sua construção, comunicação, armazenamento e uso.

Outro ponto relevante, refere-se a maioria dos autores que consentem a CI como uma ciência interdisciplinar (LE COADIC, 1996; SARACEVIC, 1996; SOUZA, 2012). Oliveira (2005, p.20) justifica, afirmando que “os problemas da área, tanto os de natureza teórica quanto técnica, estão sendo solucionados com a participação de diferentes áreas do conhecimento” e Targino (1995, p.13, grifo do autor) complementa afirmando que “o conhecimento científico subentende transformações, passagens de uma teoria para outra, ressaltando o caráter evolutivo das ciências e o seu estado de permanente ‘ebulição’”, demonstrando assim que a interdisciplinaridade é a base dos avanços das ciências.

A CI agrega construtos teóricos de variados campos científicos relacionados entre si, como por exemplo, Biblioteconomia, Matemática, Comunicação, Psicologia, Ciência da Computação e Engenharia da Produção, Ciência Cognitiva (BORKO, 1968; SARACEVIC, 1996). De acordo com Le Coadic (2004, p.20), esta interdisciplinaridade “traduz-se por uma colaboração entre diversas disciplinas, de modo que haja um enriquecimento mútuo”. Nesse sentido, Targino (1995), afirma que a CI reuni conhecimentos relativos ao ciclo informacional, compreendido por origem, coleta, organização, armazenamento, recuperação, interpretação, transferência, transformação e utilização da informação.

Estamos vivenciando o que alguns chamam de “Sociedade da Informação” ou um modo de desenvolvimento nomeado por Castells (2007) de Informacionalismo, no qual a informação tem centralidade nos processos sociais, políticos, econômicos e culturais. Nesse cenário, observa-se a

constante emergência de novas Tecnologias de Informação e Comunicação, o que promove uma grande explosão informacional, no sentido de acesso e uso desse bem imaterial.

Sendo assim, atualmente a CI também sofre alguns impactos, os quais podem ser listados: a globalização e a reestruturação das barreiras territoriais e culturais, a inserção e multiplicação de novas tecnologias, o crescimento exponencial do volume, da especificidade e do fluxo da informação e de demanda dos usuários e consumidores. Tudo isso, faz com que se gere uma necessidade maior de estudos voltados ao perfil do profissional da informação e às posturas necessárias para a sua atuação profissional (GUIMARÃES; MILANI; PINHO, 2008).

Portanto, ressalta-se a variedade de práticas e o leque de atuação do profissional da informação. Neste caso específico, a reflexão sobre os seus atos torna-se essencial; inclusive na sua formação e educação continuada. Conforme exposto, necessita-se ampliar as reflexões sobre a ética, bem como, sobre sua abordagem no ensino da Ciência da Informação.

## **ÉTICA**

Ética é uma característica de quem pondera, de quem pesa o bônus e o ônus das suas ações, de quem pensa holisticamente e não somente em si, de quem é justo. É uma característica de quem preza por viver em harmonia com sua consciência e perante o meio em que vive, sabendo discernir o certo e o errado, o bem e o mal. Ou seja, a ética não é uma simples escolha, mas sim uma escolha das mais belas, uma escolha de responsabilidade pela opção escolhida e pela renúncia de outras opções, é a escolha do bem.

É ultrapassar as tradições particulares e o ponto de vista individual, dando atenção ao desejo do outro igual aos meus próprios interesses, o filósofo australiano Peter Singer (2002, p.14) explica que “a ética exige que nos abstraiamos do «eu» e do «tu» e que cheguemos à lei universal, ao juízo universalizável, ao ponto de vista do espectador imparcial ou do observador ideal, ou o que lhe quisermos chamar”.

A importância desta reflexão é a garantia de que as condutas e princípios sejam discutidos racionalmente, excluindo o “eu” do centro das escolhas. Partindo da realidade de que é difícil ser imparcial com o próprio desejo, se pensarmos que quando buscamos o melhor pra si mesmo, seja com estudos, saúde, modo de viver, automaticamente estamos cuidando do próximo, a escolha é sensata e pensa em todos.

A premissa básica para execução da ética pelo indivíduo é a liberdade, afinal ser ético já é uma escolha. Além de liberdade para agir, deve também respeitar a liberdade dos outros: “a vida moral e o comportamento ético só são possíveis se considerarmos o homem livre, autônomo, dono de seus atos. Sem liberdade, não se pode falar em escolha e, portanto, em ação ética” (MARTINS, 1994, p.3).

Para usufruir de tal liberdade, o filósofo Kant (2005), ao escrever sobre a relação entre ética e liberdade, explica que o ser humano para ser livre precisa de esclarecimento para sair de sua minoridade, definida como “a incapacidade de se servir de seu próprio entendimento sem a tutela de outro” (KANT, 2005, p.1). Isso explica quando o ser humano abre mão da sua minoridade, deixando de ser guiado pelo entendimento do outro, e se apropria da sua maioridade, a partir do momento que passa a fazer uso da própria razão. Sendo assim, age com coragem em ter opinião própria e assumir os riscos das suas escolhas.

Ademais, constata-se que temos razão para usar a mente de forma autônoma e por isso, seria improdutivo não utilizá-la e não esforçar-se em refletir sobre suas ações e escolhas, o que muitas vezes, parece ser mais confortável, sendo que se faz trabalhoso o ato de refletir. Kant (2005, p.1) afirma que “é tão cômodo ser menor”, por isso do ponto de vista ético, faz-se essencial sair dessa zona de conforto.

Outra situação que merece atenção também, trata daqueles que na tentativa de cuidar do outro, não permitem que estes atinjam a maioridade e experimentem de seu próprio entendimento. Nesse sentido, o “cuidador”

por achar perigoso, impede assim a liberdade de quem tem capacidade para pensar e agir eticamente. Precisa-se ter ciência que o esclarecimento é um processo informacional lento, gradativo e subjetivo, requerendo respeito ao tempo individual para que cada ser atinja a sua maioria. Dessa forma, quando se reflete sobre ética promove-se a oportunidade para que cada indivíduo obtenha sua maioria e que dessa forma, reveja suas ações e práticas e construa novos relacionamentos com qualidade e harmonia.

Muitos autores se preocupam em dizer o que é ética, mas Peter Singer (2002, p.1-3) com quatro afirmações se preocupa em mostrar o que a ética não é: “não se trata de um conjunto de proibições particularmente respeitantes ao sexo” e “não é algo que apenas se torne inteligível no contexto da religião”. Esses dois primeiros itens tratam dos conceitos impostos pela sociedade em que vivemos, do que pode e do que não pode ou do que é certo e do que é errado (SINGER, 2002).

Nesse sentido, o autor nos incita a pensar além desta concepção, pois ética é reflexão diante do livre arbítrio que possuímos em todas nossas ações, não importando se atinge direta ou indiretamente a sociedade. Diante desses outros dois termos: “não é um sistema ideal nobre na teoria, mas inútil na prática” e “não é relativa ou subjetiva”, fica esclarecido que a ética deve ser pensada de maneira racional, onde a teoria é aplicada. Faz-nos refletir como justificamos e defendemos os conceitos e nossas ações.

A ética é uma ciência que promove o discernimento entre o bem e o mal, como já mencionado, que afeta a conduta humana e da sociedade. Sánchez Vásquez (1985, p.6, grifo do autor) esclarece que a ética “*é a teoria ou ciência do comportamento moral dos homens em sociedade [...].* As proposições da ética devem ter o mesmo rigor, a mesma coerência e fundamentação das proposições científicas” e Mischiati e Valentim (2005, p.212) ampliam a definição afirmando que “a ética não cria a moral: ela é a ciência de uma forma específica de comportamento humano”. Portanto, o objeto de estudo

interdisciplinaridade, regula seus conceitos, e terminologias no que tange o objeto “informação” e na sua relação com dados e conhecimento. Sendo assim, ressalta-se alguns desdobramentos epistemológicos e a influência de correntes de pensamentos que perpassam diferentes países e culturas, entre eles: Estados Unidos, Grã-Bretanha, a antiga União Soviética e até mesmo o Brasil (PINHEIRO, 2005).

Essa mesma autora ainda faz um recorte epistemológico-histórico da CI, destacando três fases: a) a primeira entre 1961 até 1969, no que se refere ao reconhecimento desse novo campo científico, onde se observa as discussões iniciais sobre sua origem, denominação, conceitos, definições e natureza interdisciplinar; b) a segunda fase, no período de 1970 a 1989, delimitando seu terreno epistemológico ao refletir sobre a busca de princípios, metodologias, teorias próprias e transformações decorrentes das novas tecnologias; c) o último período, de 1990 em diante, o qual se tem a consolidação de sua denominação, métodos e teorias, e os constantes debates sobre sua natureza e as relações interdisciplinares com outras áreas (PINHEIRO, 2005)

Russo (2010) explica que em razão desta situação, somada às necessidades instantâneas dos usuários em obter a informação precisa no menor tempo possível, deu espaço à sua criação, a qual tem como premissa atender as necessidades informacionais dos usuários. Portanto, para melhor entendimento faz-se necessário entender o cenário sócio-histórico do seu surgimento.

É importante lembrar, a contribuição de Vannevar Bush para o posterior nascimento da CI quando este cientista americano buscou solucionar um problema existente até os dias atuais: tornar a informação mais acessível. Bush (1945) utilizando-se das Tecnologias da Informação propôs uma máquina chamada MEMEX, que segundo ele “duplicaria os processos mentais artificialmente”, associando ideias e promovendo o crescimento do acervo.

da ética é o comportamento moral de determinada sociedade no espaço e no tempo. E a ética, por ser uma ciência, deve se sujeitar aos pressupostos científicos, na qual propõe que a mesma seja explicada, analisada e compreendida como forma de validar as conclusões alcançadas.

Para alguns autores, a ética é associada a moral; já para outros, são termos relacionados, porém distintos. Essa dúvida ocorre porque ambas relacionam-se com o comportamento dos indivíduos, mas etimologicamente podemos observar que possuem conceitos diferentes. “A Ética, do grego *ethos*, é um *hábito* adquirido com esforço e repetição, um *vestido* da pessoa, um *estilo* de pensar e agir, um *modo* de *ver e habitar* este mundo” (MARCHIONNI, 2004, p.10, grifos do autor) e “a palavra moral vem do latim *mos* (singular), e *mores* (plural), que significa costumes” (SUNG; SILVA, 1995, p.13).

O comportamento humano é norteado por um conjunto de valores, princípios e regras, definindo-se assim a moral. É variável de acordo com a localização e o tempo em que se vive, por vezes são aprovados e, por outras, reprovados pela sociedade. Já a ética não define normas, mas indica reflexão. Ao refletir eticamente, nos questionamos em que princípios estamos nos baseando para agir moralmente pautados nos interesses e costumes de cada organização social. “Entre a moral e a ética, há um constante movimento, que vai da ação para a reflexão sobre o seu sentido – os seus fundamentos – e, da reflexão, retorna a ação, revigorada e transformada” (RIOS, 2008, p.85).

As ações morais são criadas em cada sociedade, tendo assim cada uma seus valores e costumes, que mediam as relações entre indivíduos. Por ter um caráter reflexivo, a ética é esclarecedora, podendo julgar ações morais com base em seus princípios, ou seja, é possível agir moralmente sem refletir sobre nossos atos, sem ser ético. Por fim, a vida ética consiste na harmonia em sociedade composta de sujeitos morais que são livres e decidem pensando no bem comum e na democracia. Quando a escolha é

realizada de maneira consciente e ponderada, levando em conta o maior número possível de implicações da escolha, todos se beneficiam, incluindo quem escolhe. Dessa forma, a consciência de quem escolhe fica tranquila com a contribuição e impacto à vida dos demais, tendo como consequência a satisfação pessoal e o usufruto da liberdade.

### **ENSINO DA ÉTICA NOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CI**

A Ciência da Informação é uma área teórica e prática de investigação, bem como de ensino e exercício profissional. Portanto, a construção do conhecimento científico deste campo do saber se dá desde o repensar sobre as práticas profissionais até a proposição de trabalhos de investigação, no contexto da pesquisa acadêmica na graduação e na pós-graduação. Observa-se, especialmente, que a partir dos anos 70 do século passado, o cenário da globalização política e econômica incita uma demanda maior de um conjunto de atividades de documentação e estudo da ciência da informação.

Souza (2003) versa sobre a formação de um quadro pessoal em nível de pós-graduação que atue na indústria da informação voltado, principalmente, para o desenvolvimento econômico. Na grande maioria, a categoria profissional que estava, naquela época, voltada para este aprimoramento eram os bibliotecários.

Voltando um pouco mais no tempo, ao término da ii grande guerra, nota-se a introdução da informática no campo da Biblioteconomia e a exigência de novos perfis profissionais que se adequassem às novas tecnologias e que organizassem o volume expressivo de documentos desenvolvidos nesse período, especialmente relativos à produção bibliográfica nacional técnico-científica (CASTRO; RIBEIRO, 2004).

O surgimento da pós-graduação em Ciência da Informação e/ou Biblioteconomia intensificou-se nas décadas finais do século XX. Aliás, essa era a realidade de diversas profissões, devido aos planos de fortalecimento

do sistema universitário no Brasil e consequentemente, da pesquisa científica, formando mais mestres e doutores.

Pode-se afirmar que o início da ci no país está ligado com o desenvolvimento do processo formativo do bibliotecário. Um marco importante para a pós-graduação é a criação do instituto brasileiro de bibliografia e documentação (IBBD) em 1954, o qual foi transformado posteriormente em instituto brasileiro de informação, ciência e tecnologia – ibict. O antigo IBBB incentivou a criação dos cursos de especialização (em nível lato sensu), os quais até hoje ainda perduram, na forma presencial e a distância.

Porém, em função das demandas econômicas de desenvolvimento científico e tecnológico, é a partir da década de 1970, que a pós-graduação assume, majoritariamente, o caráter stricto sensu, progredindo para mestrado e doutorado em ciência da informação. (SOUZA, 2009). Em 1989, foi fundada a associação nacional de pesquisa em ciência da informação – ANCIB, que desde seu surgimento tem como objetivo “acompanhar e estimular as atividades de ensino e pós-graduação e de pesquisa em ciência da informação e Biblioteconomia no Brasil” (SOUZA, 2009, p. 136).

Promovido pela ANCIB, nos anos de 1990, é criado o i encontro nacional de pesquisa em Ciência da Informação – ENANCIB, o qual acontece anualmente até os dias de hoje. O surgimento do ENANCIB fortalece a identidade da ci bem como, a pós-graduação e pesquisa nessa área. Até o fim da referida década foram identificadas 463 dissertações e 36 teses oriundas dos programas de pós-graduação em Ciência da Informação e Biblioteconomia (SOUZA, 2009).

Outro importante marco que merece ser destacado, no ano de 2001, é a substituição da Associação Brasileira das Escolas de Biblioteconomia e Educação – ABEBD pela criação da Associação Brasileira de Educação em Ciência da Informação – ABECIN; a qual tem como premissa “assegurar

o debate sobre a formação de pessoas comprometidas com a manutenção e a ampliação de um corpo profissional atuante nos campos das práticas da ciência da informação” (ABECIN, 2015, p. 1). Assim sendo, a pós-graduação em da ci no brasil, apesar de ter seu desenvolvimento ligado ao processo formativo do bibliotecário, recebe cada vez mais a participação de diversas áreas profissionais; o que facilmente se explica a partir do contexto neoliberal de ascensão da indústria da informação e também, pela sua natureza interdisciplinar.

Nesse sentido, afirma-se a importância da formação continuada aos profissionais, uma vez que a mesma oferece aos alunos subsídios para repensarem sobre suas práticas, pois este cenário profissional é constantemente transformado com as escolhas praticadas por eles mesmos e seus pares. O propósito da “reflexão pode não nos trazer um conhecimento novo, mas nos auxilia a ver de um jeito novo o já conhecido, a retomar o caminho para seguir adiante com um olhar alargado” (RIOS, 2008, p.81). Dessa forma, uma das possibilidades que a reflexão permite é uma visão ampla sobre as situações cotidianas para uma posterior ação baseada em fundamentos éticos e morais.

Em um levantamento realizado por Faria et al. (2005) dentre as competências pessoais do profissional da informação descritas na Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), está contemplado “agir com ética”. Sendo assim, se o profissional da informação precisa dessa competência para exercer sua profissão, é evidente a relevância e necessidade desta temática estar contemplada em seu currículo, corroborando inclusive, com a interdisciplinaridade da ciência da informação.

Partimos da premissa, que a ética deve estar na transversalidade dos currículos escolares, seja ofertada por uma disciplina base ou no conteúdo programático de outras disciplinas. Acreditamos também, que todas as instâncias de ensino poderiam incluir a reflexão ética, desde os currículos

das séries iniciais até a pós-graduação. Assim, teríamos a oportunidade de aprender a refletir mais sobre as ações que realizamos ou deixamos de realizar desde cedo.

Ressalta-se que na educação superior e pós-graduação seria ainda mais importante, pois prepara o estudante para o exercício profissional específico, o qual muitas vezes, já possui até mesmo com um próprio código de conduta moral ou código de ética. Entretanto, as discussões acerca da ética em sala de aula não devem se limitar apenas ao código de ética, quando a categoria possuir, e sim, ir além de estudar as normas escritas voltando-se para os porquês e avaliação das ações e comportamentos consentidos pelo coletivo profissional em questão.

Ao pesquisar sobre a temática do ensino da ética na Pós-Graduação em CI no Brasil, reiteramos que nenhuma publicação ou trabalho foi encontrado ou publicado até o presente momento. Os poucos trabalhos realizados versam sobre a disciplina de ética nos cursos de graduação em Biblioteconomia, que segundo Bottentuit, Oliveira e Ferreira (2009) está presente no currículo há mais de 40 anos. Violine Cardim (1963 apud BOTTENTUIT; OLIVEIRA; FERREIRA, 2009, p.167) corrobora abordando sobre a criação da disciplina nos cursos de Biblioteconomia

não só com a formação intelectual, pode o Bibliotecário realizar-se inteira e devidamente. Além desta, há a formação moral. Formação que desperte o amor à causa para o trabalho não ser frio e penoso, para a alma vibrar e a profissão deixar de ser rotina e fardo pesado. Formação que penetre fundo e ensine o que é dever e responsabilidade. Dever que é o estímulo das consciências retas, obrigação de se realizar o que se assumiu anteriormente, dever que se traduz na exatidão de uma tarefa e que tem como prêmio a paz dos que sabem fazer bem a alegria tranquila de quem tem na personalidade a marca de ser responsável.

Apesar do estudo citado estar no âmbito da Biblioteconomia, ousamos, até mesmo pela ligação entre as duas áreas, transpor esse pensamento para os profissionais que buscam aprimoramento na Pós-Graduação em CI. Complementamos que a técnica é necessária para exercer uma profissão, porém, além de executá-la bem, deve-se ter amor pelo que se faz, uma vez que o amor é o desejo do que é bom e da busca pela felicidade (PLATÃO, 1963).

Cada disciplina de um curso tem a finalidade de orientar o discente no desenvolvimento e aquisição de conhecimentos e habilidades específicos. No caso de uma disciplina voltada exclusivamente para a ética não é diferente: “requer *estudo e prática*. A Ética deve ser apreendida e estudada em verdadeiras *escolas de ética*, tanto quanto deve ser estudada qualquer disciplina do saber humano, como a matemática e o direito” (MARCHIONNI, 2004, p.11, grifo do autor).

Outra questão, é a literatura, tanto no âmbito nacional como internacional, relacionada ao profissional da informação e Sociedade da Informação. Nela se apresenta competências profissionais como as habilidades gerenciais, a capacidade de educar usuários, a criatividade, a afetividade, o espírito de liderança, a visão interdisciplinar, pró-atividade e domínio tecnológico. Tais competências são bastante significativas para o exercício profissional, entretanto elas perdem validade se a elas não forem acrescidas outras competências de caráter *teórico-prático, político e social*, “objetivando assim a mudança do *eu* profissional da informação em *nós* profissionais da informação. Deste modo, é possível pensarmos em uma *sociedade inclusiva da informação*” (CASTRO; RIBEIRO, 2004, grifo dos autores).

O processo educacional deve preparar um profissional apto para além da dimensão técnica de suas atividades, e sim, com formação política e ética a fim de se posicionar, independentemente do contexto de atuação,

criticamente perante “os antagonismos” (CASTRO; RIBEIRO, 2004) ou “ambivalências” (DEMO, 2000) da Sociedade da Informação.

Portanto, o desafio do atual paradigma educacional para a área de Ciência da Informação é a capacitação, não só à nível de formação técnico-científica, mas também, de egressos com “competência política, que leve ao confronto, num primeiro estágio, e a um diálogo, num segundo momento, em torno de uma visão global da área, como um processo, portanto, sendo ela permanentemente reconfigurada” (SOUZA, 2004).

E por fim, chama-se atenção para o documento elaborado em 2001, ABECIN, a partir de uma oficina de trabalho em na Universidade de São Paulo. Tal documento versa sobre projeto pedagógico e avaliação da graduação na área de Biblioteconomia/Ciência da Informação e declara que

a universidade, para a consecução de suas finalidades educativas, deve reforçar o seu papel de instituição social procurando implementar ações que contribuam para a formação de um cidadão capaz de atuar no seu contexto social de forma competente tecnicamente e, comprometido com a construção de uma sociedade mais justa, solidária e ética. A educação superior deve, portanto, estabelecer princípios que guiem não só a formação técnico-científica, que o mundo do trabalho requer, mas também a formação do cidadão que uma sociedade inclusiva exige (ABECIN, 2001, p.11).

Entretanto, ressaltamos que não foi feita nenhuma menção ao assunto para a área da Pós-Graduação em CI. Nessa direção, sentimos a necessidade de olharmos diretamente para os currículos das pós-graduações. E assim, justificamos, novamente, nossa motivação para esta pesquisa e pela coleta de dados relativa à inserção da ética nos currículos das pós-graduações em CI no Brasil. Abaixo, apresentamos os dados obtidos e uma discussão acerca dos mesmos.

## **A ÉTICA NOS CURRÍCULOS DAS PÓS-GRADUAÇÕES EM CI NO BRASIL**

Para realização do estudo, foram propostos alguns procedimentos metodológicos para orientar a organização do estudo e as atividades a serem executadas, visando o objetivo proposto inicialmente. Esta pesquisa caracterizou-se como exploratória, pois envolve levantamento bibliográfico, proporcionando um estudo do tema pesquisado com o objetivo de obter mais informações. Por outro lado, considera-se também, uma pesquisa documental baseada em informações sem tratamento analítico, as quais podem ser organizadas, de acordo com objetivo da pesquisa, conferindo-lhe uma nova relevância como fonte de consulta (PRODANOV; FREITAS, 2013).

O universo da pesquisa, além da literatura científica sobre as temáticas abordadas, baseou-se na documentação disponibilizada na Plataforma Sucupira – aplicativo de gerenciamento da avaliação dos cursos de pós-graduação pela CAPES. Após coleta de dados, os mesmos foram organizados em quadros e procedeu-se com abordagem metodológica de cunho qualitativo para que, em seguida, fosse possível discutir acerca das informações e formular conclusões.

A pesquisa foi realizada em setembro de 2016 e a base de consulta foi a Plataforma Sucupira, na opção Dados Cadastrais do Programa. Delimitaram-se os Programas de Pós-Graduação brasileiros que atendem aos seguintes requisitos:

- a) Área de avaliação: Ciências Sociais Aplicadas I;
- b) Situação: Em funcionamento; e
- c) Áreas básicas: Arquivologia, Biblioteconomia, Museologia e Ciência da Informação.

Estas informações podem ser vistas no Quadro 1.

Como resultado desta pesquisa, obteve-se vinte instituições que estavam de acordo com os requisitos mencionados anteriormente e que oferecem

um total de vinte e seis programas de pós-graduação. Dentre os quais, nove são na modalidade de Mestrados Profissionais, seis somente Mestrados Acadêmicos e onze, Mestrado Acadêmico e Doutorado.

Posteriormente, ainda na Plataforma Sucupira, no item Disciplinas adotou-se como estratégia de pesquisa a análise documental. Nesta etapa, identificou-se no currículo de cada curso, a ocorrência de disciplina dedicada ao estudo da ética ou se a mesma é contemplada como item de conteúdo programático em disciplina. No quadro 2 abaixo, apresenta-se as disciplinas dedicadas de forma específica ao estudo da ética e seus respectivos programas nos quais são oferecidas.

No Quadro 2, verifica-se que são ofertadas quinze disciplinas específicas para estudo da ética, distribuídas em dez programas de dez instituições diferentes. Neste sentido, observa-se que dezesseis programas não abordam a ética em disciplina específica. Sendo assim, 38,46% do total de programas pesquisados sentiram a necessidade de ofertar esse conteúdo em forma de disciplina específica.

Ainda referente à segunda etapa da análise, no próximo quadro exibe-se os programas que ofertam disciplinas no qual a ética está presente, como tópico, em seus conteúdos programáticos.

Diante das informações apresentadas no Quadro 3, percebe-se que são ofertadas vinte e quatro disciplinas que contemplam a ética como tópico de conteúdo de disciplina, distribuídas em quatorze programas, vinculados a treze instituições. Nessa direção, constata-se que 53,84% dos programas encontrados abordam a ética como tópico pertencente à um conteúdo programático das disciplinas de seus currículos.

No último e quarto quadro, expõe-se uma síntese numérica das disciplinas específicas ao estudo da ética e das disciplinas com conteúdo programático referente à ética, bem como o total de disciplinas oferecidas em cada programa, a fim de melhor visualização dos resultados obtidos na pesquisa.

Em síntese, dos vinte e seis programas de pós-graduação analisados, observa-se que quinze contemplam a ética em seus currículos. Dentro dessa totalidade, observou-se que: a) a temática ética é ofertada exclusivamente em disciplina específica em um programa apenas; b) somente como tópico de conteúdo programático de outras disciplinas, em cinco programas e c) conjuntamente em disciplinas específicas e em tópicos, em nove programas, sendo este último item analisado, predominante. Outro dado obtido, é que em onze programas de Pós-Graduação em CI no Brasil, a ética não foi abordada de nenhuma forma em seus currículos, totalizando 42,30%.

Por fim, utilizando-se o método comparativo, que ressalta similaridades e diferenças entre os indivíduos, elementos, fatos ou fenômenos analisados, deduzem-se “os elementos constantes, abstratos e gerais” (LAKATOS; MARCONI, 2007, p.107). Com este método pode-se analisar quais aspectos e sob quais perspectivas a ética é abordada no ensino da pós-graduação brasileira.

Ao analisar as ementas das disciplinas específicas propostas por cada instituição, percebeu-se que algumas instituições abordam a ética levando em consideração o pensamento contemporâneo, o impacto das novas tecnologias e impactos da realidade informacional no desenvolvimento da sociedade atual. Outras discutem a dimensão ética na organização e representação do conhecimento. Já para muitas instituições, são explicitados nas ementas, os valores e princípios éticos no tratamento da informação das atividades informativas, como produção, acesso, mediação, veiculação da informação e também, a responsabilidade e papel social.

### **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Ultrapassar as tradições particulares e o ponto de vista individual, dando atenção ao desejo do outro igual aos meus próprios interesses, é ser ético. Fazendo a diferenciação entre ética e moral, foi possível compreender que

possuem significados diferentes, mas são relacionadas. A ética é a teoria e reflexão da prática do bem, e a moral diz respeito aos comportamentos, costumes, valores do ser humano impostos pela sociedade em que vive.

Estamos na Sociedade da Informação, onde as tecnologias estão provocando profundas mudanças nas atividades dos seres humanos e, sendo assim, os profissionais da informação têm ainda mais responsabilidades sociais e mais desafios diante do tratamento e disponibilização da informação.

A reflexão proporciona o “pensar ético”, ou seja, o discernimento e orientação racional para o agir. Mischiati e Valentim (2005, p.217) afirmam que “qualquer que seja a área de atuação dos indivíduos, a ética faz parte da competência profissional, do domínio dos conhecimentos necessários para o indivíduo desempenhar seu papel na sociedade”. Assim, fica evidente que é fundamental que as instituições reflitam a respeito da inserção de conteúdos relacionados à ética em seus currículos e na transversalidade das disciplinas e das práticas docentes. Acredita-se que esta realidade não seja muito diferente nos cursos de graduação e, portanto, muitas vezes, não se tem a oportunidade de aprender de forma mais efetiva a ética antes da pós-graduação.

Nessa direção, ressaltamos o papel formativo da universidade, uma vez que a educação continuada, em nível de *stricto-senso*, também deve dar conta de ampliar a formação de pesquisadores e profissionais responsáveis e sensíveis para as relações sociais do cotidiano e do mundo do trabalho, bem como para as implicações e dilema éticos.

Com a pesquisa realizada, verificou-se que, das vinte e seis instituições que oferecem o curso nesta área, somente quinze instituições oferecem disciplinas específicas sobre a ética e/ou abordam a ética como tópico de disciplinas, sendo estudadas sob diferentes aspectos e perspectivas. Nessas instituições, predomina-se o estudo dos valores e princípios éticos

no tratamento da informação das atividades informativas, como produção, acesso, mediação, veiculação da informação. Trata-se também, da responsabilidade e papel social profissional, a ética da pesquisa e o impacto das inovações tecnológicas no desenvolvimento da sociedade atual.

Nossa expectativa seria que 100% dos cursos tivessem pelo menos uma disciplina abordando a ética e/ou aspectos éticos necessários para formação do cidadão e do profissional, mas não foi o que pudemos perceber. É alarmante o fato de que 42,30% cursos, representando quase metade das pós-graduações em CI no Brasil, não há uma referência sequer à menção dos aspectos éticos no currículo. Desta forma, entende-se que estas instituições não consideram importante abordar o ensino da ética em seus currículos.

Por fim, outra questão preocupante, é que mestres e doutores formados pelos programas/cursos analisados poderão vir a atuar na docência superior, nos níveis graduação e pós-graduação, então fica a questão: como ensinar o que não se aprendeu? Como orientar pesquisas e ensinar sobre determinadas práticas profissionais ou construtos teóricos sem questionar as consequências deles na vida de seres humanos? Afinal, a ciência deve estar a serviço dos seres humanos.

## REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO (ABECIN). **Projeto Pedagógico e Avaliação da Graduação**: referências para a renovação e ressignificação do ensino em Biblioteconomia/Ciência da Informação. 2011. Disponível em: <http://www.abecin.org.br/portal/abecin/documentos/repositorio/>. Acesso em: 27 set. 2016.

BORKO, H. Information Science: What is it? **American Documentation**, v.19, n.1, 1968.

BOTTENTUIT, A. M.; OLIVEIRA, M. O. E.; FERREIRA, M. Abordagens

da ética nos cursos de biblioteconomia e campos afins das instituições de ensino superior brasileiras. In: GOMES, H. F.; BOTTENTUIT, A. M.; OLIVEIRA, M. O. E. (Org) **A ética na sociedade, na era da informação e da atuação profissional**. Brasília (DF): Conselho Federal de Biblioteconomia, Comissão de Ética Profissional, 2009. p. 162-187.

BUSH, V. As we may think. **The Atlantic Monthly**, July 1945. Disponível em: <http://www.theatlantic.com/magazine/archive/1945/07/as-we-may-think/303881/>. Acesso em: 28 jan. 2016.

CASTRO, C. A.; RIBEIRO, M. S. P. As contradições da sociedade da informação e a formação do bibliotecário. **Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Campinas, v. 1, n. 2, p. 41-52, jan./jun. 2004. Disponível em: <http://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rdbci/article/view/2079>. Acesso em: 01 out. 2016.

CASTELLS, M. **A sociedade em rede**. 10 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2007. 698 p. vol.1.

DEMO, P. Ambivalências da Sociedade da Informação. **Ciência da Informação**, Brasília, v.29, n.2, p.37-42, maio/ago. 2000. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ci/v29n2/a05v29n2.pdf>. Acesso em: 22 ago. 2016.

FARIA, S. et al. Competências do profissional da informação: uma reflexão a partir da Classificação Brasileira de Ocupações. **Ciência da Informação**, v.34, n.2, p.26-33, maio/ago. 2005. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0100-19652005000200003&script=sci\\_abstract&tlng=PT](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0100-19652005000200003&script=sci_abstract&tlng=PT). Acesso em: 01 out. 2016.

GUIMARÃES, J. A. C.; MILANI, S. O.; PINHO, F. A. Aspectos éticos em organização e representação do conhecimento. **Encontros Bibli**, Florianópolis, n. 25, 1. Sem. 2008. p.124-135. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/cb/article/view/1518-2924.2008v13n25p124>. Acesso em: 01 out. 2016

KANT, I. **O que é Esclarecimento**. In: Textos Seletos. Tradução Floriano

de Sousa Fernandes. Petrópolis: Editora Vozes. 2005.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. **Fundamentos de metodologia científica**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

LE COADIC, Y-F. **A Ciência da Informação**. Brasília: Briquet de Lemos/Livros, 1996.

LE COADIC, Y-F. **A Ciência da Informação**. 2.ed. Brasília: Lemos Informação e Comunicação, 2004.

MARCHIONNI, A. Ética: A arte do bom. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. 2004. cap. 1.

MARTINS, M.H.P. A ética em questão. **Palavra-Chave**, São Paulo, n.8, p.3-4, 1994.

MISCHIATI, A. C.; VALENTIM, M. L. P. Reflexões sobre a ética e a atuação profissional do bibliotecário, **Transinformação**, Campinas, v. 17, n. 3, p. 209-220, set./dez., 2005. Disponível em: <http://periodicos.puc-campinas.edu.br/seer/index.php/transinfo/article/view/686>. Acesso em: 01 out. 2016.

OLIVEIRA, M. de (coord.). **Ciência da Informação e Biblioteconomia: novos conteúdos e espaços de atuação**. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 2005.

PINHEIRO, L. V. R. Processo evolutivo e tendências contemporâneas da Ciência da Informação. **Informação & Sociedade**, João Pessoa, v.15, n.1, p. 13-48, jun. 2005. Disponível em: <http://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/pscib/article/view/8845>. Acesso em: 01 out. 2016

PLATÃO. **O Banquete**. Trad. Albertino Pinheiro. São Paulo: Atena, 1963.

RIOS, T. A. A presença da filosofia e da ética no contexto profissional. **Organicom**, São Paulo, v. 5, n. 8, p. 78-88, jul./dez.2008. Disponível em: <http://revistaorganicom.org.br/sistema/index.php/organicom/article/viewFile/145/245>. Acesso em: 01 out. 2016

PRODANOV C. C.; FREITAS, E. C. de. **Metodologia do Trabalho**

**Científico:** Métodos e Técnicas da Pesquisa e do Trabalho Acadêmico. 2ª Edição. Novo Hamburgo, Feevale, 2013.

RUSSO, M. **Fundamentos de Biblioteconomia e Ciência da Informação.** Rio de Janeiro: E-papers, 2010.

SÁNCHEZ VÁSQUEZ, A. **Ética.** 8.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1985. cap. 1.

SARACEVIC, T. Ciência da Informação: origem, evolução e relações. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 41-62, jan./jun.1996. Disponível em: <http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/view/235>. Acesso em: 01 out. 2016.

SINGER, P. **Vida ética:** os melhores ensaios do mais polêmico filósofo da atualidade. Rio de Janeiro: Ediouro, 2002. cap. 1.

SOUZA, E. D. de. A institucionalização da Ciência da Informação no Brasil: elementos disciplinares do campo científico. **Informação & Sociedade: Estudos**, João Pessoa, v.22, número especial, p.49-64, 2012. Disponível em: <http://www.ies.ufpb.br/ojs/index.php/ies/article/viewFile/13297/8568>. Acesso em: 01 out. 2010.

SOUZA, F. das C. **O ensino da Biblioteconomia no contexto brasileiro:** século XX. 2. ed. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2009.

SOUZA, F. das C. O modelo educacional e seu impacto sobre a dimensão pedagógica da Ciência da Informação. **Em questão**, Porto Alegre, v. 10, n. 1, p. 123-142, jan./jun. 2004. Disponível em: <http://www.brapci.ufpr.br/documento.php?ddo=0000011070&ddi=9281c>. Acesso em: 25 set. 2016.

SOUZA, F. das C. **Modernização e Biblioteconomia nova no Brasil.** Florianópolis: NUP/CED/UFSC, 2003.

SUNG, J. M.; SILVA, Josué Cândido da. **Conversando sobre ética e sociedade.** Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.

TARGINO, M. das G. A interdisciplinaridade da Ciência da Informação

como área de pesquisa. **Informação & Sociedade: Estudos**, João Pessoa, v.5, n.1, p.12-17, 1995. Disponível em: <http://www.brapci.ufpr.br/brapci/v/a/7700>. Acesso em: 01 out. 2016.

VALLS, A. L. M. **O que é ética?** 9.ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

VERGUEIRO, W.C.S. Ética profissional *versus* ética social: uma abordagem sobre os mitos da Biblioteconomia. **Palavra-Chave**, São Paulo, n.8, p.8-11, 1994.



# Capítulo 5

## **Fundamentos éticos da pesquisa envolvendo seres humanos nas ciências humanas e sociais e paradigmas científicos: olhares sobre a biblioteconomia e a ciência da informação**

Luhilda Ribeiro Silveira  
Suzinara da Rosa Feijó



## INTRODUÇÃO

Como se desenvolve a ciência? Como ela avança ao longo do tempo? O que determina as bases sobre as quais o modelo do fazer ciência se solidifica? Tais questionamentos acerca do que estrutura o conhecimento científico são algumas das perguntas que vez por outra comparecem no cenário da ciência e que certamente impulsionam as descobertas e as mudanças, traçando os caminhos e os modos do fazer científico.

A discussão acerca da evolução dos paradigmas científicos ocupa lugar de destaque no cenário acadêmico, desde as ideias defendidas por Aristóteles, às proposições de Newton até as concepções de Kuhn, que discorre sobre o “fazer ciência” ao longo dos tempos, são as proposições refutadas, defendidas, acatadas ou modificadas por pesquisadores de campos comuns ou não, que faz emergir um paradigma.

A exemplo disso, sobre a estruturação do conhecimento, podemos destacar que: “A obra de Newton, no século XVIII é considerada a grande síntese das obras de Copérnico, Kepler, Bacon, Galileu e Descartes, pois apresenta uma completa formulação matemática da concepção mecanicista da natureza” (RODRIGUES, 2010, p. 5). Assim observamos que para o cientista o conhecimento não era resultado da intuição pura do pesquisador, mas sim de seu entrosamento e desdobramento com o objeto de estudo, e

o fazer ciência e as teorias vão sendo desenvolvidas em meio às influências, de modelos e descobertas anteriores.

O que temos hoje como modelo de ciência moderna é fortemente influenciado pelas concepções de Thomas Kuhn, que traz a ideia de paradigma científico como um modelo do fazer ciência que se estrutura ao longo dos tempos. Segundo Kuhn (2009) a ciência só existe quando seu estudo estabelece fluxos e gera conhecimento. E também estabelece mais premissas, que a investigação possa ser averiguada segundo o método de seu criador, possa ser compartilhada e assim seja aceita pelos membros de seu campo. Assim, a formação da ciência é caracterizada por todo um conjunto de atividades diversas e por toda uma desorganização que só mediante a adoção de um paradigma pode se estruturar.

Pensando em termos de estruturação do fazer científico, nos propomos a pensar sobre os modelos que regem as considerações éticas no que se refere à pesquisa que envolve seres humanos no campo da Biblioteconomia e Ciência da Informação. Pois se existem modos que são seguidos para o fazer científico como um todo, certamente existem mais especificamente estruturas e padrões nesse âmbito. Assim, como, especificamente são mobilizados no fazer ciência envolvendo seres humanos nas pesquisas em Biblioteconomia e Ciência da Informação?

Nessa perspectiva, nos propusemos aqui a analisar como as questões paradigmáticas que se referem às questões éticas na pesquisa que envolve seres humanos estão comparecendo no cenário da Biblioteconomia e da Ciência da Informação, a partir da apreciação de aspectos de publicações periódicas científicas das áreas, com ênfase especial para as pesquisas que se situam no âmbito da Pós-Graduação.

#### **PARADIGMAS CIENTÍFICOS E PESQUISA EM BIBLIOTECONOMIA E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO**

O modo como a comunidade científica produz e utiliza a informação para gerar o conhecimento, bem como os métodos por ela empregados

nesse contexto, refletem não apenas os avanços e as estruturas científicas e tecnológicas de uma dada época, eles personificam o fazer científico estabelecendo com isso não apenas as soluções modelares para a ciência, mas também os modos como se articulam os problemas para se chegar a elas.

Miranda (2002) traz à tona a *Teoria do Conhecimento*, os três mundos do filósofo austríaco Karl Raimund Popper, para discutir o paradigma tecnológico da Ciência da Informação e por consequência da Biblioteconomia.

A teoria dos três mundos apresenta os seguintes pressupostos

[...] o Mundo 1 é constituído pelos conhecimentos relacionados ao mundo físico – a geologia, a biologia, etc. (‘o mundo dos estados materiais’) – enquanto que Mundo 2 compreende os conhecimentos relativos ao mundo metafísico ou dos estados mentais e da subjetividade – a psicologia, entre outras ciências; o Mundo 3 – ou o mundo do conhecimento objetivo – é ‘o mundo dos inteligíveis ou das ideias no sentido objetivo’ [...] e tem a ver com o conhecimento registrado com suas teorias, proposições e demais entidades linguísticas que entram na codificação e registro do conhecimento. (POPPER, 1975, p. 152 apud MIRANDA, 2002, p. 1).

Para Popper (1994 apud MIRANDA, 2002) há uma diferença considerável quando nos exprimimos através do registro, nossa forma de pensar “se torna acessível a crítica”. Quando registramos nossa forma de pensar abrimos possibilidades, segundo o autor para este se torne “‘conhecimento’ objetivo”; “formulado verbalmente, se expõe a crítica”, ao qual deu o nome de “conhecimento em senso objetivo”, onde se integram os conhecimentos científicos. Conclui dizendo que estes conhecimentos estão armazenados nas bibliotecas e que são todos os registros bibliográficos produzido pelo estado das artes das áreas do conhecimento que abarcam o Mundo 1 e 2.

Todos estes registros construídos por meio do conhecimento humano, estão hoje ancorados no Mundo 3, que são os artefatos tecnológicos que permitem o armazenamento e o acesso a todo este conhecimento.

Podemos crer que no contexto de desenvolvimento do conhecimento e da realização de pesquisas, as áreas de Biblioteconomia e Ciência da Informação partilham, assim como as demais áreas do conhecimento, desse processo paradigmático de construção do saber sobre diversos modos e diversos contextos históricos, onde a primeira é gerada dentro de uma abordagem tecnicista, por vezes humanista, e a segunda dentro de um aporte tecnológico, com vistas a comunidade científica (ODDONE, 1998 *apud* MIRANDA, 2002) “que precisam ser produzidos, ordenados, armazenados e recuperados”.

Assim, a análise do fazer científico em Biblioteconomia e em Ciência da Informação pode refletir mais que o seu contexto de descobertas frente às demandas de seu tempo e espaço, pode refletir uma estrutura que se relaciona com pressupostos abrangentes que constituem os princípios do fazer ciência que abarcam as estruturas da área como um todo – são eles seus paradigmas.

Mas antes que se possa pensar em pressupostos abrangentes sobre o fazer ciência e assim defini-lo como paradigma, consideramos importante pensar mais um pouco sobre: o que efetivamente é um paradigma? O que ele representa para um campo do conhecimento? Estes nos parecem ser questionamentos prévios pertinentes para que possamos tentar estabelecer quaisquer comentários acerca dos modelos científicos empregados em uma dada época, e assim determinar quais seriam os paradigmas atuais no que concerne à pesquisa envolvendo seres humanos.

Segundo Kuhn, “‘paradigmas’ são as realizações científicas universalmente reconhecidas que, durante algum tempo, fornecem problemas e soluções modelares para uma comunidade de praticantes de uma ciência” (KUHN,

2009, p.13). Embora consideremos que aqui a concepção de “ciência” apresentada por ele se situa sobre a perspectiva das ciências da natureza, que estabelecem regras e padrões que ao longo dos tempos podem ser superados. Assim, Kuhn aponta que problemas e soluções modelares de uma ciência em uma dada época caracterizariam fundamentalmente o que ele chama de “Estrutura das Revoluções Científicas”, pois “a transição sucessiva de um paradigma a outro, por meio de uma revolução, é o padrão usual de desenvolvimento da ciência amadurecida” (KUHN, 2009, p. 32). Considerando tais colocações para pensar sobre o modo de fazer ciência, e assim o modo como se processam as pesquisas envolvendo seres humanos, podemos pensar em termos de paradigmas para pesquisas nesse âmbito, já que na definição de paradigma de Kuhn (2009), apresentada acima, estaria contida a ideia de que haveria dentro de uma ciência questões de cunho teórico-conceituais, metodológicas e instrumentais que seriam compartilhados.

Desse modo, destaca-se que ao longo dos tempos, nos parece que a forma como seres humanos foram envolvidos em pesquisa tem sofrido alterações ao longo dos tempos, uma vez que o ponto de vista procedimental tem que se (re)adequar para considerar os imperativos do ponto de vista da ética, quando estes são vigentes. Nesse sentido estaríamos diante de novas questões metodológicas que estariam sendo compartilhadas no fazer científico.

### **ASPECTOS ÉTICOS DA PESQUISA ENVOLVENDO SERES HUMANOS**

É certo que antes dos aspectos que tratam das relações éticas entre pesquisadores e sujeitos de pesquisa (que se situam no bojo da bioética) está a ética pessoal do pesquisador, e em seguida a ética profissional, que em geral define condutas éticas a partir de documentos específicos em um determinado campo, que definem questões de confiabilidade, honestidade no âmbito da atuação profissional. Quando as relações de trabalho se

deslocam para a pesquisa e o envolvimento de sujeitos de pesquisa, a regulação dos aspectos éticos vai além, alcançam o campo da bioética.

No caso da pesquisa com seres humanos, a ênfase da bioética estará nos efeitos que o projeto desenhado pelo pesquisador terá sobre os participantes. A função prioritária da ética em pesquisa é proteger o participante, um indivíduo que se submete voluntariamente a um risco, vivenciando com frequência condições de vulnerabilidade ou por razões sociais – pobreza, subnutrição, falta de poder – ou por ser portador de doenças que podem ou não ser o motivo de seu recrutamento para o estudo (KOTTOW, 2008, p.8).

Antes desses imperativos que visam proteger o participante de pesquisa, o que se tinha historicamente eram ações sem qualquer controle ou respeito ao ser humano. Podemos dizer que o que existia era um “código de ética” pernicioso dos tempos de guerra, onde médicos nazistas, em nome da ciência, sacrificaram vidas humanas para fazer experimentos e conhecer os limites de tolerância a condições extremas, como hipotermia, déficit de oxigênio e injeção massiva de germes patogênicos. Quando veio à tona muitas das atrocidades cometidas nesse período, parece que o mundo começou a despertar para o valor da vida e da dignidade humana. Muitos dos pseudocientistas que cometeram tais experimentos a partir de então foram considerados criminosos de guerra. A publicidade desses julgamentos foi o marco para o surgimento do Código de Nuremberg em 1947 (KOTTOW, 2008).

O Código de Nuremberg de 1947 se constituiu num conjunto de 10 princípios éticos que fundamentam as pesquisas da área médicas, centrados, fundamentalmente, no sujeito participante da pesquisa, trazendo para essa relação a autonomia e a proteção dos interesses do paciente (CÓDIGO DE NUREMBERG, 1947).

Ainda no caminho da proteção aos participantes de pesquisas da área médica, a Declaração de Helsink, originalmente formulada em 1964 e que teve reformulações sucessivas (1964-2000) é

uma declaração de princípios éticos para fornecer orientações aos médicos e outros participantes em pesquisas clínicas envolvendo seres humanos. [e prevê ainda que] Pesquisas clínicas envolvendo seres humanos inclui pesquisas com material humano identificável ou dados identificáveis (WORLD MEDICAL ASSOCIATION, 2008).

O item 5 da introdução da Declaração de Helsink (1964-2000) determina que o bem-estar dos participantes da pesquisa deve prevalecer sobre os interesses da ciência e da sociedade. Assim entendemos que a proteção aos direitos do sujeito participante, em consonância com princípios defendidos pela bioética, se sobrepõem aos próprios princípios ponderados pela ética profissional.

No cerne das normativas, no que se refere à participação de seres humanos em pesquisas, no Brasil a resolução 466 de 12 de dezembro de 2012 do Conselho Nacional de Saúde (CNS), por muitos anos foi o principal instrumento normativo no que se refere à pesquisa envolvendo seres humanos, e que valia para todas as áreas do conhecimento. Só recentemente entrou em vigor a resolução 510 de 7 de abril de 2016, após toda uma história de controvérsias que circundava a questão da regulação da pesquisa envolvendo seres humanos. Até então, a regulação de tal matéria era feita apenas por uma única resolução, a 466 de 2012, e anteriormente a resolução 196 de 1996, que também tratava de modo igual todas as áreas do conhecimento. Essas resoluções anteriores tinham todo o seu arcabouço teórico pautado nas áreas biomédicas para construir iniciativas que visavam normatizar a participação de seres humanos em pesquisa. Assim, as pesquisas

das ciências humanas e sociais quando eram reguladas por essas resoluções faziam frequentemente surgirem controvérsias e questionamentos por não caber às especificidades das pesquisas dessas áreas que se diferenciavam metodologicamente das pesquisas das áreas biomédicas.

Nesse mote Barbosa, Corrales e Silbermann (2014, p. 488), evidenciando a necessidade de um dispositivo legal específico para as ciências humanas e sociais, afirmavam que

torna-se essencial que a regulamentação da ética em pesquisa no Brasil contemple e reconheça a existência de múltiplas formas de fazer pesquisa e que diferenças na metodologia de pesquisa das áreas não biomédicas não retirem seu mérito ético, científico e social, o qual deve ser considerado pelos CEP em sua revisão ética, bem como para a devida elaboração de resolução complementar voltada para as ciências humanas e sociais.

Nesse sentido, a publicação da resolução 510 de 2016 chega para sanar uma lacuna que por muito tempo gerou controvérsias entre pesquisadores que não se sentiam contemplados pela normativa até então vigente, que considera

que as Ciências Humanas e Sociais têm especificidades nas suas concepções e práticas de pesquisa, na medida em que nelas prevalece uma aceção pluralista de ciência da qual decorre a adoção de múltiplas perspectivas teórico-metodológicas, bem como lidam com atribuições de significado, práticas e representações, sem intervenção direta no corpo humano, com natureza e grau de risco específico (CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE, 2016, p. 1).

Sendo assim, essa nova resolução não substitui a 466 de 2012, já que havia nela própria, a previsão para a criação de uma outra resolução complementar que regularia as demais áreas, considerando as suas especificidades, aqui consideradas – as ciências humanas e sociais. Isso é mencionado no tópico

XIII. 3 da Resolução 466 de 2012: “As especificidades éticas das pesquisas nas ciências sociais e humanas e de outras que se utilizam de metodologias próprias dessas áreas serão contempladas em **resolução complementar**, dadas suas particularidades” (CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE, 2012, grifo nosso).

Destarte, as duas agora passar a vigor paralelamente, havendo inclusive a previsão na resolução 510 de 2016 de que: “Em situações não contempladas por essa Resolução, prevalecerão os princípios éticos contidos na Resolução CNS no 466 de 2012” (CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE, 2016).

A resolução 466 de 2012 tem como objetivo maior a proteção à vida e o respeito à dignidade humana, especialmente se tratando de participantes de pesquisa científicas. Tal resolução se insere no conjunto das documentações que visam proteger os seres humanos submetidos a experimentos de pesquisa especialmente nas áreas de saúde e tecnologia.

Os princípios éticos fundamentais que regem a Resolução 466 do CNS estão pautados no respeito à vida, considerando a dignidade, a liberdade e a autonomia do ser humano. Para tanto são incorporados os referenciais da bioética: **autonomia; não maleficência; beneficência; justiça e equidade**, dentre outros (CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE, 2012).

Vale ressaltar que a bioética tem como prioridade o cuidado com a vida, e o respeito pelos seres vivos. Dentro desta lógica aparece o homem, os animais e as plantas, ou seja, todos os seres vivos, que de alguma forma possam ser afetados pela ação do homem. Quando pensamos nos avanços científicos e suas implicações que devem servir a humanidade e ao meio ambiente que os rodeia, fica difícil crer que a ciência e o conhecimento nela imbricados em sua concepção possam gerar resultados diferentes aos fins estabelecidos pela ética, o fazer o bem, fazer o que é correto. No entanto, as práticas nos mostram que em termos de ciência isso nem sempre se dá, necessitando que um instrumento ou algo da ordem de uma legislação seja

postulado para tentar sanar ou ao menos minimizar eventuais desajustes entre o progresso científico e tecnológico e a ética.

A resolução 466/2012 considera que todo progresso da ciência deve sempre respeitar a dignidade, a liberdade e a autonomia do ser humano. A consideração de autonomia apresentada na resolução está intimamente ligada à capacidade de esclarecimento do sujeito e à sua capacidade de fazer escolhas. A autonomia colocada na resolução pode ser entendida como a faculdade que o sujeito tem de agir sobre suas próprias regras e escolhas. Nesse sentido, está implicada aqui a questão da liberdade, pois há nessa perspectiva uma liberdade para a ação, onde o sujeito da ação é livre para fazer escolhas, livre para agir. A liberdade aqui nos parece ser uma necessidade para a ação. É preciso que o pesquisador tenha o consentimento livre e esclarecido do sujeito antes de qualquer atividade. A resolução prevê ainda que não devem ser realizadas pesquisas com sujeitos vulneráveis quando os mesmos resultados podem ser obtidos com sujeitos não vulneráveis, a menos que a investigação possa trazer benefícios específicos a este grupo. Isso nos aponta para a preocupação em se preservar sujeitos que eventualmente não sejam capazes de fazer suas escolhas de modo livre, que não sejam, assim, plenamente dotados de esclarecimento, apontando para consideração ética de que o uso adequado da autonomia não é apenas utilizar a sua autonomia para fazer escolhas, mas também o uso da autonomia em defesa do outro. Ou seja, só é ética a ação que considera os dois aspectos, a sua autonomia e a do outro (CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE, 2012).

De acordo com a resolução 466 de 2012 o consentimento livre e esclarecido deve ser comprovado mediante documentação escrita, que culmina com a assinatura do Termo de consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Observamos isso no tópico II da resolução que trata das definições dessa resolução:

**QUADRO 1: Programas de pós-graduação nas áreas básicas: arquivologia, biblioteconomia, museologia e ciência da informação.**

PROGRAMA	MESTRADO		DOUTORADO	
	PROFISSIONAL	ACADÊMICO	11.23	
<b>ÁREA BÁSICA: ARQUIVOLOGIA</b>				
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO)	Gestão de Documentos e Arquivos	X		
<b>ÁREA BÁSICA: BIBLIOTECONOMIA</b>				
Universidade Federal do Cariri (UFCA)	Biblioteconomia	X		
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO)	Biblioteconomia	X		
<b>ÁREA BÁSICA: CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO</b>				
Fundação Casa de Rui Barbosa (FCRB)	Memória e Acervos	X		
Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC)	Gestão da Informação	X		
Universidade Estadual de Londrina (UEL)	Ciência da Informação		X	
Universidade Federal da Bahia (UFBA)	Ciência da Informação		X	X
Universidade Federal do Ceará (UFC)	Ciência da Informação		X	
Universidade Federal Fluminense (UFF)	Ciência da Informação		X	X
Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)	Ciência da Informação		X	X
Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)	Gestão da Informação e do conhecimento	X		
Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)	Ciência da Informação		X	X
Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR)	Ciência da Informação		X	

**QUADRO 1: Programas de pós-graduação nas áreas básicas: arquivologia, biblioteconomia, museologia e ciência da informação.**

INSTITUIÇÃO DE ENSINO	PROGRAMA	MESTRADO		DOUTORADO
		PROFISSIONAL	ACADÊMICO	
<b>ÁREA BÁSICA: CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO</b>				
Universidade de Brasília (UnB)	Ciência da Informação		X	X
Universidade de São Paulo (USP)	Ciência da Informação		X	X
Universidade de São Paulo (USP)	Gestão da Informação	X		
Fundação Universidade Federal do Piauí (FUFPI)	Artes, Patrimônio e Museologia	X		
Museu de Astronomia e Ciências Afins (MAST)	Preservação de Acervos de Ciência e Tecnologia	X		
Universidade Federal da Bahia (UFBA)	Museologia		X	
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO)	Museologia e Patrimônio		X	X
Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho/Marília (UNESP/Marília)	Ciência da Informação		X	X
Universidade de São Paulo (USP)	Museologia		X	

Consentimento Livre e Esclarecido - TCLE - documento no qual é explicitado o consentimento livre e esclarecido do participante e/ou de seu responsável legal, de forma escrita, devendo conter todas as informações necessárias, em linguagem clara e objetiva, de fácil entendimento, para o mais completo esclarecimento sobre a pesquisa a qual se propõe participar; II.24 - Termo de Assentimento - documento

## QUADRO 2: Disciplinas dedicadas de forma específica ao estudo da ética

INSTITUIÇÃO DE ENSINO (SIGLA) E PROGRAMA	DISCIPLINA	EMENTA
<b>ÁREA BÁSICA: ARQUIVOLOGIA</b>		
UNIRIO Gestão de Documentos e Arquivos	Arquivos, legislação e ética	A dimensão legal da gestão de documentos e arquivos. Impactos da legislação na gestão de documentos e arquivos. Direito à informação, direito à memória e direito à privacidade e intimidade. Direito do autor. Legislação arquivística brasileira. A construção cultural de valores éticos. A natureza e os fundamentos da ética profissional. Questões éticas na gestão de documentos e arquivos. Disposições que regulamentam a profissão de arquivista. A responsabilidade social do arquivista.
<b>ÁREA BÁSICA: BIBLIOTECONOMIA</b>		
UFCA Biblioteconomia	Ética profissional e da informação	Fundamentos da ética profissional no campo da informação, em especial, na Biblioteconomia. Fundamentos conceituais e tipológicos da ética. Códigos de conduta ética e aspectos deontológicos dos profissionais da informação. Direitos autorais e plágio. Relações entre ética e informação. Ética da informação: conceitos, características e aplicações
<b>ÁREA BÁSICA: CAIÊNCIA DA INFORMAÇÃO</b>		
UDESC Gestão de informação	Ética na gestão da informação	A consciência ética e suas implicações sociais, exercício profissional e responsabilidade social. Reflexão sobre os fundamentos da ética na pesquisa. Propriedade Intelectual. Valores e princípios éticos no tratamento da informação.
UFC Ciência da Informação	Eticidade do profissional da Informação	Organização do mundo do trabalho no Brasil. Desenvolvimento profissional. Reconhecimento social e status de ocupações e profissões. A organização profissional do setor informacional. Educação de bibliotecários, arquivistas e museólogos. O profissional da informação no Brasil: identidades, valores e conduta.
UFF Ciência da Informação	Aspectos éticos e legais da informação	O saber sobre a informação como um dos direitos humanos supõe diferentes aportes, recortes e abordagens em função dos aspectos sociológicos, axiológicos e deontológicos realçados pelas indagações de vários campos do conhecimento. A problematização ética da questão do acesso informacional, nos lugares de informação e memória e nos fazeres profissionais de produção e mediação para o uso destacando-se os aspectos da mesma, tanto como fato social, como valor - público ou privado – quanto como objeto de normas.
UFPB/JP Ciência da Informação	Ética, gestão e políticas de informação	Deontologia e ética em profissões da informação. Políticas de criação e de implementação de Sistemas de Informação. Gestão estratégica da informação para o desenvolvimento global e local  Ética e poder na sociedade da informação. Ética na produção da ciência. Ética da informação. Responsabilidade social universitária, no ensino, na pesquisa e na extensão. Responsabilidade social, cidadania e diversidade. Ética e responsabilidade social na Ciência da Informação.

## QUADRO 2: Disciplinas dedicadas de forma específica ao estudo da ética

	Ética, gestão e políticas de informação	Princípios filosóficos da ética. A conceituação de gestão e política de informação. A ética nas práticas informacionais. A gestão e delimitação de políticas públicas e privadas de informação
<b>ÁREA BÁSICA: ARQUIVOLOGIA</b>		
UFRJ Ciência da Informação	Ética do discurso	virada linguística. As funções da linguagem. Agir comunicativo e agir estratégico. O mundo da vida. O fato moral. Abordagens objetiva e subjetiva da ética. As regras da argumentação. Pretensões de validade no agir comunicativo. A ética do discurso e seus fundamentos na teoria da ação. A teoria do desenvolvimento moral. O agir orientando para o entendimento. A integração das perspectivas do observador e do participante. A verdade no discurso e no mundo da vida. A virada pragmática. Correção e verdade. Facticidade e validade.
	Ética e informação	Análise de quatro perspectivas éticas para discussão e avaliação dos padrões de significação ou interpretação através dos quais se veiculam e processam informações e conhecimentos na esfera pública. (1) Teleologia de origem aristotélica: capacidades e atividades próprias do ser humano. A retomada desta perspectiva por M. Nussbaum e A. Sen. (2) Deontologia de origem kantiana: autonomia, lei universal e direitos individuais. A retomada desta perspectiva por J. Rawls. (3) Utilitarismo: preferências, medições de utilidade e maximização do bem-estar. (4) Ética do discurso: a ética vista em termos de potenciais de racionalização e universalização inscritos nas estruturas e práticas comunicativas constitutivas do mundo da vida.
UNESP/ Marília Ciência da Informação	Elementos éticos, organização e representação do conhecimento	Considerando o impacto das novas tecnologias no desenvolvimento das atividades de organização e representação do conhecimento, discutem-se os elementos relativos à formação e atuação profissional na área, no sentido de identificar os valores éticos envolvidos.
	Preparação de artigos de periódicos: aspectos metodológicos e éticos	Deontologia e ética em profissões da informação. Políticas de criação e de implementação de Sistemas de Informação. Gestão estratégica da informação para o desenvolvimento global e local
	Aspectos éticos em organização da informação	Propor uma base filosófico-epistemológica que permita identificar os fundamentos e as peculiaridades do campo de estudo da Ciência de Informação como ciência social e humana.
USP Ciência da Informação	Epistemologia da ciência de informação: fundamentação filosófica, teórica e ético-axiológica	Propor uma base filosófico-epistemológica que permita identificar os fundamentos e as peculiaridades do campo de estudo da Ciência de Informação como ciência social e humana.

## QUADRO 2: Disciplinas dedicadas de forma específica ao estudo da ética

MAST Preservação de Acervos de Ciência e Tecnologia	História, teoria e ética da preservação	Trajetória histórica da preservação de bens culturais no Brasil: origem, princípios e conceitos estruturadores. Evolução dos conceitos de preservação e de conservação/restauração. Categorias de preservação. Teoria da Conservação: filosofias, teorias, terminologia. De Alois Riegl e Cesare Brandi a Jukka Jokilehto. As cartas patrimoniais: orientação para os critérios e métodos de intervenção. Documentos nacionais e internacionais. Papel da UNESCO, do ICCROM e de outras organizações. Preservação documental e o contexto brasileiro: políticas públicas federais de preservação. O IPHAN: de Mário de Andrade aos dias de hoje. Aloísio Magalhães e o Centro Nacional de Referência Cultural. Ética na preservação de bens culturais: requisitos básicos para atuação no campo da preservação e para o exercício da profissão de conservador-restaurador. Responsabilidades legais e profissionais. Códigos de ética. Análise crítica de princípios de intervenção tradicionalmente estabelecidos: autenticidade, reversibilidade, mínima intervenção, equilíbrio entre princípio estético e princípio histórico. Estudo de casos.
---	--	---

elaborado em linguagem acessível para os menores ou para os legalmente incapazes, por meio do qual, após os participantes da pesquisa serem devidamente esclarecidos, explicitarão sua anuência em participar da pesquisa, sem prejuízo do consentimento de seus responsáveis legais (CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE, 2012, grifo nosso).

Já a resolução 510 de 2016 trouxe mudanças que implicou numa flexibilização para as Ciências Humanas e Sociais a forma de obtenção do consentimento e do assentimento dos sujeitos de pesquisa, quando define, no inciso XX do Art.2º, o processo de consentimento e de assentimento como

processo pautado na construção de relação de confiança entre pesquisador e participante da pesquisa, em conformidade com sua cultura e continuamente aberto ao diálogo e ao questionamento, **não sendo o registro de sua obtenção necessariamente escrito** (CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE, 2016, p. 4, grifo nosso).

No capítulo III o art. 5º faz a previsão de múltiplas formas para esse processo

### QUADRO 3: Disciplinas que têm conteúdos programáticos com tópico sobre ética

INSTITUIÇÃO DE ENSINO (SIGLA) E PROGRAMA	DISCIPLINA	ITEM MENCIONADO NO CONTEÚDO PROGRAMÁTICO DA DISCIPLINA
<b>ÁREA BÁSICA: BIBLIOTECONOMIA</b>		
UFCA Biblioteconomia	Profissional da informação	Ética do profissional da informação.
	Metodologia da pesquisa em biblioteconomia e ciência da informação	Ética na pesquisa.
UDESC Gestão da Informação	Fundamentos das Ciências da Informação	O profissional: formação, currículo, mercado de trabalho, ética e movimentos associativos e de entidades de classe no Brasil.
FCRB Memória e Acervos	Conservação e gerenciamento de coleções de obras raras	Critérios de intervenções e ética profissional.
	Gestão museológica	Reflexões sobre a relação entre ética e gestão museológica.
	Oficina de história oral	Aspectos técnicos e éticos.
UFBA Ciência da Informação	Pesquisa orientada	Processo de orientação dos alunos de mestrado e doutorado nos aspectos temáticos, éticos, morfológicos, teóricos e metodológicos de suas pesquisas.
UFC Ciência da Informação	Sistemas de informação na gestão do conhecimento	Sistemas de informação nas organizações e na sociedade: questões sociais, legais e éticas em sistemas de informação.
UFF Ciência da Informação	Ciência da Informação e sociedade	Articula-se, para sua compreensão, aspectos da Economia Política da informação, dos estudos culturais, dos saberes linguísticos, até da filosofia e da ética da informação.
	Comunicação científica em redes eletrônicas	Considerando a dimensão política - incluindo a geopolítica - abrangendo a produção, disseminação e circulação da informação científica, destacam-se as dimensões legais, éticas e de integridade da pesquisa científica.
UFPB/JP Ciência da Informação	Big data e a Sociedade da Informação	Aspectos éticos e jurídicos.
<b>ÁREA BÁSICA: CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO</b>		
UFRJ Ciência da Informação	Metodologia da pesquisa em Ciência da Informação	Ética, valores e compromisso social.

### QUADRO 3: Disciplinas que têm conteúdos programáticos com tópico sobre ética

INSTITUIÇÃO DE ENSINO (SIGLA) E PROGRAMA	DISCIPLINA	ITEM MENCIONADO NO CONTEÚDO PROGRAMÁTICO DA DISCIPLINA
<b>ÁREA BÁSICA: CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO</b>		
	Política do conhecimento e regime de informação	Compromissos argumentativos e éticos da pesquisa.
UNESP/Marília Ciência da Informação	A pesquisa como processo dinâmico e socialmente construído	Análise sobre a natureza e a estrutura da ciência e das práticas de pesquisa socialmente construídas, com ênfase na produção e avaliação crítica, enfocando os aspectos éticos e sociais subjacentes às pesquisas na área social.
USP Ciência da Informação	Percurso de pesquisa científica	Análise sobre a natureza e a estrutura da ciência e da pesquisa com ênfase na produção e avaliação crítica, enfocando os aspectos éticos e sociais subjacentes às pesquisas na área social.
	Informação: da produção ao acesso e uso	Aspectos éticos.
<b>ÁREA BÁSICA: MUSEOLOGIA</b>		
FUFPI Artes, Patrimônio e Museologia	Patrimônio, turismo e sustentabilidade	A ética do meio ambiente e do desenvolvimento sustentável.
MAST Preservação de Acervos de Ciência e Tecnologia	Conservação de instrumentos científicos	A discussão da ética na conservação desses objetos e suas diferentes correntes, com vistas a fornecer o arcabouço teórico para sua conservação, fomentando o debate entre as teorias existentes.
UNIPIO Museologia e Patrimônio	Teoria do patrimônio	Aspectos filosóficos, políticos e éticos da preservação do patrimônio.
	Museologia, patrimônio e desenvolvimento sustentável	A ética do meio ambiente e do desenvolvimento sustentável.
	Museologia e conservação	Conceitos e história da conservação; teoria da conservação, código de ética, filosofias da conservação, Violet Le Duc, William Morris e John Ruskin, Cesare Brandi, Salvador Viñas.
	Teoria e metodologia da museologia	Museologia e ética.

Art. 5º O processo de comunicação do consentimento e do assentimento livre e esclarecido pode ser realizado por meio de sua expressão oral, escrita, língua de sinais ou de outras formas que se mostrem adequadas, devendo ser consideradas as características individuais, sociais, econômicas e culturais

#### QUADRO 4: Síntese de disciplinas oferecidas em cada programa

INSTITUIÇÃO DE ENSINO (SIGLA) E PROGRAMA	PROGRAMA	TOTAL DE DISCIPLINAS:	
		ESPECÍFICAS AO ESTUDO DA ÉTICA	COM CONTEÚDO PROGRAMÁTICO REFERENTE À ÉTICA
UNIRIO - Gestão de Documentos e Arquivos		1	-
UFCA - Biblioteconomia		1	2
FCRB - Memória e Acervos		-	3
UDESC - Gestão da Informação		1	1
UFBA - Ciência da Informação		-	1
UFC - Ciência da Informação		1	1
UFF - Ciência da Informação		1	2
UFPB/JP - Ciência da Informação		3	1
UFRJ - Ciência da Informação		2	2
UNESP/Marília - Ciência da Informação		3	1
USP - Ciência da Informação		1	2
USP - Gestão da Informação		-	2
FUFPI - Artes, Patrimônio e Museologia		-	1
MAST - Preservação de Acervos de Ciência e Tecnologia		1	1
UNIRIO - Museologia e Patrimônio		-	4
<b>TOTAL</b>		<b>15</b>	<b>24</b>

da pessoa ou grupo de pessoas participante da pesquisa e as abordagens metodológicas aplicadas (CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE, 2016, p. 5).

Apesar dessa flexibilização da forma de obtenção do consentimento e assentimento, a necessidade do esclarecimento para a livre concordância na participação da pesquisa permanece como um aspecto ético importante, conforme consta ainda no inciso XXII do Art.2º, onde a definição do registro do consentimento ou do assentimento figura como

**documento em qualquer meio, formato ou mídia, como papel, áudio, filmagem, mídia eletrônica e digital,** que registra a concessão de consentimento ou de assentimento livre e esclarecido, sendo a forma de registro escolhida a partir das características individuais, sociais, linguísticas, econômicas e culturais do participante da pesquisa e em razão das abordagens metodológicas aplicadas (CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE, 2016, p.4, grifo nosso).

Observamos nas resoluções aqui apresentadas, que constituem parte importante do arcabouço dos princípios que fundamentam as considerações éticas em pesquisa que envolve seres humanos, que o livre esclarecimento figura com papel de destaque nesse conjunto normativo. Podemos ainda destacar o importante papel da informação nessas considerações éticas, já que as normativas asseguram o direito à informação dos sujeitos que aceitam participar de uma pesquisa. Tanto a resolução 466 de 2012 quanto a resolução 510 de 2016 preconizam que o sujeito deve ser informado sobre todos os aspectos da pesquisa que ele irá participar. Notamos que o foco aqui está no direito à informação, que se constitui como um pressuposto básico para o esclarecimento do sujeito, pois só pode ser dotado de esclarecimento aquele que tem informação e é capaz de fazer adequado uso dela. Independentemente do suporte ou formato. Assim, o papel da informação é abrir caminho para o esclarecimento do sujeito na possibilidade de conduzi-lo a uma livre escolha.

Seguindo ainda a trilha das instituições no campo das regulações normativas, que se alinham com o controle da implementação de pressupostos éticos nas pesquisas envolvendo seres humanos, temos ainda que mencionar a existência no Brasil, do Sistema Nacional de Informação sobre Ética em Pesquisa envolvendo Seres Humanos (SISNEP) que é um sistema de informações via internet sobre pesquisas envolvendo seres humanos, que visa facilitar o registro das pesquisas e orientar a tramitação

de cada projeto para que todos sejam submetidos à apreciação ética antes de seu início. Esta é uma iniciativa do Conselho Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP) que implementa tais diretrizes. A atuação do Conselho se dá através de uma rede de Comitês de Ética em Pesquisa (CEP) que são responsáveis pela avaliação e acompanhamento dos aspectos éticos de todas as pesquisas envolvendo seres humanos, organizados nas instituições onde as pesquisas se realizam, ou numa instituição próxima (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2016).

A revisão ética feita pelos CEP nas instituições é feita por comissão multiprofissional que revisa todos os projetos que a ele são submetidos, independente da área do conhecimento a qual pertença. Até a criação da resolução 510 de 2016, via de regra, todas as pesquisas envolvendo seres humanos deveriam ser submetidas para a apreciação dos comitês, que então decidiam pela aprovação ou não da realização da pesquisa. Com essa resolução a coleta de dados obtida de participantes de pesquisas das ciências humanas e sociais passou a não necessariamente necessitar de aval dos comitês de pesquisa. Conforme previsto no parágrafo único dessa mesma resolução e seus incisos

Parágrafo único. Não serão registradas nem avaliadas pelo sistema CEP/CONEP:

I – pesquisa de opinião pública com participantes não identificados;

II – pesquisa que utilize informações de acesso público, nos termos da Lei no 12.527, de 18 de novembro de 2011;

III – pesquisa que utilize informações de domínio público;

IV - pesquisa censitária;

V - pesquisa com bancos de dados, cujas informações são agregadas, sem possibilidade de identificação individual; e

VI - pesquisa realizada exclusivamente com textos científicos para revisão da literatura científica;

VII - pesquisa que objetiva o aprofundamento teórico de

situações que emergem espontânea e contingencialmente na prática profissional, desde que não revelem dados que possam identificar o sujeito; e

VIII – atividade realizada com o intuito exclusivamente de educação, ensino ou treinamento sem finalidade de pesquisa científica, de alunos de graduação, de curso técnico, ou de profissionais em especialização.

§ 1º Não se enquadram no inciso antecedente os Trabalhos de Conclusão de Curso, monografias e similares, devendo-se, nestes casos, apresentar o protocolo de pesquisa ao sistema CEP/CONEP;

§ 2º Caso, durante o planejamento ou a execução da atividade de educação, ensino ou treinamento surja a intenção de incorporação dos resultados dessas atividades em um projeto de pesquisa, dever-se-á, de forma obrigatória, apresentar o protocolo de pesquisa ao sistema CEP/CONEP (CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE, 2016, p.1).

Consideramos que os parâmetros acima apresentados, que dispensam a avaliação de alguns tipos de pesquisa das ciências humanas e sociais, possibilita maior fluidez para o desenvolvimento de algumas pesquisas nessas áreas, visto que há nessa resolução o reconhecimento de que certas coletas de dados não se constituem em possibilidades de malefício para os participantes. Anteriormente, quando havia apenas a resolução 466 de 2012 isso acabava penalizando uma parcela de pesquisas, que mesmo não sendo da mesma natureza de intervenção das pesquisas realizadas pelas áreas biomédicas, passavam pelo mesmo processo de avaliação no CEP/CONEP.

Vale mencionar, que mesmo sendo vistas agora de modo diferenciado, e possibilitando maior fluidez às pesquisas para as áreas de ciências humanas e sociais, ainda assim a resolução busca preservar os sujeitos de pesquisa.

Assim prevalece na resolução 510 de 2016 a previsão de se resguardar os direitos dos sujeitos de pesquisa considerando valores éticos que implica

o respeito pela dignidade humana e a proteção devida aos participantes das pesquisas científicas. E ainda um agir ético do pesquisador pautado na ação consciente e livre do participante. Exigindo respeito e garantia do pleno exercício dos direitos dos participantes, devendo ser uma atividade concebida, avaliada e realizada de modo a prever e evitar possíveis danos aos participantes (CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE, 2016).

Os dispositivos normativos brasileiros, que atualmente compõem o arcabouço que rege a pesquisa que envolve seres humanos, se constituem numa possibilidade de auxiliar o pesquisador no alcance da excelência na construção do conhecimento. A inclusão das considerações éticas na pesquisa implica que se busque não apenas os melhores resultados, mas que se faça isso respeitando princípios e normas que garantam a dignidade das ações sobre as quais se alicerçam as estruturas desse conhecimento.

Na maioria dos países democráticos contemporâneos existe uma percepção, cada vez mais aceita socialmente, mas também com algumas reticências, sobretudo de tipo corporativo, segundo a qual toda pesquisa, conduzida em qualquer área do conhecimento e que envolva seres humanos como objetos da investigação, deve necessariamente ser revisada, em seus aspectos científicos e éticos, por uma instância que tenha competência adequada e reconhecida em âmbito epistemológico, metodológico e ético por seus pares e a sociedade como um todo (SCHRAMM, 2004, p. 774).

Com tudo isso, seria possível dizer que um novo paradigma se estabeleceu ou está se estabelecendo para o fazer científico? Para além das controvérsias, uma coisa é certa, a inclusão das considerações éticas na pesquisa se constitui enquanto garantia do respeito à dignidade humana e igual consideração dos interesses, reivindicando uma universalidade nos aponta Singer (1993) quando trata da ética, que pode se estender ao campo da pesquisa.

Nessa perspectiva, reivindicar a universalidade como qualidade da ética é compreender que os interesses universais se sobrepõem aos pessoais, pois “quando fazemos juízos éticos, vamos para além de preferências e aversões [...] A ética exige que nos abstraiamos do ‘eu’ e do ‘tu’ e que cheguemos à lei universal, ao juízo universal, ao ponto de vista do espectador imparcial ou do observador ideal”. (SINGER, 1993, p. 3). Ainda que seja difícil formular bases teóricas que sustentem a noção da universalidade como fundamento para uma “teoria ética” que possa guiar todo juízo ético, o aspecto universal da ética ainda assim sustenta uma razão convincente, mesmo que não seja conclusiva, que envolva a melhor escolha para todos os afetados pela ação.

#### **O PARADIGMA DA ÉTICA NA PESQUISA ENVOLVENDO SERES HUMANOS NA BIBLIOTECONOMIA E NA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO**

O arcabouço normativo no campo da pesquisa com seres humanos advém da necessidade de proteger as pessoas principalmente no campo dos experimentos científicos das áreas biomédicas, com destaque para as áreas médica e farmacêutica. Nessas áreas pode haver maior probabilidade de pesquisa com seres humanos, enquanto que nas áreas humanas e sociais, como é o caso das áreas que aqui nos interessam de um modo especial, a Biblioteconomia e a Ciência da Informação o que ocorre com maior frequência é a pesquisa envolvendo seres humanos. Há diferenças entre pesquisa **com seres humanos** e **pesquisa em seres humanos**, sobre tais diferenças, Barbosa, Corrales e Silbermann (2014, p. 485) apontam que

a diferença entre uma e outra é que a pesquisa *com* seres humanos requer interlocução entre pesquisador e pesquisado, enquanto a pesquisa *em* seres humanos implica intervenção corpórea, ou seja, consiste em testes de medicamentos ou equipamentos sendo, portanto, pesquisa invasiva.

A questão que se coloca é – no cenário da Biblioteconomia e da Ciência da Informação, como observamos estas questões? Sabemos que as normativas da bioética têm uma abrangência que se sobrepõe a códigos profissionais específicos. No entanto, o mais acertado é que tais normas se complementem, e seguindo essa perspectiva observamos que o Código de Ética do Profissional Bibliotecário figura de acordo com pressupostos éticos que preservam a pessoa humana, pois na sessão que trata dos deveres e obrigações ele postula: “Art. 3º: - Cumpre ao profissional de Biblioteconomia: a) preservar o cunho liberal e humanista de sua profissão, fundamentado na liberdade da investigação científica e na dignidade da pessoa humana” (CONSELHO FEDERAL DE BIBLIOTECONOMIA, 2002).

Apreciando essa temática no cenário da Biblioteconomia e da Ciência da Informação, considerando aspectos relacionados à pesquisa nessas áreas, fizemos uma análise enfocando principalmente a pós-graduação, pois acreditamos que de um modo geral, as pesquisas mais abrangentes sejam feitas nesse segmento, considerando a natureza e propósito da formação.

Em uma apreciação do Documento de Área Ciências Sociais I da Capes<sup>12</sup> observamos que esse documento, assim como os demais Documentos de Áreas do Conhecimento, não faz qualquer menção ao tema ética ou pesquisa envolvendo seres humanos na postulação dos critérios de avaliação para dar notas aos programas ou para a estratificação dos periódicos. Não há qualquer menção aos temas “pesquisa envolvendo seres humanos”, ou “comitê de ética em pesquisa”, no que trata dos aspectos considerados na avaliação dos programas de Pós-Graduação. Embora saibamos que a resolução 510 de 2016 sirva também para regulamentar as ações de pesquisas desenvolvidas no âmbito da pós-graduação.

---

<sup>12</sup> Documento que contém as considerações, requisitos e orientações a respeito do estágio atual da área, das propostas de cursos novos, da avaliação trienal, do Qualis e classificação de livros, eventos e produtos técnicos, de critérios de internacionalização, além da Ficha de Avaliação a ser utilizada no triênio para programas acadêmicos e profissionais. (COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR, 2014a).

Seguindo a trilha da análise das pesquisas, nas áreas de Biblioteconomia e Ciência da Informação, analisamos ainda alguns veículos de comunicação científica onde tais pesquisas podem ser comunicadas. Analisamos alguns aspectos relativos às considerações de questões éticas em pesquisas envolvendo seres humanos em três publicações periódicas das áreas de Biblioteconomia e Ciência da Informação que foram classificadas com estrato Qualis<sup>13</sup> A1 pela Capes na sua última avaliação realizada em 2014, são elas: *Transinformação*, *Informação e Sociedade* e *Perspectivas em Ciência da Informação*.

O primeiro aspecto que observamos nos *websites*, de cada um dos periódicos acima mencionados, foi no que diz respeito às normas de submissão e diretrizes aos autores, para verificar a existência ou não de normas a serem seguidas ou documentos específicos a serem apresentados quando as pesquisas envolvem seres humanos. Nesse sentido, constatamos que apenas a revista *Transinformação* apresenta exigências explícitas quanto à temática, figura no site da revista, em sua sessão “Diretrizes para Autores” o seguinte texto

Os manuscritos submetidos, quando derivados de estudos que envolvem seres humanos, devem obrigatoriamente ter sido aprovado por **Comité de Ética** em Pesquisa, conforme preconizam as diretrizes e normas da Resolução 196/96. Os autores deverão inserir a cópia digitalizada da declaração de aprovação do Comitê de Ética em pesquisa da instituição (TRANSINFORMAÇÃO, [200-], p. 1, grifo do autor).

As demais publicações não fazem qualquer menção a procedimentos quanto à pesquisa que envolva seres humanos, nem quanto à aprovação de

---

<sup>13</sup> Qualis é o conjunto de procedimentos utilizados pela Capes para estratificação da qualidade da produção intelectual dos programas de pós-graduação. A classificação de periódicos é realizada pelas áreas de avaliação e passa por processo anual de atualização. Esses veículos são enquadrados em estratos indicativos da qualidade - A1, o mais elevado; A2; B1; B2; B3; B4; B5; C - com peso zero. (COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR, 2014b).

um Comitê de Ética em Pesquisa, ou referência à Resolução 466/2012 – que era até bem pouco tempo a única resolução vigente. Tampouco menciona a necessidade de consentimento dos sujeitos de pesquisa ou a aplicação do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, como era anteriormente previsto pela resolução 466 de 2012, que é sem dúvidas um instrumento que fortalece o respeito à autonomia do sujeito da pesquisa.

O fato de não haver questões expressas quanto aos procedimentos éticos para a publicação de pesquisas que envolvam seres humanos nos dois periódicos mencionados, não significa que os mesmos não publiquem artigos fruto desse tipo de pesquisa. A partir do levantamento e análise dos artigos divulgados nesses periódicos, ao longo do ano de 2015, observamos que foram publicados pelo menos 18 trabalhos frutos de pesquisas que envolviam seres humanos, sendo pelo menos 5 na revista *Informação e Sociedade* e 13 na revista *Perspectivas em Ciência da Informação*. Em geral, esses artigos envolviam seres humanos com a aplicação de questionários, ou a realização de entrevistas com os participantes, mas houve ainda um caso onde foi realizado um treinamento e posterior avaliação dos participantes após o uso de uma determinada ferramenta de informação.

Na área da Biblioteconomia e da Ciência da Informação, assim como nas demais áreas do conhecimento, a confiabilidade e o prestígio de uma publicação periódica científica estão intimamente relacionados aos seus aspectos normativos, que incluem uma política editorial respeitável, uma avaliação por pares qualificados para que se chegue a uma seleção de trabalhos com potencial para influenciar e impulsionar o desenvolvimento da área. Então, por que não somar-se a isso a inclusão de aspectos éticos, incluindo-se aqui aspectos específicos quando se tratar de pesquisas que envolvem seres humanos para garantir que os estudos tenham sido conduzidos com rigor ético e científico, já que o que buscamos é a excelência, e ela só pode vir a partir de aperfeiçoamentos e mudanças que vão nos mostrando melhores caminhos a serem seguidos com o tempo.

A maioria das pesquisas científicas bem-sucedidas resulta numa mudança do primeiro tipo, e sua natureza é bem capturada por uma imagem habitual: a ciência normal é aquilo que produz os tijolos que a pesquisa científica está sempre adicionando ao crescente acervo de conhecimento científico (KHUN, 2006, p.23).

A construção da ciência se dá ao longo dos tempos e às vezes incluindo oposição a conhecimentos anteriores, Silva (1999) afirma que cada cultura possui a sua forma característica de ver o mundo, em torno da qual se organizam as sociedades em geral. Quer mediante consenso ou conflito, há o predomínio de um certo conjunto de ideias sobre outro, durante um certo período de tempo, de maneira alternada ou simultânea, explícita ou implícita. Assim, quando observarmos as formas de fazer ciência, esta ação pode nos levar não só ao conhecimento e à reflexão sobre os conteúdos científicos produzidos, mas sobre a prática histórica do fazer ciência.

A consideração dos aspectos éticos na execução de pesquisa envolvendo seres humanos nas áreas de ciências humanas e sociais, bem como nas demais áreas do conhecimento é uma possibilidade de imprimir maior respeito e garantia à dignidade dos que se dispõem a participar de estudos que devem buscar contribuir o desenvolvimento do conhecimento. É salutar observar que passamos por processos históricos que mudaram a forma como isso dá. Já vivenciamos desde a total ausência de normativas que garantisse direitos e respeito às pessoas em pesquisas, até as recentes controvérsias que circundaram o campo das pesquisas das ciências humanas e sociais sendo regidas igualmente às biomédicas.

No Brasil, a instituição da resolução 510 de 2016 traz para as ciências humanas e sociais um olhar diferenciado, que necessitava ser estabelecido no fazer científico e que por muito tempo figurou como uma lacuna no que concerne à regulamentação da pesquisa envolvendo seres humanos. No

entanto, vale ressaltar que um “olhar diferenciado” não pode prescindir de uma atitude diligente, pois não podemos jamais esquecer que na história da ciência, por negligência dos valores humanos, ou pelo dito do progresso da ciência muitas atrocidades foram realizadas, muitas na dimensão da intervenção física, mais certamente muita coisa também na dimensão psíquica dos sujeitos de pesquisa. Assim, devemos ter como guia das normativas e das ações – a razoabilidade, garantindo que não nos rendamos à ingenuidade de achar que os malefícios aos sujeitos de pesquisa podem se dar apenas pela via da intervenção física e, portanto, apenas pelas ciências biomédicas. Podemos estar cientes de que eventuais malefícios podem também se dar no campo psicológico dos sujeitos, e serem também oriundos de pesquisas das ciências humanas e sociais. E que nesse caso, embora as marcas não sejam visíveis, elas se constituem igualmente, ou até mais em malefícios para as pessoas.

Nesse sentido vale a reflexão sobre quais rumos queremos que siga o fazer científico, e quais os valores que desejamos que sejam implementados nesse fazer que constituem as bases do nosso paradigma científico.

### **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A pesquisa científica, indiscutivelmente, é o que impulsiona a ciência, e consequentemente, as comunicações dos seus resultados figuram na linha de frente desse processo, que tem nos canais de comunicação científica a sua mola propulsora. O que se observa atualmente no cenário da pesquisa científica é que questões relacionadas a aspectos éticos têm comparecido de forma marcante, então, é de se esperar que questões éticas compareçam nos canais por onde passam a comunicação científica.

Embora bastante tratado de um modo geral no cenário da pesquisa científica, nas áreas de Biblioteconomia e Ciência da Informação isto ainda não nos parece um paradigma consolidado, pelo menos não no segmento

das publicações periódicas científicas, visto que duas das três revistas mais bem avaliadas das áreas ainda não se estruturam sobre os pressupostos e normas que visam às questões éticas que envolvem seres humanos em pesquisas.

A instituição da resolução 510 de 2016 trouxe para o panorama da Biblioteconomia e da Ciência da Informação, assim como para as demais áreas das ciências sociais e humanas a possibilidade de que sejam incorporados pressupostos éticos em seus fazeres científicos sem contudo que isto fosse incorporado como um modelo inquestionável para o fazer científico, que passaria a ser seguido porque se interpôs à todos irrestritamente por falta de uma regulamentação específica, e não porque havia sustentação ética e teórico-metodológica para tal execução.

Assim em vez de estarmos experimentando uma revolução científica, nos termos que Kuhn nos propõe, estaríamos diante da anomalia de que a ética estaria se interpondo como uma exigência da atividade científica. Pautado em procedimentos que não se sustentariam por si mesmo enquanto pressupostos éticos, e sim estariam mais atrelados ao cumprimento de protocolos específicos pautados numa lógica dissonante do fazer das ciências humanas e sociais. Então, não seria correto dizer que a ética é um paradigma, porque paradigma é algo muito mais abrangente. Uma das características do paradigma, como nos aponta Kuhn (2009), é o reconhecimento universal pela área das realizações científicas. Nessa perspectiva, o mais correto seria dizer que a ‘descoberta’ da preocupação ética, abala o paradigma tecnicista em direção a formação de um novo paradigma – mais humanista.

Nesse sentido, consideramos que pensar e estabelecer critérios e normas para estruturar o fazer científico é não só tentar estabelecer valores desejáveis de uma ciência, mas também de um cientista que pensa não apenas nos fins de seu empreendimento de pesquisa, mas que considera os valores éticos em todo o processo. Assim, entendemos tais pressupostos como construtores

de valores desejáveis para quem faz ciência, e também para os cientistas e pesquisadores profissionais da informação.

As iniciativas que regulam os aspectos éticos da pesquisa envolvendo seres humanos são instrumentos que se constituem enquanto ferramentas que auxiliam no alcance da excelência na pesquisa nesse aspecto, e não devem ser vistos apenas como obstáculos a serem transpostos.

As discussões sobre ética estão presentes no cenário onde a tecnologia e o progresso outrora pareciam ter seu domínio. Se isso efetivamente se concretiza em reais benefícios aos seres humanos é uma questão a se observar na prática, e em meio a tudo isso vale à pena refletir sobre o momento que estamos vivenciando em termos de “problemas e soluções modelares” no nosso atual modelo de fazer ciência. Seria o fim do paradigma tecnológico? Ou sua oposição, ou ao menos a construção de um caminho para um paradigma humanista? Considerando que este seja um caminho mais humanista, é bem pertinente e desejável que a Biblioteconomia e Ciência da Informação integrem esse modelo que tem como foco o humano e o seu livre esclarecimento.

Destarte, a inclusão e o respeito às normas éticas em pesquisas que envolvem seres humanos e conseqüentemente nos meios em que seus resultados circulam é não apenas garantir uma postura ética no plano dos valores desejáveis para uma área do conhecimento, é garantir uma integridade ética no que diz respeito à construção de valores desejáveis para o progresso científico como um todo, é fortalecer modelos desejáveis do ponto de vista moral, é fortalecer paradigmas onde valores humanos estão acima dos fins.

## REFERÊNCIAS

BARBOSA, Adriana Silva; CORRALES, Carlos Montero; SILBERMANN, Marcos. Controvérsias sobre a revisão ética de pesquisas em

ciências humanas e sociais pelo Sistema CEP/Conep. **Revista Bioética**, v.22, n.3, p.482-492, 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/bioect/v22n3/v22n3a12.pdf>. Acesso em: 11 nov. 2015

CÓDIGO DE NUREMBERG. 1947. Disponível em: [http://www.dhnet.org.br/direitos/anthist/nuremberg/codigo\\_nuremberg.pdf](http://www.dhnet.org.br/direitos/anthist/nuremberg/codigo_nuremberg.pdf). Acesso em: 10 jan. 2016.

CONSELHO FEDERAL DE BIBLIOTECOLOGIA. **Resolução CFB n.º 42 de 11 de janeiro de 2002**. Disponível em: [http://www.cfb.org.br/UserFiles/File/Resolucao/Resolucao\\_042-02.pdf](http://www.cfb.org.br/UserFiles/File/Resolucao/Resolucao_042-02.pdf). Acesso em: 11 nov. 2015.

CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE. **Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012**. Disponível em: [http://conselho.saude.gov.br/ultimas-noticias/2013/06\\_jun\\_14\\_publicada\\_resolucao.html](http://conselho.saude.gov.br/ultimas-noticias/2013/06_jun_14_publicada_resolucao.html). Acesso em: 10 nov. 2015.

CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE. **Resolução nº 510, de 07 de abril de 2016**. Disponível em: <http://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2016/Reso510.pdf>. Acesso em: 17 jun. 2016.

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR. **Documentos de área**. 2014a. Disponível em: <http://www.capes.gov.br/avaliacao/instrumentos-de-apoio/documentos-de-area>. Acesso em 01 dez. 2015.

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR. **Classificação da produção intelectual**. 2014b. Disponível em: <http://www.capes.gov.br/avaliacao/instrumentos-de-apoio/classificacao-da-producao-intelectual>. Acesso em 15 dez. 2015.

KUHN, Thomas. S. **A estrutura das revoluções científicas**. São Paulo: Perspectiva, 2009.

KUHN, Thomas. S. **O caminho desde a estrutura: ensaios filosóficos, 1970-1993**. São Paulo: UNESP, 2006.

KOTTOW, Miguel. História da ética em pesquisa com seres humanos. **Revista Eletrônica de Comunicação, Informação & Inovação em Saúde**. Rio de Janeiro, v.2, Sup.1, p.7-18, dez., 2008. Disponível em: <http://www.reciis.icict>.

[fiocruz.br/index.php/reciis/article/view/863/1505](http://fiocruz.br/index.php/reciis/article/view/863/1505). Acesso em 10 dez. 2015.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Sistema Nacional de Informação sobre Ética em Pesquisa envolvendo Seres Humanos**. 2016. Disponível em: <http://portal2.saude.gov.br/sisnep/pesquisador/>. Acesso em: 27 dez. 2015.

MIRANDA, Antonio. **A Ciência da Informação e a teoria do conhecimento objetivo**: um relacionamento necessário. 2002. Disponível em: [http://www.antonimiranda.com.br/ciencia\\_informacao/conhe\\_objetivo.html](http://www.antonimiranda.com.br/ciencia_informacao/conhe_objetivo.html). Acesso em: 23 jun. 2016.

RODRIGUES, Maria Elaine Fonseca. Os paradigmas da ciência e seus efeitos na composição dos campos científicos: a instituição da Ciência da Informação. **DataGramaZero**, v.11 n.4, p.1-20, 2010. Disponível em: [http://www.dgz.org.br/ago10/Art\\_02.htm](http://www.dgz.org.br/ago10/Art_02.htm). Acesso em 10 dez. 2015.

SCHRAMM, Fermin Roland. A moralidade da prática de pesquisa nas ciências sociais: aspectos epistemológicos e bioéticos. **Ciência e Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 3, p. 773-784, set. 2004. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-81232004000300028](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232004000300028). Acesso em: 17 nov. 2015.

SILVA, Junia Guimarães e. Ciência da Informação: uma ciência do paradigma emergente. In: PINHEIRO, Lena Vania Ribeiro (org.). **Ciência da Informação, Ciências Sociais e interdisciplinaridade**. Rio de Janeiro; Brasília: IBICT, 1999. p.79-117.

SINGER, Peter. Ética prática. [S.l.: s.n.], 1993. Disponível em: <https://docente.ifrn.edu.br/edneysilva/etica-pratica>. Acesso em: 29 out. 2015.

TRANSINFORMAÇÃO. **Diretrizes para os autores**. [200-]. Disponível em: [periodicos.puc-campinas.edu.br/seer/index.php/transinfo/about/submissions#authorGuidelines](http://periodicos.puc-campinas.edu.br/seer/index.php/transinfo/about/submissions#authorGuidelines). Acesso em: 5 jan. 2016.

WORLD MEDICAL ASSOCIATION. **World Medical Association Declaration of Helsinki**: ethical principles for medical research involving human subjects. 2008. Disponível em: <http://www.wma.net/en/30publications/10policies/b3/17c.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2016.

# Segunda parte

Prática profissional



# Capítulo 6

## **O bibliotecário escolar e o letramento informacional: uso ético da informação**

Fernanda Cláudia Lückmann da Silva

Lourival José Martins Filho



## INTRODUÇÃO

Dentro do universo informacional complexo caracterizado pela Sociedade da Informação<sup>14</sup>, há necessidade de preparar as pessoas para aprender a utilizar as informações de maneira independente. A informação, além de ser importante guia das ações humanas dos indivíduos, é também o insumo básico para a produção do conhecimento.

Porém, a simples disponibilização da informação não equivale ao exercício do dever de informar, pois o dever de informar remete ao dever de criar condições adequadas para a construção do conhecimento. Na escola, ensinar os estudantes a ler e escrever é compromisso do professor de todas as áreas, mas também é compromisso de todos os profissionais envolvidos no processo de aprendizagem que atuam nesse ambiente, como o bibliotecário<sup>15</sup>.

Partimos do pressuposto da necessidade de atualização constantes das instituições e dos profissionais da educação para uma leitura adequada dos

---

14 Sociedade da Informação é uma sociedade inserida num processo de mudança constante, fruto dos avanços na ciência e na tecnologia. Tal como a imprensa revolucionou a forma como aprendemos, através da disseminação da leitura e da escrita nos materiais impressos, o despoletar das tecnologias da informação e comunicação tornou possíveis novas formas de acesso e distribuição do conhecimento. Neste contexto, Levy (1996), entre outros autores, anunciam e fundamentam o aparecimento de uma nova sociedade, "A Sociedade da Informação."

15 Neste estudo os autores optaram por utilizar o termo bibliotecário, mas se referem aos homens e mulheres que exercem esta profissão.

diferentes cenários sociais e educativos. Na sociedade brasileira, marcada profundamente pela propagação desenfreada da informação, os desafios diante das temáticas sociais emergentes tornam-se elementos de discussões em diferentes segmentos da sociedade. Para Imbernón (2006, p. 14), “as dúvidas, a falta de certezas e a divergência são aspectos consubstanciais com que o profissional de educação deve conviver, como acontece com profissionais de qualquer outro setor”.

Neste sentido, no âmbito educacional, na biblioteca escolar, o bibliotecário é responsável pelo desenvolvimento de habilidades e recursos de informação, além disso, nesse espaço de compartilhamento de saberes entre outros profissionais, que seriam, especialmente o professor. Nesse processo de aprendizagem, o bibliotecário atua na escola, como mediador no uso das informações.

É preciso que os estudantes consigam desenvolver as funções sociais da leitura e da escrita, e além disso, consigam despertar o senso crítico e um pensamento reflexivo. Então, compete especialmente à escola a formação desse estudante-autor, ou seja, o estudante que, mediante o contato efetivo com as mais diversas fontes de informação, impressas ou virtuais.

Assim, poderão ler, localizar, selecionar, organizar, escrever e interpretar as informações por meio do letramento informacional e que isso possa se tornar algo importante e significativo, tornando-se desse modo, um estudante-autor.

Em outras palavras, partimos da compreensão do processo de aprendizagem numa perspectiva histórico-cultural, baseada nos estudos de Vygotsky (1991), o que implica reconhecer que as atividades desenvolvidas nas bibliotecas escolares também contribuem nas funções mentais superiores dos estudantes, como a imaginação, o raciocínio, a intencionalidade, a memória, entre outras.

Dessa forma, a escola por meio de suas práticas curriculares de seus docentes e demais profissionais, como o bibliotecário, pode educar em

valores e atitudes, possibilitando o desenvolvimento da autonomia moral e da condição para a reflexão ética dos estudantes para o uso das informações.

### **A CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO E O ACESSO À INFORMAÇÃO**

É necessário que a sociedade possa garantir de forma contínua os direitos fundamentais aos cidadãos, sendo um deles o direito à informação. A informação é necessária para a realização de todas as atividades, inclusive ela “perpassa o cotidiano, a vida doméstica e profissional” (SMIT, 2012, p. 84) dos cidadãos. Na contemporaneidade não dá para subtrair da vida das pessoas, a necessidade do uso da informação, desde das atividades cotidianas às mais complexas.

De acordo com Almeida Júnior (2008), na Ciência da Informação há um diferencial de outras áreas relativo ao uso da informação como objeto de estudo. Essa diferença seria o fato de que o objeto da Ciência da Informação, não é a informação em si, mas sim, a sua mediação.

Isto equivale dizer que toda informação carrega consigo uma intencionalidade e os profissionais da informação e da educação, precisam a todo momento, refletir a serviço de quem uma informação é disponibilizada.

Então, os fazeres profissionais da área da Ciência da informação,

são voltados para além 'da disseminação da informação, pois essa mediação não estaria restrita somente as atividades diretamente relacionadas ao público, mas circundaria todas as ações deste profissional' da informação. (ALMEIDA JÚNIOR, 2008, apud REDÍGOLO; SILVA, 2015, p.4)

Esta mediação da informação pode ser entendida como intermediária entre todos os fazeres dos bibliotecários, que seria a mediação que está sempre presente no desenvolvimento de todas as atividades profissionais.

Um valor considerado importante na Ciência da Informação,

é o acesso à informação, que se define como a mediação entre a produção da informação e os usuários, e o uso que irão fazer destas informações, dois fatores que se interagem, partindo de representações realizadas acerca do conteúdo informacional dos documentos e a necessidades dos usuários. (REDÍGOLO; SILVA, 2015, p. 12)

Neste sentido, as bibliotecas para serem provedoras de acesso à informação, precisam rever seus processos, repensar, diversificar e ampliar seus serviços, para estreitar cada vez mais as relações do bibliotecário com o interagente<sup>16</sup>, tendo o bibliotecário como mediador da informação. Então, a biblioteca, pode ser por excelência um ambiente gerador de aprendizagem que contribua na formação humana, onde “o bibliotecário que atua na escola é um agente escolar que pode mediar as informações necessárias para a formação do sujeito” (SALES, 2004a, p. 54).

Outra reflexão “exigida na área de Ciência da Informação é a consciência ética, que estabelece a proteção à propriedade intelectual” (MCGARRY, 1999, p. 151) e Entschew completa que a “ética é inerente à vida humana, ou seja, é indispensável ser ético para conviver em sociedade” (ENTSCHEV, 2014, p. 1). É por meio dela que se pratica o respeito aos demais.

Ferreira (2004) aponta que não se pode esquecer que a ética

se constrói também a cada dia em que se exercem atividades profissionais, nos pequenos gestos que se cultivam nas relações que compõem a prática profissional, pautada sempre numa relação integradora entre teoria e prática, ação e reflexão, elementos básicos que caracterizam a práxis profissional (FERREIRA, 2004, p. 18).

---

<sup>16</sup> A definição de Corrêa (2014, p. 35) indica a adoção do termo “interagente” em substituição ao termo usuário, pois na atualidade o interagente caracteriza-se por uma pessoa que pode e deve ser vista como um “[...] ator verdadeiramente participativo” nas Unidades de Informação.

O espaço escolar como ambiente profissional, também está diante das inferências externas ao seu cotidiano. Os profissionais que atuam nestes contextos enfrentam o desafio de fomentar a produção do conhecimento e, concomitantemente, o conflito com a própria formação pessoal e acadêmica, pois os espaços de atuação na escola também sofrem as vicissitudes do tempo presente.

Sendo assim, a conduta desejável do ser humano no seu meio social com relação ao seu comportamento ético deve começar por ele mesmo, inicialmente para seu próprio benefício, e, a partir disso, ampliar esse comportamento para seu grupo social, seus pares nas suas práticas profissionais, estando de acordo com as normas de conduta relativo à sua profissão, mantendo sempre uma relação próxima com a moral. A discussão sobre ética está presente em todas as profissões, como a do bibliotecário.

### **A ÉTICA PROFISSIONAL DO BIBLIOTECÁRIO**

A ética como uma das dimensões do existir humano, é complexa por natureza. O importante filósofo a estudar o comportamento humano foi Sócrates, que dizia que a ética reside no conhecimento e em vislumbrar na felicidade o fim da ação. Essa ética tem por objetivo preparar o homem para conhecer-se, tendo em vista que o conhecimento é a base do agir ético.

Atualmente definir ética, exige diversas lentes, o que impede uma posição linear ou cristalizada sobre o que seria ser ético, porém, apesar de “existirem diversas concepções, em seu sentido mais amplo, a ética pode ser entendida como uma avaliação crítica da conduta humana perante si mesmo e aprendemos com Chauí (2000, p. 340) que,

todo contexto social (família, escola, religião, trabalho, condições políticas, classe social, entre outros) onde vive o indivíduo, influencia diretamente o conjunto de suas ações, comportamentos, sentimentos e condutas. Ele reflete

todos estes aspectos de sua formação em suas atitudes, [...] reproduzindo valores propostos por ela, assumindo obrigações e deveres.

Já a “ética profissional pode ser entendida como o conjunto de práticas que determinam a adequação no exercício de qualquer profissão” (ENTSCHEV, 2014, p. 1). Ferreira (2004, p. 18) enfatiza que a “ética profissional não depende, exclusivamente, de uma norma estabelecida para ser cumprida, embora os princípios normativos sejam fundamentais para nortear a conduta da profissão.” Aliado às normas, há algo muito anterior aos princípios legais, “que são os valores morais, as crenças, as ideologias e a formação educativa, que regem a conduta de cada sujeito e conduzem certamente a uma relação social mais ampla e solidária com a sociedade” (FERREIRA, 2004, p. 18).

Além disso, é necessário que o profissional seja honesto, leal, tenha sigilo, seja competente, prudente, humilde, perseverante, pois isso reflete a sua ética profissional, como o do profissional bibliotecário.

Segundo Almeida e Lima (2013), os bibliotecários têm importante função na Sociedade da Informação, que é a de imprimir a consciência de seu papel, de princípios de ética, solidariedade humana, capacidade crítica e de questionamento, fazendo assim o seu diferencial. Dessa forma, espera-se que os bibliotecários no exercício profissional, contribuam na construção de um mundo mais equânime, solidário e ético.

Como todas as profissões que trabalham diretamente com pessoas, exige-se, além de uma técnica, também uma essência ética, e não seria diferente na Ciência da Informação, onde a profissão exige uma determinada postura em relação às pessoas, à informação, valores e deveres para com o interagente. Se entendemos que existir é coexistir, o bibliotecário como uma presença no mundo, não pode prescindir da dimensão ética em suas práticas profissionais.

Nesta perspectiva, o bibliotecário apropriar-se de competências essenciais para exercer sua profissão com excelência, sendo que a competência ética é um diferencial na qualidade de serviços oferecidos nos espaços em que atua.

O ambiente profissional do bibliotecário, em suas relações interpessoais, o respeito e o bem-estar devem sempre ser praticados de forma ética. Um comportamento profissional eticamente adequado é urgente, necessário e primordial na profissão. Nesse sentido, é que “a Ética se torna um valor fundamental do agir humano, pois se torna a busca que o homem faz do bem para si e para todas as outras pessoas também” (SOUZA, 1993, p. 130).

Então, um Código de Ética profissional “deve compreender a base de conhecimentos e mecanismos para a organização das aptidões profissionais juntamente com a fundamentação lógica subjacente que permeia o todo” (PIZARRO, 2011, p. 6).

O bibliotecário que exerce sua profissão possui o Código de Ética Profissional do Bibliotecário e esse Código é enfático

ao apontar como deveres éticos o bom exercício profissional, devendo este observar os ditames da ciência e da técnica e contribuir, como cidadão e como profissional, para o incessante desenvolvimento da sociedade, utilizando-se de técnicas modernas tendo como foco a excelência da prestação de serviços ao usuário (ROCCHETTI, 2010, p. 40).

O bibliotecário no seu fazer profissional, precisa agir com plenitude, de acordo com o seu Código de Ética Profissional, pois é um instrumento de poder legal que dita normas para suas práticas profissionais, porém, não é a apenas pela força da lei, mas pela necessidade da vivência ética, do humano no exercício de qualquer profissão.

## **A BIBLIOTECA E O BIBLIOTECÁRIO ESCOLAR**

A escola é um lugar de ensino e aprendizagem, é o local que se pode produzir novos conhecimentos e nesse sentido, a biblioteca é um espaço

fundamental, pois é um lugar de aprendizagem permanente. A escola é o “espaço em que conhecemos e aprendemos sobre o mundo” (SOUZA; FARIA, 2003, p. 266).

Neste sentido

Aprender a ser cidadão é, entre outras coisas, aprender a agir com respeito, solidariedade, responsabilidade, justiça, não violência; aprender a usar o diálogo nas mais diferentes situações e comprometer-se com o que acontece na vida coletiva da comunidade e do país. Esses valores e essas atitudes precisam ser aprendidos e desenvolvidos pelos alunos e, portanto, podem e devem ser ensinados na escola (BRASIL, 2007, p. 4).

Neste contexto escolar, “os agentes da escola, ou agentes educacionais são todos aqueles que formam a equipe de trabalho dos estabelecimentos de ensino. Um desses agentes educacionais é o bibliotecário, atuante na biblioteca da escola” (SALES, 2004b, p. 14).

De acordo com o Manifesto da Federação Internacional de Associações de Bibliotecários e Instituições (IFLA) e da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), publicado em 1999,

o bibliotecário escolar é o membro profissionalmente qualificado, responsável pelo planejamento e gestão da biblioteca escolar. Deve ser apoiado tanto quanto possível por equipe adequada, trabalha em conjunto com todos os membros da comunidade escolar e deve estar em sintonia com bibliotecas públicas e outros (IFLA/UNESCO, 1999, p. 1).

O bibliotecário escolar é o profissional que atua em escolas, nas suas bibliotecas que podem ser da educação básica, em todas as suas etapas e modalidades.

Sabemos que a educação básica ocorre em três etapas – Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio. Estas etapas formam um conjunto orgânico e sequencial para as diferentes fases da vida. Já a Constituição Federativa do Brasil (BRASIL, 1988) propõe que a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Já o artigo 22, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), lei nº 9394 de 1996, propõe uma formação comum para o exercício da cidadania e essa formação fornece-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores (BRASIL, 1996). O termo escolhido, educação básica, confirma a proposta de que as etapas e a leitura de uma integração estão conjugadas. Coerentemente a LDB garante como dever do Estado a educação escolar pública e que a mesma será efetivada mediante a garantia de:

I - educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezesete) anos de idade, organizada da seguinte forma<sup>17</sup>:

- a) pré-escola<sup>18</sup>;
- b) ensino fundamental<sup>19</sup>;
- c) ensino médio<sup>20</sup>;

O foco neste trabalho será o bibliotecário que atua no ensino fundamental e este profissional deve estar direcionado ao processo de aprendizagem e auxílio na formação do educando, integrando-se ao máximo à escola, e

---

17 Redação dada pela Lei 12.796, de 2013 que altera a Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a formação dos profissionais da educação e dar outras providências.

18 Incluído pela Lei 12.796, de 2013.

19 Incluído pela Lei 12.796, de 2013.

20 Incluído pela Lei 12.796, de 2013.

dispondo a biblioteca escolar como parte dinâmica de ações educacionais e culturais, responsáveis pela ampliação na qualidade de ensino tão almejada na educação básica.

Para que a biblioteca escolar possa alcançar seu papel transformador, é preciso a colaboração e a parceria entre o professor e o bibliotecário. Campello (2010) considerou que

a efetivação da integração bibliotecário-professor está diretamente vinculada a uma prática profissional que pode contribuir para que a escola e a biblioteca rompam com a ideologia dominante e ganhem o estatuto de transformadoras (CAMPELLO, 2010, p. 12).

Uma visão de transformação exige que bibliotecário e professor realizem projetos integrados, onde o foco seja a aprendizagem. Um profissional não substitui o outro, mas ambos trabalham na mesma direção. Mesmo com suas especificidades, o alvo é sempre a elaboração de práticas educativas<sup>21</sup> críticas em que o estudante possa aprender com qualidade sobretudo, em que a ética seja um princípio norteador das relações adultos e aprendentes na escola.

Para Castrillon (2013) apud Amaro (2016) afirma que as funções da biblioteca escolar são

de caráter político, ético e educacional, que elas não estão separadas do papel geral da escola e que seu cumprimento não pode acontecer em um trabalho isolado da sala de aula, embora tenham tarefas específicas que lhe conferem uma identidade própria e uma razão para existir dentro da escola e do sistema educacional (CASTRILLON, 2013 apud AMARO, 2016, p. 36).

---

21 De acordo com Libâneo (2005), as práticas educativas são manifestações que se realizam em sociedades como processo da formação humana, não se limitando a escola e a família, vão muito além disso, pois acontecem em diversos contextos e âmbitos humanos sobre várias modalidades.

Para isso, como princípio básico, a biblioteca escolar e o bibliotecário devem estar inseridos no Projeto Político-Pedagógico da escola, nos seus fazeres cotidianos, pois ali estão elencadas questões de natureza tanto educativas, quanto políticas, onde se mostra a caminhada, os objetivos e metas que a escola deseja alcançar na formação do estudante.

A biblioteca escolar sendo parte essencial integrante desse processo tem como um dos seus objetivos fundamentais, segundo o Manifesto da IFLA/UNESCO, “criar e manter nas crianças o hábito e o prazer da leitura e da aprendizagem, bem como, o uso dos recursos da biblioteca ao longo da vida” (IFLA/UNESCO, 1999, p. 1).

Além disso, “a biblioteca escolar pode ser um espaço de confluência, imbricação, encontro e diálogo de várias vozes, manifestas em livros, revistas, jornais, quadrinhos, filmes, etc.; é ainda local de aprendizagem, leitura e fomento cultural.” (CASTRO FILHO; ROMÃO, 2011, p. 139), pode contribuir para o desenvolvimento da leitura e escrita nos estudantes, para a aprendizagem ao longo da vida e desenvolver a imaginação, preparando-os para viver como cidadãos responsáveis.

A biblioteca escolar precisa ser percebida como um ambiente

de formação de leitores e pesquisadores, e os profissionais que nela atuam devem criar em torno das ações de leitura e pesquisa um clima de liberdade e ludicidade, porém para isso esses profissionais têm a difícil tarefa de estabelecer o limite entre a permissividade e a autoridade (ALMEIDA JÚNIOR; BORTOLIN, 2009, p. 207).

Aliado a isso, e cada vez mais necessário a implementação de políticas públicas educacionais para a efetivação da biblioteca escolar<sup>22</sup> em todas as unidades educativas da educação básica e conseqüentemente um plano de

---

22 Principalmente com a aprovação da Lei nº 12.244, de 24 de maio de 2010, que trata da universalização das bibliotecas escolares nas instituições de ensino do país. BRASIL (2010)

efetivação de carreira profissional digna para os bibliotecários. Isto por que, a ação do bibliotecário é e será sempre essencial “focada nos leitores e não apenas no acervo”, e ainda, na realização de “ações culturais e de utilização de tecnologias para organizar, processar e disseminar informações, promover a competência informacional” (FERRAREZI; CASTRO FILHO, 2011, p. 116).

Dentre as habilidades<sup>23</sup> do bibliotecário escolar, estão a de poder interagir e agregar valor na transferência e uso da informação; orientar sobre o uso de fontes de informação e processar essa informação registrada em diferentes suportes, associando teoria e prática. Nesse sentido, a biblioteca escolar tem grande participação na construção de outras relações do estudante com a leitura e sentidos que ela proporciona, especialmente no acesso aos livros.

Dentro de uma escola, o bibliotecário desempenha a função de mediador nos processos de aprendizagem que privilegiam a busca e uso de informação. Essa função vem se sustentando no conceito de letramento informacional” (CAMPELLO, 2009, p. 67).

Sabendo que a leitura e a escrita são habilidades que permitem ao indivíduo inserir-se em na sociedade, que se organiza em torno de uma cultura letrada, nossas escolas estão preparando seus estudantes para ler e escrever, porém parece haver uma distância cada vez maior entre as exigências sociais e as habilidades de leitura e escrita apresentadas por esses estudantes. Portanto, a função do bibliotecário é indispensável numa escola, onde se lida ao mesmo tempo com a mediação da informação, mas também com a mediação educativa e assim, com o letramento informacional.

O campo do letramento informacional tem uma forte vocação para a reflexão ética, porque discute formas de as pessoas lidarem bem com a

---

<sup>23</sup> Os conceitos de habilidades e competências estão relacionados no sentido em que competências, segundo Valentim (2000, p. 17), compreendem o conjunto de habilidades, destrezas, atitudes e conhecimentos para cumprir sua função com o mínimo de garantia sobre os resultados.

informação, e investe nas unidades de informação como espaço de formação e de melhoramento do agir e do pensar das pessoas.

### **O LETRAMENTO INFORMACIONAL E O USO ÉTICO DA INFORMAÇÃO**

A etimologia do termo letramento, pode “fazer referência à, que expressa o senso comum do meio, quando afirma que a palavra letramento é uma tradução do termo inglês *literacy*, que é a ‘condição de ser letrado’, dando a palavra ‘letrado’ sentido diferente daquele que vem tendo em português” (SOARES, 2003, p. 35).

O letramento está ligado aos usos, às práticas de leitura e de escrita. Além disso,

torna-se letrado o indivíduo ou grupo que desenvolve as habilidades não somente de ler e de escrever, mas sim, de utilizar leitura e escrita na sociedade, ou seja, para Soares, somente alfabetizar não garante a formação de sujeitos letrados. Para a promoção do letramento, é necessário que esses sujeitos tenham oportunidades de vivenciar situações que envolvam a escrita e a leitura e que possam se inserir em um mundo letrado (SOARES, 2003, p.39).

Na dimensão social do letramento, de acordo com Soares (2003, p. 73), pode ser definido em “termos de habilidades necessárias para que o indivíduo funcione adequadamente em um contexto social”. Então, Scribner (1984), reforça que

A necessidade de habilidades de letramento na nossa vida diária é óbvia; no emprego, passeando pela cidade, fazendo compras, todos encontramos situações que requerem o uso da leitura ou a produção de símbolos escritos. Não é necessário apresentar justificativas para insistir que as escolas são obrigadas a desenvolver nas crianças as habilidades

aprendizado ao longo da vida” (DUDZIAK, 2003, p.28).

Este conceito associa a capacidade dos cidadãos de se adaptar à essa cultura digital, globalização e conseqüentemente, a sociedade do conhecimento.

Delors (1999) diz que

numa altura em que os sistemas educativos formais tendem a privilegiar o acesso ao conhecimento, em detrimento de outras formas de aprendizagem, importa conceber a educação como um todo. Esta perspectiva deve, no futuro, inspirar e orientar as reformas educativas, tanto em nível da elaboração de programas como da definição de novas políticas pedagógicas (DELORS, 1999, p. 102).

É desejável que a escola transmita cada vez mais, o gosto e o prazer de aprender, a capacidade de ainda mais aprender a aprender, a curiosidade intelectual. Nesta tarefa, tanto a biblioteca, quando o bibliotecário, tem um papel primordial na formação de novos leitores e escritores.

Vivenciar as transformações da sociedade requer um novo direcionamento, um novo olhar, novas práticas curriculares e pedagógicas. A escola precisa rever-se e encontrar seu papel no mundo atual de tal forma que a aprendizagem ganhe um novo significado profundo e real. Inclua-se neste desafio, o bibliotecário escolar.

Freire (2008) diz que é desse modo que entendemos que compete à escola, como instituição responsável pela socialização do conhecimento historicamente acumulado pela humanidade, ensinar não somente o código linguístico e a estrutura sintática de nossa língua materna (o que vem sendo feito na maioria das instituições de ensino), mas também auxiliar no processo de letramento dos indivíduos com vistas a uma prática educativa em favor da autonomia do ser dos educandos.

Ao refletirmos sobre letramento informacional, temos como ancoragem teórica Gasque (2012), que enfatiza que o mesmo corresponde ao processo de desenvolvimento de competências para localizar, selecionar, acessar, organizar, usar informação e gerar conhecimento, visando à tomada de decisão e à resolução de problemas.

Gasque (2012) complementa, que o letramento informacional abrange

a capacidade de buscar e usar a informação eficazmente [...] e que a essência do letramento informacional consiste, no engajamento do sujeito nesse processo de aprendizagem, a fim de desenvolver competências e habilidades necessárias para buscar e usar a informação de modo eficiente e eficaz (GASQUE, 2012, p. 32).

Num esforço na perspectiva de capacitar os estudantes para localizar, selecionar e usar as informações, preparando-os para serem aprendizes independentes, o letramento informacional exige um trabalho de colaboração, de integração entre os profissionais da escola e o bibliotecário é o profissional responsável pela articulação dessas ações no contexto escolar, buscando formas para que a biblioteca escolar tenha êxito em suas atividades.

Para isso, os bibliotecários e demais profissionais da escola, precisam compreender e ter clareza de que as práticas educativas dos bibliotecários, não se restringem somente à promoção da leitura e orientação à pesquisa, mas a sua atuação no sentido desenvolver habilidades informacionais, contribuindo para o processo de letramento informacional dos estudantes.

Diante disso, conforme Campello (2009) o conceito de letramento informacional foi

construído em torno de diversas noções, uma das quais a Sociedade da Informação. No discurso sobre letramento

informacional, os praticantes ressaltavam as características desse ambiente de abundância de informação e de variedade de formatos, justificando a necessidade de novas habilidades para lidar com a situação amplamente complexa (CAMPELLO, 2009, p. 12).

Segundo a American Association School Librarians (AASL) o termo letramento informacional designa habilidades individuais relativas ao reconhecimento da necessidade, localização, avaliação e uso efetivo da informação. Esse “uso efetivo significa a transformação dessas em novos conhecimentos que efetivamente contribuam para a formação política, social e cultural dos indivíduos” (AASL, 2000).

O letramento informacional está relacionado a função educativa do bibliotecário, quando coopera com a equipe pedagógica, relacionando-se com os professores, fazendo parcerias de trabalho, selecionando criteriosamente junto ao professor o material de pesquisa, auxiliando os estudantes na busca de informações nas atividades de pesquisa e de leitura, fazendo com que os estudantes consigam aprender a interpretar as informações.

O sucesso do processo de letramento informacional no âmbito escolar, está intimamente ligado ao trabalho de colaboração com os todos os profissionais da escola.

Dessa forma, os estudantes podem se tornar mais autônomos e com maior controle sobre as suas aprendizagens na escola e para além dos muros dela, permitindo que o uso dessas informações atinja o conhecimento necessário para concretizar os seus projetos de vida.

### **O BIBLIOTECÁRIO ESCOLAR E A EDUCAÇÃO DE INTERAGENTES**

A necessidade de bibliotecários escolares para realizar a educação de interagentes, exige que se faça uma reflexão sobre o papel do bibliotecário,

pensando as competências necessárias que cabe a este profissional para o desenvolvimento de suas práticas na escola. Os bibliotecários são os profissionais que precisam ser mediadores para que interagentes, aprendam a respeito dos métodos de investigação eficazes, estimulando-os na leitura e uso da pesquisa, do pensamento reflexivo, da ética ao longo da vida.

Nessas práticas realizadas pelos bibliotecários, que giram em torno da promoção da leitura e de orientação à pesquisa, está inserido o uso ético da informação. Por isso, a leitura na biblioteca precisa estar sempre em movimento, em constante circulação, para que possa produzir múltiplos sentidos. Dessa forma, assume, o sentido de reflexão, criação, permitindo que os estudantes manifestem a sua posição de forma oral ou escrita das suas concepções sobre os textos lidos.

A leitura desperta no estudante o seu senso crítico e quanto mais ele desenvolve esse hábito, mais conhecerá e saberá escolher bons livros e esse é o ponto primordial para sua inserção no mundo informacional. Dessa forma, o bibliotecário pode atuar como um mediador entre a leitura e o estudante, para isso precisa estar nas suas práticas educativas, sempre lendo, divulgando o acervo, discutindo, orientando e facilitando a compreensão e o diálogo entre os livros, os textos e o estudante, o leitor.

Sendo a leitura, promotora de reflexão e questionamentos, é por meio dela que os estudantes poderão estar mais preparados para a realização de uma pesquisa escolar. A pesquisa escolar está dentro da perspectiva do letramento informacional, que conforme a Association of College and Research Library (ACRL) saber lidar com a informação; determinar as informações necessárias; acessá-las efetiva e eficientemente; avaliar criticamente a informação; usá-la efetivamente e além disso, “usar essa informação ética e legalmente” (ACRL, 2000, p.8).

A pesquisa escolar pode proporcionar tudo isso, pois é um eficiente recurso de aprendizagem e deve ser utilizada pelos educadores no sentido

de atender às necessidades informacionais dos estudantes, proporcionando um maior contato com a biblioteca, a informação, a leitura e a escrita. Juntamente com as leituras e a feitura da pesquisa escolar, o bibliotecário, orienta os estudantes no sentido do direito autorial, as fotocópias, o plágio, as citações em trabalhos, das fontes de informação que utilizou, ou seja, das referências bibliográficas e assim, além do letramento informacional, se faz essa formação do estudante pesquisador, do estudante-autor consciente dos seus atos e sobretudo, ético.

O estudante precisa saber extrair dos textos lidos, o que faz sentido para sua pesquisa, podendo selecionar as informações, citar autores, como também, contrapor as opiniões dos mesmos, enfim, conseguir produzir um bom texto, e assim, ser também um autor, autor da sua pesquisa, podendo assim, desenvolver uma aprendizagem autônoma e crítica.

O estudante-autor por meio da pesquisa escolar se tornará um leitor proficiente, ou seja, um leitor autônomo, reflexivo crítico e letrado, capaz de expressar suas opiniões sobre as leituras que realiza; de conscientizar-se de si; de seu papel social e do mundo. Isso numa vivência ética, jamais é copiar e repetir o que os outros já disseram, mas sim, por meio da leitura e da pesquisa, produzir seu próprio texto de forma ética e responsável, o que implica saber dialogar com os autores e citá-los quando necessário. A produção do conhecimento novo, exige o respeito ao conhecimento já produzido e a compreensão de que ninguém pode começar a pensar a partir do ponto zero.

Neste sentido, cabe ao bibliotecário cabe orientar o estudante sobre a propriedade intelectual, ou seja, do direito do autor, está contido na Lei 9610/98, Lei dos Direitos Autorais (BRASIL, 1998), que seriam as obras intelectuais protegidas são as “criações do espírito, expressas por qualquer meio ou fixadas em qualquer suporte”. E para que a criação de uma pessoa seja protegida deve ser materializada.

Dentro disso, a supracitada Lei discorre sobre dois tipos de proteção que a lei dos direitos autorais possui, como o direito moral, é a proteção que está ligada à paternidade da obra, ou seja, é o direito que o autor tem de ver seu nome publicado juntamente com a sua obra e qualquer violação dos seus direitos, como exemplo, da fotocópia integral da obra acarreta em indenização. Além do direito moral, na Lei também discorre sobre o direito patrimonial, que está relacionado à capacidade de utilizar, fruir e dispor da obra. É o direito que está intimamente ligado ao valor econômico da obra.

O uso ético da informação, está presente quando o bibliotecário orienta os estudantes quanto a questões essenciais quando realiza a leitura e a pesquisa escolar, como os direitos do autor, o que são e como deve proceder quando escreve sua pesquisa. Falar de direito do autor Bittar (1994), é dizer que é o vínculo de cunho pessoal e patrimonial do autor com sua obra, que protege o autor contra o uso impróprio de sua criação intelectual.

Esta Lei está relacionada também a reprodução do livro ou textos, pois conforme a Associação Brasileira de Direitos Reprográficos (ABDR) a reprodução é a cópia em um ou mais exemplares de uma obra literária, artística ou científica.

Envolve também dentro dessas orientações realizadas pelo bibliotecário, destacar a questão do plágio, que especialmente quando se faz uso da internet facilidade de acesso à informação, falta de análise crítica em relação aos textos e dificuldades de parafrasear, mas isso ocorre mais no ensino superior, porém já é necessário dialogar com os estudantes sobre esses cuidados.

Nas leituras, nos livros e textos, os estudantes podem vir a citar os autores, e “as citações são os elementos retirados dos documentos pesquisados durante a leitura da documentação e que se revelaram úteis para corroborar as ideias desenvolvidas pelo autor no decorrer do seu raciocínio” (SEVERINO, 2007, p.126).

Essas citações podem ser: direta ou indireta e citação de citação, então é preciso que saibam como e quando se faz essas anotações, que seriam as informações retiradas de outras fontes mencionadas no texto para complementar as ideias do autor da pesquisa, embasando o assunto abordado, dando respaldo à sua interpretação.

As citações diretas são transcrições literais de um texto ou parte dele, com mais de três linhas. As indiretas, citando o autor, porém são feitas a partir de um texto baseado em uma obra consultada. Já a citação da citação, é a menção de parte de um texto do qual não se teve acesso ao documento original e se tomou conhecimento através de uma outra fonte, seguido da expressão latina *apud*.

Juntamente com a realização da pesquisa, os estudantes precisam registrar todos os autores que citaram em sua pesquisa, as fontes que utilizaram, que seriam as suas referências bibliográficas. Nisso tudo, ressalta-se a importância dessa mediação do bibliotecário no despertar para a leitura, escrita e pesquisa junto ao estudante relativo a sua consciência ética é imprescindível.

Nas práticas educativas exercidas por bibliotecários, acontece também a sua contribuição para o processo de aprendizagem, relativo a questão da normalização, que possui influência direta na recuperação de um documento por outras pessoas, bem como está relacionada à questão ética, pois ao citar corretamente um documento atribui-se os créditos devidos ao(s) autor(es), que também está relacionado aos direitos autorais.

O bibliotecário escolar não ensina um componente curricular específico, tarefa dos licenciados das diferentes áreas de conhecimento, mas pode em suas práticas educativas contribuir com a democratização e socialização do conhecimento, contribuir para que os usuários possam se desenvolver de maneira integral como ser humano, no sentido mais amplo que isto possa significar.

Os bibliotecários têm em todo processo nas práticas educativas da Educação Básica privilegiar as diferentes dimensões, sejam elas, cognitiva, afetiva, lúdica, corporal, estética, artística, etc., dimensões que constituem o ser humano e que os aprendizes precisam para se desenvolverem com ênfase à uma vida escolar transformadora e crítica.

O respeito aos saberes e à autonomia do ser do educando, encaminha-nos para uma prática educativa crítica e colaborativa em Educação.

Freire (2005) nos alerta que

Não podemos renunciar à luta pelo exercício de nossa capacidade e de nosso direito de decidir e de romper, sem o que não reinventamos o mundo. Neste sentido insisto em que a História é possibilidade e não determinismo. Somos seres condicionados, mas não determinados. É impossível entender a História como tempo de possibilidade se não reconhecermos o ser humano como ser da decisão, da ruptura. Sem esse exercício não há como falarmos em ética (FREIRE, 2005, p. 23).

O bibliotecário em suas atitudes, necessariamente precisa ter ética como prática de trabalho, já que conforme Valentim (2004, p. 59), “já que sua matéria-prima é a informação em diversos níveis (estratégico, tecnológico, social, trabalhista, jurídico).”

Diante disso, faz parte das ações do bibliotecário escolar, contribuir para que os usuários possam se desenvolver de maneira integral como ser humano, com ética, no sentido mais amplo que isto possa significar.

### **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A ética deve fazer parte do comportamento de qualquer indivíduo e a ética profissional é indispensável em todos os contextos em que o trabalho como ação puramente humana se faça presente.

Nesse sentido, o bibliotecário deve aprimorar cada vez mais sua atitude ética, de forma consciente e relacionada aos princípios contidos no seu Código de Ética, agindo sempre com compromisso político-social. A ideia é de que cada vez com mais frequência, os bibliotecários reconheçam sua importância, refletindo de que maneira é possível implantar novas práticas de interação e de uso ético da informação.

Essencialmente, a promoção da leitura e a orientação à pesquisa escolar como meios de aprendizagem, bem como, a efetivação de práticas educativas, podem contribuir para a formação dos estudantes, transformando-os em cidadãos pensantes e críticos.

Para além da leitura e pesquisa, o bibliotecário deve ter consciência de sua importância na escola, da ampliação das suas responsabilidades e a compreensão dos seus desafios a serem enfrentados no cotidiano da escola, pensando em aprendizagens além da sala de aula, para a efetiva competência em informação dos estudantes no processo do letramento informacional.

Os bibliotecários, juntamente com os professores, precisam desenvolver competências e habilidades nos estudantes para transformar a informação em conhecimento, tendo como valores, o respeito, a diversidade, a interação, a cooperação, a criatividade e além disso, a capacidade de ousar, de inventar, de inovar, para o seu aprendizado. Não é só a questão de encontrar e selecionar a informação, também há que trabalhar o pensamento crítico e a ética. Estas competências depois de adquiridas acompanharão os estudantes, que assumirão a aprendizagem como algo que fará sentido ao longo da vida, ou seja, uma educação permanente, necessidade fundamental neste novo milênio.

Por isso, acreditamos que bibliotecas bem estruturadas, com profissionais qualificados, são espaços fertilizadores de excelentes programas de letramento informacional nas escolas, que capacitam os estudantes para superarem desafios e serem cidadãos bem-sucedidos na sociedade da

informação e do conhecimento.

Em ambientes informacionais, os bibliotecários devem exercer a ética profissional, assim, ele próprio estará se fortalecendo, bem como, a Instituição em que atua.

Ao bibliotecário, fica o papel de refletir e assumir no seu fazer educativo relacionado ao letramento informacional, o seu compromisso ético e desenvolvimento futuro da sua profissão, dirigindo suas ações educativas no sentido de que o educando, responsável pelo seu autoconhecimento, construa valores éticos, tão indispensáveis para a vida em sociedade.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Eliéte Ribeiro; LIMA, Ilane Coutinho Duarte. Bibliotecário de referência: competência e ética. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA, DOCUMENTO E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 25., 2013, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis: [s.n.], 2013. Disponível em: <https://portal.febab.org.br/anais/article/viewFile/1505/1506>. Acesso em: 20 jun. 2016.

ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo Francisco de; BORTOLIN, Sueli. Bibliotecário: um essencial mediador de leitura. In: SOUZA, Renata Junqueira de. **Biblioteca escolar e práticas educativas: o mediador em formação**. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2009. p. 205-218

AMARO, Vagner. Biblioteca escolar: modos de usar. In: PRADO, Jorge do (org.). **Ideias emergentes em Biblioteconomia**. São Paulo: FEBAB, 2016. p. 34-40. Disponível em: [www.ideiasemergentes.wordpress.com](http://www.ideiasemergentes.wordpress.com). Acesso em: 30 mar. 2016.

AMERICAN ASSOCIATION SCHOOL LIBRARIANS (AASL). **Information literacy competency standards for higher education**. Chicago: ALA, 2000. Disponível em: <http://www.ala.org/acrl/search/site/Information%20literacy%20competency%20standards%20for%20higher%20>

[education.?f%5Bo%5D=hash%3Ar4rswl](#). Acesso em: 13 fev. 2016.

ASSOCIATION OF COLLEGE AND RESEARCH LIBRARY (ACRL). **Information literacy competency for higher education**. Chicago:

ALA, 2000. Disponível em: [www.ala.org/ala/mgrps/divs/acrl/standards/standards.pdf](http://www.ala.org/ala/mgrps/divs/acrl/standards/standards.pdf). Acesso em: 12 fev. 2016.

BITTAR, C. A. **Direito de autor**. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1994.

BRASIL. **Constituição (1988)**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicaocompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm). Acesso: em 10 jun. 2016

BRASIL. Presidência da República. **Lei n. 9394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm). Acesso em: 20 maio 2016.

BRASIL. **Lei n. 9.610, de 19 de fevereiro de 1998**. Altera, atualiza e consolida a legislação sobre direitos autorais e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L9610.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9610.htm). Acesso em: 15 maio 2016.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. **Ética e cidadania: construindo valores na escola e na sociedade**. Brasília: MEC; SEB, 2007.

BRASIL. **Lein. 12.244 de 24 de maio de 2010**. Dispõe sobre a universalização das bibliotecas nas instituições de ensino do País. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2010/lei/l12244.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12244.htm). Acesso em: 30 jul. 2016.

BRASIL. **Lei n. 12.796 de 4 de abril de 2013**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a formação dos profissionais da educação e dar outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/)

[ato2011-2014/2013/lei/112796.htm](http://ato2011-2014/2013/lei/112796.htm). Acesso em 20 maio 2016.

CAMPELLO, Bernadete Santos. **Letramento informacional no Brasil: práticas de bibliotecários em escolas de ensino básico**. Tese (Doutorado). Belo Horizonte, 2009. Disponível em: [bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/bitstream/handle/1843/ECID-7UUPJY/tesebernadetesantoscampello.pdf?sequence=1](http://bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/bitstream/handle/1843/ECID-7UUPJY/tesebernadetesantoscampello.pdf?sequence=1). Acesso em: 17 fev. 2015.

CAMPELLO, Bernadete Santos. (coord.). **Biblioteca escolar como espaço de produção do conhecimento: Parâmetros para bibliotecas escolares**. Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Ciência da Informação, Grupo de Estudos em Biblioteca Escolar. Belo Horizonte: 2010.

CASTRO FILHO, Cláudio Marcondes de; ROMÃO, Lucília Maria Sousa. Livros-ninhos e leitores-passarinhos: outros sentidos de documento. *In*: CRIPPA, Giulia; MOSTAFA, Solange Puntel. **Ciência da Informação e Documentação**. Campinas: Alínea, 2011.

CHAUI, M. **Convite à filosofia**. 12. ed. São Paulo: Ática, 2000.

CORRÊA, Elisa Cristina Delfini. Usuário, não! Interagente: proposta de um novo termo para um novo tempo. **Encontros Bibli: revista eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, v. 19, n. 41, p. 23-40, dez. 2014. Disponível em:

<https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/1518-924.2014v19n41p23/28292>. Acesso em: 20 mar. 2016.

DELORS, Jacques. **Educação: um tesouro a descobrir**. Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre educação para o século XXI. São Paulo: Cortez, Brasília: MEC: UNESCO, 1999.

DUDZIAK, E. A. Information literacy: princípios, filosofia e prática. **Ci. Inf.**, Brasília, v. 32, n.1, 2003. p. 23-35. Disponível em: [www.scielo.br/pdf/ci/v32n1/15970.pdf](http://www.scielo.br/pdf/ci/v32n1/15970.pdf). Acesso em: 09 maio de 2015.

ENTSCHEV, Bernt. **Ética profissional. Talento em pauta**, Curitiba, 27 jan. 2014. Disponível em: <http://www.gazetadopovo.com.br/blogs/talento->

em-pauta/etica-profissional/. Acesso em 10 jan. 2016.

FERRAREZI, Ludmila; CASTRO FILHO, Claudio Marcondes de. Atuação profissional na biblioteca escolar: outras perspectivas. In: CASTRO FILHO, Claudio Marcondes de; ROMÃO, Lucília Maria Sousa. **Dizeres sobre biblioteca escolar**: palavras em movimento. Ribeirão Preto: Alfabeto, 2011.

FERREIRA, Rita Gonçalves Marques Portella. O fundamento ético de uma consciência bibliotecária. **Infociência**, São Luís, v. 4, p. 9-20, 2004. Disponível em: [http://www.brapci.ufpr.br/brapci\\_repositorio/2011/04/pdf\\_cdde9cb2a1\\_0016286.pdf](http://www.brapci.ufpr.br/brapci_repositorio/2011/04/pdf_cdde9cb2a1_0016286.pdf). Acesso em: 12 jan. 2016.

FREIRE, Paulo. *À sombra desta mangueira*. São Paulo: Olho d'Água, 2005.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 37. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

GASQUE, Kelley Cristine Gonçalves Dias. **Letramento informacional**: pesquisa, reflexão e aprendizagem. Brasília: Faculdade de Ciência da Informação / Universidade de Brasília, 2012. Disponível em: [http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/13025/1/LIVRO\\_Letramento\\_Informacional.pdf](http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/13025/1/LIVRO_Letramento_Informacional.pdf). Acesso em: 12 jul. 2015.

MCGARRY, K. **O contexto dinâmico da informação**: uma análise introdutória. Brasília: Briquet de Lemos, 1999.

IMBERNÓN, Francisco. **Formação docente e profissional**: forma-se para a mudança e a incerteza. São Paulo: Cortez, 2006.

LEVY, Pierre. **O que é o virtual?** São Paulo: Editora 34, 1996.

LIBÂNEO, José Carlos. **Pedagogia e Pedagogos**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

FEDERAÇÃO INTERNACIONAL DE ASSOCIAÇÕES DE BIBLIOTECÁRIOS E INSTITUIÇÕES (IFLA). ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA

(UNESCO). **Manifesto da IFLA/UNESCO para biblioteca escolar**. 1999. Disponível em <http://archive.ifla.org/VII/s11/pubs/portuguese-brazil.pdf>. Acesso em: 25 fev. 2015.

PIZARRO, Daniella Camara. Ética profissional do bibliotecário atuante no segmento empresarial em Santa Catarina. **Liinc em Revista**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 1, 2011. Disponível em: <http://liinc.revista.ibict.br/index.php/liinc/article/view/411>. Acesso em: 15 dez. 2015.

REDÍGOLO, Franciele Marques; SILVA, Marli Vitor da. O tratamento temático da informação como mediador em contexto de bibliotecas universitárias. In: ENCONTRO DE PESQUISA EM INFORMAÇÃO E MEDIAÇÃO, 2., 2015, Marília. **Anais...** Marília: UNESP, 2015. Disponível em: <http://gicio.marilia.unesp.br/index.php/IIEPIM/IIEPIM/paper/view/35/59>. Acesso em 20 jun. 2016.

ROCCHETTI, Joanice Fernandes. **A capacitação profissional do bibliotecário e sua relação com conceitos da ética**. 2010. 53 p. Monografia (especialização) - Universidade do Estado de Santa Catarina, Centro de Ciências Humanas e da Educação, Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Gestão de Unidades de Informação, Florianópolis, 2010.

SALES, Fernanda de. O ambiente escolar e a atuação bibliotecária: o olhar da educação e o olhar da Biblioteconomia. **Encontros Bibli: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Florianópolis, v. 9, n. 18, 2004a. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/cb/article/view/1518-2924.2004v9n18p40>. Acesso em: 20 jun. 2016

SALES, Fernanda de. **A participação do bibliotecário no despertar do senso crítico do estudante**: uma investigação na Rede Municipal de Ensino de Florianópolis. 2004b. 164 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

SCRIBNER, Sylvia. Literacy, in three metaphores. **American Journal**

of **Education**, v. 93, n. 1, 1984, p. 6-21. Disponível em: <http://courseweb.ischool.illinois.edu/~katewill/maybe/scribner%201984%20literacy%20in%20three%20metaphors.pdf>. Acesso em: 20 maio 2016.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 23. ed. rev. atual. São Paulo: Cortez, 2007.

SOARES, Magda. **Letramento: um tema em três gêneros**. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

SOUZA, Francisco das Chagas de. **Biblioteconomia, educação e sociedade**. Florianópolis: UFSC, 1993.

SOUZA, Donald B. de; FARIA, Lia C. M. de. (org.). **Desafios da educação municipal**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

VALENTIM, Marta Lígia Pomim (org.). **O profissional da informação: formação, perfil e atuação profissional**. São Paulo: Polis, 2000.

VALENTIM, Marta Lígia Pomim. Ética profissional na área de Ciência da Informação. *In*: VALENTIM, Marta Lígia Pomim. (Org.). **Atuação profissional na área de informação**. São Paulo: Polis, 2004. p.55-69.

VYGOTSKY, Lev Semenovick. **A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológico superiores**. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

# Capítulo 7

## **A atuação do bibliotecário na inovação tecnológica: uma análise sob a ótica da ética da responsabilidade**

Crislaine Zurilda Silveira

Jordan Paulesky Juliani



## INTRODUÇÃO

Atualmente a tecnologia e a inovação têm estreita relação com o desenvolvimento da sociedade. Seus impactos refletem no desenvolvimento dos países e, por sua vez, na interação do homem com a natureza. A necessidade das nações se manterem superiores tem exigido um domínio da técnica que confere poder ao homem nunca visto na história da humanidade. O domínio das técnicas sem uma reflexão das suas consequências tem trazido muitos problemas, sobretudo para biosfera e a ecosfera, provocando superpopulação, escassez de fontes energéticas, destruição do meio ambiente, etc (DUPAS, 2011).

A necessidade das nações manterem sua superioridade e o domínio das técnicas tem gerado uma rápida expansão tecnológica. No entanto, esta rápida expansão tem gerado os problemas sociais. Nesse sentido, de acordo com Dupas (2011) parece que a expansão tecnológica está colocando a humanidade como um todo em perigo, e a civilização científico-tecnológica está diante da urgência em estabelecer limites – limites éticos – a essa mesma expansão tecnológica. Para promover uma reflexão acerca desses limites éticos nesta sociedade, Hans Jonas (1903-1993) criou uma ética que busca uma reflexão acerca da responsabilidade do homem perante seus atos contra natureza e os riscos que esses atos podem trazer para o futuro da humanidade.

A ética na Biblioteconomia pode se manifestar de diversas formas, no entanto, no presente estudo, pretende-se analisar de que forma os princípios norteadores da ética da responsabilidade podem contribuir para o papel profissional do bibliotecário, numa sociedade marcada pelas inovações tecnológicas. Realizar este estudo torna-se necessário, pois entende-se que o bibliotecário tem seu fazer profissional fortemente influenciado por essas inovações. Não se pretende com o presente estudo se aprofundar e nem esgotar a contribuição desta ética para o fazer profissional do bibliotecário, mas sim discuti-la como uma possibilidade de reflexão durante sua atuação.

A justificativa para a elaboração desse estudo está relacionada com as discussões atuais da inovação no contexto brasileiro, devido a aprovação da Lei nº 13.243, de 11 de janeiro de 2016, na qual o Governo Federal “estabelece medidas de incentivo à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo” (BRASIL, 2016, p. 01). Logo, vê-se que essa lei tem um enfoque no aspecto econômico, portanto, a reflexão sobre a inovação e a atuação do bibliotecário torna-se uma discussão importante.

Este estudo foi escrito a partir de uma análise da literatura. Para tanto, foi realizado um levantamento bibliográfico cujo objetivo foi “explicar o problema, utilizando o conhecimento disponível a partir das teorias publicadas em livros ou obras congêneres” (KÖCHE, 2011, p. 121). Foi realizado um levantamento de bibliografias visando identificar livros, artigos científicos, teses, dissertações e anais de eventos para verificar os conceitos já produzidos dos temas que foram abordados no presente estudo.

Após esta introdução, na seção dois, são realizadas algumas reflexões sobre os aspectos éticos que envolvem a inovação tecnológica e a atuação do bibliotecário; na seção três é apresentada uma discussão entre a ética da responsabilidade e a ética profissional; na quatro é realizada uma breve discussão entre a ética da responsabilidade e a atuação do bibliotecário e, por fim, são apresentadas as considerações finais.

## **INOVAÇÃO TECNOLÓGICA: ALGUMAS REFLEXÕES**

A inovação está presente desde o surgimento da humanidade, onde o homem precisava ora criar, ora aperfeiçoar o ferramental existente para poder garantir sua sobrevivência. Atualmente inovar é a força motriz da sociedade, a tal ponto que ela é considerada como o fator determinante para aferir a hegemonia das nações e a liderança das grandes empresas nas cadeias produtivas globais (DUPAS, 2001).

O Manual de Oslo (OCDE, 2005, p.05), considerado a “principal fonte internacional de diretrizes para coleta e uso de dados sobre atividades inovadoras da indústria”, considera a inovação como a “implementação de um produto (bem ou serviço) novo ou [...] melhorado, ou um processo, [...] ou um novo método organizacional nas práticas de negócios, na organização do local de trabalho ou nas relações externas” (OCDE, 2005, p.55). Para Tigre (2006, p. 87), “A tecnologia pode ser definida como conhecimento sobre técnicas, enquanto a técnica envolve aplicações desse conhecimento em produtos, processos e métodos organizacionais”. Portanto, inovação e tecnologia podem ser considerados conceitos fortemente atrelados.

Fuck e Vilhas (2012) complementam que uma das dimensões na qual a palavra inovação aparece com maior frequência está relacionada à produção de novos produtos ou processos. E esta dimensão guarda relação com os desenvolvimentos científicos e tecnológicos, razão pela qual se utiliza o termo Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I) para descrever os principais elementos que caracterizam o processo dinâmico que está impactando profundamente a economia, a sociedade e o meio ambiente.

Para Willig (2014) a inovação está relacionada com o desenvolvimento de uma sociedade tecnocientífica marcada pelos avanços tecnológicos que tornaram possível uma melhora na qualidade de vida da sociedade. Essa sociedade é fortemente norteadada pela técnica que tem

viabilizado a superação de muitos desafios lançados à humanidade, sendo que o homem também não mede esforços na busca destas soluções, gerando resultados positivos impressionantes e que auxiliam na manutenção do planeta. Entretanto, ao mesmo tempo, em diversas situações, ao lado do resultado positivo, temos um resultado negativo, um efeito colateral gerado pela inovação, também conhecido como risco (WILLIG, 2014, p. 1).

O risco, neste contexto, é caracterizado pelo uso intensivo dos recursos naturais do planeta que podem ameaçar o desenvolvimento das gerações futuras. Willig (2014) complementa que a negligência dos riscos é motivada pela ganância instaurada na sociedade. Onde tanto a iniciativa pública quanto a privada vêm a inovação apenas sob o prisma econômico, do lucro a qualquer custo, ignorando os riscos gerados para o lado social. Giacomini Filho e Santos (2008) ressaltam que a inovação vista de uma perspectiva tecnológica (ou técnica) mostra-se incompleta, pois exclui as pessoas e a sociedade do processo e, principalmente, exclui as pessoas dos riscos gerados.

A supervalorização do poder e a exclusão das pessoas dos processos inovativos podem ser consideradas como um dos principais pontos negativos da inovação. Essa dicotomia entre os benefícios e malefícios das inovações tecnológicas gera discussões que invadem o campo da ética. Para Willig (2014) a imposição de limites éticos à sociedade tecnocientífica é necessária e urgente, pois serão estes limites que definirão o futuro da sociedade. Nesse contexto, a proteção do ser humano e do seu meio ambiente não pode ser desprezada em favor de reflexos econômicos e políticos (WILLIG, 2014). Dupas (2001) complementa que a tecnologia deve se submeter a uma ética que seja libertadora, a fim de contemplar o bem-estar de toda a sociedade presente e futura, e não apenas colocá-la a serviço de minorias ou atender a necessidades imediatas.

As inovações tecnológicas geram produtos novos, que são disseminados por ondas de entusiasmo propagadas pelos meios de comunicação (DUPAS, 2001). No entanto, a camuflagem dos riscos que essas inovações podem trazer é realizada por esses mesmo meios de comunicação, o que impede uma reflexão e um julgamento dos usuários dessas tecnologias (DUPAS, 2001).

Nas bibliotecas, as inovações tecnológicas foram fortemente impactadas pelas tecnologias de comunicação e informação. Para Blattmam (2005), essas tecnologias estão pautadas na velocidade de transmissão da informação, na ruptura de tempo e espaço e na facilidade de interação no ciclo comunicação, isto é, elas provocam profundas mudanças no fazer diário do bibliotecário.

### **A ATUAÇÃO DO BIBLIOTECÁRIO E AS TECNOLOGIAS**

A atuação do bibliotecário no contexto da inovação é norteadada pelo domínio da técnica que se volta ao uso das tecnologias da informação e comunicação. Além das mudanças no fazer profissional do bibliotecário, as inovações tecnológicas têm possibilitado uma nova visão das bibliotecas. A biblioteca, antes vista como um espaço pouco dinâmico torna-se um ambiente de informações voltado não apenas para os formatos impressos, mas, principalmente para os formatos digitais. Neste ambiente, leva-se em consideração não apenas o acervo informacional, mas a valorização de um espaço de interação entre usuários. Souto (2005) reforça que o ambiente real de uma biblioteca é muito dinâmico e desafiador. E, embora disponham de técnicas tradicionais, hoje os profissionais devem se preocupar também com o desenvolvimento de serviços e instrumentos inovadores, que satisfaçam as necessidades dos usuários.

Ribeiro (2012, p.44) reforça que:

Com o uso das TICs [Tecnologias de Informação e Comunicação] as bibliotecas inovaram produtos e serviços,

a noção de valor agregado a informação ganha corpo, as bibliografias foram substituídas por bases de dados, os levantamentos bibliográficos feitos através da cópia xerográfica das fichas catalográficas são realizadas em poucos minutos em catálogos digitais, os boletins ou listas de novas aquisições agora são elaborados com ferramentas do software (sistema) de gerenciamento da biblioteca e disponibilizados pelo próprio sistema, a consulta ao catálogo, livros e periódicos eletrônicos podem ser feitos de qualquer lugar que tenha acesso a internet, suprimindo assim a distância entre a informação e seu usuário.

Nesse contexto de inovações tecnológicas, o perfil do bibliotecário precisa ser constantemente renovado, já não bastam graduados em Biblioteconomia, são necessários profissionais com perfil empreendedor, dinâmico, com uma formação interdisciplinar, aberto a mudanças, com visão estratégica, um profissional que entenda a mudança ocorrida nos processos de trabalho (RIBEIRO, 2012).

Essa necessidade de inovar para manter a dinamicidade da biblioteca influencia fortemente a prática profissional do bibliotecário, em que inovar virou uma questão de obrigação para a sobrevivência desse profissional e do espaço da biblioteca. No entanto, a inovação precisa vir acompanhada por reflexões dos bibliotecários dos aspectos éticos que envolvem a profissão.

Precisa-se refletir se a inovação é realmente para atender às demandas dos usuários ou ela é realizada apenas para atender às demandas mercadológicas e econômicas. Pinto (2009) ressalta que os bibliotecários têm sua parcela de responsabilidade de inovar com sustentabilidade socioambiental, política, cultural sanando lacunas informacionais. Esses aspectos ressaltados por Pinto sugerem elementos que devem nortear uma conduta profissional do bibliotecário baseada em princípios e valores éticos.

Por mais que haja essa necessidade de inovar, o bibliotecário precisa ter em mente que o usuário é a principal razão do seu trabalho, por isso ele deve

ser a prioridade. No atual contexto social, de acordo com Barros (2005), o indivíduo enxerga-se na sociedade apenas como um consumidor e suas ações como singulares e individuais. O ser humano passa a ser julgado como um produto e não pelos seus ideais políticos e éticos. Por isso o bibliotecário tem como desafio fazer um resgate de seu trabalho, lembrando que seu trabalho é social, que envolve a formação de usuários em cidadãos.

Dudziak (2007) reforça que a prática profissional do bibliotecário deve focar na necessidade de se construir uma sociedade inclusiva, que priorize a justiça, a equidade e o acesso democrático à ciência e à tecnologia, com responsabilidade social e ambiental. Portanto, cabe ao bibliotecário uma reflexão ética, onde seu fazer profissional considere o ser humano em todas as suas dimensões. E para que este profissional não seja engolido pelo imperativo de inovar apenas para atender os ideais políticos de um Estado, que visa somente os aspectos mercadológicos e econômicos. Mas inovar, sim, para atender às necessidades informacionais dos seus usuários, para que esses sejam cidadãos conscientes de sua vida em sociedade.

### **A ÉTICA DA RESPONSABILIDADE E A ÉTICA PROFISSIONAL**

Todos os dias as pessoas são afrontadas por pequenos problemas. “E, para resolvê-los, os indivíduos recorrem a normas, cumprem determinados atos, formulam juízos e, às vezes, se servem de determinados argumentos ou razões para justificar a decisão adotada ou os passos dados” (VÁZQUEZ, 1993, p. 7). Muitas vezes a resolução desses problemas traz consigo grandes impactos para os afetados, por isso a importância de saber argumentar sobre a decisão tomada. Logo, o saber argumentar sobre a decisão tomada é uma das bases da ética.

Peter Singer (1993) defende que a ética serve para embasar as reflexões dos indivíduos, munindo-os de argumentos sólidos para propiciar uma tomada de decisão com maior clareza. O autor complementa ainda que a

ética tem uma perspectiva universal, uma vez que permite independente dos aspectos culturais e de tradição, o indivíduo faça boas escolhas. As escolhas que levam em conta os anseios de um coletivo, ao invés dos anseios de um único indivíduo, tendem a ser as mais éticas e aquelas que mais trazem liberdade.

Portanto, fazer escolhas éticas, num contexto marcado pelas inovações tecnológicas, em que o aspecto econômico está em primeiro lugar, é um desafio, pois os “[...] os ditames da tecnologia não só dificultam a auto-realização do cidadão, em sua dimensão pessoal e social, como também ameaçam a sua própria existência” (ALENCASTRO; HEEMANN, 2004, p. 3).

Para buscar uma reflexão neste contexto, Hans Jonas (1903-1993) descreveu uma teoria baseada no conceito da responsabilidade. Esta teoria está descrita no livro *O princípio da responsabilidade: ensaio de uma ética para a civilização tecnológica*, de 1979. Neste livro ele descreve uma nova ética, cujo objetivo é repensar o fenômeno da vida, buscando problematizar a relação entre o homem e a natureza, bem como o homem e a própria humanidade (FARIAS JUNIOR, 2015). A teoria ética de Jonas é baseada no conceito de responsabilidade da civilização tecnológica que parte do pressuposto técnico, no entanto, a técnica na teoria apresentada é responsável pelo aniquilamento da continuidade da vida, por isso é necessário ter uma ética voltada para o ser que considere o ser humano e a natureza (FARIAS JUNIOR, 2015).

Portanto, no contexto de inovação tecnológica, que se acentuou após a Segunda Guerra Mundial, o homem não pode mais ignorar os riscos dos seus atos. Por isso Jonas (2006) na sua ética da responsabilidade afirma que o homem deve agir de tal maneira que os efeitos de sua ação devam ser compatíveis com a permanência humana no planeta. Desta forma, a ética da responsabilidade se pauta na relação do homem com a natureza,

considerando os impactos de sua ação para as futuras gerações.

Diante do contexto apresentado no presente estudo, sugere-se uma relação da ética da responsabilidade com a ética profissional, pois acredita-se que a atuação do homem por meio de uma profissão tem relação com a sociedade e com o meio ambiente, e sendo assim, no seu fazer profissional o homem deve sempre buscar o bem para a coletividade. Portanto, tanto a ética profissional quanto a ética da responsabilidade estão pautadas nas atitudes humanas, tanto nas relações humanas quanto na relação com o meio ambiente, pois a ética é “uma questão de atitude que tem em vista um fim e delibera sobre os meios adequados para atingi-la.” (ARANALDE, 2005, p. 346).

Desta forma, a ética profissional, de acordo com Rasche (2005, p. 175), “pode ser entendida como o estudo da conduta humana no exercício de uma profissão, seus ideais, motivos e causas”. Guimarães, et al (2009) complementa que a ética profissional age em direção aos valores e ações que devem nortear o agir profissional de forma correta e adequada na sociedade. Esse agir de forma correta perante a sociedade está descrito nos códigos de ética, que visam nortear a conduta dos profissionais. Nesse sentido, são mais éticos, tanto pelo prisma da ética profissional quanto pelo prisma da ética da responsabilidade, os indivíduos que agem no seu fazer profissional considerando as pessoas e o meio ambiente nas suas decisões.

Neste ínterim, o bibliotecário, enquanto profissional da informação tem em sua profissão um meio para a sua realização pessoal ao buscar uma conduta adequada que propicie o pleno desenvolvimento de suas capacidades no seu meio ambiente e no seu local de trabalho (ARANALDE, 2005).

A subseção a seguir abordará de que forma a ética da responsabilidade de Hans Jonas pode contribuir para uma reflexão do bibliotecário no seu fazer profissional neste contexto de inovação tecnológica. Destacar os valores e

princípios para o bibliotecário neste contexto é essencial, pois possibilita que este profissional possa refletir se sua prática está considerando o usuário e o meio ambiente. Por meio ambiente entende-se o entorno que envolve os seres humanos, compreendendo o ambiente em que ele vive até suas práticas sociais e culturais.

### **ÉTICA DA RESPONSABILIDADE E A ATUAÇÃO DO BIBLIOTECÁRIO**

Os bibliotecários foram radicalmente afetados nas suas práticas com o advento das tecnologias e informação e comunicação. Assim, levando em conta o contexto criado pelo desenvolvimento dessas tecnologias, torna-se evidente que qualquer avaliação sobre a sua atuação profissional deve considerar como um fator preponderante o impacto e influência dessas tecnologias sobre suas práticas efetivas (ARANALDE, 2005). Portanto, a ética da responsabilidade poderá fornecer alguns princípios que podem nortear essa prática profissional.

A ética é norteadada por princípios e valores. Nesse contexto, os princípios são convicções que os indivíduos trazem consigo quando solicitados a desempenhar uma determinada função ou tomar uma determinada decisão. Portanto, os princípios, se levados ao campo do exercício profissional, podem ser considerados como pressupostos aceitos e compartilhados pelos profissionais de determinada área.

Hans Jonas (2006) cria a ética da responsabilidade, pois para ele a ética tradicional fundamenta-se apenas no que acontece dentro dos limites do ser humano. Ou seja, a natureza, na ética tradicional é desconsiderada, pois tem um fim em si mesma, não tenta o homem a responsabilidade de preservá-la para as gerações futuras. Ainda para Jonas (2006), a ética tradicional vê apenas ação do homem aqui e agora, não tendo uma perspectiva futura do impacto dessas ações. Nesse sentido, pode-se dizer que ética tradicional está pautada no antropocentrismo, que colocava o homem no centro do

universo, desconsiderando os aspectos do seu redor e por consequência eximindo a responsabilidade do homem pelos seus atos praticados contra a natureza e aos outros seres humanos.

Partindo da perspectiva ética jonasiana, extraem-se princípios norteadores para prática profissional do bibliotecário: primeiro considerar o ser humano e a natureza nas decisões e segundo ter uma postura reflexiva acerca dos impactos que as decisões têm para o futuro da sociedade.

Em relação ao primeiro princípio, o bibliotecário ao se apropriar das tecnologias precisa desenvolver uma capacidade crítica para o uso dos aparatos computacionais, para que seu uso alcance os resultados socialmente relevantes (ARANALDE, 2005). Por resultados socialmente relevantes, entendem-se como aqueles que elevem o conhecimento do indivíduo para um patamar de reflexão e atuação social voltada para o bem viver e agir seja na relação com a comunidade seja na relação com a natureza.

O bibliotecário é um profissional que tem uma missão social de extrema importância, tornar acessível a informação aos cidadãos, por isso para atuar no contexto da inovação este profissional precisa se autoavaliar constantemente com o objetivo de aferir se sua conduta profissional está de acordo com a sua missão social. A conduta neste contexto está relacionada com agir com liberdade. A liberdade nos estudos jonasianos foi concebida como uma leitura filosófica que dá abertura para o debate moral a respeito de todo o reino vivo (FARIAS JUNIOR, 2015). Por reino vivo, entende-se toda a natureza que rodeia o bibliotecário e os usuários.

Para assegurar o segundo princípio da ética jonasiana, bibliotecário deve ter uma postura crítica acerca dos impactos das decisões nas suas unidades de informações. Com os imperativos de rapidez e de flexibilidade, exigidas pelas inovações tecnológicas, corre-se o risco de ser seduzido por uma cultura do esquecimento, onde o novo deve, necessariamente, substituir o antigo (ARANALDE, 2005). Desta forma, o bibliotecário corre o risco

de querer inovar apenas para atender os modismos tecnológicos e pode esquecer conduzir um debate moral sobre os impactos dessas inovações para seus usuários e os meios que os circundam.

Por fim, a ética da responsabilidade jonasiana torna-se uma via segura para refletirmos sobre os problemas morais advindos dos avanços científicos e da utilização da técnica, sobretudo, por fundar-se no que há de mais objetivo para pensarmos a moralidade: o corpo vivo (FARIAS JUNIOR, 2015). No entanto, esta perspectiva jonasiana é um tanto pessimista, pois considera a tecnologia apenas de um prisma pessimista, portanto, ela não deve ser interpretada literalmente pelo bibliotecário, mas ela serve como fonte de reflexão para o seu fazer profissional, uma vez que atrela os impactos das ações do homem ao meio ambiente, e fornece ao bibliotecário a responsabilidade de refletir sobre os impactos dessas ações.

### **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Hans Jonas tem uma visão pessimista da sociedade pautada nas inovações tecnológicas, para ele a técnica impostas pelas tecnologias contribui para o aniquilamento da vida tanto de ser humano como da natureza que o circunda. Partindo desse pressuposto, este estudo procurou identificar a atuação do bibliotecário neste contexto, marcado por uma ética antropocêntrica que desconsidera a natureza e a temporalidade das ações humanas.

O presente estudo buscou incitar algumas reflexões que o bibliotecário deve fazer antes de usar as tecnologias por si, esse profissional deve se voltar ao uso das tecnologias de uma forma socialmente relevante.

Houve uma grande dificuldade na elaboração deste estudo, devido à escassez de materiais que abordem de forma ética a inovação e ainda materiais que abordem a relação entre inovação e o fazer bibliotecário. Recomenda-se que sejam realizados estudos posteriores sobre a ética profissional e a inovação, inclusive para verificar a percepção dos bibliotecários sobre a temática.

Este estudo não tem como objetivo esgotar as discussões acerca do princípio da responsabilidade e do fazer profissional do bibliotecário, mas sim apresentar de que forma este princípio pode vir contribuir para sua atuação perante a sociedade e o meio ambiente, no contexto da inovação tecnológica.

Por fim, espera-se que esse trabalho contribua para que os bibliotecários reflitam de forma ética sobre seu fazer profissional.

## REFERÊNCIAS

ALENCASTRO, Mário Sérgio Cunha; HEEMANN, Ademar. Uma ética para a civilização tecnológica. *In: ENCONTRO ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS GRADUAÇÃO E PESQUISA EM AMBIENTE E SOCIEDADE*, 2., 2004, Indaiatua, São Paulo. **Anais...** São Paulo: [s.n.], 2004. Disponível em: [http://www.anppas.org.br/encontro\\_anual/encontro2/GT/GT09/mario\\_alencastro.pdf](http://www.anppas.org.br/encontro_anual/encontro2/GT/GT09/mario_alencastro.pdf). Acesso em: 22 jun. 2016.

ARANALDE, Michel Maya. A questão ética na atuação do profissional bibliotecário. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 11, n. 2, p.337-368, jul./dez. 2005. Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/index.php/EmQuestao/article/view/124>. Acesso em: 26 jun. 2016.

BARROS, Flávia Roberta dos Santos de. Bibliotecário e o compromisso social: quais as possibilidades para a realização desse encontro. *In: SOUTO, Leonardo Fernandes (org.). O profissional da informação em tempo de mudanças*. Campinas, SP: Alínea, 2005. p. 69-82.

BLATTMANN, Ursula. Prefácio. *In: SOUTO, Leonardo Fernandes (org.). O profissional da informação em tempo de mudanças*. Campinas, SP: Alínea, 2005. p. 7-9.

BRASIL. **Lei nº 13.243, de 11 de janeiro de 2016**. Dispõe sobre estímulos ao desenvolvimento científico, à pesquisa, à capacitação científica e tecnológica e à inovação... Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/>

CCIVIL\_03/\_ATO2015-2018/2016/LEI/L13243.HTM. Acesso em: 31 jan. 2016.

DUDZIAK, Elisabeth Adriana. O bibliotecário como agente de transformação em uma sociedade complexa: integração entre ciência, tecnologia, desenvolvimento e inclusão social. **Ponto de Acesso**, Salvador, v.1, n.1, p. 88-98, jun. 2007. Disponível em: <http://www.portalseer.ufba.br/index.php/revistaici/article/view/1396/878>. Acesso em: 20 jun. 2016.

DUPAS, Gilberto. Ética e poder na Sociedade da Informação: de como a autonomia das novas tecnologias obrigada a rever o mito do progresso. 2.ed. São Paulo: Ed. Unesp, 2001.

FARIAS JUNIOR, João Batista. **Vida e liberdade**: pressupostos ontológicos da ética da responsabilidade de Hans Jonas. Jundiaí: Paco Editorial, 2015.

FUCK, Marcos Paulo; VILHAS, Anapátricia Morales. Inovação Tecnológica: da definição à ação. **Contemporâneos**: revista de Artes e Humanidades, n. 9, nov./2011-abr./2012. Disponível em: <http://revistacontemporaneos.com.br/n9/dossie/inovacao-tecnologica.pdf>. Acesso em: 14 jun. 2016.

GIACOMINI FILHO, Gino; SANTOS, Roberto Elísio dos. Convergências conceituais e teóricas entre comunicação e inovação. *In*: CAPRINO, Mônica Pegurer (org.). **Comunicação e inovação**: reflexões contemporâneas. São Paulo: Paulus, 2008. p. 13-31

GUIMARÃES, José Augusto Chaves; et al. Aspectos éticos da organização da informação: abordagens teóricas acerca da questão dos valores. *In*: GOMES, Henriette Ferreira; BOTTENTUIT, Aldinar Martins; OLIVEIRA, Maria Odaisa Espinheiro de (Org.). **A ética na sociedade, na área da informação e da atuação profissional**: o olhar da Filosofia, da Sociologia, da Ciência da Informação e da Formação e do Exercício Profissional do Bibliotecário no Brasil. Brasília, DF: Conselho Federal de

Biblioteconomia, 2009. p. 94-130.

JONAS, Hans. **O princípio da responsabilidade**: ensaio de uma ética para a civilização tecnológica. Rio de Janeiro: Contraponto : Ed. PUC-Rio, 2006.

KÖCHE, José Carlos. **Fundamentos de metodologia científica**: teoria da ciência e iniciação à pesquisa. Petrópolis: Vozes, 2011.

ORGANIZAÇÃO PARA COOPERAÇÃO ECONÔMICA E DESENVOLVIMENTO (OCDE). **Manual de Oslo**: proposta de diretrizes para coleta e interpretação de dados sobre inovação tecnológica. 3.ed. Brasília: FINEP, 2005.

PINTO, Marli Dias de Souza. Bibliotecário: contexto de mudança e inovação necessária. **Revista ACB**: Biblioteconomia em Santa Catarina, Florianópolis, v.14, n.2, 353-354, jul./dez., 2009. Disponível em: <http://revista.acbsc.org.br/racb/article/view/722>. Acesso em: 04 nov. 2015.

RASCHE, Francisca. Ética e deontologia: o papel das associações profissionais. **Revista ACB**, Florianópolis, v.10, n.2, p. 175-188. jan./dez., 2005. Disponível em: <http://revista.acbsc.org.br/racb/article/view/426/540>. Acesso em: 28 jan. 2016.

RIBEIRO, Rejane M. R. A tecnologia da informação e comunicação (TIC): fator condicionante da inovação em bibliotecas universitárias. **Rev. Dig. Bibl. Ci. Inf.**, Campinas, v.9, n.2, p.41 -48, jan./jun. 2012. Disponível em: [http://www.sbu.unicamp.br/scer/ojs/index.php/sbu\\_rci/index](http://www.sbu.unicamp.br/scer/ojs/index.php/sbu_rci/index). Acesso em: 23 jun. 2016

SINGER. Peter. **Ética Prática**. [S.l.]: Cambridge University Press, 1993.

SOUTO, Leonardo Fernandes. Biblioteconomia em reflexão: cenários, práticas e perspectivas. In: SOUTO, Leonardo Fernandes (org.). **O profissional da informação em tempo de mudanças**. Campinas, SP: Alínea, 2005. p. 29-54.

TIGRE, Paulo Bastos. **Gestão da inovação**: a economia da tecnologia no

Brasil. Rio de Janeiro: Campus, 2006.

VÁZQUEZ, Adolfo Sánchez. **Ética**. 14. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1993.

WILLIG, Júnior Roberto. A sociedade tecnocientífica e os limites éticos: uma análise pontual da lei brasileira de inovação. **Âmbito Jurídico**, Rio Grande, xvii, n. 122, mar 2014. Disponível em: [http://www.ambito-juridico.com.br/site/?n\\_link=revista\\_artigos\\_leitura&artigo\\_id=14603](http://www.ambito-juridico.com.br/site/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=14603). Acesso em: 21 jan. 2016.

# Capítulo 8

## **O bibliotecário enquanto personagem na contribuição para a ética em periódicos científicos**

Juliana Aparecida Gulka  
Elaine Rosângela de Oliveira Lucas



## INTRODUÇÃO

As bibliotecas - mais especificamente as universitárias - costumam ter em seu rol de serviços, aqueles voltados a auxiliar tanto os pesquisadores a publicar suas produções científicas, quanto às equipes editoriais que recebem esse material e precisam realizar o tratamento e avaliação antes da publicação.

Nesse sentido, o bibliotecário acaba por ser um dos profissionais encarregados de fornecer orientações que visem à qualidade das publicações científicas, pautadas em critérios de originalidade, normalização, aspectos metodológicos, etc. Essa orientação também pode ter um cunho ético, à medida que o bibliotecário pode promover a reflexão para que a pesquisa e sua publicação sigam condutas adequadas em relação à integridade científica.

A responsabilidade da conduta científica perpassa pelo papel desempenhado pelo bibliotecário, à medida que este auxilia na busca por informações, no desenvolvimento do conhecimento e, sobretudo em sua disponibilização.

A publicação científica, por sua vez, precisa preservar a confiança depositada, pois atua como disseminadora da ciência, comunicando pesquisas e os avanços dos cientistas. Essa confiabilidade, o reconhecimento e

a legitimação conferidos às publicações científicas, passam obrigatoriamente pela questão Ética.

No estudo desenvolvido por Souza e Stumpf (2009), a partir de um *corpus* determinado, os autores verificaram que o tema ‘ética’ era pouco abordado nos periódicos brasileiros da área de Biblioteconomia e Ciência da Informação (CI) e que os temas eram, sobretudo, voltados para questões gerais e haviam recebido certa atenção recentemente e evoluído de forma bastante vagarosa. Como sugestão, os autores sustentam que existem diversas proposições a serem tratadas sobre o tema dentro da CI brasileira, tendo em vista que os estudos anteriores haviam abordado o assunto de forma incipiente.

Martino e Marques (2011) apontaram elementos para a concepção de uma abordagem da ética da comunicação que se sustenta em torno dos princípios de “interesse e de uso reflexivo da linguagem”. Em um primeiro momento, com base nas considerações feitas por Bourdieu e em um segundo, a partir de Habermas. A reflexão estabelecida a partir dos momentos citados retratou alguns desafios e oportunidades da ética da discussão a partir dos interesses dos agentes sociais envolvidos.

Tendo como fio condutor a mesma tônica de Martino e Marques (2011) a autora Gonzalez Gomez (2015) recentemente apresentou um texto onde exibiu seu entendimento acerca dos diferentes períodos e condições, onde os parâmetros de “validade dos conhecimentos científicos e os procedimentos de sua validação” geraram polêmica. Destacando o modo como as questões ultrapassam fronteiras mesclando “princípios epistemológicos, éticos e políticos”. No entanto, para a autora surgiriam novos projetos e instâncias normativas “incluindo a crítica de premissas epistemológicas positivistas; a experimentação de novos instrumentos coletivos de controle social da pesquisa; e a busca de novas formas de autonomia ética e epistêmica, pelas intersubjetividades configuradas em redes” que, nas palavras da autora,

acabaram por afetar “critérios e procedimentos instituídos de legitimação dos modos de produção e de gestão dos conhecimentos científicos”.

Sob outra perspectiva, Oliveira (2013) abordou o tema Ética e Ciência, evidenciando, sobretudo, as questões éticas no processo de democratização da informação e sua interface com a Ciência da Informação. Nesse processo, na intenção de discutir a relação entre Ética e Ciência, a autora afirma que estudos do processo evolutivo do desenvolvimento científico evidenciam sua inter-relação com a Ética. Para ela “O enfoque sobre a Ética pode se dar tanto por meio do vetor mais clássico da epistemologia quanto pelo olhar mais recente dos estudos culturais” (OLIVEIRA, 2013, p. 3). Fundamentado no princípio que trata a informação como um fenômeno social, podemos considerar os processos que a envolvem dependentes de um conjunto de padrões éticos. Nas palavras de Oliveira (2013, p. 8) “os desafios são inúmeros e a responsabilidade da Ciência da Informação com essa agenda deve ser permanente”.

Desse modo, o propósito deste capítulo é fazer uma reflexão acerca do trabalho desenvolvido pelo bibliotecário na orientação de editores científicos e as possibilidades no trato com as questões éticas da publicação científica em periódicos.

### **PERIÓDICOS CIENTÍFICOS: HISTÓRICO E FUNÇÕES**

Os periódicos científicos têm um papel importante na disseminação do conhecimento, produzido pela ciência, para o público e na discussão em campos afetados pela pesquisa científica.

No que diz respeito a seu surgimento, há discordância entre França e Inglaterra quanto a qual seria a primeira revista científica. De fato, foi na Inglaterra que surgiu o primeiro periódico totalmente científico, em março de 1665, no entanto, um periódico precursor foi publicado três meses antes - em janeiro de 1665 - na França, intitulado *Le Journal des Sçavans*.

Para Meadows (1999, p. 6) a publicação francesa destinava-se a “catalogar e resumir os livros mais importantes publicados na Europa, publicar necrológios de personalidades eminentes, descrever os progressos científicos e técnicos, registrar as principais decisões jurídicas e em geral cobrir todos os tópicos de interesse dos homens letrados”. Não era, portanto, totalmente científica, por certo, mas caracterizou o início de uma publicação periódica que atendia as curiosidades e necessidades da ciência da época, embora não se limitasse a isso.

Por outro lado, o periódico Inglês *Philosophical Transactions* foi publicado em março de 1665 por uma instituição destinada à promoção do conhecimento científico: a *Royal Society of London*, que havia sido fundada em 1662. O conteúdo publicado abarcava temas e documentos específicos do fazer científico, como estudos de caráter experimental e cartas trocadas entre membros da comunidade científica. Para Santana e Francelin (2016) a comunidade científica considera este periódico como sendo o precursor dos periódicos científicos como conhecemos hoje, pois ele introduziu, sobretudo, o processo de revisão por pares.

Podemos afirmar que tanto o *Le Journal des Sçavans* como o *Philosophical Transactions* pretendiam contribuir para a circulação do conhecimento científico entre especialistas, no entanto, conforme aponta Meadows (1999, p. 7), “[...] embora os periódicos francês e inglês surgissem no cenário ao mesmo tempo, havia nítidas diferenças de conteúdo e intenções”. Um destes diferenciais diz respeito a cobertura científica por meio de relatos de experimentos – publicados pelo *Philosophical Transactions* – que serviam para assegurar direitos autorais sobre invenções inacabadas ou novas descobertas científicas.

Em continuação, 200 anos depois do surgimento dos primeiros periódicos científicos, Thomas Henry Huxley, em janeiro 1866 num evento sobre o progresso intelectual, afirmou que mesmo que todas as obras do

mundo, exceto o *Philosophical Transactions*, fossem destruídas, assegurava que os fundamentos da ciência permaneceriam inabalados, e que o grande progresso intelectual dos últimos dois séculos estaria em grande parte, embora incompleto, preservado (FYFE; McDOUGALL-WATERS; MOXHAM, 2015).

Na época, o *Philosophical Transactions*, era mais um dos muitos periódicos científicos publicados, mas que o tornava único era sua longevidade. Outros permitiam uma publicação mais rápida, outros abordavam temas mais especializados, mas nenhuma outra revista tinha seu *know-how*. Esta longevidade é característica preponderante até os dias atuais, permitindo que o Periódico comemorasse, em 2015, seus 350 anos de existência. Além disso, com sua frase, Huxley consagrou uma das responsabilidades centrais dos periódicos científicos, sua função como instrumento de registro do progresso das ciências.

Ainda no sentido das funções dos periódicos, o periódico científico possui quatro funções principais:

**Comunicação formal dos resultados da pesquisa original para a comunidade científica e demais interessados:** essa era uma das funções originais do periódico, permanecendo praticamente inalterada até hoje;

**Preservação do conhecimento registrado em conjunto:** os periódicos servem como arquivo das ideias e reflexões dos cientistas, dos resultados de suas pesquisas e observações sobre os fenômenos da natureza; a preservação e organização dos periódicos, nas bibliotecas do mundo todo, garantem a possibilidade de acesso aos conhecimentos registrados ao longo do tempo; tem sido uma das responsabilidades mais importantes dos bibliotecários;

**Estabelecimento da propriedade intelectual:** ao publicar seu artigo, tornando públicos os resultados de suas pesquisas, o autor registra formalmente a sua autoria, requerendo para

si a prioridade na descoberta científica;

**Manutenção do padrão da qualidade na ciência:** a publicação em periódicos que dispõem de um corpo de avaliadores respeitados confere a um artigo autoridade e confiabilidade, pois a aprovação dos especialistas representa a aprovação da comunidade científica; sem ela um pesquisador não consegue publicar seu artigo em periódicos respeitados; sem publicar não consegue reconhecimento pelo seu trabalho (MULLER, 2000, p.75-76, grifo nosso).

A partir destas quatro funções os periódicos científicos costumam ser um dos principais tipos de materiais requisitados pela comunidade atendida pela biblioteca universitária.

Como dito anteriormente, o impacto de seu surgimento promoveu uma maior rapidez na troca de informações da comunidade científica, ao mesmo tempo em que marcou a ciência moderna (MUELLER, 2000) e passou, inclusive, a substituir a publicação em livros, pois seus custos e tempo de produção eram relativamente menores, proporcionando uma rapidez significativa na divulgação das descobertas científicas (STUMPF, 1996) e registrando a propriedade intelectual e, ao mesmo tempo, divulgando uma descoberta ou inovação científica.

Mais recentemente, a tecnologia afetou os sistemas de comunicação científica no que tange a geração, a disseminação e o uso pelos atores envolvidos: pesquisadores, autores, avaliadores, editores e leitores (WEITZEL, 2006). Outras iniciativas, como o Acesso Aberto, impulsionam ainda mais as possibilidades de publicações científicas, sua disponibilização e o amplo acesso.

Da mesma forma que a tecnologia permitiu a circulação e disponibilização de periódicos de forma mais ampla, também dificultou a busca integrada de informações, já que a recuperação da informação muitas vezes precisa ser feita de forma separada, ambiente por ambiente. Assim, os portais de

periódicos surgem para agrupar em um único lugar, os periódicos científicos produzidos por uma mesma instituição, provenientes de várias áreas do conhecimento (RODRIGUES; FACHIN, 2010).

Nesse sentido, a biblioteca universitária aparece como um espaço que não apenas orienta os pesquisadores em suas práticas de pesquisa, coleta de dados, escrita, etc., como também pode fornecer o apoio necessário em todo o processo da comunicação científica desenvolvido pela - ou para - a comunidade universitária. Entre os temas fortemente presentes neste processo estão as questões éticas.

Na pesquisa de Tavares-Neto e Azevêdo (2009), que busca os destaques éticos nos periódicos nacionais das áreas médicas, os autores desenvolvem três categorias de análise no campo:

a) Ética da pesquisa em seres humanos - esta categoria abarca entre outras coisas as instruções que exigem aprovação pela Comissão de Ética na Pesquisa (CEP) e especificação em qual item da publicação os autores devem fazer referência ao parecer do CEP, importância do cumprimento de princípios éticos dos periódicos estudados. Segue-se a instrução que orienta como o CEP deve ser citado no corpo do artigo dos periódicos, e as instruções sobre envio ao editor de cópia do parecer do CEP e quanto a indicação de resoluções do Conselho Federal de Medicina que tratam do uso de prontuários médicos em pesquisa.

b) Integridade científica - Foram incluídas nessa categoria as instruções que procuravam assegurar a eticidade geral do trabalho a ser submetido à publicação, sem referência específica aos aspectos éticos da pesquisa em seres humanos. Conflitos de interesse, questões de autoria, direitos de propriedade intelectual, plágio, fraude, fabricação, falsificação e ética da pesquisa em animais, constituíram o conteúdo das instruções aqui categorizadas.

c) Política editorial. Os direitos de propriedade devem ser conferidos

ao periódico pelo autor. Obrigação que o autor tenha vinculação com alguma associação ou sociedade, obrigação da publicação em língua inglesa no periódico.

A partir dos conceitos de ética e responsabilidade social, Targino e Garcia (2008) discutem o exercício dos atores sociais envolvidos com a produção de periódicos e artigos científicos. As autoras acreditam que a responsabilidade social é integrada por princípios éticos, valores morais e contexto cultural para desempenhar atividades práticas, políticas e comportamentos esperados ou proibidos por membros da sociedade, independente de prescrição em códigos de ética.

Com base nessa representação, é possível analisar situações em que autores, editores e avaliadores se deparam com dilemas éticos.

Ainda para as autoras, esses dilemas podem ser atenuados “com a prática do auto ética, de forma a atingir a ética para com o outro”. E afirmam “este parece ser o caminho que conduz à observância de preceitos éticos e ao exercício da responsabilidade social, ainda que as dúvidas sempre persistam diante da impossibilidade de generalizações” (TARGINO; GARCIA, 2008).

Para Oliveira (2012) portais de periódicos refletem a construção do conhecimento em determinado campo científico, ao mesmo tempo em que permitem a visibilidade da produção institucional e preservam e armazenam as publicações. Composto geralmente por uma equipe multidisciplinar, um portal de periódicos apóia as iniciativas de publicação da universidade à medida que dá apoio às equipes editoriais em seus diversos vieses: tecnológico, de normalização, ético, de inovação, etc.

É, portanto, necessária e agregadora a iniciativa de pensar as questões e aspectos éticos para as publicações científicas, representadas principalmente pelos periódicos científicos como para seu coletivo representado pelos Portais de Periódicos Institucionais.

## ASPECTOS DA ÉTICA PARA PUBLICAÇÕES CIENTÍFICAS

A integridade na ciência perpassa por vários eixos, da ética profissional do cientista em suas pesquisas a ética nas publicações científicas. O desafio é assegurar que medidas e iniciativas para garantir essa responsabilidade sejam seguidas.

Para Santos (2011, p. 1) a integridade ética na pesquisa é “entendida como a esfera total dos deveres éticos a que o cientista está submetido ao realizar suas atividades propriamente científicas”. Essa esfera considera tanto os valores éticos universais, como o respeito e a integridade dos seres humanos. Por exemplo, quanto aqueles considerados de cunho especificamente científico, como a bioética.

Documentos, como o Código de Nuremberg, que estabelece dez princípios centrados no sujeito da pesquisa, a Declaração Universal dos Direitos Humanos, que reconhece a dignidade da pessoa humana e de seus direitos iguais, e a Resolução nº 466 de 2012, que regulamenta as pesquisas envolvendo seres humanos, são exemplos de iniciativas que visam assegurar o progresso da ciência, respeitando a dignidade, a liberdade e a autonomia do ser humano.

Se, em algum momento, de forma intencional ou por negligência um pesquisador possui conduta inadequada em relação à comunicação científica de seu trabalho, este está ferindo os princípios éticos do ponto de vista da integridade da pesquisa. Alguns exemplos são a falsificação e a fabricação de dados, informações e resultados (SANTOS, 2011).

A comunicação dos resultados de uma pesquisa, feita por canais formais ou informais, assegura a disseminação das informações e o reconhecimento do autor. A reputação do autor perante os pares é a recompensa por suas contribuições à ciência, e pressupõe-se que o trabalho apresentado por este possui rigor metodológico e ético, com descrição exata dos procedimentos utilizados e resultados alcançados.

Ações que, intencionalmente ou por negligência, contrariem esse pressuposto contribuem para o estabelecimento de falsas reputações e para a distribuição cientificamente injustificada de oportunidades e recompensas. Nessa medida, minam as condições que hoje garantem a possibilidade do trabalho coletivo eficaz de construção da ciência e constituem condutas eticamente inadequadas do ponto de vista da integridade da pesquisa. Entre elas, a que é considerada mais grave é o plágio de textos ou ideias; além do plágio, a falsa indicação de autoria – a omissão, entre os autores de uma comunicação, do nome de alguém que fez uma contribuição cientificamente significativa para a obtenção dos resultados apresentados ou, inversamente, a inclusão do nome de alguém que não fez nenhuma contribuição dessa natureza (SANTOS, 2011, p. 1).

O plágio pode ser considerado como uma das faltas mais graves que um autor pode cometer ao não dar a devida indicação do verdadeiro autor da informação utilizada, ou ainda, tomar como sua criação, tirando proveito próprio. “As muitas formas de plágio, além de apropriação indevida do esforço de outrem, comprometem o transcurso livre e esclarecido do processo do conhecimento” (MATOS, 2015).

A legislação brasileira sobre direitos autorais protege as obras intelectuais expressas em qualquer meio ou suporte, sendo os textos científicos incluídos nessa categoria (BRASIL, 1998). A mesma legislação penaliza quando da utilização de material intelectual sem a indicação correta de sua autoria.

A não referência às fontes utilizadas também trazem implicações éticas ao pesquisador, já que no campo científico, tal penalização muitas vezes vem da retratação pública, o que prejudica sua reputação e a do veículo que fez a publicação, interferindo no sistema de recompensas e na moral do pesquisador em relação a sua obra.

Nas publicações científicas, especificamente, alguns exemplos de má conduta ética são: fabricação e falsificação de dados, plágio, conflito de

interesses, duplicação da publicação, falsificação da qualificação, violação de confidencialidade e conduta inadequada na revisão por pares (ZIBETTI, 2013). Essas ocorrências não apenas atrasam o desenvolvimento saudável da ciência, como podem gerar consequências graves para a sociedade.

Por conta de diversos incidentes, iniciativas para recomendar e garantir a integridade nas pesquisas e publicações científicas foram construídas em vários países.

No Brasil, a Ordem dos Advogados (OAB) emitiu em 2010 uma proposição tratando sobre o plágio nas instituições de ensino do país, considerando além da prática ilegal, os danos ao pensamento crítico e a pesquisa: “muitos de nossos alunos não sabem escrever, não sabem compor um texto, elaborar uma ideia original e, pior de tudo: não aprendem a pensar e desenvolver o senso crítico” (ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL, 2010, p. 2). O documento recomenda a utilização de *softwares* de reconhecimento de similaridade e a adoção de políticas de conscientização e informação.

Em 2011 o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), ao receber denúncias de fraude em pesquisas científicas, instalou uma comissão especial para averiguar a situação e propor recomendações éticas, da qual resultou o relatório final e a instalação de uma Comissão de Integridade na Atividade Científica. No mesmo ano, a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) publicou um documento com orientações de combate ao plágio, e a Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) tornou público seu Código de Boas Práticas Científicas. Em 2012, o Encontro Brasileiro de Integridade em Pesquisa, Ética na Ciência e em Publicações emitiu uma declaração conjunta sobre integridade na pesquisa (ZIBETTI, 2013). Ações educativas que previnam à má-conduta científica são citadas de modo recorrente pelos diversos documentos norteadores de práticas éticas.

A legislação também fornece disposições que devem nortear as políticas editoriais, como é o caso da resolução nº 466, ao dispor que “as agências de fomento à pesquisa e o **corpo editorial das revistas científicas** deverão exigir documentação comprobatória de aprovação do projeto pelo Sistema CEP/ CONEP” (BRASIL, 2013, p. 1, grifo nosso). Isso salienta a responsabilidade dos editores de periódicos científicos na condução da ética em suas atividades e dos avaliadores, círculo de trabalho onde muitas vezes ocorrem conflitos ou jogos de interesse.

Nesse sentido, todos os atores do processo de pesquisa científica às publicações necessitam de responsabilidade ética na condução de suas ações, pesquisadores, autores, editores e avaliadores, no sentido de não prejudicar o andamento da ciência, e tendo a consciência de que a autoridade da informação é que deve prevalecer, sob pena de comprometer não só a comunidade científica como toda a sociedade.

Em âmbito internacional, é o *Committee on Publication Ethics* (COPE) que desenvolve diretrizes para a comunidade de editoração científica mundial. Em 1999, o Comitê desenvolveu um documento com orientações aos editores; um Código de Conduta, em 2003; um outro documento chamado Orientações para melhores práticas, em 2007 e, finalmente, uma revisão com todos os documentos anteriores, gerando o ‘Código de Conduta e Boas Práticas - Diretrizes para Editores de Revistas’, documento amplo, aprovado e publicado em março de 2011.

Este código do COPE foi projetado para fornecer um conjunto de normas mínimas para todos os membros e foi desenvolvido em resposta aos pedidos dos editores para orientação sobre uma ampla gama de questões éticas, cada vez mais complexas.

Se por um lado o Comitê espera que todos os membros consigam aderir ao Código de Conduta para Editores de Revistas, por outro já perceberam que os editores podem não serem capazes de implementar todas as

recomendações. No entanto, mesmo sem implementação as sugestões podem identificar aspectos da política e da prática diária que devem ser revistas e discutidas entre os editores e sua equipe.

Na versão ampla - que agrega todos os documentos criados anteriormente - o Código apresenta 17 temas a serem trabalhados pelos editores:

1. Os direitos e responsabilidades gerais dos editores
2. Relações com os leitores
3. Relações com autores
4. Relações com colaboradores
5. Relações com membros do conselho editorial
6. Relações com proprietários e editores de revistas
7. Processos de revisão editorial e pelos pares
8. Qualidade
9. Proteção de dados individual
10. Incentivar a pesquisa ética (Ex. a pesquisa envolvendo seres humanos ou animais)
11. Lidar com uma possível má conduta
12. Garantir a integridade do registro acadêmico
13. Propriedade intelectual
14. Incentivar debate
15. As queixas
16. As considerações comerciais
17. Conflitos de interesse (COMMITTEE ON PUBLICATION ETHICS, 2011).

Como dito anteriormente o Código foi publicado em março de 2011, no entanto em julho de 2013 foi acrescentado o termo aditivo que determina que “as decisões editoriais não devem ser afetadas pelas origens do manuscrito, incluindo a nacionalidade, etnia, convicções políticas, raça ou religião dos autores. Decisões de edição e publicação não devem ser determinadas por políticas de governos ou de agências externas a revista”.

### **O BIBLIOTECÁRIO, A ÉTICA E OS PERIÓDICOS CIENTÍFICOS**

Ao tratar de periódicos científicos, há que se pensar na equipe que fica nos bastidores, ou seja, os responsáveis pela sua manutenção e sustentabilidade.

Papéis já conhecidos como editores e avaliadores são parte das funções que mantêm um periódico funcionando, e que podem ser auxiliadas por outros profissionais como revisores, tradutores, bibliotecários e analistas da informação.

Em pesquisa recentemente publicada, Santana e Francelin (2016) descrevem que a editoração científica possui características multidisciplinares e, portanto, demanda profissionais especializados, como o bibliotecário. Constatou-se que há uma significativa inserção deste profissional nas equipes editoriais analisadas e que desenvolvem uma gama de atividades interdisciplinares, relacionadas a Biblioteconomia, Administração, Editoração e Tecnologia da Informação.

Em portais de periódicos é mais evidente a colaboração do bibliotecário como profissional que auxilia um grupo de revistas científicas publicadas institucionalmente. Para Grants e Oliveira (2013, p. 67), os bibliotecários “têm um papel respeitável na implantação, gestão e execução de portais, no sentido de orientar e garantir o processo de coleta, organização, disseminação e acesso à informação científica institucional”.

O bibliotecário, nesse sentido, busca oferecer conhecimentos sistematizados e especializados a fim de proporcionar melhorias na qualidade dos periódicos científicos hospedados por um portal “enquanto gestor organiza e gerencia os periódicos, assessora os editores na normalização, indexação dos periódicos em bases de dados nacionais e internacionais, e na editoração eletrônica” (OLIVEIRA, 2012, p. 7).

Em relação à responsabilidade social e ética, o bibliotecário pode ter entre suas funções a de orientar e capacitar a equipe editorial em assuntos relacionados às boas práticas e condutas relacionadas a integridade nas pesquisas e publicações científicas.

Suas atividades podem ser compostas, por exemplo, tanto da realização da normalização do periódico e do artigo, quanto da capacitação da equipe

na identificação de citações e referências de forma correta, elemento pertinente na credibilidade do trabalho científico. A normalização é uma forma de garantir a autoridade das fontes consultadas para a elaboração de um trabalho científico, e seu tratamento correto evita questões como plágio e omissão de autoria. Além disso, a partir do momento que a equipe editorial está preparada para reconhecer e lidar com tais questões, fica capacitada para advertir autores com práticas consideradas inadequadas, evitando que o manuscrito siga para avaliação ou até mesmo seja publicado com problemas e erros.

Para auxiliar na função de identificação de plágio, o bibliotecário pode estudar e indicar *softwares* que façam o reconhecimento de similaridades, atuando em conjunto com o analista de sistemas para repassar os conhecimentos pertinentes as equipes editoriais.

Enquanto integrante de um portal de periódicos, o bibliotecário pode ainda atuar na educação de editores científicos quanto a práticas adequadas e condutas científicas, tomando por base conhecimentos já difundidos por meio de documentos, manuais e legislações, a fim de levar esclarecimento que melhore as condições de trabalho das equipes e garanta uma responsabilidade ética dos periódicos.

Outras atividades, além das já citadas, dizem respeito às possibilidades de projetar o gerenciamento de crises, no caso de acontecer algum episódio que necessite de retratação pública, minimizando danos; ao auxílio na construção das diretrizes aos autores, documento que norteia a submissão de manuscritos ao periódico, de modo a evitar de antemão qualquer conduta que fira aspectos éticos, normativos ou que cause conflitos; e a recomendação e estudo de licenças, como por exemplo a *Creative Commons*, atendendo a questões pertinentes a direitos autorais e ciberespaço.

É evidente que o bibliotecário, ao estabelecer seu papel no trato com periódicos, se inter-relaciona com toda a equipe, de modo que o

conhecimento construído é facilitado pela sua formação especializada e pela colaboração dos demais profissionais. Sua participação em portais de periódicos e equipes editoriais é enriquecida pela competência, enquanto profissional da informação, de lidar com diferentes ambientes e suportes informacionais e tratar dos mais variados processos.

### **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O periódico científico promoveu, e ainda promove, maior rapidez na comunicação e divulgação de resultados de pesquisas científicas. Aliada a tecnologia, a circulação de informações se tornou ainda mais ampla, mas ao mesmo tempo forçou a recuperação da informação de modo fragmentado e isolado.

Os portais de periódicos surgem então, para reunir em um mesmo local, publicações de diversas áreas do conhecimento provenientes de uma mesma instituição, e simultaneamente dar apoio às equipes editoriais por meio da reunião de profissionais com diversas qualificações e competências trabalhando em conjunto.

Um desses profissionais é o bibliotecário, que está presente neste espaço de atuação juntamente com analistas de informação e editores, fornecendo conhecimentos especializados no trato com a informação relacionada a periódicos científicos. Além das questões técnicas geralmente atribuídas ao bibliotecário, o profissional pode desenvolver um papel importante na atuação em questões de integridade científica e na ética nas publicações periódicas.

Sabe-se que ocorrências como plágio, falsificações e fabricações de dados, por exemplo, acontecem no ambiente científico ao redor do mundo, e mesmo que documentos, manuais, legislações e guias de boas práticas tenham sido criados e publicados, ainda carece um trabalho que seja desenvolvido de modo local para coibir as práticas inadequadas e orientar cientistas, autores e editores.

No âmbito de um periódico científico, o bibliotecário pode atuar em diversas frentes que vão buscar minimizar práticas consideradas antiéticas e educar o olhar das equipes editoriais para promover melhorias na qualidade das publicações. Além das contribuições as equipes editoriais, o profissional da informação pode atuar junto a biblioteca universitária na orientação aos pesquisadores, estabelecendo uma proximidade aos programas de pós-graduação, laboratórios de pesquisa, etc., construindo uma base sólida ao mostrar os caminhos de ‘como pesquisar’ e evitando que a má conduta chegue nos periódicos ou em outros veículos de comunicação científica.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998. Altera, atualiza e consolida a legislação sobre direitos autorais e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, n. 36, seção 1, 20 fev. 1998.

BRASIL. Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012. **Diário Oficial da União**, Brasília, n. 112, seção 1, 13 jun. 2013.

CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO. **Relatório da Comissão de Integridade de Pesquisa do CNPq**. 2011. Disponível em: <http://www.cnpq.br/documents/10157/a8927840-2b8f-43b9-8962-5a2ccfa74dda>. Acesso em: 06 jun. 2015.

COMMITTEE ON PUBLICATION ETHICS. **Code of conduct and best practice guidelines for journal editors**. 2011. Disponível em: [http://publicationethics.org/files/Code\\_of\\_conduct\\_for\\_journal\\_editors\\_Mar11.pdf](http://publicationethics.org/files/Code_of_conduct_for_journal_editors_Mar11.pdf). Acesso em: 11 set. 2016

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR. **Orientações Capes - Combate ao plágio**. Brasília: CAPES, 2011. Disponível em: [https://www.capes.gov.br/images/stories/download/diversos/OrientacoesCapes\\_CombateAoPlagio.pdf](https://www.capes.gov.br/images/stories/download/diversos/OrientacoesCapes_CombateAoPlagio.pdf). Acesso em: 06. jun. 2015.

FYFE, Aileen; McDOUGALL-WATERS, Julie; MOXHAM, Noah. **350 years of scientific periodicals**. 2015. Disponível em:

<http://rsnr.royalsocietypublishing.org/content/69/3/227#sec-9>. Acesso em: 11 set. 2016.

GONZALEZ DE GÓMEZ, Maria Nelida Gonzalez. Validade científica: da epistemologia à política e à ética. **Liinc em Revista**, v.11, n.2, p. 339-359, 2015. Disponível em <http://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/pscib/article/view/29739>. Acesso em: 11 set. 2016.

GRANTS, Andréa Figueiredo Leão; OLIVEIRA, Alexandre Pedro de. Visibilidade, credibilidade e padronização: o modelo de gestão do Portal de Periódicos UFSC. *In*: AMBONI, Narcisa de Fátima (org.). **Gestão de bibliotecas universitárias: experiências e projetos da UFSC**. Florianópolis, 2013.

MARTINO, Luis Mauro Sá; MARQUES, Ângela Cristina Salgueiro. A ética da comunicação a partir da abordagem dos conceitos de interesse e uso da linguagem. **Galáxia**, São Paulo, n. 23, p. 139-152, jun. 2012. Disponível em: [revistas.pucsp.br/index.php/galaxia/article/download/5396/7593](http://revistas.pucsp.br/index.php/galaxia/article/download/5396/7593). Acesso em: 11 set. 2016.

MATOS, José Claudio. **Direitos Autorais e a Prática da Pesquisa: A implicação ética da autoria e da referência às fontes**. [2015]. Slides de aula.

MEADOWS, Arthur Jack. **A comunicação científica**. Brasília: Briquet de Lemos, 1999.

MUELLER, Suzana Pinheiro Machado. O periódico científico. *In*: CAMPELLO, Bernadete Santos; CENDÓN, Beatriz Valadares; KREMER, Jeannette Marquerite (org.). **Fontes de informação para pesquisadores e profissionais**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2000.

OLIVEIRA, Alexandre Pedro. **O sistema das profissões: o trabalho nos Portais de Periódicos**. 2012. [Não publicado].

OLIVEIRA, Dalgiza Andrade. As questões éticas da democratização da informação. **Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação**,

v. 6, n. 1, 2013. Disponível em: <http://inseer.ibict.br/ancib/index.php/tpbci/article/view/91/144>. Acesso em: 11 set. 2016.

ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL. **Proposição 2010.19.07379-01**. Proposta de adoção de medidas para prevenção do plágio nas instituições de ensino e do comércio ilegal de monografias. 19 out. 2010. Disponível em: <http://www.ucb.br/sites/000/20/CombatePlagioDocumentoOAB.pdf>. Acesso em: 05 jun. 2015.

RODRIGUES, Rosângela Schwarz; FACHIN, Gleisy Regina Bories. Portal de periódicos científicos: um trabalho multidisciplinar. **TransInformação**, Campinas, v. 22, n. 1, p. 33-45, jan./abr., 2010. Disponível em: <http://periodicos.puc-campinas.edu.br/seer/index.php/transinfo/article/view/483/463>. Acesso em: 29 jul. 2015.

SANTANA, Solange Alves; FRANCELIN, Marivalde Moacir. O bibliotecário e a editoração de periódicos científicos. **RBBB: Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, v. 12, n. 1, p. 2-26, 2016. Disponível em: <https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/543>. Acesso em: 11 set. 2016.

SANTOS, Luiz Henrique Lopes. **Sobre a integridade ética da pesquisa**. Texto de trabalho. FAPESP, abril de 2011. Disponível em: <http://www.fapesp.br/6566>. Acesso em: 06 jun. 2015.

SOUZA, Francisco das Chagas; STUMPF, Katiusa. O tema "ética" na literatura periódica brasileira de Ciência da Informação e Biblioteconomia. **Informação & Sociedade: estudos**, v. 19, n. 3, p. 77-85, set./dez. 2009. Disponível em: <http://www.ies.ufpb.br/ojs/index.php/ies/article/view/3105>. Acesso em: 29 jul. 2015.

STUMPF, Ida Regina Chitto. Passado e futuro das revistas científicas. **Ciência da informação**, Brasília, DF, v. 25, n. 3, 1996. Disponível em: <http://revista.ibict.br/index.php/ciinf/article/view/463>. Acesso em: 14 mar. 2013.

TARGINO, Maria das Graças; GARCIA, Joana Coeli Ribeiro. Responsabilidade ética e social na produção de periódicos científicos. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v.13, n.1, p.33-54, jan./abr. 2008. Disponível em: <http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/>

[view/141](#). Acesso em: 29 jul. 2015.

TAVARES-NETO, José; AZEVÊDO, Eliane S. Destaques éticos nos periódicos nacionais das áreas médicas. **Rev Assoc Med Bras**. v. 55, n. 4, p. 400-404, 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ramb/v55n4/a13v55n4.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2015.

WEITZEL, Simone da Rocha. O papel dos repositórios institucionais e temáticos na estrutura da produção científica. **Em Questão**: Revista da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da UFRGS, Porto Alegre, v. 12, n. 1, p. 51-71, jan./jun. 2006. Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/index.php/EmQuestao/article/view/19>. Acesso em: 19 mar. 2013.

ZIBETTI, Fabíola Wüst. **Ética nas publicações**. 2013. Slides da apresentação III Ciclo de Debates Periódicos UFSC em 06 maio 2013. Disponível em: [http://pt.slideshare.net/portal\\_ufsc/palestra-fabiolazibetti](http://pt.slideshare.net/portal_ufsc/palestra-fabiolazibetti). Acesso em: 29 jul. 2015.

# Capítulo 9

## **Balanço social: um instrumento de informação ética**

Leandro Augusto Sampaio  
Suélen dos Passos



## INTRODUÇÃO

A Contabilidade fornece informações que versam sobre a situação econômico-financeira das organizações por meio de seus demonstrativos. Contudo, cada vez mais a sociedade espera, exige e acompanha ações socioambientais das empresas como forma de aplicar em sua comunidade, parte da riqueza em prol da coletividade, complementando ou suprimindo ações governamentais.

Ainda, a contabilidade, como uma linguagem dos negócios, vem contribuindo para a estruturação do instrumento que informa os investimentos socioambientais das organizações: o Balanço Social.

Assim, muitas organizações para atender a uma imposição legal, melhorar sua imagem no mercado frente a credores e investidores ou por iniciativas próprias da justa retribuição à sociedade, por meio de ações socioambientais, elaboram e divulgam seu Balanço Social.

A responsabilidade social, demonstrada no Balanço Social, deve constituir-se numa ferramenta importante de ação e divulgação das informações sociais que servirão de apoio ao planejamento e desenvolvimento da empresa (REIS; MEDEIROS, 2009). Logo, a contabilidade, com foco social, dará as ferramentas necessárias para que as empresas possam divulgar as suas ações sociais por meio do Balanço Social (FERNANDES; SORATO; PORTON, 2007).

Dessa forma, as empresas voltam-se mais aos seus colaboradores, fortalecendo as relações, e suas demonstrações financeiras não ficam restritas apenas a aspectos monetários, focadas apenas no lucro. O Balanço Social demonstra aos investidores, a forma que a empresa atua em suas responsabilidades em relação a seus funcionários, fornecedores, sociedade e meio ambiente, levando a conclusões sobre o desempenho da gestão administrativa. Sua função é tornar pública a responsabilidade social empresarial, com a construção de maiores e importantes vínculos entre a empresa, a sociedade e o meio ambiente (MORAES, 2010).

A Responsabilidade Social Empresarial é a maneira de agir das empresas, a maneira de impactar e se relacionar com o meio ambiente e suas partes legitimamente interessadas os *stakeholders*<sup>24</sup>.

Logo, tendo como sustentação o referencial teórico que aponta a importância do Balanço Social na divulgação com transparência das ações socioambientais, primando à ética e a responsabilidade social, o objetivo deste artigo é analisar os dados e informações do Balanço Social da Empresa Petrobrás S.A. que consta do Relatório de Sustentabilidade de 2014. Para tanto, será utilizada a metodologia do modelo Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas - IBASE.

## **ÉTICA EMPRESARIAL**

A ética é a ciência das morais. Na visão de Vázquez (2003) é a teoria ou ciência do comportamento moral dos homens em sociedade, enquanto que Arruda, Whitaker e Ramos (2005) definem como a parte da filosofia que estuda a moralidade do agir humano: quer dizer, considera os atos humanos enquanto são bons ou maus.

---

<sup>24</sup> Stakeholder é uma pessoa ou grupo que possui participação, investimento ou ações e que possui interesse em uma determinada empresa ou negócio.

Para Abbagnano (1998), ética é definida como a ciência da conduta, refere-se ao estudo dos juízos de apreciação da conduta humana suscetível de qualificação do ponto de vista do bem e do mal. A moral é o objeto da ética, conduta dirigida ou disciplinada por normas, que são o conjunto de regras de conduta ou hábitos julgados válidos, que pode ser de forma absoluta ou para grupo ou pessoa determinada.

A palavra ética vem do grego *ethos*, que dá o sentido de “modo de ser” ou caráter, já a palavra moral deriva do latim *mos* ou *mores*, que se pode entender como “costume” ou “costumes”.

Nesse sentido, ética e moral estão próximas, complementam-se, contudo, não se podem unificar as definições dos termos. Logo, a ética opera no plano da reflexão ou das indagações, estuda os costumes das coletividades e as morais que podem conferir-lhes consistência, com o objetivo de libertar os agentes sociais da prisão do egoísmo que não se importa com os efeitos produzidos sobre os outros.

A ética visa à sabedoria ou o conhecimento temperado pelo juízo. A moral, por outro lado, corresponde a um feixe de normas que as práticas cotidianas deveriam observar, e que, ilumina o entendimento dos usos e dos costumes (SROUR, 2000, apud SOARES, 2005, p.21).

Pode-se inferir que a ética busca despertar os valores e condutas que sejam universalmente válidos e aceitos. Tais valores e condutas visam proporcionar a moral, o bem comum e a justiça, bem como sua disseminação pelo próprio entendimento do ser humano, sem a indução de divindades e pessoas, e sim, podendo buscar a inspiração destes, assim como na natureza ou no pensamento racional. Com o passar do tempo, chegamos à ética moderna que compreende o período desde o século XVI até o início do século XIX. Neste período surge o chamado Renascimento, período em que

a Europa passa por várias transformações de ordem econômica, política e social, e o homem, ao invés de Deus, passa a ser o centro da ciência, da política, da arte e da moral.

Segundo comenta Saccol e Munck (2005 apud SOARES, 2005), tais transformações na Europa, como o Renascimento, vieram ao encontro do que Sócrates, na Grécia, no século V a.C., questionava aos cidadãos atenienses diante dos valores de suas crenças, para que os indivíduos fossem ao encontro de si mesmos, fazendo de si próprios o ponto de partida: “conhece-te a ti mesmo”. Logo, a ética despreendeu-se do conteúdo religioso ao qual estava cercada, pois a religião perdeu força e poder no controle da vida intelectual e da política.

Por outro lado, na atualidade, há novos segmentos como: a bioética, a ética econômica, a ética dos negócios e do mundo empresarial, a ética dos meios de comunicação (ou da mídia), a eco-ética ou a ética do meio ambiente, entre outras. Assim, encontra-se discussão sobre ética nos mais variados segmentos. Nesse estudo vamos analisar a questão da ética empresarial ou ética aplicada aos negócios.

A ética empresarial é uma área da filosofia que trata do comportamento e dos valores de uma empresa e seus princípios morais dentro da sociedade. Em outras palavras, trata de determinar a moral e a conduta ética das empresas no seu meio social. Qualquer empresa que queira crescer dentro da sua área de negócio, seja grande, média ou pequena, deve ter a ética empresarial como parte da cultura da organização. A ética empresarial contribui para a confiança, solidez e credibilidade, trazendo retorno à organização por meio da conduta de suas ações em áreas socioambientais e na transparência de suas informações junto a investidores, colaboradores, credores e sociedade.

Na visão de Srour (2000), empresas éticas são aquelas que subordinam suas atividades e estratégias a uma prévia reflexão ética e agem de forma socialmente responsável. Este autor define a moral como um feixe de

normas que as práticas cotidianas deveriam observar e que, como discurso, ilumina o entendimento dos usos e dos costumes.

A moral explica o que diferencia o bem do mal, o certo do errado, bem como prescreve as normas, os comportamentos eticamente aceitáveis em determinada época, lugar e grupo social. Assim, os valores morais aceitos, definem a moralidade, isto é, qualidade do que é moral. Os autores Macedo et al. (2007) destacam três elementos do campo ético: agente, virtudes e meios. Para preencher as condições essenciais, o agente deve ter consciência de si e dos outros, responsabilidade por suas ações e vontade própria para decidir.

As empresas que pautam suas ações pela ética conquistam e mantêm credibilidade junto aos seus *stakeholders*. Nestas empresas há um destaque no seu patrimônio intelectual, que também pode ser definido como o ativo intangível, em detrimento do seu patrimônio físico. As marcas e a imagem que as empresas detêm são ativos arduamente construídos e que podem ser dilapidados pela falta de ética. Também a manutenção e a fidelização dos seus empregados podem ser comprometidas se a ética empresarial for abalada. Portanto, as empresas deverão estar empenhadas na manutenção de um clima e de iniciativas éticas, assim como do controle ético, tanto o interno quanto o externo. Ademais, numa organização os pilares éticos envolvem processo de escolhas que terão repercussão na vida da organização.

Para Nash (2001 apud SOARES, 2005) o gestor de uma organização toma decisões no intuito de atender aos anseios dos acionistas. Em geral tais decisões compreendem três áreas básicas: escolhas quanto à lei, escolhas em áreas de valores humanos e escolhas que levam em consideração o interesse próprio.

Em relação à lei, os regimes jurídicos no Brasil se coadunam na origem do direito romano, de forma que as escolhas se voltam ao dispositivo concreto, não se admitindo dirimir conflitos pela adoção do costume. Neste caso,

não há discricionariedade do gestor na escolha da aplicação da lei, assim, não faz juízo de valor de acordo com suas crenças pessoais e institucionais.

De outro lado, a ética auxilia na tentativa de empregar princípios a casos específicos. Todavia, o êxito no emprego dos princípios éticos no caso concreto, dependerá do consenso de todos os interessados para que as decisões sejam justas, com o conhecimento das consequências das deliberações. Logo, as deliberações permitem o consenso entre os envolvidos, pois a força das decisões está centrada no procedimento ético coletivo, e não voltada ao interesse individual de cada ator ou voltada a interesses de grupos fechados. A ética fundamenta-se no compartilhar o aprendizado um com o outro. Para tanto, a cooperação e a participação de todos nas deliberações é de fundamental importância.

Entretanto, nas organizações os conflitos e contradições éticas fazem parte do cotidiano. Isso fica evidenciado já que a empresa tem dentre seus objetivos, o de aumentar seu lucro, e, de outro lado, os empregados têm o objetivo de atingir o maior salário possível. Igualmente os fornecedores querem oferecer produtos a preços que os remunerem segundo sua margem de lucro, e, por conseguinte, os clientes querem barganhar descontos no preço, além de exigirem a qualidade do produto.

Além disso, funcionários indicam amigos para ingressar na empresa, por meio de favoritismo, enquanto o correto é a disputa justa entre candidatos pelo critério da competência, com oportunidades iguais para todos. Destacam-se os dilemas éticos que as empresas enfrentam nas suas relações internas. Contudo, a busca constante da ética no mundo dos negócios nos seus relacionamentos com os diversos públicos, traz o retorno merecido a todos os envolvidos, seja a organização como entidade, seja os que dela fazem parte, alinhando os objetivos de todos no caminho ético e moral.

Ainda, a ética deve estar presente à vida humana e empresarial. Os agentes dentro de qualquer contexto, seja social, político ou econômico,

devem seguir os preceitos éticos para uma melhor conduta moral, primando pela justiça, bem comum, valores universais e a disseminação de todos estes.

Um dos meios utilizados que dá sustentação na tentativa de uma conduta ética no meio profissional são os códigos de ética. Assim, muitas profissões já dispõem de seus códigos de ética. No meio empresarial, diversas organizações estão compondo comitês de ética, implantando auditorias éticas, elaborando seus códigos de ética e de conduta para que formalizem e assumam de forma substancial, seus compromissos éticos com os atores envolvidos.

Todavia, o grande desafio da ética nas empresas, não é somente cumprir os preceitos éticos escritos por elas ou por força de lei, e sim, engajarem-se em ações que tragam benefícios e qualidade de vida a sociedade, bem como iniciativas que preservem o meio ambiente por meio de projetos socioambientais.

Logo, ao conceituar um projeto social, destacamos que ele busca por meio de um conjunto integrado de atividades, transformar uma parcela da realidade, minimizando ou eliminando um déficit, ou solucionando um problema, para satisfazer necessidades de grupos ou atender a demandas da sociedade que não possuem meios para solucioná-las por intermédio do mercado (CEPAL, 1995; NOGUEIRA, 1998 apud COUTINHO; MACEDO-SOARES; SILVA, 2006).

Vale destacar que, com frequência, os termos projetos, programas e políticas sociais são confundidos. Um programa social é um conjunto de projetos; e uma política social, por sua vez, é um conjunto de programas. Projetos e programas são a tradução operacional das políticas sociais. Um projeto envolve ações concretas a serem desenvolvidas em um horizonte de tempo e espaço determinados, restritas pelos recursos disponíveis para tal. Os programas, em geral, envolvem horizontes de tempo mais longos que os projetos. Pode-se, portanto, analisar um programa por meio do estudo

dos projetos que o compõem (CEPAL, 1995, 1998 apud COUTINHO; MACEDO-SOARES; SILVA, 2006).

Assim, um projeto socioambiental requer ações concretas como a criação de espaços voltados a capacitação profissional, geração de renda, educação, esportes e lazer, combinadas com ações concretas que visem minimizar ou eliminar os impactos que provocam mudanças no clima e na paisagem do planeta, a exemplo da poluição e outras formas de agressão ao meio ambiente. Situações estas que exigem soluções rápidas do poder público, empresas e da sociedade civil.

Para finalizar, todas as empresas deveriam inserir em suas políticas a questão da responsabilidade socioambiental voltada à implantação e manutenção de causas sociais e de sustentabilidade, em prol do bem comum, da justiça, do amparo, da qualidade de vida e preservação do meio ambiente, sem o intuito da promoção da empresa, voltada ao prestígio de sua imagem e para atrair investidores, mas com a preocupação efetiva dos resultados destas ações e projetos, por outras palavras, os benefícios que irão proporcionar à coletividade, assim entendido, os colaboradores internos e a sociedade.

### **RESPONSABILIDADE SOCIAL EMPRESARIAL**

A Responsabilidade Social Empresarial (RSE) é um tema que surgiu em meados do século XX nos EUA, a partir de estudos de Charles Eliot (1906), de Arthur Hakley (1907) e de John Clark (1916). Porém, seus trabalhos não receberam o respaldo na época por serem considerados de caráter socialista. Somente em 1957 com a publicação da obra “Responsabilidades Sociais do Homem de Negócios”, de autoria de Howard Bowen, o tema ganhou força sendo difundido para as empresas e as universidades (BONATTO; MAUSS; MAGALHÃES, 2007).

No Brasil, foi a partir da década de 1980 que surgiu a discussão da RSE, mas ganhou maior importância nos anos 90, quando deixou de ser

uma preocupação somente dos órgãos públicos e se estendeu às empresas privadas.

Segundo Oliveira (2005) a responsabilidade social empresarial envolve uma gestão empresarial mais transparente e ética, e a inserção de preocupações sociais e ambientais nas decisões e resultados das empresas.

De acordo com o documento sobre Regulamentação Legislativa da Responsabilidade Social Corporativa – Conceitos e Legislação (2011), que é uma iniciativa do Sistema da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (FIEMG), aquele conceitua a Responsabilidade Social Empresarial como uma forma de gestão caracterizada pela relação, fundamentada na ética e na transparência, entre a empresa e todos os públicos relacionados à instituição, a qual estabelece metas empresariais compatíveis com o desenvolvimento sustentável da sociedade, com a preservação do meio ambiente para as próximas gerações e com o respeito às diversidades culturais e o favorecimento da diminuição das desigualdades sociais.

Observa-se, que a transparência e a ética se repetem nas definições da RSE, trazidas por diversos autores como características fundamentais na gestão e nas relações da empresa com a sociedade e o meio ambiente. Conforme os autores Bonatto, Mauss e Magalhães (2007) esta nova reconfiguração das empresas privadas, assume uma postura baseada em valores éticos e morais, os quais passaram a possuir um diferencial competitivo no mercado.

A Responsabilidade Social Empresarial é relevante para o desenvolvimento sustentável das empresas, contribuindo para mudanças no mercado competitivo e para a iniciativa privada, que poderá oferecer bons produtos e melhores serviços ao público que está cada vez mais consciente de seus direitos.

A partir da exigência da sociedade por uma Responsabilidade Social Empresarial, as empresas começaram a divulgar relatórios de sustentabilidade e Balanços Sociais, os quais se caracterizam como um instrumento de informação ética.

## **BALANÇO SOCIAL**

Balanço Social é um instrumento gerencial que divulga as ações socioambientais da empresa, com foco nas relações internas e externas. Visa demonstrar a distribuição da riqueza por meio de ações que se coadunam com a ética e com o bem comum. Para Torres Junior e Silva (2008) o Balanço Social é um instrumento de gestão e informação que tem o objetivo de reportar, de forma transparente, informações econômicas, financeiras e sociais do desempenho das entidades aos mais diferenciados usuários da informação. É um demonstrativo publicado anualmente pelas empresas que tem a finalidade de reunir informações sobre projetos, benefícios e ações sociais voltadas para os funcionários, os investidores, os analistas de mercado, os acionistas e a comunidade, sendo também um instrumento estratégico para avaliar e multiplicar o exercício da responsabilidade social corporativa.

Já Kroetz (2000) considera que o Balanço Social é uma ferramenta gerencial, já que foca dados qualitativos e quantitativos sobre as políticas administrativas e sobre as relações entidade/ambiente que podem ser comparados e analisados por usuários internos, para fins de controle, de auxílio para a tomada de decisões e de adoção de estratégias.

Tinoco (1993) sinaliza que o enfoque do Balanço Social, como um instrumento de gestão e de informação, é evidenciar da forma mais transparente possível, informações socioeconômicas do desempenho das entidades aos mais diferenciados usuários, entre eles os funcionários.

Ainda, o Balanço Social é um instrumento que demonstra as ações socioambientais. Visa relatar de forma ética e transparente o relacionamento de uma empresa cidadã com a sua comunidade e os interessados. Por outras palavras, a aplicação da riqueza retida na empresa em prol de sua comunidade, com ações de melhoria e preservação do meio ambiente, com iniciativas concretas não só por imposição legal, e sim, com a preocupação

de proporcionar o bem comum e a atitude ética.

O Balanço Social proporciona o conhecimento dessas ações da empresa pela sociedade que a difere das demais, pois demonstra a iniciativa do retorno à sociedade de parte da sua riqueza gerada.

No Brasil, não existe legislação que exija a elaboração do Balanço Social. Contudo, as entidades reguladoras, como a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), exigem este instrumento das empresas concessionárias e permissionárias. Logo, as Concessionárias e Permissionárias de Serviço Público de Energia Elétrica, elaboram, obrigatoriamente, por força de dispositivo regulamentar, desde 2002, o Relatório Anual de Responsabilidade Empresarial. Este relatório é regulado pelo Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica, instituído pela Resolução ANEEL nº 444, de 26 de outubro de 2001. Tem como objetivo, demonstrar um conjunto de informações, dentre as quais, iniciativas das empresas que versam que estas não estão somente comprometidas com seus acionistas, mas com a produção do bem estar para toda a sociedade, o que fica evidenciado por meio do Balanço Social (ANEEL, 2001).

### **BALANÇO SOCIAL - METODOLOGIA MODELO IBASE**

Por meio do socialista Herbert de Souza, o Betinho, a partir de 1997 o Balanço Social tornou-se popular. O Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE) estabeleceu um modelo que é adotado pela maioria das empresas no Brasil que elaboram o Balanço Social. O modelo apresenta seis grandes partes ou tópicos:

- Base de cálculo;
- Indicadores sociais internos;
- Indicadores sociais externos;
- Indicadores ambientais;
- Indicadores do corpo funcional;

Informações relevantes ao exercício da cidadania empresarial;  
Outras informações.

O Balanço Social é preenchido com indicadores e informações de dois anos, que se referem ao ano base e ano anterior, destacando o cenário interno e externo da empresa.

Este instrumento mostra à sociedade a responsabilidade social e os investimentos em programas de ações socioambientais, reservando parte de sua riqueza para essas medidas, auxiliando as ações governamentais que são muitas vezes deficientes, melhorando as condições de saúde de seus colaboradores e da comunidade envolvida, bem como o incentivo a educação e a cultura na tentativa da redução da mortalidade infantil e analfabetismo, e ainda, redução da degradação do meio ambiente, entre outros.

Vale destacar que a divulgação do Balanço Social ainda não se tornou obrigatória no Brasil, exceto às empresas Concessionárias e Permissionárias de Serviço Público de Energia Elétrica. Nesse sentido, as empresas que elaboram e disponibilizam tal instrumento, devem ter o compromisso ético e a consciência de mostrar a sociedade, informações e indicadores com exatidão, transparência e imparcialidade, ainda mais não sendo passíveis de fiscalização para comprovar a autenticidade deste instrumento.

A estrutura do Balanço Social, elaborado segundo a metodologia do IBASE, apresenta dados e informações do ano base e do ano anterior, na forma de uma tabela bastante simples e direta, que é divulgado, sobretudo no endereço eletrônico da organização, facilitando o acesso público.

Na visão de Frey (2005) o IBASE concebeu um modelo de indicadores muito simples, e assim possibilita o acesso a informações de cada empresa por um número maior de interessados. Além de simples, permite a comparação dos dados e informações constantes no ano base (atual) com o ano anterior, evidenciando o comportamento social da empresa nesse período. Também

possibilita comparações de desempenho social entre empresas do mesmo setor.

A seguir, o destaque dos principais indicadores desta metodologia do modelo IBASE:

Base de cálculo: são três informações financeiras – receita líquida, resultado ou lucro operacional e folha de pagamento bruta – que servem de base de cálculo em percentual para a maioria das informações e dados apresentados, destacando o impacto dos investimentos nas contas da empresa.

Indicadores sociais internos: Nesta parte do balanço são apresentados todos os investimentos internos, obrigatórios e voluntários, com o intuito de beneficiar e/ou atender ao corpo funcional (alimentação, encargos sociais compulsórios, previdência privada, saúde, segurança e medicina no trabalho, educação, cultura, capacitação e desenvolvimento profissional, creches ou auxílio-creche, participação nos lucros ou resultados e outros).

Indicadores sociais externos: Já nesta parte do balanço social, são demonstrados os investimentos voluntários da empresa, ou seja, a sociedade em geral (projetos e iniciativas nas áreas de educação, cultura, saúde e saneamento, esporte, combate à fome e segurança alimentar, pagamento de tributos e outros). Essas ações privadas realizadas por empresas visam à sociedade ou comunidade externa relacionada, direta ou indiretamente, com os objetivos ou interesses voltados as corporações.

Indicadores ambientais: Apresentam os investimentos da empresa para diminuir ou compensar seus impactos ambientais em detrimento da produção/operação da empresa, com o objetivo de melhorar as condições ambientais, por meio de inovação tecnológica, programas internos de educação ambiental e auditorias ambientais. Ainda, investimentos em projetos e ações não relacionados com a operação da organização, com indicativo qualitativo sobre o estabelecimento e cumprimento de metas anuais e eco eficiência.

Indicadores do corpo funcional: Nesta parte do balanço o destaque é para as informações e dados acerca do relacionamento da empresa com seu público interno que engloba a criação de postos de trabalho, nestes incluindo o trabalho terceirizado, número de estagiários (as), o prestígio a contratação de grupos historicamente discriminados como negro (as), mulheres, faixa etária avançada e pessoas com deficiência, bem como cargos de chefia e gerência por mulheres e negros.

Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial: Essas informações dizem respeito a ações relacionadas aos públicos que interagem com a empresa, com destaque no público interno. A maioria dos indicadores é de cunho qualitativo e destacam como está a participação interna e a distribuição dos benefícios. Ademais, nesta parte do balanço, aparecem algumas das diretrizes e dos processos desenvolvidos na empresa, que se relacionam às políticas e práticas de gestão da responsabilidade social corporativa.

Outras informações: Esta é a última parte do Balanço Social e demonstra outras informações complementares que são relevantes para esclarecer dados e informações anteriores, numa melhor compreensão das ações sociais e ambientais. (IBASE, [2016?])

Por fim, as empresas quando solicitam o “Selo Balanço Social IBASE/Betinho”, devem demonstrar suas declarações de não utilização de mão-de-obra infantil ou de trabalho análogo ao escravo ou degradante; não envolvimento com prostituição ou exploração sexual infantil ou adolescente; não envolvimento com corrupção e seu compromisso com a valorização e o respeito à diversidade. A empresa deve, ainda, apresentar sua identificação e classificação: razão social, Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ, telefone e correio eletrônico da pessoa responsável pelas informações.

O método aplicado neste trabalho foi o estudo de caso, com o objetivo de extrair dados e informações de determinado objeto em análise, Balanço

Social da Empresa Petrobrás do ano de 2014, com intuito de demonstrar a informação retratada por meio de uma investigação. A análise tem como foco os dados e informações socioambientais apresentados pela empresa, na forma de participação em sua receita líquida, demonstrado por meio de indicadores.

A fonte dos dados e informações utilizadas foi publicada pela própria Petrobrás no seu Balanço Social, disponível ao público no endereço eletrônico da Empresa de onde foi coletada.

A partir do acesso ao Balanço Social do ano de 2014, foram elaboradas análises contendo informações objetivas que foram inferidas dos dados e informações fornecidas, segundo a metodologia do modelo IBASE, conforme segue:

Total de contribuições à sociedade e governo, incluindo impostos e encargos sociais (soma dos indicadores internos e indicadores externos da terminologia IBASE/2003);

Total de recursos investidos em ação social (projetos sociais externos);

Total de recursos investidos em ação social em proporção à Receita Líquida da empresa (Vendas brutas menos devoluções, descontos e impostos incidentes sobre vendas);

Participação dos empregados nos resultados das empresas em proporção à Receita Líquida (quantidade de recursos disponibilizados para participação dos empregados nos lucros ou outros resultados dentro da empresa);

Total de investimentos ou indicadores de meio ambiente em proporção à Receita Líquida;

Indicadores do corpo funcional;

Outras informações.

Destaca Gil (2010) a consulta a fontes documentais é imprescindível a qualquer estudo de caso. Portanto, este estudo utilizou-se de livros, artigos

e sítios eletrônicos acerca do tema, com intuito de servir de sustentação teórica, e ainda, serviu de base para analisar os dados e informações que foram coletadas, visando à disseminação da informação. Além das fontes bibliográficas citadas, a análise documental também foi realizada por meio da consulta ao endereço eletrônico da instituição empresarial.

A análise dos dados com respaldo em fontes documentais teve como intuito demonstrar a responsabilidade social fomentada pelos investimentos em ações socioambientais, tendo como foco a ética.

Para tanto, o Balanço Social da Petrobrás é o instrumento que disponibiliza tais informações demonstrando o comprometimento social medido pela quantidade e qualidade das informações socioambientais disponíveis ao público, dando transparência a sociedade que exerce o controle social. Com informações completas e confiáveis seus *stakeholders* podem acompanhar e avaliar se a empresa está efetivamente agindo de forma ética e com responsabilidade social na contribuição para o bem comum, sem o viés de interesses próprios em suas ações.

Ademais, este instrumento destaca as ações, a forma como a relação socioeconômica contribui para o bem estar da sociedade medida pela qualidade dos projetos.

De acordo com Carvalho (apud KROETZ, 2000, p.77), “toda a empresa exerce funções de cidadania, as quais implicam deveres e direitos de natureza não muito diferentes aos que correspondem às pessoas (cidadãos) individualmente”.

Assim, é oportuno destacar que cada vez mais deverão ser criados mecanismos que impulsionem as empresas a se envolverem e aplicarem seus recursos em ações socioambientais para desenvolver a cidadania, contribuir para a qualidade de vida das pessoas e a preservação do meio ambiente, já que a riqueza gerada pela empresa veio dos esforços de empregados e da utilização de recursos mediante a interação nos meios social e econômico,

sendo justo o retorno à sociedade por meio de ações que vão contribuir para uma atuação ética em sua conduta e com a disseminação de iniciativas socioambientais que serão conhecidas pelo Balanço Social.

### **ANÁLISE DOS DADOS DO BALANÇO SOCIAL DA PETROBRÁS**

Os dados e informações do Balanço Social do ano de 2014 da Empresa Petrobrás S.A., foram coletados do Relatório de Sustentabilidade 2014, disponível em meio eletrônico no sítio da Empresa.

Ao analisar os dados e informações dos indicadores sociais internos que trazem benefícios ao quadro funcional da organização, impactando numa melhor qualidade de vida e crescimento profissional, precisamente, indicadores como: alimentação, encargos sociais compulsórios, previdência privada, saúde, segurança e saúde no trabalho, educação, cultura, capacitação e desenvolvimento profissional, creches ou auxílio-creche, participação nos lucros ou resultados e outros. Assim, destaca-se que a Petrobrás não cumpriu de forma ética a aplicação dos recursos nesses indicadores, tendo em vista que no ano 2014 houve uma redução no comparativo com 2013, embora a receita líquida da empresa tenha aumentado no ano 2014. Não houve uma distribuição justa da riqueza preconizada pela metodologia do modelo IBASE.

Situação análoga ocorreu nos indicadores sociais externos: geração de renda e oportunidades de trabalho, educação para a qualificação profissional, garantias da criança e do adolescente, cultura, esportes e outros. Logo, a distribuição de parte da riqueza gerada pela Petrobrás na forma de aplicação nesses indicadores foi reduzida, revelando que a aplicação do aumento da receita líquida, deu-se em outras ações que não visam uma melhor qualidade de vida e inclusão social, retratadas pelas ações demonstradas no Balanço Social.

Em relação à análise dos indicadores ambientais da Petrobrás, estes demonstram a aplicação da receita líquida em projetos e operações de

sustentabilidade e ações para preservação do meio ambiente. A participação desses indicadores na receita líquida da empresa, também teve queda no comparativo com ano de 2013. Logo, a Petrobrás destinou menos recursos em prol da preservação do meio ambiente, bem como em medidas de combate a poluição e investimentos em projetos de sustentabilidade, muito embora como já abordado, a Empresa teve um aumento da receita líquida no ano 2014.

Já em relação aos indicadores do corpo funcional, é oportuno ressaltar que a Petrobrás possui iniciativas que demonstram atitude ética e de inclusão social ao dispor em sua política de contratação, a inclusão de grupos menos favorecidos ou que historicamente sofrem preconceitos: número de empregados (as) acima de 45 anos, número de mulheres que trabalham na empresa, percentual de cargos de chefia ocupados por mulheres, número de negros que trabalham na empresa, percentual de cargos de chefia ocupados por negros e números de empregados com deficiência.

Assim, o agir ético fica evidenciado pela oportunidade de inclusão social de grupos que historicamente sempre foram menos favorecidos ou discriminados, iniciativas essas que fomentam o combate ao preconceito no mercado de trabalho, seja pela idade avançada, sexo, cor ou deficiência.

Contudo no ano de 2014, houve redução do quadro funcional, e, por conseguinte, uma redução no número de empregados que integram esses grupos. Essa ação soa negativo já que tais empregados terão que buscar outra recolocação no mercado de trabalho, assim como incorreram na perda de muitos benefícios.

### **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Este capítulo proporcionou estabelecer a importância dos dados e informações que são apresentados no Balanço Social.

Apesar de não existir um modelo padrão de Balanço Social, a metodologia do modelo IBASE para as empresas que decidem elaborar e publicar o seu

Balanço Social, nesse formato, vem contemplando os dados e informações socioambientais de maneira satisfatória e transparente, fortalecendo o controle social.

Os gestores das empresas deveriam ter iniciativas quanto aos valores ou princípios éticos que são demonstrados por meio deste instrumento de informação à sociedade, e assim, elaborarem e divulgarem o Balanço Social para incentivar a distribuição justa da riqueza gerada em suas operações, já que esse instrumento demonstra a implantação de ações e projetos socioambientais, haja vista a concentração de riqueza de certos grupos.

Ainda, os valores ou princípios éticos demonstrados no Balanço Social, dizem respeito a ações e projetos socioambientais que melhoram a qualidade de vida e o bem-estar dos colaboradores, o cuidado com a preservação do meio ambiente, o que denota a atitude ética dos gestores da empresa para com o social, e não somente ações e projetos voltados às operações da organização em detrimento do lucro.

O objeto deste artigo é a análise dos indicadores do Balanço Social da Petrobrás que consta no Relatório de Sustentabilidade de 2014. O Balanço Social da empresa foi estruturado segundo a metodologia do modelo IBASE. A partir da análise horizontal dos indicadores demonstrados nas tabelas, pode-se afirmar que praticamente todos os itens que compõem os indicadores: sociais internos, sociais externos, ambientais, do corpo funcional, tiveram redução na participação da Receita Líquida no ano de 2014 em comparação com o ano de 2013.

A queda dos investimentos socioambientais feito pela empresa em 2014, retratados no Balanço Social, pode ser justificado, em parte, em virtude do expressivo resultado negativo (prejuízo) ocorrido em 2014, na ordem de R\$ 24.771 (milhões) demonstrados no Resultado Operacional na Tabela 1 – Base de cálculo. Embora a Receita Líquida tivesse tido um incremento da ordem de 10,62%, correspondendo a R\$ 32.370 (milhões), no comparativo com 2013.

Ainda assim, os dados e informações do Balanço Social do ano de 2014 da Petrobrás, demonstram que a organização executa uma série de ações socioambientais o que implica em investimentos substanciais em projetos sociais e ambientais que beneficiam a sociedade, o cuidado na preservação do meio ambiente, benefícios assistenciais e monetários aos empregados, melhores condições de trabalho, valorização de grupos menos favorecidos, iniciativas de melhorias nas relações com consumidores, investidores e credores, entre outros.

Logo, pode-se afirmar que a Petrobrás é uma empresa preocupada com a RSE, não só pela organização corporativa de valor monetário que representa para o país, mas também pelos investimentos substanciais socioambientais. Tais ações de investimentos de parte de sua riqueza retida contribuem para uma vida melhor de seus empregados e sociedade, e ainda, podem ser consideradas um agir ético.

Isso posto tendo em vista que a empresa poderia optar em manter retida uma riqueza maior e destiná-la para outros fins, e, assim, ter um número reduzido de investimentos socioambientais ou simplesmente cumprir somente algum dispositivo em lei, no quesito sustentabilidade, imposto pela autoridade.

Por fim, espera-se que outras empresas se comprometam com iniciativas a respeito da questão socioambiental, distribuindo parte de sua riqueza, contribuindo para a diminuição das desigualdades sociais e degradação do meio ambiente, e não somente investir sua riqueza nas operações da empresa visando o lucro e o retorno a investidores, e sim, a busca pela ética empresarial e a responsabilidade social, na sua essência.

## REFERÊNCIAS

ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de filosofia**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

AGÊNCIA NACIONAL DE ELETRICIDADE (ANEEL.). **Resolução nº 444, de 26 de outubro de 2001.** Disponível em: [http://www2.aneel.gov.br/aplicacoes/leitura\\_arquivo/arquivos/Resolucao444.pdf](http://www2.aneel.gov.br/aplicacoes/leitura_arquivo/arquivos/Resolucao444.pdf). Acesso em: 20 jan. 2016.

ARRUDA, Maria Cecília C., WHITAKER, Maria do Carmo; RAMOS, José Maria R. **Fundamentos de ética empresarial e econômica.** 3. ed. São Paulo: Atlas, 2005.

BONATTO, A.; MAUSS, C. V.; MAGALHÃES, J. M. Ética e Responsabilidade Social: um estudo comparativo do balanço social da empresa Eletrocar. In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO, 31., 2007, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: Anpad, 2007. Disponível em: <http://www.anpad.org.br/admin/pdf/APS-C2579.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2016.

COUTINHO, Renata Buarque Goulart; MACEDO-SOARES, Teresia Diana L. V. A. de; SILVA, José Roberto Gomes da. Artigo Projetos sociais de empresas no Brasil: arcabouço conceitual para pesquisas empíricas e análises gerenciais. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v.40, n.5, set./out. 2006. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0034-76122006000500002](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-76122006000500002). Acesso em: 02 jun. 2016.

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS. **A empresa como fator de desenvolvimento do Território:** Responsabilidade Social e Terceiro Setor. Regulamentação Legislativa da Responsabilidade Social Corporativa. Conceitos e Legislação. II Edição. Belo Horizonte, MG, 2011. Disponível em: <http://www.avsi.org/wp-content/uploads/2012/10/Livro-AVSI-Responsabilidade-Social-FINAL.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2015.

FERNANDES, Luciana Netto; SORATO, Kátia Aurora Dalla Libera; PORTON, Rosimere Alves de Bona. Fatores determinantes para a não

elaboração e publicação do balanço social: um estudo com as empresas cerâmicas da região da AMREC. **Revista Contemporânea de Contabilidade**, Florianópolis, v. 1, n. 7, p. 43-59, jan./jun. 2007. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/contabilidade/article/view/830>. Acesso em: 08 jan. 2016.

FREY, Irineu Afonso. **Sistema de gerenciamento da responsabilidade social empresarial por meio de indicadores**. 2005. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Santa Catarina, 2005.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar Projetos de Pesquisa**. 5. ed. São Paulo, atlas, 2010.

INSTITUTO BRASILEIRO DE ANÁLISES SOCIAIS E ECONÔMICAS (IBASE). [2016?]. Disponível em: <http://www.ibase.br>. Acesso em: 12 nov. 2015.

KROETZ, Cesar Eduardo Stevens. **Balanço Social: teoria e prática**. São Paulo: Atlas, 2000.

MACEDO, Ivanildo I., et al. **Aspectos comportamentais da gestão de pessoas**. 9.ed. Rio de Janeiro: FGV, 2007.

MORAES, Daniela Andréa de. **A responsabilidade social e o balanço social da empresa**. [2010] Disponível em: [http://www.ead.fea.usp.br/tcc/trabalhos/artigo\\_Daniela%20Moraes.pdf](http://www.ead.fea.usp.br/tcc/trabalhos/artigo_Daniela%20Moraes.pdf). Acesso em: 19 jan. 2016.

OLIVEIRA, J. A. P. Uma avaliação dos Balanços Sociais das 500 maiores. **Revista de Administração de Empresas**, v. 4, n. 1, Art. 2, jan./jun., 2005. Disponível em: [www.scielo.br/pdf/raeel/v4n1/v4n1a02.pdf](http://www.scielo.br/pdf/raeel/v4n1/v4n1a02.pdf). Acesso em: 19 jan. 2016

PETROBRÁS. **Relatório de sustentabilidade**. 2014. Disponível em: <http://www.petrobras.com.br/pt/sociedade-e-meio-ambiente/relatorio-de-sustentabilidade/>. Acesso em: 03 nov. 2015.

REIS, Carlos Nelson dos; MEDEIROS, Luiz Edgar. **Responsabilidade social das empresas e balanço social**. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

SOARES, Bárbara Maria Correia. **A abordagem da ética nos cursos de graduação em administração de Salvador**. Dissertação. (Mestrado em Administração) – Universidade Federal da Bahia, 2005. Disponível em: [http://www.adm.ufba.br/sites/default/files/publicacao/arquivo/barbara\\_soares.pdf](http://www.adm.ufba.br/sites/default/files/publicacao/arquivo/barbara_soares.pdf). Acesso em: 03 jan. 2016.

SROUR, Robert Henry. Ética empresarial: posturas responsáveis nos negócios, na política e nas relações pessoais. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

TINOCO, João E.P. Balanço Social e a contabilidade no Brasil. **Caderno de estudo**, São Paulo, n.9, 1993. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-92511993000200004](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-92511993000200004). Acesso em: 12 jan. 2016.

TORRES JUNIOR, Fabiano; SILVA, Fernanda Rosa da. Balanço Social: instrumento de evidenciação dos objetivos sociais. **Pensar Contábil**, v. 10, n. 39, 2008. Disponível em: <http://www.atena.org.br/revista/ojs-2.2.3-08/index.php/pensarcontabil/article/view/109>. Acesso em: 08 jan. 2016.

VÁZQUEZ, Adolfo S. Ética. 24. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.



## Posfácio

A pesquisa acadêmica, assim como muitas outras atividades humanas resultantes da acumulação e transmissão cultural, tem sofrido gradativamente um processo de vinculação e incorporação institucional. Lado a lado com esta institucionalização da busca por explicações está a regulamentação de procedimentos, padronizações documentais, critérios administrativos, que vêm sendo observados na pesquisa, muito menos como acessórios e muito mais, a cada dia, como partes inerentes ao próprio fazer-se da ciência.

A idéia de um indivíduo estudioso que se tinha no Renascimento e início da Modernidade - um pensador relativamente livre, movido por sua curiosidade a pesquisar um assunto, e se associando por laços de amizade e identidade teórica com outros pesquisadores - é uma idéia cada vez mais distante das atividades profissionais altamente especializadas que atualmente se desenvolvem em meio à sociedade da informação. Este fenômeno de oficialização, institucionalização, ou mesmo informacionalização da atividade, não é específico da ciência: a educação, a vida política, a alimentação, o entretenimento e a vida comum em geral, manifestam, em diversos aspectos, efeitos semelhantes, como se pode constatar através dos estudos realizados nestes campos.

A grande velocidade de fluxo e flexibilidade permitidas pela estrutura de serviços informacionais que está à disposição das pessoas nas sociedades contemporâneas, ainda que não seja acessível por igual para todas as comunidades, mesmo assim atinge profundamente inúmeros setores da vida produtiva, pública e particular das pessoas. Com ênfase especial, essa revolução está alterando profundamente a forma como as pessoas aprendem e buscam conhecimento.

Fala-se aqui de institucionalização das atividades ligadas ao fluxo da sociedade ligada em rede, uma vez que todo o serviço de informação, toda a mensagem veiculada em qualquer suporte, é resultado de inúmeros níveis de projetos, artefatos, sistemas, legislações, atores humanos e mecânicos, a fim de que este sistema global de transmissão do conhecimento ou da informação esteja em funcionamento. O ponto culminante desta geração de significados na forma de mensagens, documentos e dados armazenados, é que toda ação humana perpetrada em relação ao mundo social ou a outros seres humanos, vira parte do ambiente informacional. É, portanto, documentada. Em outras palavras: instituída.

Há, contudo, um processo de institucionalização que na presente ocasião deveria importar acima de todos os outros: o da institucionalização da ética. Em decorrência do próprio avanço dos conhecimentos e métodos das Humanidades, e da crise e mudanças de valores sociais e individuais, a ética vem recebendo novos olhares nas últimas décadas. De um lado, a diversificação de opções de conduta possíveis, de outro, uma maior participação da opinião pública, acabaram refletindo sobre as concepções tradicionalmente aceitas de certo e errado, de bom e de mau.

Ao lado disso, a especialização e a formulação documentada das múltiplas atividades produtivas, esboçam mais claramente o contorno de questões cujas respostas são demandadas dentro de comunidades específicas, nos variados papéis sociais assumidos hoje em dia pelas pessoas. Nesse sentido,

os bibliotecários e outros profissionais da informação têm a difícil missão de gerir toda essa informação, sem esquecer, no entanto, dos aspectos éticos que envolvem a profissão.

O objetivo deste livro foi o de apresentar reflexões sobre a ética no contexto da gestão da informação. A gestão da informação tem sido considerada como um território de atuação profissional e da pesquisa especializada. Sendo um campo sob contínua transformação e renovação teórica e prática, a gestão da informação trata de analisar e produzir de mecanismos, procedimentos e sistemas a fim de tornar a informação um recurso acessível e sustentável para as diversas atividades da vida individual e organizacional.

A ética, ao ser concebida como reflexão acerca do bem e, portanto, como instrumento da promoção do bem, é relacionada fundamentalmente com a escolha livre, com o diálogo, a investigação e o pensamento independente. Além disso, a ética como área do saber é detentora de certa tradição, registrada em obras clássicas e atualidades, cujo acesso, interpretação e utilização são imprescindíveis ao estudioso deste tema. Não seria adequado prescindir do diálogo com a tradição, seja absorvendo ou reformulando seu conteúdo, seja superando suas limitações.

### **DIVERSIFICAÇÃO E UNIVERSALIDADE DA ABORDAGEM ÉTICA**

“Ética” é um termo que iniciou sua história significando a área de estudo e investigação acerca do *ethos* – o bem, ou caráter. Este conceito é mais geralmente entendido como o bem que pode ser obtido ou produzido pela ação. Por isso a tradição denomina ética à reflexão sobre agir bem, ou agir visando o bem. Mas, e quando as ações humanas se segmentam em especializações, e seguem ramificações cada vez mais diversas? Quando não se pode falar simplesmente de “agir”, mas de agir neste ou naquele sentido, sob este ou aquele ponto de vista, contexto, conjunto de intenções e relações compartilhadas?

Desta compartimentalização das atividades resulta, como é de esperar, uma compartimentalização da ética. Observa-se isto, por exemplo, na constante codificação de princípios éticos. A ética se torna, em muitas instâncias, não uma questão de refletir sobre como agir ou viver visando o bem: a ética se torna uma questão de seguir as normas e princípios instituídos naquela atividade específica: política (quanto ao uso do poder e à cidadania), profissional (os códigos de ética das diversas profissões) e claro, o exemplo que toca mais diretamente o objetivo da presente discussão: a ética na gestão da informação. Gestão da informação é compreendida aqui como o campo que envolve pesquisas e procedimentos especializados de organização e criação de sistemas de documentação e de fluxos informacionais, incluindo também a tecnologia da informação e a relação dos interagentes com as unidades e sistemas de informação na sociedade.

Os estudantes universitários, por razão desta segmentação e sistematização das atividades, têm contato com “ética” entendida cada vez mais como normas de conduta esperadas de certos papéis profissionais ou sociais, tais como os códigos de ética profissionais das carreiras que escolheram cursar. É assim que uma desfilosofização ou desabstração dos currículos de ensino superior vai substituindo gradativamente a concepção ética originária das tradições pela “ética na administração”, “ética na medicina”, “ética na contabilidade”, “ética profissional”.

Esta mudança tem o risco de criar para a ética uma fisionomia instrumental, visando um comportamento em conformidade com princípios específicos, vinculados ao campo limitado da tarefa. Um exemplo de tal redução é a excessiva confiança que é muitas vezes depositada nos códigos de ética profissionais. Como se a discussão do que é o ‘bem que se pode alcançar pela ação’ pudesse ser restrita à interpretação dos artigos de um determinado código de ética.

É claro que há um ponto positivo na composição, por parte das entidades profissionais, dos códigos de ética, que é o de servirem de guias para a

decisão e espelharem uma representação pública – publicamente instituída – de valores fundamentais. Assim, há um ponto positivo neste foco mais específico da ética nos cursos de formação científica e profissional: É o de selecionar, de todo um universo de tradições e heranças culturais, os elementos que, no tempo disponível, compõem o necessário para o jovem cientista ou profissional começar a agir, começar a participar das comunidades de pesquisa e profissão. O profissional ou estudiosos, então, começa a participar de uma interação em que, com o tempo, lacunas podem ir sendo preenchidas ao longo das trajetórias individuais e da cooperação coletiva.

Mas isto tudo, mesmo assim, não silencia o eco de uma objeção vetusta, arcaica, porém aparentemente relevante. Ela poderia ser posta numa formulação como a que segue:

- i) *Ethos* é o bem que alguém pode alcançar pela ação;
- ii) Depende do agente decidir, ou escolher, mediante uma reflexão, como proceder e como justificar seu procedimento perante outros;
- iii) A atribuição de maior ou menor bem a uma ação assim exercida depende da suposição da justificabilidade da ação e da liberdade do agente. Portanto, depende de que uma escolha possa estar apoiada em razões que a justifiquem.
- iv) A reflexão acerca da ação particular do agente, ou do princípio geral ou justificativa a ela associado é o que constitui a natureza da ética.
- v) Se tudo isso pode ser admitido, então conclui-se que: Se não houver ocasião para escolher e para refletir, não há ética.

Em outras palavras: Somente seguir um código não é suficiente quando se trata de ética. Refletir sobre os valores nele expressos, e questioná-los, resultando do questionamento uma aprovação ou reprovação baseada em justificativas, isso sim é do que trata a ética.

Faz-se esta observação acerca da sintomática e inevitável insuficiência das normas e códigos quanto à dimensão ética, apoiado em razões formais da tradição, mas ela não é apenas uma observação histórica do tipo: Se antes a ética era uma reflexão sobre como viver e agir visando o bem, hoje ela se ramifica em códigos e normativas que são todos parciais e especializados. Há algo mais que isso na presente objeção. Há um desafio, um legítimo dilema ético no sentido mais profundo do termo. Para uma linha de conduta ser reputada como aprovável ou reprovável eticamente falando, ela deve ter resultado de um tipo de escolha muito especial: a escolha para a qual o agente deve poder oferecer justificativas. Estas, por sua vez, devem ter a possibilidade de serem aceitas por outra pessoa ao discutir o assunto, ou usadas por qualquer um que se encontrasse na mesma condição.

A menos que queiramos cair em um relativismo segundo o qual não há princípios gerais, então temos que admitir algo que impõe um desafio ao pensamento contemporâneo acerca da ética, e, sobretudo, da ética relativa a uma atividade com o grau de influência na vida humana como é a atividade da ciência. Senão, a conduta de cada agente seria válida meramente por ter sido a escolhida naquele contexto em que ele se situa. O que temos que admitir é que, pesadas todas as diferenças e idiossincrasias das comunidades humanas, pesados os contextos culturais, sociais, econômicos, pesadas as individualidades e a historicidade que nos constitui, ainda assim, para ser possível a ética precisa estar dotada de certa pretensão de universalidade. Esta exigência aparece formulada por autores como Peter Singer, quando procura estabelecer algumas características necessárias pelas quais distinguir reflexões genuinamente éticas de casos aparentados, mas nos quais não há questão ética implicada.

Se não for para se tornar um mero costume, ou uma regulamentação local - o que banalizaria seu valor como reflexão sobre valores e linhas de conduta -, se não for para se tornar apenas uma narrativa dos modos de agir

e viver de cada grupo ou agente, então a ética exige incontornavelmente, que se possa argumentar em favor de valores com algum tipo de pretensão de universalidade. Importante perceber que esta é uma condição a ser exigida da ética como um todo, mas não significa exatamente que toda discussão ética, ou todo estudo de seus temas, tenha que oferecer os fundamentos primeiros do bem agir. Na verdade, a exigência de justificativas universalizáveis significaria, para os propósitos da ação cotidiana da maioria das pessoas, o seguinte:

Uma conduta ou uma reflexão possui caráter ético, se esta conduta puder servir de exemplo para outras pessoas, e sua justificativa puder convencer outras pessoas que tenham interesses e objetivos semelhantes. Intersubjetividade, no sentido de consciência da liberdade dos outros satisfaz, por hora, a exigência da universalidade inaugurada muito oportunamente por Singer. Além dele, Sartre foi o pensador que, em um estilo existencialista bastante peculiar, formulou esta exigência em termos da consciência da liberdade do outro nas escolhas individuais. Sugere-se ao leitor interessado em aprofundar esta linha de argumento, que examine o artigo “O existencialismo é um humanismo” de Sartre.

Sabemos que a resposta ao relativismo ético convive com a resposta ao relativismo epistemológico em uma relação de enorme proximidade. E que dificilmente um argumento que se baseia na rejeição de um tipo de relativismo, deixaria de ter consequências sobre o outro. Mesmo assim suponha-se o seguinte: em uma reflexão racional e publicamente compreensível acerca da aprovação ou reprovação de uma ação com implicações éticas, deve ser possível fornecer para cada ponto de vista, pelo menos um argumento consistente e significativo, em termos não meramente de preferências, mas de algum tipo de *princípio* de caráter geral. O que se tem em mente, então, é a seguinte definição provisória de ética: Uma reflexão sobre ações e escolhas livres (mesmo que guiadas por valores

e normativas) e, portanto, reputáveis como boas ou más. Uma reflexão que justifique suas conclusões segundo princípios e critérios que aspiram validade e aceitação públicas.

### **A ÉTICA NO CAMPO INFORMACIONAL**

Imagine-se toda esta reflexão dirigida ao campo da gestão da informação. O contexto social sempre foi um elemento relevante para avaliar o valor ético das escolhas e condutas das pessoas, pelo menos desde o tempo do velho Sócrates, até o tempo da Modernidade Líquida de Bauman. A informação circulando em documentos e mensagens, impressos ou digitais, fugazes ou perenes, atualmente molda a nossa conduta e interfere nas reflexões e valorações operadas por indivíduos e por grupos. A expansão do acesso à informação e à comunicação é, portanto, um fenômeno que afeta e é afetado inexoravelmente pelo aspecto ético da vida.

Vivemos na infosfera, um ambiente no qual o volume e a velocidade do fluxo da informação condicionam a dinâmica social. Aqui na infosfera, a gestão da informação não pode cometer a ingenuidade de pensar a si mesma indiferentemente à postulação crítica e reflexiva dos conceitos e problemas éticos inerentes à sua atividade.

Temas como o livre acesso, a veracidade e confiabilidade, o respeito à privacidade e à autoria da criação intelectual, exemplificam o elenco de questões que recaem sob a responsabilidade ética nas decisões e atitudes de profissionais e estudiosos do campo da gestão da informação. Tentando promover os valores fundamentais acima estabelecidos, da escolha livre e da reflexão universalizável, é possível avançar em pesquisas e iniciativas que tenham como foco a gestão informacional, em sua missão de busca do bem, e do enaltecimento da dignidade e autonomia das pessoas na sociedade da informação.

Mas há uma segunda via teórica pela qual a reflexão ética na gestão da informação pode seguir: Ela se baseia em que, para qualquer pessoa,

especialmente em nossa sociedade, lidar melhor com a informação, acessar e utilizar informação mais adequada às suas necessidades, é algo extremamente necessário para a busca ativa do Bem. Ou seja, a informação bem organizada, livre de ruído e distorção, acessível e confiável, constitui matéria-prima da reflexão e da escolha livre de qualquer pessoa ou comunidade. Pelo melhor uso da informação, pela maior competência em informação, pelo mais vasto e livre acesso à informação, é possível elevar a qualidade ética das atividades humanas - individuais e coletivas - que empregam a informação. Portanto, neste sentido, quanto mais competente e eficaz for a gestão da informação relevante para a pesquisa e a formação, as atividades produtivas, a participação cidadã e as atividades sociais em geral, mais robusta é a base a partir da qual realizar e justificar escolhas e linhas de conduta livre e responsável. Assim como a ética influi na gestão da informação, incorporando a reflexão e a conduta consciente na promoção de valores e interesses, assim também a gestão da informação influi na ética, fornecendo meios para sustentar linhas de ação, defender ou avaliar escolhas e princípios, e estendendo o acesso ao conhecimento como motor da liberdade.

 **UDESC**

Agência Brasileira do ISBN

ISBN 978-85-8302-191-9



9 788583 021919